

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

SIBELI DA SILVA DIEFENTHAELER

**O PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR E A DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO: UMA
RELAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL NO SUS E O AMOLDAMENTO DA CLASSE
TRABALHADORA AO CAPITALISMO**

Porto alegre

2018

SIBELI DA SILVA DIEFENTHAELER

**O PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR E A DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO: UMA
RELAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL NO SUS E O AMOLDAMENTO DA CLASSE
TRABALHADORA AO CAPITALISMO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Carlos Alberto Steil

Co-orientador : Dr. Frederico Viana Machado

**Porto Alegre
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

DIEFENTHAELER, Sibeli da Silva

O Projeto Democrático e Popular e a Democracia de Cooptação: uma relação com o controle social no SUS e o amoldamento da classe trabalhadora ao capitalismo

/ Sibeli da Silva DIEFENTHAELER. -- 2018.

199 f.

Orientador: Carlos Alberto STEIL.

Coorientador: Frederico Viana MACHADO.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. capitalismo. 2. luta de classes. 3. Estado e democracia. 4. controle social no SUS. 5. Projeto Democrático e Popular. I. STEIL, Carlos Alberto, orient. II. MACHADO, Frederico Viana, coorient.

III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SIBELI DA SILVA DIEFENTHAELER

**O PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR E A DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO: UMA
RELAÇÃO COM O CONTROLE SOCIAL NO SUS E O AMOLDAMENTO DA CLASSE
TRABALHADORA AO CAPITALISMO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Dr. Carlos Alberto Steil

Co-orientador : Dr. Frederico Viana Machado

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Steil (Orientador) (UFRGS)

Prof. Dr. Frederico Viana Machado (UFRGS)

Prof.^a Dra. Dolores Sanches Wunsch (UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Frota Dillenburg (UFRGS)

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen (UFRGS)

Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

*Para todos os trabalhadores
que lutam pela emancipação humana.*

AGRADECIMENTOS

Finalmente chegou o tão almejado momento de finalizar esse processo de escrita. Por diversas vezes achei que não conseguiria. Escolhi um caminho cheio de pedras, com muitos buracos, curvas sinuosas e cheio de inimigos, mas sempre contei com o apoio de pessoas incríveis e a elas agradeço imensamente.

Esse trabalho não é só meu, ele é fruto de um coletivo. Foram vários que contribuíram para isso. Desde a formatação, as regras de português, até as mais profundas reflexões. As palavras que seguem nele estão marcadas por intensas discussões, trocas de experiências, de lutas travadas no dia a dia, de muito apoio com gotas de choro e algumas risadas.

Começo a agradecer a minha mãe, Dete, meu pai, Gilberto e a minha irmã, Samantha, por sempre me apoiarem e me incentivarem a terminar esse Mestrado. Amo vocês!

Agradeço aos amigos que fiz ao entrar no PPG de Políticas Públicas, pessoas especiais que me acolheram e sempre se colocaram à disposição para me ajudar nos trabalhos acadêmicos, a aguentar as aulas e a tomar uma boa cerveja. Obrigada Carlinha, Doca, Gabi, Cesinha, Mely, Andrezão, Léo e Adri. Estamos conseguindo terminar!

Não poderia deixar de agradecer ao meu grande parceiro Raphael. Obrigada por tentar desconstruir um tipo de relação de propriedade privada junto comigo. Obrigada por dividir tanto amor, paciência, carinho, parceria. Estou muito feliz em fazer essa caminhada contigo ao meu lado! Te amo!

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de trabalho, os quais enfrentam cotidianamente a exploração da nossa Força de Trabalho e suas mazelas, como a precarização das condições de trabalho. Não podemos desistir de continuar lutando! Em especial agradeço à Alessandra e ao William com os quais aprendo muito. A parceria de vocês é um suspiro em meio ao caos.

As minhas amigas que compreenderam o meu momento de afastamento necessário para terminar essa dissertação. Obrigada por sempre me entenderem e incentivarem: Nani,

Kaká, Dé, Rejane, Cris, Camila, Veri e Fabi. As eternas "Herdeiras", mesmo distantes, mas sempre presentes: Poala, Melissa, Marisete, Eunice, Lôra, Jule e Quevedo. Sou muito feliz por ter a amizade de vocês. O carinho entre nós é para toda vida!

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Alberto Steil pelo aceite em orientar esta pesquisa e por deixar eu seguir minhas reflexões, mesmo não concordando com elas. Ao Prof. Dr. Frederico Viana por aceitar me co-orientar e a me aproximar do campo de pesquisa.

Também não poderia deixar de agradecer a Prof Dra Beatriz Dornelles por ter acolhida minhas dúvidas e receios na elaboração do Projeto de Pesquisa. Obrigada pelo apoio e continue sendo essa mulher firme e forte!

Foi no meio do Mestrado que tomei a decisão mais certa e mais dolorosa da minha vida. Decidi romper com o pacto da mediocridade da pequena-burguesia e buscar contribuir de fato com a construção do Partido do Proletariado. Agradeço imensamente a Liga Comunista, a qual deixou de existir, por ter sido a minha primeira experiência de militância, por me ensinar na prática a necessidade de jamais desistir da luta pelo fim da exploração da Força de Trabalho, ou seja, a emancipação humana!

Aos meus camaradas Beta, Vanessa, Bia, Thainá, Pi, Gi, Gabizinha, Angel, Janine, Denise, Cecel, Matheus e Guiga obrigada por não desistirem, por permanecerem na trincheira, ombro a ombro. Amo vocês!

As minhas aguerridas camaradas Nanda, Dé e Elisa, sem vocês não chegaria até aqui. O amor que sinto por vocês é imenso. Saibam que as admiro, que estarei SEMPRE ombro a ombro com vocês. Obrigada por não desistirem de mim! Viva às senhoras Torres!

Em especial agradeço ao grande educador, camarada e amigo Alexandre, serei eternamente grata a tudo que me ensinaste. Obrigada por permanecer tentando, por lutar, por acreditar, por não se entregar. Obrigada pela paciência, pelo carinho, pela rabugice, pelas piadas e puxões de orelha. Te amo!

Agradeço a minha "amiguinha" Clara por tantas vezes deixar sua mãe me ajudar nesse processo. Esse trabalho e todas as lutas que travamos é por ti, pelo Toni e a todos que virão!

Seguimos FIRMES e com a certeza do que "Sun Tzu disse": BARRICADAS FECHAM RUAS, PORÉM ABREM CAMINHOS!

*Preso à minha classe e a algumas roupas vai de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias, espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
Vomitam este tédio sobre a cidade.
Quarenta anos e nenhum problema
resolvido, sequer colocado.
Nenhuma carta escrita nem recebida.
Todos os homens voltam para casa.
Estão menos livres mas levam jornais
e soletram o mundo, sabendo que o perdem.
Crimes da terra, como perdoá-los?
Tomei parte em muitos, outros escondi.
Alguns achei belos, foram publicados.
Crimes suaves, que ajudam a viver.
Ração diária de erro, distribuída em casa.
Os ferozes padeiros do mal.
Os ferozes leiteiros do mal.
Pôr fogo em tudo, inclusive em mim.
Ao menino de 1918 chamavam anarquista.
Porém meu ódio é o melhor de mim.
Com ele me salvo
e dou a poucos uma esperança mínima.
Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.
Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.
Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.
(Carlos Drummond de Andrade, A Flor e a Náusea)*

RESUMO

Em tempos de saída de crise do capital torna-se ainda mais necessário compreender a raiz dos problemas sociais (os quais são originados na base econômica da sociedade civil burguesa), como também analisar o processo histórico da luta de classes. E para isso este trabalho se propõe a fazer uma análise baseada na teoria marxiana, tendo como método o materialismo-histórico-dialético, utilizando da etnografia como metodologia de aproximação e apreensão do local de pesquisa, o Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida. O trabalho se propõe a resgatar o processo de organização da classe trabalhadora no Brasil, relacionando com o Movimento Sanitário e com o controle social no SUS. O foco são as consequências do desenvolvimento da Estratégia Democrática e Popular via Democracia de Cooptação no seio da luta do proletariado brasileiro. Para tanto, o trabalho apresenta a compreensão de Estado a partir de Marx e Engels, e assim o considera como um instrumento de manutenção do modo de produção capitalista. A democracia constitui-se um dos seus elementos políticos para garantir a dominação burguesa. Dessa maneira, a dissertação apresenta a discussão sobre a democracia enquanto forma de cooptação da classe trabalhadora fundada no liberalismo burguês. Discorre-se sobre como aconteceu a dissociação entre reforma e revolução a partir dos diversos debates políticos travados na organização do proletariado. Analisa a relação desse processo com o debate entre tática e estratégia no movimento da classe trabalhadora. E assim compreender os impactos disso no processo de consciência dos trabalhadores, demonstrando a necessidade de refletir sobre quais caminhos nos conduzirão, de fato, à emancipação humana.

Palavras-chaves: Controle social. SUS. Democracia de cooptação. Luta de classes. Capitalismo. Marxismo.

ABSTRACT

In times of capital crisis, it becomes even more necessary to understand the root of social problems (which originate in the economic base of bourgeois civil society), as well as to analyze the historical process of class struggle. Then, this work proposes to make an analysis based on the Marxian theory, having as method the materialism-historical-dialectic, using ethnography as methodology of approach and apprehension of the research site - the Local Health Council of UBS Nossa Mrs. Aparecida. The research proposes to rescue the process of organizing the working class in Brazil, relating to the Sanitary Movement and social control in the SUS. The focus are the consequences of the development of the Democratic and Popular Strategy through Democracy of Cooptation within the struggle of the Brazilian proletariat. To this end, the work presents the understanding of the state from Marx and Engels, and thus considers it as an instrument of maintenance of the capitalist mode of production. Democracy is one of its political elements to guarantee bourgeois domination. In this way, the dissertation presents the discussion about democracy as a form of co-optation of the working class founded on bourgeois liberalism. It explains how the decoupling of reform and revolution happened from the various political debates in the organization of the proletariat. It analyzes the relationship of this process with the debate between tactics and strategy in the working class movement. And thus to understand the impacts of this on the process of workers' consciousness, demonstrating the need to reflect on what paths will lead us, in fact, to human emancipation.

Keywords: Social Control. SUS. Cooptation democracy. Class struggle. Capitalism. Marxism.

Lista de abreviaturas e siglas

AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
ABRANGE	Associação Brasileira de Planos de Saúde
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMB	Associação Médica Brasileira
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APS	Atenção Primária a Saúde
ASPS	Ações e serviços públicos de saúde
BM	Banco Mundial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLS	Conselho Local de Saúde
CLDSS	Conselhos Locais de Desenvolvimento Social e Saúde
CMS	Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre
CUT	Central única dos Trabalhadores
EDN	Estratégia Democrática e Nacional
EUA	Estados Unidos da América
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ESF	Equipe Saúde na Família
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GHC	Grupo Hospitalar Conceição
GM	Guerra Mundial
IMESF	Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OP	Orçamento Participativo
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
OS's	Organizações Sociais
OSCIP's	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PPP	Parcerias Público Privadas
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PIB	Produto Interno Bruto
PDP	Projeto Democrático e Popular
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCI	Partido Comunista Italiano
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
POSDR	Partido Operário Social Democrata Russo
PT	Partido dos Trabalhadores
PSF	Programa Saúde na Família
PNAB	Política Nacional de Atenção Básica
PNPS	Política Nacional de Participação Social
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RS	Rio Grande do Sul
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SPD	Partido Socialdemocrata Alemão
SUS	Sistema único de Saúde
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
TCE	Tribunal de Contas do Estado
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIMED	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
UBS	Unidade Básica de Saúde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. ESTADO, DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS: TEORIA E PRÁTICA EM MARX	21
1.1 A inter-relação entre o liberalismo e a democracia: um debate necessário.....	27
1.2 A socialdemocracia alemã, o eurocomunismo e a Democracia: entre a reforma e a revolução.....	36
1.3 O Estado e as políticas públicas: possibilidades ou entraves para a emancipação humana?.....	47
CAPÍTULO 2. O PROCESSO HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A LUTA DE CLASSES: AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL BURGUESA.....	56
2.1 Fordismo, Taylorismo, Acumulação Flexível e a luta de classes no mundo.....	58
2.2 Fordismo, Taylorismo, Acumulação Flexível e a luta de classes no Brasil e as configurações do Estado.....	69
CAPÍTULO 3. A LUTA DE CLASSES NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO CAPITALISMO: DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E NACIONAL (EDN) AO PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR (PDP).....	79
3.1 Inventário sobre as estratégias da esquerda brasileira: da Estratégia Democrática e Nacional (EDN) ao Projeto Democrático e Popular (PDP).....	82
3.2 O Projeto Democrático e Popular e o amoldamento à ordem capitalista.....	86
CAPÍTULO 4. A REFORMA SANITÁRIA NO BRASIL E O SUS: NECESSIDADES ANTAGÔNICAS ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO.....	99
4.1 O movimento da Reforma Sanitária e a construção do SUS: as contradições no processo de luta pela saúde.....	100
4.2 A construção do SUS e a Política de Atenção Básica.....	109
CAPÍTULO 5. CONTROLE SOCIAL NO SUS: O PROCESSO DE COOPTAÇÃO DA LUTA DOS TRABALHADORES E SEUS LIMITES NA GARANTIA DO ACESSO À SAÚDE	113
5.1 O controle social: concepções e reflexões sobre o processo histórico de participação popular na saúde.....	113
5.2 O conselho local de saúde: uma revisão sobre conceitos e reflexões sobre o tema.....	117
5.3 O movimento dos trabalhadores pela garantia do direito ao acesso à saúde: os limites do controle social.....	120
CAPÍTULO 6. O CONSELHO LOCAL DE SAUDE E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA DEMOCRACIA.....	127
6.1 O caminho metodológico da pesquisa: fundamentos e operacionalização.....	127
6.1.1 Mãos à obra: a escolha dos materiais/fontes e instrumentos de pesquisa.....	128

6.2 O Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida: a história construída pelos trabalhadores.....	130
6.2.1 A história do Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida: conhecendo o objeto de estudo.....	130
6.2.2 A concepção sobre o espaço do conselho a partir dos trabalhadores conselheiros.....	139
6.2.3 As consequências das últimas crises do Capital para a classe trabalhadora e os impactos no controle social no SUS em Porto Alegre.....	145
6.2.4 Dificuldades e limites do Controle Social em debate: os reflexos do Projeto Democrático e Popular e da Democracia de Cooptação.....	157
6.2.5 As novas eleições do CLS da UBS Nossa Senhora Aparecida.....	171
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
REFERÊNCIAS.....	182
APENDICE A- Roteiro de Entrevista	197
APENDICE B- Termo de Consentimento Esclarecido para participar na pesquisa.....	199

1. INTRODUÇÃO

“Todo o começo é difícil — isto vale em qualquer ciência.”

Karl Marx

No Brasil, desde os meados de 2017 a classe trabalhadora¹ vive as consequências da última crise cíclica e periódica do Capital, a qual iniciou em 2014. Essa crise foi tão profunda que exigiu, em larga escala, a intensificação da exploração da classe trabalhadora através da redução de salários, ampliação da jornada e precarização das condições de trabalho. Para atender as necessidades da estrutura econômica da sociedade – o modo de produção capitalista – o Estado toma medidas que legitimem esse processo, explicitando seu caráter de classe: burguês.

As reformas começaram a ser aprovadas, mas a crise estava em um ponto que exigia o aceleração desse processo. Então, a burguesia orquestrou um golpe dentro dos marcos legais do Estado Democrático de Direito, “impeachment” a então presidente Dilma Rousseff de modo que fosse possível agilizar as reformas que o próprio Partido dos Trabalhadores (PT) já havia colocado em curso. Michel Temer estava inscrito para cumprir com esse papel, assumiu a Presidência e pode colocar na ordem do dia a Reforma Trabalhista, a PEC 55/241 (a PEC do “fim do mundo”), regulamentou a intervenção militar no Rio de Janeiro e ainda estamos em vias de ver efetivada a Reforma da Previdência – entre outros ataques frontais a classe trabalhadora.

Cabe destacar a reação apassivada dos trabalhadores diante dessa conjuntura. Após anos de alargamento da democracia, um período que entendemos ser o da Democracia de Cooptação, a capacidade de mobilização e luta da classe trabalhadora vem diminuindo cada vez mais. Como exemplo disso, podemos apontar o esvaziamento dos espaços de participação e Controle Social. Ao contrário de sua idealização enquanto uma ferramenta da Democracia para atender os interesses dos trabalhadores, esses espaços

¹ Trataremos nesta dissertação o termo classe trabalhadora, trabalhadores, proletários como o conceito descrito em Marx e Engels (2005, p.23) “[...] Por proletariado [entende-se] a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”. Por óbvio essa conceituação necessita de mediações ao tempo histórico atual, uma vez que as novas configurações do modo de produção capitalista imposto pela Reestruturação Produtiva alteraram, de certo modo, alguns tipos de vínculo jurídico na relação burguesia x proletariado. Ressaltamos que se tratam de mudanças no vínculo jurídico (ou seja, na superestrutura da sociedade) e não na conformação essencial das classes sociais antagônicas do sistema capitalista: uma proprietária dos meios de produção e outra produtora de todos os meios necessários à vida humana (inclusive os próprios meios de produção), que tem o produto de seu trabalho alheio de si, pois pertence aos proprietários dos meios de produção. Consideramos trabalhadores desempregados, com vínculo terceirizado, com vínculo de Pessoa Jurídica e que prestam serviço a uma empresa em troca de salário, trabalhadores do Estado, entre outros, como pertencentes à classe trabalhadora.

se tornaram mais um instrumento de amoldamento da classe trabalhadora. Conforme os Conselhos e demais fóruns de Controle Social foram se estruturando e ampliando, a participação dos trabalhadores em seus locais de moradia, de trabalho e a mobilização da comunidade foi diminuindo. Não se trata de um caso isolado, mas uma expressão particular de um problema singular da conjuntura brasileira.

A falta de reação da classe trabalhadora mediante os ataques lançados pelo Estado Burguês, assim como a inoperância do Controle Social colocam a questão de qual foi o caminho percorrido pelos trabalhadores na luta de classes. Nas últimas três décadas, a classe trabalhadora adotou como estratégia para chegar ao socialismo o Projeto Democrático e Popular (PDP). O PDP tem como pressuposto a conciliação de classes por meio de um “Pacto Social” viabilizado pela Democracia de Cooptação, que consiste em levar o Estado para além do parlamento (através, por exemplo, do Controle Social) de modo que as demandas dos “cidadãos” sejam “acolhidas”. Para efetivar esse movimento, os trabalhadores foram organizados enquanto “cidadãos”, “eleitores”, “consumidores”, e não como proletários. Grupalizados em torno das instituições estatais, a classe trabalhadora foi educada a depositar no Estado Burguês a responsabilidade de resolução de seus problemas.

Esse movimento foi pavimentando o caminho para a classe trabalhadora ser mais explorada, já que os trabalhadores foram desaprendendo a lutar contra o Capital de forma independente ao Estado e esse, é justamente quem mantém o modo de produção centrado na exploração. Essa complexa trama conjuntural nos convoca a aprofundar a reflexão sobre a análise da estratégia hegemônica da classe trabalhadora que nos trouxe até aqui. O presente trabalho se propõe a apresentar um estudo sobre o controle social no SUS a partir de um conselho local como particularidade dessa Estratégia adotada pelos trabalhadores no Brasil.

Para tanto, a dissertação baseia-se no método materialista-histórico-dialético. A análise se dará a partir da teoria marxiana, pois se compreende que o resgate dessa teoria é a condição fundamental para compreender o mundo em que vivemos e seus rumos atuais, bem como para orientar revolucionariamente o movimento social dos trabalhadores (NETTO, 2011; TONET; LESSA, 2011). A partir da análise do movimento da luta de classes no sistema capitalista iremos apresentar uma discussão sobre a concepção de Estado (seu caráter de classe) e da democracia enquanto sua forma política explicitando a faceta de cooptação. Também iremos abordar como a classe trabalhadora vem se

organizando historicamente para enfrentar o Capital, trazendo o debate sobre reforma e revolução, relacionando com a diferença entre emancipação política e emancipação humana. Então, analisaremos como os trabalhadores brasileiros vêm construindo suas estratégias de luta, tendo como foco de análise a construção da política de saúde e dos mecanismos de controle social, a partir das expressões apresentadas em um conselho local de saúde.

Visa também demonstrar que a abordagem marxiana sobre a luta de classes, que vem a ser o método materialista-histórico-dialético, não está relacionada apenas à compreensão de aspectos macropolíticos e macroeconômicos. As relações sociais de produção da vida material, na sociedade capitalista, interferem nos mais variados fenômenos da vida social dos sujeitos – no caso desse trabalho, na política de saúde e no controle social. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008a, p. 49).

O método materialista-histórico-dialético entende que a sobrevivência da humanidade está condicionada à criação dos meios que permitam aos homens e mulheres comer, beber, vestir, morar e outras coisas mais a partir do trabalho (MARX, 2008a). Tendo em vista que o ser humano não encontra nenhum *habitat* específico com todas as condições prontas para sua sobrevivência, necessita transformar a natureza para a manutenção da sua vida. A mediação entre o homem e a natureza com o intuito de suprir as necessidades humanas é considerado por Marx (2013) Trabalho. É a partir do Trabalho que o homem se organiza coletivamente, produz instrumentos, transforma a natureza para se manter vivo, ao mesmo tempo em que se transforma a si mesmo.

Para o ser humano é impossível sobreviver isoladamente, ele necessita se unir com outros de sua espécie para garantir sua perpetuação. Ao longo da história, várias foram as formas através das quais os seres humanos se organizaram para produzir sua própria vida. Nas palavras de Marx (2008a), essas são as relações sociais de produção, as quais ocorrem de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos, a depender do grau de desenvolvimento das Forças Produtivas Materiais - antes morávamos em cavernas, hoje moramos em casas de alvenaria, por exemplo. Isso significa dizer que existe um acúmulo de Trabalho histórico que nos trouxe até aqui, que Marx (2008a) chama de Grau de Desenvolvimento das Forças Produtivas Materiais. Tratam-se essas da própria natureza, das tecnologias desenvolvidas e, principalmente, dos sujeitos históricos que, através de sua Força de Trabalho, conformam esse desenvolvimento: os trabalhadores. Esses, no

entanto, em relações sociais de produção baseadas na divisão de classes, como na do tipo capitalista, não detêm os meios de produção. É justamente essa relação social de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção que permite ou não o desenvolvimento das forças produtivas materiais e a sobrevivência humana (MARX, 2008a).

O capitalismo tem em sua essência a exploração do proletariado pela burguesia e a manutenção da propriedade privada, expressão jurídica do Estado. Acontece que a burguesia representa a minoria da sociedade enquanto o proletariado a grande maioria. Para justificar e manter a subordinação da maioria da população mundial a uma minoria que lhe explora e oprime, a classe dominante necessita de elementos jurídicos, políticos e ideológicos, numa totalidade superestrutural - o Estado. As intervenções estatais são necessárias e construídas devido à contradição que emerge da necessidade do modo de produção capitalista de se manter e da necessidade das forças produtivas materiais (natureza, saber fazer e principalmente a Força de Trabalho) de se desenvolverem. Esse antagonismo de interesses é o que vem a ser a luta de classes em Marx. As medidas tomadas pelo Estado são, em sua grande maioria, medidas de proteção ao Capital, que atingem diretamente a Força de Trabalho. Dito de outra maneira, essa tensão entre o Capital e o Trabalho é a luta de classes. Quando as medidas exigidas pelo Capital, através do Estado, ameaçam a vida da classe trabalhadora, há a agudização da luta de classes. O acirramento dessa tensão ameaça o modo de produção capitalista, que, para se manter, aciona novamente o Estado com outras tantas medidas, que podem ser de coerção ou de consenso (MARX, 2008a).

Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem mundial até então existente, ele apenas revela o mistério de sua própria existência, uma vez que ele é a dissolução fática dessa ordem mundial. Quando o proletariado exige a negação da propriedade privada, ele apenas eleva a princípio da sociedade o que a sociedade elevava a princípio do proletariado, aquilo que nele já está involuntariamente incorporado como resultado negativo da sociedade (MARX 2010c, 156).

Marx ao sistematizar a teoria revolucionária dos trabalhadores, nos deixou um fio condutor para entender a realidade da sociedade capitalista. A partir deste fio condutor se estrutura o presente trabalho. No primeiro capítulo, iremos apresentar uma análise sobre a origem do Estado para, então, falar do papel do Estado no modo de produção capitalista, a partir da compreensão desse como um instrumento de dominação da classe burguesa para

com a classe trabalhadora. Baseado na crítica de Marx e Engels, entendemos que a democracia é a forma política mais desenvolvida do Estado burguês e está a serviço da manutenção do modo de produção capitalista. Apresentaremos a discussão sobre a concepção de democracia e de Estado dentro dessa perspectiva. Além disso, a luta pela democracia passou a ser uma bandeira da classe trabalhadora, com a defesa de que o caminho para um novo modo de produção sem divisão de classes só será possível através da democracia. Desse modo, a democracia acaba se tornando um fim em si mesma e não um meio para os trabalhadores se organizarem no sentido da revolução socialista. Por isso retomamos o debate sobre a necessária unidade entre estratégia e tática para diferenciarmos reforma e revolução. Nesse sentido, apresentaremos os conceitos de emancipação política (cidadania, políticas públicas, democracia) e emancipação humana (supressão da propriedade privada dos meios de produção, da sociedade dividida em classes e da exploração humana) e como se inscrevem no debate sobre reforma e revolução. Tal processo será analisado a partir das relações sociais de produção e da intrínseca relação da democracia com os aspectos do liberalismo desde a Revolução Industrial Inglesa no século XVIII.

As confusões em torno dos conceitos de reforma e revolução, causou uma inflexão no movimento dos trabalhadores. Ao longo da história, diversos foram os debates travados nesse campo. Primeiramente iremos expor alguns desses debates, começando com as polêmicas entre Marx e a família Bauer, seguidas pela socialdemocracia alemã nas figuras de Bernstein e Kautsky e perpassando o período da Revolução Russa de 1917. A partir desses debates no seio da classe trabalhadora, o Estado passa a ser visto como fim e não mais como meio. Dito em outras palavras passa a ser defendido por parte do proletariado que através das reformas se chegará ao socialismo de modo pacífico pela via democrática. Tal compreensão será defendida, posteriormente pelos eurocomunistas na Itália (a partir de 1940, se ampliando em 1970) e é transposta, posteriormente, pela vanguarda dos movimentos dos trabalhadores no Brasil. Ainda no primeiro capítulo, buscamos apresentar os impactos dessa perspectiva nos modelos de análises das políticas públicas, como parte das reformas e da busca pela emancipação política.

No segundo capítulo procuraremos explicitar como as alterações na superestrutura (leis, políticas públicas, democracia) correspondem às mudanças na estrutura econômica. O propósito é entender como as relações sociais de produção entram em choque com o desenvolvimento das forças produtivas materiais e como o Estado molda-se a isso para a

manutenção da ordem capitalista. Partimos do processo de industrialização desde o século XVIII com a Revolução Industrial e analisamos a reestruturação produtiva para a ampliação da acumulação capitalista, as necessárias reconfigurações do modelo de Estado. Compreendemos que a reestruturação produtiva não pode ser vista apenas como uma reorganização da gestão na busca por maior eficiência e resultados, trata-se de uma complexa relação entre economia, política e ideologia, pois as ações que alteram a organização do modo de produção acabam também por alterar a configuração do Estado (IASI, 2012).

Assim, buscamos compreender as necessidades do modo de produção no período do taylorismo/fordismo e seu correspondente Estado de Bem-Estar Social para o desenvolvimento do capitalismo. Também veremos como o taylorismo/fordismo produziu o seu próprio entrave na busca pelo aumento da taxa de lucros, acirrando a luta de classes. Esse fenômeno provocou a necessidade de uma nova reestruturação produtiva chamada de Toyotismo/acumulação flexível. Consequentemente, exigiu uma reconfiguração do Estado: o Neoliberalismo. Discorreremos sobre esse processo globalmente como também no Brasil. Abordaremos o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, compreendendo sua formação social: da saída de uma economia tipicamente colonial, com base na exportação de matéria prima e insumos agrícolas para o processo de industrialização. Tal processo é elemento chave para compreender a configuração social do país.

Entramos no terceiro capítulo abordando a formação social brasileira e baseado em Florestan Fernandes (2005) caracterizamos a classe burguesa em nosso país com um perfil autocrático. O Brasil começa a desenvolver as primeiras indústrias nos anos 1850 e 1900. Os trabalhadores saem do campo para a cidade, trazendo consigo uma cultura de submissão ao patrão. Em seguida recebemos operários imigrantes europeus que, por sua vez, trazem as bandeiras de luta e reivindicações defendidas na Europa. É nesse cenário que se aprofunda a contradição Capital x Trabalho no Brasil. Em 1917 tivemos uma grande greve como o primeiro marco do movimento dos trabalhadores do Brasil. Continuamos a desenvolver nesse capítulo o histórico de luta dos trabalhadores no país, o qual passa a ser impulsionado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), através da Estratégia Democrática e Nacional, tendo sua falência decretada com o golpe empresarial-militar de 1964. Entre o final da década de 70 e início dos anos 80 segue-se um processo de intensa luta pela redemocratização, juntamente com grandes greves do ABC paulista nascendo o Projeto Democrático e Popular (PDP).

Ainda nesse capítulo apresentaremos o PDP como a estratégia adotada pela classe trabalhadora de enfrentamento ao Capital, executada pelo Partido dos Trabalhadores e pela Central Única dos Trabalhadores. Essa estratégia centra o movimento dos trabalhadores para ocupar o Estado pela via eleitoral e ao mesmo tempo, manter a pressão pacífica de massas. Entendia-se que havia *tarefas em atraso* da revolução democrática burguesa no Brasil. E por isso reivindicaram em seu programa a necessidade de superar a Estratégia Democrática e Nacional (EDN), buscando nova síntese para a estratégia de tomada do poder. Acabaram por confundir estar no governo com estar no poder e acreditaram que as reformas dentro do capitalismo não amoldariam o proletariado à ordem, mas acumulariam forças para a construção de uma nova ordem social. A consequência foi que, ao tentar ocupar o Estado Burguês para transformá-lo por dentro, o PT é quem foi transformado por esse Estado. Não iremos fazer uma avaliação moral da estratégia, mas sim apresentar seu caráter idealista e a lógica formal contida em seu programa a qual se funda em uma democracia de cooptação da classe trabalhadora. As consequências serão de grande impacto nas formas de enfrentamento do proletariado frente à luta de classes. Uma das consequências é a visão ideológica da democracia enquanto um valor universal. Ou seja, que somente pela *via democrática* iremos garantir nossos direitos enquanto classe e que para tanto, devemos fortalecer as políticas públicas e os espaços de controle social.

No quarto capítulo, examinaremos o Movimento da Reforma Sanitária que se constitui no bojo do movimento dos trabalhadores na luta contra a ditadura empresarial militar brasileira e na busca por uma sociedade sem divisão de classes. No entanto, ocorre uma inflexão também nesse movimento, o qual passa a se restringir na defesa do SUS e de sua efetivação via controle social. Tal situação é discutida neste capítulo e percebe-se que o que aconteceu com o Movimento Sanitário é uma das expressões do PDP no movimento geral da luta dos trabalhadores no Brasil. Apresentaremos o histórico da construção do SUS a partir de uma breve revisão literária, trazendo as reflexões de importantes autores que discutem o tema. Entendemos que compreender o caminho da Reforma Sanitária é de extrema importância para entender o conceito de saúde estabelecido na sociedade capitalista e como ele vem sendo garantido historicamente. Sabemos que a luta do movimento sanitário conseguiu agregar à classe trabalhadora um maior acesso à saúde assim como defendeu a Atenção Básica como a melhor forma de ordenar e promover essa política pública. No entanto, o SUS e todas as instâncias do

controle social não são autônomos à ordem social, ao contrário, fazem parte das instâncias jurídicas, políticas e ideológicas do modo de produção burguês.

Nessa esteira, iremos expor no quinto capítulo, o histórico do controle social na saúde. A relação da construção do SUS com o controle social juntamente com o movimento de luta dos trabalhadores no Brasil. Apresentaremos o controle social como outra parte da estratégia hegemônica da classe trabalhadora, já apresentada no capítulo três: o PDP. Nesse contexto o Controle Social assume uma função tática de construir espaços que possibilitem os trabalhadores participar das decisões sobre os rumos da política pública. Entretanto, na prática o que analisaremos é como esse objetivo vem transformando-se no seu contrário e o quanto tem colocado limites para que os trabalhadores consigam não só assegurar o direito à saúde, como também desenvolver uma luta enquanto classe por seus interesses históricos.

Assim, chegamos ao sexto capítulo, buscando apresentar os dados da pesquisa realizada na UBS Nossa Senhora de Aparecida a partir das entrevistas com os trabalhadores conselheiros do Conselho Local de Saúde e das observações participantes feitas nas reuniões do conselho. Nesse capítulo, mostraremos os resultados da imersão no campo de pesquisa relacionando com o conteúdo apresentado até o presente momento. Quais os elementos do movimento real da luta dos trabalhadores se expressam nesse conselho. Quais os aspectos ideológicos foram apreendidos nas falas e ações desses trabalhadores e, diante dos limites impostos pelo modo de produção quais caminhos a classe trabalhadora percorreu. Buscamos analisar como o conselho local de saúde está inscrito dentro da Estratégia Democrática e Popular, bem como quais os elementos que constituem essa relação. Abordaremos as motivações dos trabalhadores ao participarem do conselho, o momento da dinâmica da luta de classes em Porto Alegre, as expressões da ideologia burguesa no cotidiano da vida desses trabalhadores e a concepção de luta e mobilização pela *via democrática* e representativa.

Sabemos que os limites e as conquistas do controle social na saúde fazem parte do movimento de luta da classe trabalhadora na sua totalidade. A Democracia fomentou nos trabalhadores a esperança de enfrentar através do Estado Burguês os duros ataques proferidos pelo Capital. A partir dessa “crença” no Estado, há um retrocesso na consciência de classe da classe trabalhadora, o que conforma uma postura apassivada perante a luta de classes. Por isso, é necessário analisarmos o que vem acontecendo nesse período

histórico, para então pensar em como trilhar novos caminhos que venham a garantir de fato a emancipação humana de nossa classe.

CAPÍTULO 1. ESTADO, DEMOCRACIA, POLÍTICAS PÚBLICAS: TEORIA E PRÁTICA EM MARX

“Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.”
Karl Marx e Friedrich Engels

Os estudos e debates sobre Estado, democracia e os caminhos para a superação do atual modo de produção ocorrem tanto nos espaços genuinamente militantes, quanto nos acadêmicos, bem como em outros meios de pensar-fazer política. Afinal, ao contrário da concepção de que a política se limita ao ato de governar (pequena política), na prática, ela implica diretamente em como enfrentamos os entraves para a garantia da nossa sobrevivência, destruindo radicalmente a estrutura econômica (grande política). Nas palavras de Gramsci:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de **novos Estados, a luta pela destruição**, pela defesa, pela conservação de determinadas **estruturas orgânicas econômico-sociais**. A pequena política compreende as **questões parciais e cotidianas** que se apresentam no interior de uma estrutura **já estabelecida** em decorrência de lutas pela predominância entre **as diversas frações de uma mesma classe política**. Portanto, a grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política (Giolitti, baixando o nível das lutas internas, fazia grande política; mas seus súcubos, objeto de grande política, faziam pequena política). Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão grande política, de reorganização radical do Estado (GRAMSCI, 2012a, p. 21).

Quando se fala em política, diretamente relacionamos com as formas como são tomadas as decisões da vida em sociedade. Em geral, pouco se olha para a relação da superestrutura com a estrutura econômica da sociedade. Em termos gerais, se enfatiza se elegemos ou não quem toma as decisões (e como as toma).

Como fruto da consolidação das bandeiras defendidas na Revolução Francesa (1789-1799), se hegemonizou a visão de que a democracia é a melhor forma para a tomada das decisões em sociedade. Diversas são as visões sobre a democracia. Em geral, todas abordam dois elementos no debate, são eles: a concepção de Estado e a compreensão sobre a própria democracia. Além disso, a respeito dos estudiosos e

militantes, podemos dividir em dois grandes polos: aqueles que pretendem reformar o atual modo de produção e os que desejam transformá-lo radicalmente. Esses últimos, por sua vez, possuem divisões internas as quais abordaremos brevemente neste trabalho. O movimento da Reforma Sanitária, o qual deu origem ao SUS e ao controle social, é um dos exemplos de defesa da posição dos que pretendiam transformar radicalmente o capitalismo. E é para esta ala que dedicaremos nossas reflexões.

Para tanto, é necessário considerar que o Estado (logo também a democracia e as políticas públicas), é produto de um determinado momento da história da humanidade, não uma forma a-histórica de tomada de decisões. Precisamos, portanto, retomar o processo que produziu tais elementos para compreendê-los com maior precisão. Para isso, devemos, antes de tudo, situar que estes derivam do processo que ocorre na estrutura econômica da sociedade (MARX, 2008a).

É a partir da estrutura econômica, segundo Marx (2008a), portanto do modo de produção, que se desenvolve o Estado (superestrutura). Ainda que tenha diversas nuances, o Estado cumpre, essencialmente, com a função de manter a propriedade privada dos meios de produção.

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, 'a realidade da ideia moral', 'a imagem e a realidade da Razão como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre-devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da 'ordem' (ENGELS, 1984, p. 191).

Podemos dizer que, nos marcos desse modo de produção e sua correspondente superestrutura no Brasil, uma das sínteses do conflito Capital *versus* Trabalho é o SUS: de um lado o Capital, precisando aumentar seus lucros (necessidade de uma classe trabalhadora com saúde suficiente para altos índices de produtividade e uma quantidade de superpopulação relativa² que permita os salários não subirem exponencialmente); do outro, o Trabalho (Força de Trabalho) em luta por sua sobrevivência.

² A partir dos estudos de Marx sobre o Capital, com relação a superpopulação relativa entendesse que [...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao Capital de maneira tão absoluta como

Ressalta-se que a relação entre a estrutura e a superestrutura econômica não é estática, haja vista que a última se transforma, mais ou menos lenta ou rapidamente, conforme as transformações da base econômica da sociedade civil burguesa³ – mais especificamente, conforme o desenrolar da luta de classes (MARX, 2008a). Assim, entende-se que o SUS, bem como outras políticas públicas, também é expressão da contradição entre o Capital e o Trabalho.

Portanto, para compreender o momento que vivemos na política pública de saúde, não podemos deixar de analisar como se encontra o vínculo entre a relação social de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Assim, precisamos considerar que acabamos de sair de mais uma crise cíclica e periódica do Capital⁴. Trata-se de uma crise de superprodução de mercadorias e que, devido à própria dinâmica do Capital e a maneira como os burgueses encontram para vencer a concorrência, acarreta a queda tendencial da taxa de lucro (MARX, 2009).

Periodicamente, as relações sociais de produção tornam-se muito estreitas para permitir um permanente processo de produção e de acumulação do Capital. Acende-se o sinal amarelo no ciclo. [...] essa queda da taxa de Mais-Valia determina a mortífera tendência à queda da taxa de lucro. Os movimentos das partículas mais elementares (valor) manifestam-se então em camadas mais superficiais (preços) do processo de produção de Capital. Depois de um auge de expansão nos quatro primeiros anos do ciclo atual, a massa e a taxa de lucro

se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. [...] A massa da riqueza social, superabundante e transformável em Capital adicional graças ao progresso da acumulação, precipita-se freneticamente sobre os velhos ramos da produção, cujo mercado se amplia repentinamente, ou em ramos recém-abertos, como o das ferrovias etc., cuja necessidade decorre do desenvolvimento dos ramos passados. Em todos esses casos, é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala de produção alcançada em outras esferas. A superpopulação provê essas massas” (MARX, 2013, p. 858-859).

³ O termo original é de Hegel - em alemão *burgerliche Gesellschaft*. “Hegel explica que um Burguer era originalmente um defensor de um castelo (Burg), depois, a partir do século XII, um habitante de cidade ou cidadão. Também significa um “cidadão”, mas retém sua associação com os burgeois (“burguês”) francês e sugere um contraste com a nobreza e o clero. *Burgeois* deriva do cognato *bourg*, um “burgo” ou vila com carta de privilégios. É distinto do *cytoen* (do latim *civis*), que Hegel usa quando deseja especificar o sentido de um “cidadão” de um Estado. O adjetivo *burgerlich* significa, pois, “civil, cívico (como em “direito civil, “direitos civis” e “dever cívico”) e também “classe média, burguês”, em *burgerliche Gesellschaft*, ambos os sentidos tem participação, mas com acentuação no segundo (...)” (INWOOD, 1997, p. 294).

⁴ Ao observar a capacidade produtiva do Capital nos EUA, identificou-se que no ano de 2014 ela já estava em patamar superior ao pico do ciclo anterior (2002-2007). Não se pode, portanto, “falar de crise permanente quando a massa de Capital acumulado não só se recuperou da queda entre 2008 e 2009, como já está acima do auge do ciclo anterior. Entretanto, a maioria absoluta dos economistas não continua falando que a crise de 2008/2009 ainda continua? Não existe crise permanente do Capital, mas crise periódica em permanência”. (CRÍTICA DA ECONOMIA, 2015).

também começam a desacelerar para, em seguida, começar a cair. Esse movimento sincronizado de queda da taxa de Mais-Valia e da taxa de lucro é originado nas manufaturas, núcleo do preço de produção regulador do mercado, e se expande para todas as empresas não financeiras da economia. Isso pode ser medido, em primeiro lugar, pela variação do lucro unitário no decorrer do ciclo (CRÍTICA DA ECONOMIA, 2016).

O Estado, por sua vez, tem o papel de frear essa queda. Para que isso ocorra, é indispensável para a burguesia retirar os direitos dos trabalhadores de forma direta e dura, colocando sob ameaça a sobrevivência destes. Uma das medidas para retomar a lucratividade do Capital a médio e longo prazo é diminuir os investimentos em políticas públicas, para que, em termos absolutos, reduza o preço da Força de Trabalho e intensifique a produção.

Se nos momentos de crescimento a concorrência entre os capitais se dá pela ampliação dos lucros acima do lucro médio, na crise ela consiste na tentativa de imputar ao seu concorrente e aos trabalhadores o ônus maior desta desvalorização. A crise se apossa da classe trabalhadora de modo peculiar: o excesso se converte em carência, com menos emprego, menos salários e menores jornadas de trabalho. Mas a carência também se converte em excesso, exigindo um maior ritmo de trabalho para poucos que se mantêm empregados (MARX, 2009, p.15).

A cada nova crise é tomada medidas anticrise, tais como aumento da jornada de Trabalho, demissões, redução e/ou congelamento salarial, medidas de austeridade, diminuição/precarização das políticas públicas, etc. É a gravidade da crise junto com o grau de reação dos movimentos sociais da classe trabalhadora que vão definir quais as ferramentas (e seus níveis de intensidade) que o Estado utilizará.

Como, certamente, haverá (e há) resistência por parte dos trabalhadores em relação às medidas adotadas pela burguesia, para além de servir como salvaguarda da burguesia nos períodos de crise cíclica e periódica do Capital, o Estado busca atenuar o conflito gerado entre Capital e Trabalho (MARX, 2009). Para manter a burguesia enquanto classe dominante, é preciso contemplar muito dos anseios da classe trabalhadora de modo que não se altere as relações sociais de produção: que a burguesia se mantenha enquanto classe dominante e os trabalhadores continuem sendo classe explorada. Para isso, ele (o Estado) se utiliza de mecanismos de coerção e de consentimento para praticar tais medidas.

Desde Maquiavel que a teoria política moderna sabe que a violência não pode ser o instrumento exclusivo do Estado, o uso adequado da violência (para Maquiavel aquele que atinge o objetivo de conquistar e manter o Estado) deve ser combinado com as formas de apresentá-lo como legítimo, o que nos leva à síntese entre os

momentos de coerção e consenso, a famosa metáfora maquiaveliana do leão e da raposa. Poderíamos dizer que a violência só é eficaz quando envolvida por formas de legitimação da mesma forma que os instrumentos de consenso pressupõem e exigem formas organizadas de violência. O leão e a raposa são igualmente predadores, suas táticas é que diferem. A separação entre violência e consentimento, entre coerção e consenso, serve às vestes ideológicas que procuram apresentar o Estado como uma função necessária e incontornável da sociabilidade humana. [...] A violência é resultante da contradição inconciliável que fundamenta nossa sociabilidade e, portanto, ela é cotidiana, onipresente e inevitável. Ainda que disfarçada de formas não explícitas como nos consensuais procedimentos legais e fundamentos jurídicos, como valores morais ou formas aceitas de ser e comportar-se (IASI, 2013, p. 01).

Notamos que a relação do Estado com a sociedade de classes se dá independente do regime político que este possa se apresentar. Ou seja, tanto um Estado mais aberto, quanto mais fechado para a legitimação das tomadas de decisão será um Estado a serviço da manutenção das relações sociais de produção de tipo capitalista.

Decidir uma vez a cada tantos anos que membro da classe dominante reprimirá, esmagará o povo no parlamento: é nisso que reside à verdadeira essência do parlamentarismo burguês, não só nas monarquias constitucionais parlamentares, mas também nas repúblicas mais democráticas (LENIN, 2007, p. 66).

As divergências quanto à questão da democracia são tão grandes quanto à da própria concepção de Estado entre aqueles que desejam transformar o mundo. Precisamos, portanto, nos dedicar a ir a fundo à questão, independentemente de nossas preferências ou desejos.

Precisamos compreender como chegamos nesta situação de aumento da pobreza e da miséria, de tantos direitos retirados, para que seja possível forjar uma nova estratégia que, de fato, chegue ao objetivo final de acabar com a exploração da classe trabalhadora. Para isso, precisamos ser “críticos e autocríticos” (GRAMSCI, 2012) nas escolhas que tomamos como instrumentos táticos de garantias de direitos e que estratégia passou a defender como resolutive dos problemas sociais. Isso perpassa por uma discussão sobre o “fetichismo” da democracia, tida como universal (BOBBIO, 1979; COUTINHO, 1979), e, por consequência, sobre a compreensão de Estado sem esquecer-se da sua relação com o socialismo ao longo dos últimos anos.

Após o estarcimento com o golpe empresarial-militar de 1964, o movimento dos trabalhadores no Brasil construiu a ideia de que, com desenvolvimento de uma etapa democrática burguesa em nosso país, com o alargamento da democracia, a classe trabalhadora acumularia forças para romper com a ordem capitalista (é a partir desta

concepção que se nutre o terreno para as formulações e práticas quanto ao controle social). No entanto, o que estamos vivendo em pleno 2018 é averiguação de que, com o amadurecimento da democracia no país, ela está cada vez mais distante do socialismo. Assim, nos cabe questionar o meio que temos utilizado para atingir o fim que almejamos, ou seja, refletir sobre o processo de democratização e sua relação com a mudança do modo de produção. Urge retomar o debate sobre democracia enquanto um processo e não um ponto de chegada, bem como refletir sobre sua “feticização” (DANTAS, 2014). Para tanto, é necessário resgatar como a democracia vem sendo desenvolvida ao longo da história e como se consolidou no consciente dos sujeitos de modo a fazer com que a classe trabalhadora tenha se jogado a um “adesismo pesado às regras do jogo, como princípio, precisamente quando um jogo crescentemente sem regras mínimas começa a valer indiscriminadamente” (DANTAS, 2014, p. 31). E superar este adesismo é justamente uma das tarefas que se impõe como desafio a todos aqueles que desejam resolver de fato os problemas dos trabalhadores.

Conforme Dantas (2014), há três momentos ao longo da história, que nos parece ser determinante para a sua consolidação, mistificação até chegar a uma “feticização”. O primeiro, no fim do século XIX, com sua expressão máxima na Revolução Francesa, uma luta pela garantia dos direitos civis e políticos do povo⁵ – o que trouxe, neste momento, avanços também para a classe trabalhadora. Outro momento é o período da Guerra Fria, em que, findada a aliança pontual entre o bloco capitalista e o bloco socialista, “foi necessário tornar a democracia não só meio para o bem-estar de amplas parcelas das classes dominadas, mas também garantia, antídoto e a mais evidente contraface do socialismo” (DANTAS, 2014, p. 30), pois as economias capitalistas precisavam se globalizar econômica e ideologicamente contra a ameaça soviética. Propagandearam, assim, a democracia como sendo uma bandeira de todos, independente da classe social. E, no terceiro momento, o atual, é o que apresenta as maiores dificuldades por algumas características particulares: estarmos vivendo uma profunda crise do Capital e, como

⁵ No modo de produção feudal, as classes sociais eram imutáveis (por isso, alguns teóricos as conceituam de “estamentos”, mas em termos gerais, trabalhamos com o conceito geral de classe social). A sociedade feudal era dividida em três estamentos. O primeiro estado era o clero, que representava a Igreja, o segundo estado era a nobreza, composta pela corte, que girava em torno do rei, pela nobreza provincial ou por quem adquiriu o título. O terceiro estado era formado, genericamente, por burgueses, trabalhadores, artesãos e camponeses. Na ocasião da Revolução Francesa, durante a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1789 – 1792), o terceiro estado denominou-se de **povo**. (Lefebvre, 2009) Portanto, quando se menciona o termo povo, intencionalmente ou não, incorpora-se os interesses da burguesia, que dirigiu o processo de revolução burguesa na França.

agravante, a marginalização dos setores revolucionários devido à derrota da maior experiência de tomada do poder pelos trabalhadores provocada pela queda do Muro de Berlim. Vivemos um imenso retrocesso da capacidade de organização e formulação da classe trabalhadora e, de modo inversamente proporcional, a “fetichização” da democracia.

Somado a isso, temos os estudos de Marx a respeito da burguesia antes de se constituir enquanto classe dominante, ao revisar a questão do Estado prussiano, burocrático e feudal. Ele afirma que, embora a burguesia tenha interesses particulares enquanto classe, ela se mesclou na sociedade e se colocou como representante dos direitos universais da sociedade em geral na luta contra a nobreza e o clero. Deste modo, as exigências e direitos particulares da classe burguesa se confundiram e tornaram as exigências e direitos de toda a sociedade, o “cérebro e coração sociais” (MARX, 2010c, p. 154). Assim se abre a brecha para acreditarmos, erroneamente, que mesmo hoje, com a mundialização do capitalismo, possam existir valores comuns entre a burguesia e o proletariado.

Isso proporcionou o aumento na crença da democracia como *valor universal* (COUTINHO, 1979). Cabe nos questionar não somente sobre a contradição existente na forma política democracia, mas também como a democracia vem cooptando a classe trabalhadora e sendo um entrave à organização e luta autônoma do movimento dos trabalhadores.

Para tanto, é necessária uma visita ao século XIX para debater com o liberalismo e com a socialdemocracia a questão da democracia, do Estado e da emancipação – humana e política.

1.1 A inter-relação entre liberalismo e democracia: um debate necessário

Não é possível compreender por completo a respeito da democracia, se não falarmos sobre quem a gestou e deu a luz em seu modelo contemporâneo – portanto, o mais desenvolvido. Como já mencionado, temos a Revolução Francesa (revolução da burguesia) como principal locomotiva da implementação da democracia no mundo, bem como de outros princípios burgueses. Isso já nos dá pistas sobre outros elementos necessários para nossa análise. Diferentemente dos metafísicos que empregam a lógica formal e insistem em estudar as coisas de maneira estática e isolada, separadas de sua essência, a dialética pressupõe a contradição do movimento e a conexão entre os seres e

as coisas e seu entrosamento, além de que só é possível compreendê-lo se, desde o início, forem consideradas as ligações recíprocas do objeto de análise (KONDER, 1985).

Para a dialética marxista, o conhecimento é *totalizante* e a atividade humana, em geral, é um *processo de totalização*, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada. [...] qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que podemos avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: '*A verdade é o todo*'. Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral. [...] na maneira de se articularem e de constituírem uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam, caso permanecessem fora do conjunto. Há totalidades mais abrangentes e totalidades menos abrangentes: as menos abrangentes, é claro, fazem parte das outras (KONDER, 1985, p. 35).

Assim, cabe investigarmos a democracia não como um elemento isolado, mas elevar o nível de totalização de nossa exposição e vinculá-la a outros elementos que nos forneçam uma síntese coesa a respeito do objeto analisado. Devemos, portanto, examinar a democracia inter-relacionada ao liberalismo, uma vez que este é o conjunto de princípios e valores que sintetizam o pensamento burguês mais desenvolvido. E, para analisar a democracia, precisamos compreendê-la como um elemento político do Estado burguês.

Foi devido à participação orgânica na luta de classes e dos estudos a respeito das leis do modo de produção capitalista, a partir do materialismo-histórico-dialético, que Marx e Engels vão compreendendo a dinâmica de funcionamento do Capital, sua relação com o Estado e a necessidade da transformação radical da sociedade.

Para Marx e Engels, o Estado é produto da luta de classes e, assim, rompem com o entendimento do Estado enquanto um ente neutro e mediador. E que, portanto, o Estado sempre pertencerá a uma classe social. Ao contrário do que muitos compreendem, inclusive na academia, Marx e Engels entendiam o Estado não de maneira limitada, apreenderam o movimento histórico do desenvolvimento do capitalismo para entender a configuração do Estado na sua complexidade. A derrota dos movimentos revolucionários de 1848 e a experiência da Comuna de Paris foram essenciais nesse processo.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o

Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o Capital para explorar o trabalho assalariado (ENGELS, 1984, p. 193-194).

Ainda sobre as revoluções, Marx analisa e consegue compreender que o Estado não possui porosidade alguma, tão pouco possibilidade de “diálogo”, não é neutro e não tem a disponibilidade para ser ocupado por outro, que não seu criador, a burguesia. Não por ser um simples comitê dela, mas porque é constituído de mecanismos políticos e jurídicos e está composto por uma ideologia dominante difícil de ser penetrada, ainda que não impossível de ser destruída. Nas suas palavras: “*Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de destruí-la. Os partidos que lutaram alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse desse imenso edifício do Estado como a presa principal do vencedor.*” (MARX, 2008b, p. 323).

Tanto para Marx quanto para Engels o Estado moderno é fruto da divisão de classes, de um modo de produção baseado na exploração de uma classe burguesa (detentora dos meios de produção) sob a classe trabalhadora (a qual somente sobrevive com sua força de trabalho). E que, portanto, revolução não consiste em apenas tomar o Estado. E que mesmo ocupar o Estado exige uma estratégia de destruí-lo, e, para isso, é necessário o fim das relações sociais de produção capitalista, terminando com a exploração do homem pelo homem e com a mercantilização das nossas vidas. “*O direito à revolução é sem dúvida o único ‘direito’ realmente ‘histórico’, o único em que assentam todos os Estados modernos sem exceção*” (ENGELS, 1984, p. 58).

Segundo Mészáros (2011), Marx e Engels se empenharam em se opor ao liberalismo muito porque a crítica à economia clássica (liberalismo) – uma das fontes constitutivas do marxismo – (LENIN, 2006) ela se mostra necessariamente fracassada para resolver seus próprios problemas. A radical crítica ao liberalismo era necessária tanto por questões teóricas quanto por razões práticas e políticas.

Teoricamente, a negação radical da abordagem liberal era um pré-requisito para elaborar uma visão de mundo científica que se propusesse a transcender o “fetichismo da mercadoria” do ponto de vista da “nova forma histórica”. Politicamente era necessário minar o edifício intelectual dominante do liberalismo cuja influência constituía um importante obstáculo ao desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora, ainda muito jovem (MÉSZÁROS, 2011, p. 523).

A crítica brutal ao liberalismo feita por Marx possibilitou a criação de um terreno onde o movimento dos trabalhadores pudesse buscar sua própria voz e independência estratégica. O liberalismo precisava ser atacado por representar um grande obstáculo à saída do movimento dos trabalhadores da tutela política e intelectual da burguesia (MÉSZÁROS, 2011).

No liberalismo [...] recebemos a oferta de uma “transição” dos conjuntos dados de relações sociais para a sua reprodução - por meio de variações de “engenharia civil”, da “arte do compromisso”, da política do “consenso” etc. - numa forma parcialmente alterada, mas estruturalmente idêntica. Assim, nada poderia dar uma descrição mais adequada da teoria liberal da transição que o ditado segundo o qual *plus ça change, plus c'est la même chose* (“quanto mais muda, mais permanece o mesmo”). Isso porque a teoria liberal é, em si, a-histórica e anti-histórica, o que tornou imperativo para Marx rejeitar radicalmente a problemática liberal como um todo no curso de sua elaboração da concepção materialista da história (MÉSZÁROS, 2011, p. 524).

O liberalismo surge como uma manifestação da contradição entre a necessidade de manter as relações sociais de produção feudais e a necessidade do desenvolvimento do grau das forças produtivas materiais do período. Naquele momento, o modo de produção vigente impedia as forças produtivas materiais de se desenvolverem. Esta contradição provocou questionamentos, reflexões e formulações a respeito da necessidade de se alterar o modo de produção para a sobrevivência da humanidade: estava em jogo a superação do sistema feudal para o capitalista.

Com o advento da Revolução Industrial (por volta de 1780 a 1840, na Inglaterra) e da Revolução Francesa (entre 1789 e 1799), portanto, da alteração da base econômica, o liberalismo é aprofundado, como síntese da consciência burguesa, para atender os interesses desta classe, os quais consistiam em alterar por completo a estrutura econômica da sociedade feudal para a capitalista. Além da necessidade de romper com o absolutismo (forma superestrutural) em que no qual os três poderes - executivo, legislativo e judiciário – se concentravam na mão do rei e era legitimada pela Igreja.

Passado o período revolucionário da burguesia, o liberalismo pode ser sintetizado como um sistema de crenças e convicções, um conjunto de ideais que representam a burguesia que hoje explora e domina a classe trabalhadora. Por não representar interesses universais da humanidade, mas sim particulares da classe dos capitalistas, ele se constitui como instrumento de dominação por meio de “*inversão, ocultamento, naturalização,*

justificativa e apresentação do particular como se fosse universal” (IASI, 2007, p. 80), sendo, deste modo, uma ideologia.

Ele é formado por um conjunto de princípios e verdades correspondentes à base econômica de tipo capitalista. Como a produção de conhecimento está localizada na superestrutura econômica da sociedade, o liberalismo possui uma correspondência material na estrutura econômica: a classe dos capitalistas. É, portanto, um pensamento típico burguês.

Ainda que tenha servido revolucionariamente como um dos instrumentos para a derrubada do feudalismo, hoje, assim como a burguesia, o liberalismo se tornou um instrumento de conservação da ordem e entrave ao pleno desenvolvimento da humanidade e emancipação humana da classe trabalhadora. Está, portanto, em oposição à revolução proletária.

O tema da democracia foi desde sempre controverso para a filosofia política moderna. Pensadores como Benjamin Constant (1767-1830), Alexis de Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873), contemporâneos dos primeiros movimentos de acomodação conservadora da burguesia recém-dominante, estiveram na linha de frente deste debate. A radicalização jacobina (1793-94) durante a Revolução Francesa (1789-99), inspirada nas profundas críticas de Rousseau à sociedade existente já em meados do século XVIII, embora tenha posto em confronto vertentes poderosas dentro de um mesmo arco burguês de visão de mundo, ainda não pôde revelar a divisão de classes que daria corpo e sentido à luta a partir de décadas mais tarde. De um modo ou de outro, representou um primeiro marco divisório no espectro político da virada do século. Já após o fim do período revolucionário, o liberalismo passou a se posicionar claramente à direita, no esforço de legitimação das estruturas do Estado capitalista nascente, do *modus operandi* e da sociabilidade burguesas (DANTAS, 2014, p. 31).

Segundo Cunha (1975), os valores máximos da doutrina liberal são o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. Um de seus maiores expoentes foi John Locke (1632-1704), que baseava suas formulações sob a tese dos *“direitos naturais do indivíduo”* (1999). Esses princípios são a base para compreender como os autores desse pensamento foram desenvolvendo a compreensão acerca de Estado, no que diz respeito a sua origem e função. Uma compreensão de Estado como espaço para resolver conflitos entre os homens já que são “naturalmente maus”, ou ainda um Estado em nome do “bem para desenvolver os homens”, como também o Estado visto como o maior grau de liberdade da humanidade. Por aí temos Hobbes, Rousseau, Hegel todos calcados na individualidade, na manutenção da propriedade, centrados na igualdade e defendendo a democracia.

Dentre os valores liberais mais conhecidos está o individualismo, o qual considera “o indivíduo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial”. (CUNHA, 1975, p. 28). Na perspectiva do individualismo, a única lei é a lei da natureza, que cada indivíduo executa por sua própria conta a fim de proteger seus “direitos naturais à vida, à liberdade e à propriedade” (CUNHA, 1975, p.28). Por conveniência e coerência, a função das autoridades é mediar, através do Estado, os conflitos que ocorrem por conta do livre desenvolvimento do individualismo, ou seja, a de permitir o desenvolvimento dos *talentos e capacidades* dos indivíduos em competição.

O individualismo acredita terem os diferentes indivíduos atributos diversos e é de acordo com eles que atingem uma posição social vantajosa ou não. [...] Se a autoridade não limita nem tolhe os indivíduos, mas, ao contrário, permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social. Com este princípio (o individualismo), a doutrina *liberal* não só aceita a sociedade de classes, como fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade (CUNHA, 1975, p. 29).

A liberdade está profundamente relacionada com o individualismo. Deseja-se, antes de tudo, a liberdade individual, e dela decorrem tantas outras. A “*liberdade é a condição necessária para a defesa da ação e das potencialidades individuais, enquanto a não liberdade é um desrespeito à personalidade de cada um*” (CUNHA, 1975, p. 29). O princípio da liberdade considera que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, de acordo com seus talentos e aptidões. “*Por isso, quanto menos poder o Estado possuir, menor será sua esfera de ação e maior será a liberdade que o indivíduo poderá desfrutar*” (CUNHA, 1975, p. 29).

O valor da igualdade é compreendido como uma igualdade formal dos indivíduos perante a lei, todos são cidadãos, e não uma igualdade na divisão da riqueza e da propriedade. Por isso os liberais defendem a diminuição da desigualdade social, mas não seu fim, por entenderem que não há possibilidade de uma sociedade existir sem a divisão entre ricos e pobres. Como IASI nos diz “*os liberais esperam produzir um Estado de coisas no qual a desigualdade de fato não inviabilize a igualdade formal*” (2012b, p. 2).

Para a doutrina liberal, o que “dá liga” aos demais valores como indivíduo, liberdade, propriedade e igualdade é a democracia. Sem a democracia, não há liberdade aos indivíduos, o que provoca a desigualdade entre eles. Ou seja, o indivíduo é atacado e, com isso, impedido de desenvolver seus “talentos e aptidões”.

É no momento de ruptura com o grupo dos hegelianos de esquerda⁶, portanto com o idealismo e a leitura liberal sobre os problemas da sociedade que Marx começa a apresentar a sua compreensão a respeito do Estado, bem como a relação e a diferenciação entre a emancipação política e a emancipação humana. Este momento é explicado a partir da efervescência dos acontecimentos que ocorriam na base econômica da sociedade à época: em 1816, na Alemanha, o Estado é considerado novamente cristão e os judeus perdem o direito de expressão política e civil. A religião e a política, naquele momento e localidade, possuíam papel central nas discussões.

Na Alemanha, a crítica da religião está, no essencial, terminada. [...] A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. [...], portanto, a tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas formas não sagradas. A crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, à crítica da teologia, na crítica da política (MARX, 2010c, p. 146).

Nos embates com os próprios hegelianos de esquerda, principalmente com a figura de Bruno Bauer, que até o momento era seu amigo e companheiro de reflexões, Marx refere que,

o erro de Bauer é que ele *apenas* submete à crítica o ‘Estado cristão’, não o ‘Estado puro e simplesmente’, em que ele não investiga a *relação da emancipação política com a emancipação humana* e [em que], portanto, ele coloca condições que só são explicáveis a partir de uma confusão incrítica da emancipação política com a [emancipação] universalmente humana (2010a, p. 44 [grifos e colchetes do autor]).

A partir de então, o objeto da crítica é “o conflito do Estado político consigo mesmo” (MARX, 2010a, p. 149) e sua relação com a estrutura econômica.

“[...] logo que a própria moderna realidade político-social é submetida à crítica, logo que, portanto, a crítica se eleva aos problemas verdadeiramente humanos, ela se encontra fora do status quo alemão ou apreende o seu objeto sob o seu objeto”. Um exemplo: a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político é um dos problemas fundamentais da era moderna (MARX, 2010c, p. 149).

⁶ Também conhecidos como “os jovens hegelianos” foram um grupo de professores jovens e estudantes da Universidade de Humboldt de Berlim que se constituiu após a morte de Georg Hegel em 1831, seu mestre nos estudos da dialética. Se opunham ao grupo dos “hegelianos de direita” que defendiam e conformam o Reino da Prússia e a Igreja Evangélica desse reino (JINKINGS; BACKES, 2015 in MARX, 2010c).

Marx é categórico ao afirmar que “*toda* a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil burguesa, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral” (MARX, 2010c, p. 71 [grifos do autor]). Assim, combater em favor das liberdades públicas no âmbito do Estado (emancipação política), se mostra importante, mas não um objetivo em si uma vez que não garantem o fim da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, o fim da exploração da Força de Trabalho, uma vez que,

[...] os direitos do homem não o libertam da religião, mas garantem-lhe a liberdade de religião; eles não o libertam da propriedade, mas lhe dão a liberdade de propriedade; não os liberta da necessidade de ganhar sua vida de modo mais ou menos próprio, mas concedem-lhe a liberdade de Trabalho (MARX, 2003, p. 132).

Limitado ao plano específico do Estado, separado da sociedade civil burguesa, ele se restringe uma alteração apenas política, sem modificar a raiz dos problemas.

O **sonho utópico** [dos *socialistas*] da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução parcial, *meramente* política, a revolução que deixa de pé os pilares do edifício. Em que se baseia uma revolução parcial, meramente política? No fato de que **uma parte da sociedade civil se emancipa e alcança o domínio universal**; que uma determinada classe, a partir da sua *situação particular*, realiza a emancipação universal da sociedade. Tal classe liberta a sociedade inteira, mas apenas **sob o pressuposto de que toda a sociedade se encontre na situação de sua classe**, portanto, por exemplo, de que ela possua ou possa facilmente adquirir dinheiro e cultura (MARX, 2010c, p. 154, [grifos nossos]).

Segundo Marx (2010c), para que a classe burguesa pudesse atingir o domínio universal a partir de sua condição particular ela precisou confraternizar e se misturar com a sociedade em geral com entusiasmo. Assim as outras classes, especialmente a trabalhadora, se confundiram com a burguesia e a reconheceu como representante universal.

Para que a *revolução* [...] e a *emancipação de uma classe particular* da sociedade civil coincidam, para que *um* estamento [*Stand*] se afirme como um estamento de toda a sociedade, é necessário que, inversamente, todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe, que *um* determinado estamento seja o do escândalo universal, a incorporação das barreiras universais; é necessário que uma esfera social particular se afirme como o crime *notório* de toda a sociedade, de modo que a libertação dessa esfera apareça como uma autolibertação universal. Para que *um* estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão. O significado negativo-universal da nobreza e do clero francês condicionou o significado positivo-universal da classe *burguesa*, que se situava

imediatamente ao lado deles e os confrontava (MARX, 2010c, p. 154 [grifos originais]).

Notamos que Marx faz a distinção entre os interesses da burguesia e os interesses da classe trabalhadora e que esses só se confundem como interesses universais ao se oporem à nobreza e ao clero. Nos dias atuais, em que o capitalismo se mundializou e a classe burguesa é definitivamente uma classe particular que domina outra classe, a trabalhadora, em que não existem mais aquelas classes (nobreza e clero) do antigo modo de produção (feudal), não há mais interesses da classe trabalhadora que possam ser confundidos com os da burguesia. A emancipação humana, para Marx, se dará

na formação de uma classe com *grilhões radicais*, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindique nenhum *direito particular* porque contra ela não se comete uma *injustiça particular*, mas a *injustiça por excelência*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político alemão; uma esfera, por fim, que não pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas – uma esfera que é, numa palavra, a *perda total* da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um *reganho total* do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento particular, é o *proletariado* (MARX, 2010c, p. 156 [grifos originais]).

A essência do debate está em compreender que a luta pela emancipação política não deve ser negada por completo, mas entender que ela está dentro dos limites do Estado (burguês) e não altera os pilares de sustentação do capitalismo. Portanto, levantar bandeira por mais tolerância religiosa ou laicidade do Estado, por mais direitos civis, pelo aprofundamento da democracia, independente das intenções, é defender a manutenção das relações sociais de produção capitalista, ou seja, acaba por defender a dominação de classe.

Esse conceito (da democracia) modifica-se sempre a cada manifestação de rua e, por isso, não nos ajuda a dar **nenhum passo adiante**. Em minha opinião, o que carecia de ser dito é o seguinte: também o proletariado necessita de formas democráticas para a tomada do poder político. Porém, essas formas - tais quais **todas** as formas políticas - são, para o proletariado, **apenas meios**. Entretanto, caso hoje se queira a democracia como objetivo, é necessário, então, apoiar-se sobre os camponeses e pequenos burgueses, e sobre classes decadentes e reacionárias em relação ao proletariado, logo que estas se pretendam manter artificialmente. Ademais disso, não se deve esquecer que a **forma consequente da dominação burguesa é precisamente a República Democrática** que, porém, tornou-se demasiadamente perigosa apenas por causa do desenvolvimento já atingido pelo proletariado. Porém, tal como na França e nos EUA, a República

Democrática é sempre ainda possível enquanto **dominação descarada** da burguesia (ENGELS, 1884, p. 01 [grifos nossos]).

A classe trabalhadora vem sofrendo sucessivas derrotas, vivemos num contexto de retirada de direitos e o aumento da morte dos trabalhadores. Para compreendermos como chegamos nessa situação é fundamental retomarmos o debate sobre o Estado e como estamos nos organizando na luta pela nossa sobrevivência. Assim como fazer um inventário sobre o que aqueles que desejam a transformação da sociedade formularam a respeito da teoria e prática do movimento dos trabalhadores e investigar se isso tem levado ou não aos seus objetivos.

1.2 A socialdemocracia alemã, o eurocomunismo e a Democracia: entre a reforma e a revolução

Diante do exposto, acreditamos ser importante compreender como os elementos do liberalismo se expressaram nas estratégias tomadas pela classe trabalhadora para enfrentar o capitalismo. A relevância se dá uma vez que, para Marx (2010 d, p. 59), “*o partido operário deve agir de modo mais organizado, mais unânime e mais independente, se não quer de novo ser explorado pela burguesia e marchar a reboque desta*”.

Compreendemos que “*a história da sociedade humana é a história da luta de classes*” (MARX, 2008a, p. 44). Isso significa dizer que vivemos em uma guerra de uma classe contra outra constantemente – no atual modo de produção, burguesia *versus* proletariado, ou seja, aqueles que detêm os meios de produção e exploram aqueles que detêm apenas a Força de Trabalho para sobreviver. Portanto, precisamos entender como é que nosso exército (a classe trabalhadora) tem se colocado em luta. Assim, a discussão sobre reforma e revolução perpassa sobre o estudo a respeito de estratégia e tática.

A carência de formulações contemporâneas correspondentes à ciência da guerra também contribui para a dificuldade de compreensão e confusão quanto ao assunto estratégia e tática. Em resumo, podemos afirmar que estratégia não é sinônimo de objetivo final, tampouco pode ser confundida com esse. Compreendemos estratégia como a combinação de elementos que podem levar ao objetivo final. Carl von Clausewitz, em seu clássico *Da Guerra*, de 1832, apresenta mais objetivamente:

A condução da guerra é, portanto, a formação e a condução do combate. Se o combate fosse um ato único, não haveria, então, necessidade de qualquer subdivisão. Mas o combate é composto de inúmeros atos distintos, completos em si mesmos, a que chamamos combates. [...] daí, surgem atividades totalmente diferentes: a formação e a condução de recontros distintos, e a combinação deles entre si, visando o objetivo da guerra. A primeira chamamos de tática; a outra, de estratégia. [...] De acordo com nossa classificação, tática é a teoria do uso das forças armadas no recontro. Estratégia é a teoria da utilização de combates para o objetivo da guerra (2008, p. 81).

A partir de Clausewitz (2008), entendemos tática como a utilização das forças de um exército em combate e estratégia como a arte de organizar e alinhar um conjunto de táticas completas e combinadas entre si com vistas a atingir um objetivo final. Diante disso, devemos analisar porque as estratégias utilizadas pela classe trabalhadora não alcançaram o objetivo de garantir a emancipação humana.

Também é importante considerar o ensinamento de Alvin Toffler (1970, p. 18) o qual afirma que *“ou você tem uma estratégia própria ou então é parte da estratégia de alguém”*. Isso, certamente, vale às classes sociais: na carência de uma estratégia própria do proletariado, a classe trabalhadora será absorvida por outra classe social com necessidades e objetivos de classe distintos.

A separação entre reforma e revolução não ocorreu por mero acaso, mas sim como fruto de múltiplas determinações, a destacar a constituição das classes envolvidas na formulação e execução das estratégias – neste subcapítulo abordaremos brevemente a socialdemocracia alemã e o eurocomunismo na Itália. Entendemos como uma das problemáticas a respeito do insucesso da classe trabalhadora na luta pelo fim da exploração, o processo de “feticização” da democracia (tratada como um valor universal e não particular da classe dominante) e isso interferiu nas estratégias e táticas a respeito de reforma e revolução. Elencamos neste ítem a socialdemocracia alemã e o eurocomunismo italiano como expressões das estratégias que melhor expressam elementos singulares que poderão nos auxiliar a entender o porquê não foi possível chegar ao socialismo.

É no contexto de forte repressão durante o reinado de Guilherme I na Prússia para caçar as organizações vinculadas à classe trabalhadora⁷ que o Partido Social-democrata

⁷ As “leis contra o perigo público das tentativas social-democratas”, foram uma série de leis aprovadas pelo Congresso Alemão (Reichstag), justificados a partir de atentados contra o kaiser Guilherme I e uma confissão forjada de que o autor dos atos seria socialista. O principal promotor da medida foi o chanceler Otto Von Bismarck, que temia uma revolução socialista similar à que se produzira na Comuna de Paris em 1871. O objetivo das leis era reduzir a crescente força do SPD e outros partidos vinculados à classe trabalhadora. Foram dissolvidas quaisquer reuniões em que se tratassem temas socialistas, os sindicatos foram proibidos e

Alemão (SPD) adquire adesão massiva junto aos trabalhadores. Esta adesão atingiu um número de filiações e expressão eleitoral⁸ nunca antes vista no Congresso Alemão: pela primeira vez na história, o Estado abria canais para representantes da classe trabalhadora (DANTAS, 2014).

Estas circunstâncias, somadas à derrota da Comuna de Paris, levaram um setor do partido, encabeçado por Eduard Bernstein e Karl Kautsky, a acreditar que seria possível expandir ainda mais o número de representantes no Estado e, assim, se abriria a possibilidade de chegada pacífica ao socialismo através da aprovação de reformas. A partir disso, Bernstein e Kautsky se tornarão os principais articuladores do revisionismo, que tem como objetivo “atualizar o marxismo” para as “novas configurações conjunturais”, segundo os próprios revisionistas. Sua essência está na possibilidade de transformação da sociedade por etapas e institucionalmente através da luta sindical e política sem comprometer a busca pelo socialismo.

Ainda que, para os revisionistas, a própria concepção de socialismo já seja bem diferente da expressa por Marx. Segundo Bernstein, não existe apenas uma visão a respeito do socialismo, que esta visão deve ser ampliada e abarcada sob outros pontos de vista e completa que “*o desejo das classes proletárias industriais de lograrem uma produção socialista é, para a maior parte, mais um assunto de suposição do que uma certeza*” (BERNSTEIN, 1997, p. 93).

Conforme Luxemburgo, que travou vários debates internos no SPD contra a posição de Bernstein:

Segundo a concepção revisionista, dadas a impossibilidade e inutilidade dessa conquista [abrupta] do poder [pelo proletariado], devem a luta sindical e a luta parlamentar ter em vista exclusivamente resultados imediatos, isto é, a melhoria da situação material dos operários, além da redução por etapas da exploração capitalista (2015, p. 62).

Para os revisionistas a democracia e a garantia do direito ao voto se tornaram a sua máxima, o que para os comunistas de até então, era visto como parte da guerra, não sua vitória. Rosa Luxemburgo publicou o livro *Reforma ou Revolução* em 1900, com vistas à

foram encerrados 45 jornais. Após a demissão de Bismarck, o Reichstag não renovou a normativa, e a Lei foi abolida em 1890.

⁸ Em 1890, o Partido chegou a 1,427 milhão de filiados e 1,787 milhão de votos (um quarto do montante eleitoral no ano).

rebater a teoria revisionista de Bernstein de seu livro *Socialismo Evolucionário* de 1890. Para Rosa, as lutas sindicais e políticas deveriam estar diretamente ligadas à revolução dos trabalhadores. Segundo Luxemburgo (2015, p. 62), “*pela experiência da luta sindical e política, o proletariado chega a convicção da impossibilidade de transformar radicalmente a sua situação por meio desta luta e da inevitabilidade da conquista do poder*”.

A essência da defesa de Rosa está na compreensão de Estado, seu caráter de classe e da democracia. Como podemos confirmar:

Na sociedade capitalista predominam os interesses capitalistas. Por conseguinte, são as instituições democráticas, nessa sociedade, pela forma e pelo conteúdo, simples instrumentos dos interesses da classe dominante. É o que se manifesta de modo tangível no fato de serem as próprias formas democráticas sacrificadas pela burguesia e por sua representação de Estado, do momento em que a democracia tende a negar o seu caráter de classe e a transformar-se em instrumento dos verdadeiros interesses do povo. Eis porque a ideia da conquista de uma maioria parlamentar aparece como cálculo que está inteiramente dentro do espírito de **liberalismo burguês**, pois **preocupa-se unicamente com o aspecto formal, da democracia, sem ter em conta absolutamente o seu conteúdo real**. E o parlamentarismo em conjunto não se apresenta absolutamente como elemento diretamente socialista, penetrando pouco a pouco toda a sociedade capitalista, como supõe Bernstein, mas ao contrário como meio específico do Estado de classe burguês, visando desenvolver e amadurecer os antagonismos capitalistas (LUXEMBURGO, 2015, p. 59 [grifos nossos]).

Enquanto Rosa traz a perspectiva materialista-histórica-dialética referente ao Estado, Bernstein traz a perspectiva liberal (já superada por Marx a respeito da emancipação política e emancipação humana). Para ele,

A ideia de democracia inclui, no conceito contemporâneo, uma noção de justiça - uma igualdade de direitos para todos os membros da comunidade e, nesse princípio, o governo da maioria. para o qual, em todos os casos concretos, a vontade da maioria se estende e encontra seus limites. Quanto mais for adotada e governar a consciência geral, tanto mais a democracia será igual, em significado, ao grau mais elevado possível de liberdade para todos (BERNSTEIN, 1997, p. 113).

Como se nota, Bernstein aparta a democracia de seu valor burguês-liberal (como Marx, Engels e os próprios liberais afirmaram) e acredita ser possível, através da democracia, a “*transição de uma sociedade capitalista para uma socialista*” (1997, p. 114). Na compreensão de Bernstein, o socialismo deveria ser alcançado sem um processo revolucionário, apenas pela extensão gradual e progressiva do PSD no parlamento e na economia, como uma evolução natural do capitalismo.

[...] a respeito do liberalismo, como grande movimento histórico que foi, devemos considerar o socialismo como seu herdeiro legítimo, não só na sequência cronológica, mas também nas suas qualidades espirituais, como se demonstra aliás em toda e qualquer questão de princípio em que a democracia social tenha de assumir uma atitude (BERNSTEIN, 1997, p. 116).

Enquanto Rosa acreditava e lutava pela revolução socialista com a classe proletária, como uma necessidade e a única possibilidade para resolver o antagonismo da sociedade de classes.

[...] as relações políticas e jurídicas estabelecem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Muro este que não é arrasado, antes, porém, reforçado, **consolidado pelo desenvolvimento das reformas sociais e da democracia**. Por conseguinte, é somente o martelo da revolução que poderá abatê-lo, isto é, a conquista do poder político pelo proletariado (LUXEMBURGO, 2015, p. 60 [grifos nossos]).

Tais divergências não se encerraram com Rosa e Bernstein. Nas décadas seguintes elas se intensificam devido a dois grandes acontecimentos: a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa. Do mesmo modo que Bernstein, Kautsky se dedicou a formular a respeito de estratégias e táticas para chegada ao socialismo. Teve destaque em sua trajetória ter sido responsável pela edição de vários escritos de Marx e ser o aprendiz de Engels. Sua inflexão política se intensificou no SPD ao defender o apoio do Partido ao governo alemão em seu esforço de guerra⁹ (DANTAS, 2014).

Em 1918, Kautsky publicou o livro A Ditadura do Proletariado. Nele apresentou críticas ao movimento revolucionário soviético. No Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), haviam dois grupos internos que disputavam os rumos do partido para intervenção na luta de classes: os mencheviques e os bolcheviques¹⁰. Deste momento em diante Kautsky representava a posição dos mencheviques e Lenin a dos bolcheviques.

⁹ Esse apoio veio a dividir o partido ao meio em 1916, quando as suas fileiras à esquerda, encabeçadas por Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e Clara Zetkin fundaram a Liga Espartaquista - que, em 1918, em conjunto com outros grupos, tornou-se o Partido Comunista da Alemanha.

¹⁰ Vejamos Lênin (2005, p. 127) a respeito destes dois grupos: “Mencheviques: partidários da corrente oportunista pequeno-burguesa na socialdemocracia russa. No II Congresso do POSDR, realizado em 1903, deu-se a cisão do partido em duas alas: a revolucionária, formada pelos partidários de Lênine, e a oportunista, dirigida por Mártov. Na eleição dos órgãos centrais do partido, os sociais-democratas revolucionários obtiveram a maioria dos votos, enquanto os oportunistas ficaram em minoria. Daí a origem dessa designação: ‘bolcheviques’ (da palavra russa bokhinstvó-maioria); ‘mencheviques’ (da palavra russa menchinstvó-minoria). Os mencheviques pronunciavam-se contra o programa revolucionário do partido, contra a hegemonia do proletariado na revolução, contra a aliança da classe operária e dos camponeses, a favor de um compromisso com a burguesia liberal. Depois da vitória da revolução democrática burguesa em

O cerne da questão, para Kautsky, é que havia dois métodos opostos entre si: um democrático (que caracterizaria os mencheviques) e outro ditatorial (que seria próprio dos bolcheviques). Segundo afirma,

o socialismo sem democracia não é digno de consideração. E, por socialismo moderno, não entendemos somente a organização coletiva da produção, mas, igualmente, a organização democrática da sociedade. Por conseguinte, consideramos que o socialismo está indissolúvelmente ligado à democracia. Não há socialismo sem democracia (KAUTSKY, 1979, p. 28).

Kautsky defende a democracia como se fosse “pura”, como se não correspondesse a um Estado o qual está diretamente vinculado a um modo de produção capitalista.

Kautsky não compreende estas explicações. Enamorado da «pureza» da democracia, não vendo o seu carácter burguês, sustenta «consequentemente» que a maioria, uma vez que é maioria, não tem necessidade de “quebrar a resistência” da minoria, não tem necessidade de a «reprimir pela força» - basta reprimir os casos de violação da democracia. Enamorado da “pureza” da democracia, Kautsky incorre por descuido nesse pequeno erro que sempre cometem todos os democratas burgueses, a saber: aceita a igualdade formal (que é completamente mentirosa e hipócrita no capitalismo) por igualdade de fato! Uma ninharia! (LENIN, 2005, p. 148).

Kautsky, assim como Bernstein, apostava no sufrágio universal como principal elemento político para atingir o socialismo, ou seja, a partir da via pacífica. Em outras palavras, defendia garantir o maior número de parlamentares no Estado, para então possibilitar uma mudança estrutural. Nega a revolução e passa a defender a unidade da maioria parlamentar. Kautsky pensa a tomada do Estado sem trazer seu carácter de classe e sem querer destruí-lo. Dessa maneira há um rompimento com o marxismo não apenas no campo teórico, como também no campo prático, pois condenou a tomada dos bolcheviques na Revolução Russa, por considerar uma ultrapassagem de etapas.

Para legitimar a sua posição perante o Partido, alega como sendo similar à de Marx, quando, em oposto, Marx vincula a democracia como um regime político da burguesia – como já trazido na introdução deste capítulo – e avança. Ao diferenciar o movimento político operário-revolucionário do democrático-burguês, Marx alerta para o perigo das reivindicações democráticas (liberais) e afirma que o papel traiçoeiro que foi desempenhado pela burguesia liberal em seu período revolucionário será assumido agora

fevereiro de 1917, os mencheviques fizeram parte do Governo Provisório burguês, apoiando a política imperialista e antipopular deste governo e actuando contra a revolução socialista que se preparava.”

pela pequena-burguesia democrata em momentos de revolução dos trabalhadores (MARX, 2010d). A respeito dos perigos das reivindicações democráticas, Marx desenvolve:

Os pequeno-burgueses democratas, muito **longe de pretenderem transformar toda a sociedade em benefício dos proletários** revolucionários, aspiram a uma alteração das condições sociais que lhes torne tão suportável e cômoda quanto possível a sociedade existente. Por isso reclamam, antes de tudo, a diminuição das despesas públicas mediante a limitação da burocracia e a transferência dos principais impostos para os grandes proprietários fundiários e grandes burgueses. Reivindicam, além disso, a abolição da pressão do **grande capital sobre o pequeno**, por meio de instituições públicas de crédito e de leis contra a usura que lhes tornassem possível, a eles e aos camponeses, obter em condições favoráveis adiantamentos do Estado em vez de os obter dos capitalistas; e ainda o **estabelecimento das relações de propriedade burguesas no campo**, pela completa eliminação do feudalismo. Para realizarem tudo isto, **necessitam de uma Constituição democrática**, seja ela [monárquica] constitucional ou republicana, que lhes dê a maioria, a eles e aos seus aliados, os camponeses, e de uma organização comunal democrática que ponha nas suas mãos o controle direto da propriedade comunal e uma série de funções atualmente exercidas pelos burocratas (MARX, 2010d, p. 62[grifos nossos]).

A respeito da constituição da pequena-burguesia e seus interesses opostos ao do proletariado, Marx (2008b) sinaliza,

Contra a burguesia coligada fora formada uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido social democrata. A pequena burguesia percebeu que tinha sido mal recompensada depois das jornadas de junho de 1848, que seus interesses materiais corriam perigo e que as garantias democráticas que deviam assegurar a efetivação desses interesses estavam sendo questionadas pela contra-revolução. Em vista disto aliou-se aos operários. (...) **quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática**; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a socialdemocracia. [...] O caráter peculiar da socialdemocracia resume-se no fato de **exigir instituições democrático-republicanas** como meio **não de acabar com dois extremos, capital e Trabalho assalariado**, mas de **enfraquecer seu antagonismo** e transformá-lo em **harmonia**. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam **enfeitadas** com concepções **mais ou menos revolucionárias**, o conteúdo permanece **o mesmo**. Esse conteúdo é **a transformação da sociedade por um processo democrático**, porém uma transformação **dentro dos limites da pequena burguesia** (MARX, 2008b, p. 63 [grifos nossos]).

Fica explícito que Marx rejeita a transformação da sociedade por um processo democrático. Por mais enfeites que possam conter as reivindicações democráticas da pequena-burguesia o conteúdo permanece o mesmo: não se propõe a extinguir as classes sociais, ou seja, não reivindica o fim da exploração da Força de Trabalho, uma sociedade

em que existe uma minoria que não trabalha e se apropria da riqueza produzida por quem trabalha.

Não foi por coincidência que Kautsky, mesmo tentando fundamentar sua posição em Marx, acabou por proteger os capitalistas, ao se opor às medidas dos bolcheviques para impedir que a burguesia reagisse contra a revolução. Alega Kautsky:

Em realidade, não se pode privar só os capitalistas de todos os direitos. Que é um capitalista no sentido jurídico? Um homem que possui? Mesmo num país economicamente adiantado, como a Alemanha, onde o proletariado é muito numeroso, a instauração do poder soviético teria por efeito privar de direitos políticos massas consideráveis de cidadãos. (KAUTSKY, 1979, p. 48).

Esses são alguns dos motivos pelos quais Lênin (2005) critica o revisionismo. Primeiro porque não conserva o conteúdo revolucionário de Marx; ao contrário, toma dele algumas poucas palavras e o transforma em um conciliador para os interesses de duas classes materialmente antagônicas. Também porque distorceu o conceito da ditadura do proletariado “*transformando Marx num vulgar liberal*” (2005, p.139). Para Lênin,

Kautsky toma do marxismo aquilo que é aceitável para os liberais, para a burguesia (a crítica da Idade Média, o papel histórico progressista do capitalismo em geral e da democracia capitalista em particular) e rejeita, silencia e esbate no marxismo aquilo que é inaceitável para a burguesia (a violência revolucionária do proletariado contra a burguesia para a suprimir). A democracia burguesa, sendo um grande progresso histórico em comparação com a Idade Média, continua a ser sempre - e não pode deixar de continuar a ser sob o capitalismo – estreita, amputada, falsa, hipócrita, paraíso para os ricos, uma armadilha e um engano para os explorados, para os pobres (LÊNIN, 2005, p. 140).

Uma das consequências teórico-práticas das formulações da socialdemocracia alemã é a o chamado eurocomunismo. O eurocomunismo se desenvolve em meados da década de 40 na Europa e se instaura em plena crise do Capital dos anos de 1970, mais especificamente na Itália e tenta se estruturar contra o crescente aumento do fascismo europeu e como uma outra possível sociedade em oposição à URSS. Tem como principais nomes, na Itália, Berlinguer, Ingrao e Togliatti. “Na base, a conciliação de classes que marcou as décadas seguintes ao fim da segunda guerra mundial é parte importante da expressão eurocomunista nos anos 1970 e 1980” (DANTAS, 2014, p. 67).

Em essência, os eurocomunistas também defendem a via democrática pacífica para a construção do socialismo. Partem da premissa verdadeira de que os rumos de cada realidade nacional é que irão definir o caminho a ser trilhado para o socialismo. Porém, descaracterizaram que isso, para Marx – o principal formulador junto com Lenin, sobre a

revolução proletária – não significava que o Estado deixaria de ser o “balcão de negócios da burguesia” (MARX; ENGELS, 2005). Devem ser, sim, analisadas as condições locais para a revolução sem perder de vista, porém, a análise a respeito da relação entre estrutura econômica e superestrutura e de interdependência das relações sociais de produção capitalistas com o Estado.

Para os eurocomunistas, a democracia seria o instrumento através do qual o proletariado se tornaria a classe dirigente do Estado. Para eles, ainda que a democracia tenha nascido da classe dominante burguesa, com anos de luta ela poderia ser apropriada pela classe trabalhadora a depender da correlação de forças, seria uma transição ao socialismo (que já é uma transição ao comunismo).

No sistema do capitalismo monopolista de Estado aparecem problemas completamente novos, que as classes dirigentes não conseguem resolver com os métodos tradicionais. Especialmente nos países maiores surge, hoje em dia, a questão de uma centralização da direção econômica, que procura realizar-se com uma programação de cima, para servir os interesses dos grandes monopólios, e através da intervenção do Estado. [...] é evidente que o movimento operário e democrático não pode desinteressar-se desta questão. Temos de lutar também neste terreno. Isso exige um desenvolvimento e uma coordenação das reivindicações imediatas operárias e das propostas de reforma da estrutura econômica (nacionalizações, reforma agrária, etc.) num plano geral de desenvolvimento econômico a contrapor à programação capitalista. Não será certamente ainda um plano socialista, porque faltam as condições para ele, mas é uma nova forma e um novo meio de luta para avançar para o socialismo. A possibilidade de um caminho pacífico para o avanço em direção ao socialismo está hoje intimamente ligada ao modo de equacionar e de resolver este problema (TOGLIATTI, 1980, p. 198).

Para Berlinguer, herdeiro político de Togliatti e uma das principais figuras para o desenvolvimento do eurocomunismo na Itália, o terreno mais favorável para se desenvolver a luta da classe operária é na democracia e na defesa de todas as liberdades e instituições democráticas. Segundo ele,

O Estado democrático eficiente, pelo qual nos batemos, é o delineado pela Constituição republicana: um Estado assente nas instituições representativas, nos partidos, na autonomia das regiões e das instituições locais, na participação dos cidadãos. A eficiência, para nós, está ligada, em primeiro lugar, ao desenvolvimento e à extensão da democracia e à defesa firme, contra o desvio reacionário, da ordem democrática, da segurança e da tranquilidade dos cidadãos. A colaboração entre os órgãos de governo e as forças da ordem, os corpos administrativos locais, os sindicatos, os partidos democráticos e as grandes massas populares é uma condição essencial para assegurar a eficiência do Estado democrático e para combater mais eficazmente a desordem, a criminalidade e a corrupção. Mas nós indicamos igualmente no programa as medidas que consideramos necessárias para um melhor funcionamento do Parlamento e dos órgãos de governo, para uma

reforma da Administração Pública e da Administração da Justiça e para uma reorganização das Forças Armadas e da Polícia. Em todos estes campos podemos submeter aos eleitores projectos que temos vindo a aprofundar com entusiasmo nestes últimos tempos. A confiança dos cidadãos no Estado democrático depende actualmente de maneira determinante de uma decidida moralização da vida pública (BERLINGUER, 2009, p. 117).

Assim como Kautsky apoiava suas posições com frases de Marx tornando-o oco em seu conteúdo revolucionário, os eurocomunistas também muito se sustentam em Gramsci para defender sua posição. Cabe aqui fazer um adendo a respeito de que Gramsci não foi o intelectual que revisitou Marx ou Lênin, pois sua concepção de Estado e de revolução é a mesma deles. Porém, se utilizam de Gramsci, pois sua obra é fragmentária – tendo dois marcos: antes e depois da prisão sob o regime fascista na Itália. Em seus escritos no cárcere, para poder passar pela censura, alguns termos tiveram que ser alterados tais como “revolução”, “ditadura do proletariado”, “partido”, “Marx”, “socialismo”, entre outros. Por unidade e coerência com a teoria marxiana, extraímos as referências de Gramsci que vão ao encontro do legado de Marx e Engels.

Quanto à situação em torno do apoderamento do Estado pelos trabalhadores por vias democráticas, Gramsci é taxativo:

1) a revolução não é proletária e comunista quando se propõe e consegue abater o governo político do Estado burguês; 2) não é proletária e comunista nem mesmo quando propõe e consegue destruir os institutos representativos e a máquina administrativa através das quais o governo central exercita o poder político da burguesia; 3) também não é proletária e comunista quando a onda de insurreições populares entrega o poder em mãos de homens que se dizem (e sejam sinceramente) comunistas. A revolução é proletária e comunista apenas quando é liberação de forças produtivas proletárias e comunistas que vinham elaborando-se no seio mesmo da sociedade dominada pela classe capitalista [...] (GRAMSCI, 2012b, p. 196).

Quando Gramsci diz que o Estado está em plena disputa entre as classes, isso não significa dizer que há o mesmo grau de organização e de força entre elas. Temos que compreender está dentro do processo de luta revolucionária, mas que, enquanto instrumento de dominação de classe, o Estado está amarrado aos limites do Capital, por mais plena que seja a democracia. “A revolução que se concretiza na destruição do aparelho estatal burguês, bem como na construção de um novo aparelho estatal interessa e envolve todas as classes oprimidas pelo capitalismo” (GRAMSCI, 2012b, p. 323).

Retomemos também a visão dos companheiros Marx e Engels sobre o polêmico tema da democracia, do Estado, entre outros:

A Revolução Francesa foi a origem da democracia na Europa. A democracia é - e, assim, considero todas as formas de governo – uma contradição em si mesma, uma mentira, no fundo nada senão hipocrisia, teologia – tal como nós, alemães, a denominamos. A liberdade política é falsa liberdade, o pior modo de escravidão, a aparência da liberdade e, por essa razão, a pior servidão. O mesmo ocorre com a igualdade política, razão por que a democracia há de ser finalmente despedaçada, tal qual qualquer outra forma de governo: a hipocrisia não pode possuir nenhum conteúdo, a contradição nela oculta deve ser colocada às claras. Ou verdadeira escravidão, i.e. despotismo descarado, ou então autêntica liberdade e autêntica igualdade, i.e. comunismo. A Revolução Francesa produziu ambas essas formas: Napoleão Bonaparte instaurou uma delas, François-Noël Babeuf, a outra (ENGELS, 1843, p. 1).

O que cabe a esta dissertação é trazer o debate a respeito do “fetiche¹¹” criado em torno da democracia. Trazer esse histórico mesmo que breve é querer refletir os caminhos já trilhados, compreendê-los na sua essência para além da aparência e, assim, discutir sobre as possibilidades que temos enquanto organização do movimento dos trabalhadores em luta.

[...] lembremos de Marx quando disse n’O Capital que “o enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante” (MARX, 2008d, p. 117). Para trazer luz ao nosso tema, talvez pudéssemos parafraseá-lo: o enigma do fetiche democracia é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche Estado em forma patente e deslumbrante (DANTAS, 2014, p.117).

¹¹ Sobre fetiche Marx nos fala da seguinte relação, que o caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [dinglichen] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2013, p.142-143).

Essa discussão não se manteve longe de nosso país. Foi, principalmente, Carlos Nelson Coutinho quem iniciou no Brasil o debate a cerca de uma alternativa à revolução para atingirmos o socialismo. Coutinho foi o principal editor e tradutor das obras de Gramsci em nosso país. Tem como obra marcante o ensaio *A Democracia como valor universal* (1979) fortemente influenciado pelo PCI, em especial Berlinguer e Ingrao. Abordaremos a questão brasileira no terceiro capítulo, aprofundando o debate sobre a passagem da Estratégia Democrática Nacional para Estratégia Democrática e Popular como expressões do eurocomunismo no movimento dos trabalhadores no Brasil. O que nos parece essencial na discussão sobre as posições aqui apresentadas é que em nenhum dos locais em que foi proposto que o caminho para a chegada ao socialismo seria através da democracia isso foi efetivado.

O eurocomunismo, em sua prática, irá defender a construção de um Estado democrático cada vez mais forte, por meio de uma aliança com o maior número de forças possíveis com o objetivo da classe trabalhadora garantir seus direitos visando o socialismo. Garantir a democracia, perpassa também por garantir mais acesso ao Estado burguês, defender a emancipação política. Uma dessas maneiras, é a construção de políticas públicas. Tendo em vista que essas estão diretamente relacionadas ao Estado, não podemos desconsiderar o caráter de classes que existe no processo de implantação e implementação das políticas públicas.

1.3 O Estado e as políticas públicas: possibilidades ou entraves para a emancipação humana?

Nota-se que as diversas perspectivas utilizadas no campo das políticas públicas buscam compreender como atores sociais e/ou instituições produzem mudanças na sociedade e no Estado por meio de políticas públicas. Partem da premissa que o Estado é “poroso”; que é possível que os interesses dos diversos atores e instituições sociais possam penetrar no Estado, ou seja, que esse está em disputa. Percebe-se que possuem uma base teórica também defendida pelos eurocomunistas, ainda que não visem o socialismo. E assim, defendem a possibilidade da construção de um Estado mais ou menos ampliado, baseiam suas teorias dentro da perspectiva de que o Estado de Direito se funda em uma sociedade civil e não uma sociedade civil burguesa, que basta disputar a

hegemonia estatal que será possível avançar na implantação de políticas públicas, ou seja, desconsideram seu caráter de classes. Vejamos a seguir.

Com relação ao conceito de Estado, segundo Lessa (2013), são muitos o que dizem que uma “prova empírica” da possibilidade de um estado “Ético” seriam os Estados de Bem-Estar Social. Não há consenso na definição do Estado de Bem-Estar Social, mas muito se adota na literatura a noção da relação de Estado de Bem-Estar Social com a produção de políticas públicas. Esping-Andersen (1995) é um dos autores mais conhecidos que aborda o tema. Para o autor, o Estado de Bem-Estar não é apenas um mecanismo que intervém, mas que pode vir a corrigir a estrutura de desigualdade, é, em si mesmo, um sistema de estratificação.

Existem visões de mundo distintas sobre o seu objetivo. Para os autores marxianos, abordagem que será desenvolvida mais à frente, o regime de Bem-Estar Social é expressão das necessidades das forças produtivas materiais continuarem seu desenvolvimento e do modo de produção em se manter, e assim diminui o conflito entre Capital e Trabalho (luta de classes). Para os socialdemocratas, que adotam o reformismo como estratégia da superação da pobreza, o Estado de Bem-Estar Social é um regime que possui condições de produzir políticas públicas que resultariam em uma maior mobilização de poder, como já apresentamos anteriormente. A socialdemocracia defende a necessidade de desenvolver o Estado através da democracia e da implantação de políticas públicas e que para tanto é necessário a mobilização de classe trabalhadora nos espaços de instituição estatal (controle social das políticas públicas, participação nas eleições parlamentares). O Estado de Bem-Estar Social como instrumento possível de garantir a emancipação política e assim construir o caminho para a emancipação humana. Esping-Andersen revela em sua fala tal pensamento ao dizer que, *“ao erradicar a pobreza, o desemprego e a dependência completa do salário, o Welfare State aumenta as capacidades políticas e reduz as divisões sociais que são as barreiras para a unidade política dos trabalhadores”* (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 90). Expressa uma lógica etapista, o entendimento de que via Estado burguês seria possível de garantir com mais políticas públicas as condições para a organização da classe trabalhadora, fato esse que não se confirma na contemporaneidade.

Com relação ao conceito, Secchi (2011) compreende políticas públicas como uma diretriz para enfrentar problemas públicos; assim como, as entende como matéria concreta e simbólica das decisões políticas e do processo de elaboração e a operacionalização

dessas decisões. Já Souza (2006) compreende que as políticas públicas refletem na economia e na sociedade e por isso a importância das teorias em políticas públicas explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Para a autora, o foco está nas explicações da natureza, bem como dos processos da política pública, sendo considerado um campo multidisciplinar (SOUZA, 2006).

Essa pesquisa, baseada no materialismo-histórico-dialético considera as políticas públicas como parte de uma totalidade, estão inseridas dentro da sociedade capitalista, a qual é capitalista, e, por sua vez, possuem características específicas. Portanto as políticas públicas perpassam por condicionalidades não só na sua execução, mas, principalmente, na sua elaboração e não estão apenas vinculadas aos atores, mas no palco que estes atores atuam, o qual é o Estado burguês.

Acontece com muita frequência que a luta dos trabalhadores é respondida pelo capital com políticas públicas que aparentemente servem aos trabalhadores quando, porém, seu interesse é a ampliação da Mais-Valia deles expropriada (LESSA, 2013). Portanto, a negação do caráter de classe do Estado – e, a afirmação da tese de que a transição do capitalismo para o socialismo se fará pela maior presença do Estado na reprodução da sociedade – contribuiu para ampla aceitação das afirmações de que o Estado teria deixado de ser o instrumento repressivo a favor da classe dominante (ordem do capital) e teria se convertido em expressão da correlação de forças sociais (ordem democrática). O Estado não perdeu seu caráter de classe, nem tão pouco se ampliou. O que ocorreu é que alterações nas necessidades para a reprodução do Capital tornaram necessário que o Estado democrático promovesse a tortura, ampliasse a exploração dos trabalhadores, ampliasse encomendas para o setor privado pela implantação das políticas públicas (LESSA, 2013).

Para melhor explicitar tal compreensão iremos apresentar dois modelos explicativos e trazer elementos que refletem os ideais da socialdemocracia e dos eurocomunistas recém abordados nesta dissertação. Há diferentes modelos de análises no campo das políticas públicas. Sobre os modelos explicativos, Knill e Tosun (2008) reforçam que esses são complementares, há apenas diferentes análises sobre o grau de importância dos atores envolvidos, instituições, políticos, burocratas, o público e a sua racionalidade. Muitos desses modelos procuram elementos que expliquem como determinada demanda atinge a agenda de políticas públicas ou, ainda, como ocorrem as mudanças nessas agendas. Como o modelo explicativo que busca desvelar tais processos e compreender esses

conflitos é o de Tsebelis (2009), denominado *veto player*. Esse modelo explicativo baseia-se na ideia de que para ocorrer mudança no *status quo* é necessário um certo número de atores individuais ou coletivos que concordem com a alteração, pois esses são atores com poder de veto. Entende que a distância ideológica entre os atores e a coesão entre eles é essencial para a formulação e/ou mudança de uma política pública. Além disso, o autor compreende a estabilidade decisória como a impossibilidade de alteração no *status quo*, ou seja, quanto maior a estabilidade decisória, menor a possibilidade de alteração nas agendas (TSEBELIS, 2009). Segundo o autor, atores com poder de veto são atores cujo **acordo é necessário** para uma mudança de status quo. A **estabilidade decisória** aumenta, em geral, com o número de atores com poder de veto e suas distâncias (TSEBELIS, 2009 [grifos nossos]).

Tsebelis tem em sua base de análise uma relação muito próxima no que Berlinguer vai definir como forças sociais para compor uma ampla aliança na perspectiva de mudanças. Também traz a ideia do acordo, ou seja, da necessidade do consenso para a mudança.

Na nossa concepção, então, uma estratégia de reformas é inseparável de uma estratégia de alianças, e a luta pelas reformas está intimamente ligada à luta pelo crescimento do poder democrático na sociedade, pela mudança na direção governamental e nas forças dirigentes do Estado (BERLINGUER, 2009, p. 71).

Berlinguer acreditava na construção do socialismo via um “pacto social”, dentro do Estado burguês, a partir de uma frente ampla de alianças. O que poderíamos relacionar com o que Tsebelis chama de estabilidade decisória, necessitando de um maior número de atores para uma mudança no *status quo*.

Berlinguer, assim como Tsebelis, são sujeitos do seu tempo histórico e buscam compreender o engendramento da sociedade. Berlinguer buscava o socialismo, Tsebelis buscava compreender como as decisões ocorrem no sistema parlamentar. A tentativa de Berlinguer não garantiu a alteração do status quo, ao contrário, a reforçou. Assim como Tsebelis não buscava a mudança do sistema em si. Ambos pensam a partir das relações sociais de produção que os engendram enquanto sujeitos políticos, e dessa maneira, refletem uma concepção de mundo que se construiu num determinado modo de produção. O que queremos dizer é que a ideia de compreender a sociedade apenas nas suas relações jurídico e políticas, como Tsebelis o fez, ou sem considerar a construção da

ideologia, como Berlinguer construiu é uma consequência da própria construção da ideologia. A ideologia se apresenta como se fosse universal, no entanto é uma visão particular do mundo, é fruto da dominação de uma classe sobre a outra e expressa seu interesse, o de manter seus privilégios (IASI, 2012b). Acabamos, como Marx nos diz “*separando as ideias da classe dominante e as tornamos autônomas*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 48). Não compreender a totalidade da formação da sociedade civil, que é burguesa permite incorrer em erros de análise que impactam diretamente na sobrevivência da classe trabalhadora.

Isso não ocorre apenas com Tsebelis e Berlinguer. Podemos analisar alguns outros atores políticos e acadêmicos e veremos o quanto estamos buscando saídas dentro dos limites impostos a nós, os quais geram os problemas. Cabe ainda mais uma reflexão, a busca de “consensos”, de “equilíbrios decisórios” no parlamento e através de “alianças das forças sociais” é o que o Banco Mundial chama de “governabilidade”. Assim estamos para além de uma análise de modelo, ou reflexão política, usando um discurso ideológico que tem como efeito prático a necessidade de um pacto social, o qual, por sua vez, demonstrou no Brasil a possibilidade de quebrar a resistência dos trabalhadores apresentada na década da década de 80, como veremos mais adiante (IASI, 2012a).

O “pacto social” se materializa na defesa pela democracia, a qual garante no máximo a emancipação política. Tsebelis fala sobre as regras do jogo na democracia e Berlinguer a reforça na sua prática. O que queremos refletir é como análises que não consideram a determinação da estrutura econômica, ou que a consideram em sua parte não na totalidade podem contribuir para a permanência do sistema capitalista. Podem, inclusive, fortalecê-lo, ao invés, de enfraquecê-lo.

Outro modelo explicativo para o uso de diferentes tipologias de políticas públicas que também podemos refletir sobre a discussão, é o da teoria do *eleitor mediano* criada por Downs (1999) e atualizada por Larcinese (2007). Downs (1999) trabalha com a racionalidade das ações e com a assimetria de informações e então desenha a relação entre o processo eleitoral e a implementação de políticas públicas. Parte da premissa que todo governo almeja a reeleição. E, para isso, é necessário maximizar seu apoio político. Novamente o pacto social defendido pela social democracia alemã aparece na atualidade, nas palavras de Downs como apoio político. Além disso, cabe ressaltar que Downs discute a produção de políticas públicas dentro de um processo democrático de eleição sem

cogitar sua não existência, lembrando a célebre defesa de Berlinguer (2009) e, mais Bobbio (1979) e Coutinho (1979) da democracia como valor universal.

Todos os governos, bem como os partidos, têm como função social, segundo Downs (1999), atingir interesses pessoais. E, cada eleitor vota no partido no qual acredita que lhe trará mais utilidade, comparando os benefícios recebidos ao longo do partido governante com outros períodos. Como o principal objetivo do governo é a sua reeleição, ele irá adotar como estratégia as escolhas que são apoiadas pela maioria dos eleitores. Ou seja, os governos planejam suas ações para agradar eleitores e os eleitores decidem como votar com base nas ações governamentais.

Tal afirmação também se faz presente na decisão de que tipo de política pública o governo irá implementar. E dessa maneira o governo irá construir propostas que agradem apenas a população eleitoral. Tendo em vista que partidos sabem que muitos eleitores votam por ideologia e não por políticas públicas, eles ajustam suas ideologias para atrair mais votos. Então é pela ideologia, portanto, que muitas políticas são implementadas. Tudo para aumentar o número de votos (DOWNS, 1999).

Downs demonstra sua preocupação em compreender as regras do jogo democrático burguês, mas o compreende como um jogo isento e com jogadores iguais, “os eleitores”. Reforçando as ideias de Bernstein (1977) de que a democracia seria uma escola superior do compromisso. Existe uma aposta no sufrágio universal defendida já faz anos por diversos teóricos e políticos a qual está alicerçada no princípio da igualdade do liberalismo, como se os eleitores fossem iguais, todos cidadãos, sem diferença nas relações sociais de produção, apenas atores que com seu voto podendo influenciar a gestão do Estado. Downs acaba por reivindicar Kautsky (1979) como se a democracia fosse pura, sem haver privilégios no jogo da disputa do poder, apenas a necessidade de agradar o eleitorado. Cabe aqui que ressaltar que o politicamente igual mantém o socialmente dividido entre burgueses e proletários. Como também afirmam Lessa e Tonet (2011),

A liberdade política e jurídica nada mais é do que a afirmação social, real, das desigualdades sociais. Por conta disso, é que a cidadania, conceito decisivo da concepção democrática, não é um obstáculo à exploração econômica; ser cidadão é apenas e tão somente ter seus direitos respeitados. Todos esses direitos, porém, são sempre compatíveis com a exploração do homem pelo homem, porque não se opõe radicalmente à desigualdade social (LESSA; TONET, 2011, p. 84).

Segue na sua análise dizendo que na busca pela maioria dos votos, o governo analisa a distribuição da frequência da renda da população, ou seja, baseia-se na renda mediana, tendo como principal eleitorado o pico dessa distribuição que no caso seria a população mais pobre e dessa maneira a política a ser mais implementada seria a da arena redistributiva¹² (LOWI, 2009), já que traria maior utilidade ao eleitorado e por consequência maior apoio político ao governo. A diferença entre a distribuição de votos e distribuição de rendas dá ao governo um incentivo para manter perdas e ganhos líquidos em margens de utilidade individual via redistribuição de renda (DOWNS, 1999).

Para Downs a correlação de forças é medida pelo número de eleitores. O tipo de políticas públicas ou o grau de sua existência depende do perfil da média dos eleitores. A disputa ocorre pela intenção de votos e não pela manutenção do sistema político econômico. E se a maioria pertencer a uma classe de remuneração mais baixa, conseguirá garantir suas pautas votando. Downs acaba por não apresentar relação da gestão do Estado com o momento do desenvolvimento do modo de produção ou da tensão entre Capital e Trabalho, avalia o processo de produção de políticas públicas descolado do processo histórico das relações sociais de produção.

Larcinese (2007), porém, ao analisar os estudos de Downs (1999) notou que ao realizar o cálculo da renda mediana, Downs não desconsiderou a população que não participa do processo eleitoral, ou seja, as abstenções foram computadas. Logo, ao contrário do que Downs pensava, o eleitor mediano geralmente terá a renda maior que a do cidadão mediano. Então, para Larcinese, tal afirmação afeta diretamente a proposta de políticas públicas a serem adotadas, pois para aumentar os benefícios do eleitorado, e assim conseguir maior apoio do eleitorado, as políticas deverão ser implementadas em

¹² Sabe-se que as políticas públicas são classificadas por tipologias. Theodore Lowi (2009), em seu livro "Arenas de Poder", propõe três tipos básicos: *Distributivas*, *Redistributivas* e *Regulatórias*; sendo completada posteriormente por uma quarta arena, a *Constitutiva*. Para o autor, cada tipologia é uma combinação de dois fatores, quais sejam: o primeiro fator, se a coerção trabalha por meio de conduta individual ou no ambiente de conduta; e, o segundo fator, se a probabilidade de coerção é remota ou imediata. Posteriormente, Wilson (1989) complementa tal proposta de Lowi (2009) sugerindo mais dois eixos de análise, um eixo de custos e outro de benefícios, onde cada uma das arenas de poder seria classificada de acordo com maior ou menor concentração de cada um dos elementos dos eixos. Em função das alternativas aos problemas, acreditam formar alianças e disputas, dividindo os atores em grupos de interesses, criando, por fim, as arenas de poder. A lógica que subjaz essa distinção, segundo os autores, é que "as políticas definem as arenas", ou seja, cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio ou de rejeição, dentro das arenas. Para eles, é a partir da relação entre os diversos atores e seus diferentes interesses que se formam coalizões, conflitos que definem as arenas das políticas públicas.

arenas de políticas com custos mais difusos e os benefícios concentrados ou não. Ou seja, arenas menos conflitivas tais como as distributivas bem como as constitutivas.

Percebe-se que tanto Downs quanto Larcinese consideram os eleitores apenas por sua faixa de renda, analisa-os como cidadãos, todos iguais perante a lei com poder de voto. Demonstram ter o mesmo entendimento de Kautsky que *“por democracia entende-se no momento a igualdade de direitos políticos de todos os cidadãos de um Estado”* (KAUTSKY, 1979, p. 47).

Essa pesquisa é contrária a essa perspectiva e compreende a democracia como a *“ditadura da burguesia, por vezes, reformismo impotente da pequena burguesia que se submete a esta ditadura”* (LÊNIN, 2005, p. 194). Compreendemos que a democracia não está a serviço de todos, e que exerce a ditadura da burguesia através da república democrática, que não pode confessar perante o povo que serve à burguesia; *“não pode dizer a verdade, é obrigado a mentir”* (LÊNIN, 2005, p. 196).

Entendemos que os analistas de políticas públicas bebem da fonte da social democracia bem como do eurocomunismo ao defenderem uma compreensão de Estado como espaço de mudança a depender da correlação de forças, sendo possível a todas as classes sociais garantir seus interesses. As quais estão alicerçadas no liberalismo burguês. Além da defesa do sufrágio universal como principal meio na disputa pelo poder, apresentamos apenas dois exemplos de modelos de análise de políticas públicas como forma de explicitar que na sua essência não consideram como central em sua análise a dinâmica da luta de classes.

Observa-se que os diferentes modelos de análise, tanto os já apresentados, como outros tipo mudanças institucionais endógenas (MAHONEY; THELEN, 2009), equilíbrio pontuado (TRUE; JONES; BAUNGARTER, 2007), múltiplos fluxos (ZAHARIADIS, 2007), demonstram não considerarem como preponderante a relação direta entre a estrutura econômica e os elementos superestruturais: jurídicos, políticos e ideológicos, o Estado. Como também ao não analisarem a formulação das políticas públicas a partir da tensão entre o modo de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, os modelos de análise e as tipologias das políticas públicas acabam por não indicarem a centralidade da perspectiva da luta de classes nas suas análises.

Devido a importância de entendermos a relação de como o modo da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual, iremos apresentar no próximo capítulo como, ao longo da história, o modo de produção capitalista foi se reestruturando e

seus impactos nas configurações do Estado burguês. Assim como iremos abordar como essas configurações do Estado interferem na base da vida material e sua relação intrínseca na formulação e implementação de políticas públicas.

CAPÍTULO 2. O PROCESSO HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A LUTA DE CLASSES: AS TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE CIVIL BURGUESA

“O governo do Estado moderno não é mais que um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”
Marx e Engels

Para entender porque em alguns momentos da história, as reivindicações dos trabalhadores encontram mais ou menos permeabilidade no Estado, ou porque o regime do Estado conforma-se por vezes ditatorial (coercitivo) e por vezes democrático, é preciso analisar a base material da vida social. Assim sendo, para compreender os elementos superestruturais de determinado momento histórico, é preciso analisar a base material a qual correspondem essas expressões jurídicas, políticas e ideológicas. Faz-se necessário compreender como estavam as necessidades do modo de produção e da sua relação com o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais; como estava organizado e por quais transformações passou o processo produtivo nos diversos períodos históricos e as consequentes mudanças na atuação do Estado. Somente a partir da análise histórica da luta de classes, temos como perceber as transformações da sociedade civil burguesa. Por isso, faz-se necessário avaliar como o modo de produção capitalista vem organizando a divisão social do Trabalho mundialmente para então, compreender suas consequências na reestruturação produtiva¹³ no Brasil. Dessa maneira, entendemos que as políticas públicas se inscrevem nesse movimento, em uma relação direta e determinada entre estrutura econômica e superestrutura.

Por outro lado, ao analisá-las em seu desenvolvimento nos diferentes períodos históricos, há quem avalie ser possível a vinculação entre as transformações das políticas públicas com um pretense movimento do Estado onde, ora ele estaria presente e interventivo e ora se afastaria de sua atuação, deixando apenas que o mercado regule todas as relações. Ao discordar dessa perspectiva, partiremos de três pressupostos já apontados por IASI (2012a), os quais consistem em: o primeiro pressuposto é

¹³ A reestruturação produtiva será empregada neste projeto tal qual Antunes (2008) conceitua, em seu livro *Adeus ao trabalho?*, sendo assim, compreendida como novos processos de Trabalho que emergem, onde o cronômetro e a produção em série e em massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado (ANTUNES, 2008, p. 24).

compreender a intrínseca conexão entre as relações sociais de produção e o Estado. Isso significa que a dinâmica econômica está diretamente ligada a composição do Estado, e assim o Estado nunca está “fora” do processo de desenvolvimento do Capital, ele não se ausenta em nenhum momento. Desse modo, não há possibilidade de desvencilhar o entendimento da estrutura econômica da composição superestrutural que, nas palavras de Marx (2008a) eleva-se a ela e a mantém.

O segundo pressuposto é a concepção de Estado enquanto uma unidade entre “coerção e consentimento”. Uma unidade dialética de maneira que há elementos de consentimento nas formas de coerção e elementos de coerção nas formas de consentimento, nunca sendo apenas um ou outro. O terceiro pressuposto é de que as dinâmicas da luta de classes incidem na forma do Estado, mas não na sua essência, em seu caráter de classe. Assim, quando há aceitação, pelo Estado, das demandas dos trabalhadores é uma maneira de legitimação política que, ainda que atenda pontualmente às reivindicações da classe trabalhadora, possui limites devido às relações sociais de produção e de propriedade privada, as quais não são, em nenhum momento, colocadas em disputa. As mudanças na forma de atuação do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas estão diretamente relacionados à necessidade do Capital em buscar diferentes maneiras de legitimação necessárias, devido às mudanças no processo produtivo.

No período de estruturação do Capital monopolista e de seu desenvolvimento na forma imperialista (Capital monopolista) há mudanças tanto nas formas das relações sociais de produção quanto na configuração do Estado. Os entraves do modo de produção no processo de passagem da acumulação de livre concorrência para monopólio exigiram mudanças tanto nos espaços de Trabalho quanto nas formas de gestão do Trabalho, na atuação do Estado e, por consequência, novas formas de enfrentamento da luta de classes (IASI, 2012a).

Parte-se da compreensão de que a reestruturação produtiva não deve ser reduzida a uma questão gerencial por maior efetividade, é algo mais complexo, pois envolve a relação entre economia, política e ideologia. Afinal as mudanças da organização das relações sociais de produção acabam também por modificar a configuração do Estado diante da luta de classes (IASI, 2012a).

2.1 Fordismo, Taylorismo, Acumulação Flexível e a luta de classes no mundo

O início do processo de industrialização na Inglaterra no século XVIII, trouxe consigo uma grande transformação no modo de produção, e portanto, alterou intensamente toda vida social. Diante dessa transformação, há o desenvolvimento do aspecto técnico na organização do processo produtivo, que passa a ser assumido como um interesse de classe dos capitalistas (PINTO, 2013). Isso significa que a forma de organizar o Trabalho a fim de melhor extrair Mais-Valia do operário, passou a ser tratada como matéria do conhecimento da burguesia, que, ao ser alcançado possibilitou maior domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Foi no final do século XIX, em uma etapa mais madura da industrialização, que se aprimorou a esfera de pesquisas científicas voltadas para a inovação tecnológica e industrial resultando em um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A grande acumulação dos capitalistas nesse período também impulsionou a necessidade de ampliação e expansão dos processos produtivos, considerando a permanente concorrência da classe burguesa cada vez mais a nível global. A necessidade permanente dos capitalistas em vencer a concorrência foi estabelecendo técnicas ainda mais avançadas na busca pelos lucros. Isso passou a acontecer também através do controle do Trabalho em suas diferentes variações, apartando significativamente o operário de uma noção mais geral do processo de Trabalho.

A produção de conhecimento científico voltada ao Trabalho, então, passou a estabelecer métodos de organizar as relações de produção de forma mais objetiva, técnica e eficiente. Entre os estudiosos, Frederick Taylor (1856-1915) se destacou ao sistematizar princípios científicos sobre as melhores técnicas aos operários em executar certas tarefas, que lhes tomassem menos tempo e lhes dessem mais precisão nos movimentos de Trabalho. Partia do entendimento que quanto mais simples e repetida a tarefa, mais habilmente os operários a fariam, pois quanto menos precisasse ele pensar na sua ação, melhor seria seu desempenho.

Outro intelectual contemporâneo que produziu conhecimento à classe capitalista, foi Henry Ford (1862-1947), que acrescentou ao sistema de Taylor, a serialidade no processo produtivo (PINTO, 2013). Dessa forma, os trabalhadores além de realizar sempre as

mesmas funções, ficavam dispostos em filas e manuseavam suas ferramentas e objeto de Trabalho ao passar de esteiras, economizando assim ainda mais tempo. O Trabalho tornava-se cada vez mais específico, individual, mecânico, quase fundido com o correr da esteira e da maquinaria, sendo essas, porém, quem ditam o ritmo da produção. O trabalhador reduz-se cada vez mais à condição de apêndice das máquinas.

No que diz respeito a organização da produção, o taylorismo/ fordismo promoveu um novo tipo de divisão social do Trabalho, fragmentando intensamente os processos produtivos e deixando os operários ainda mais apartados do produto da sua ação de transformação da natureza. Para o momento histórico, isso representou o aumento do nível de alienação do Trabalho em caráter inédito até então (LESSA, 2013). Baseava-se na produção em massa de forma racionalizada com intensificação do Trabalho e na produção em série em linhas de montagens, “[...] *com uma rotina maçante, monótona, infinitamente repetitiva*” (LESSA, 2013, p. 95). Existia a necessidade constante do aumento do consumo de mercadorias e por isso essas deveriam ser cada vez mais baratas e “novas”. Os processos de Trabalho eram fragmentados em partes menores que eram reorganizadas para aumentar a produtividade, o que resultou em operários extremamente especializados e em rotinas de Trabalho mecânicas, serializadas e repetitivas. Tudo isso acrescido de mais controle e pressão sobre os trabalhadores.

Para além do processo produtivo em si, o padrão taylorista/fordista colocava suas características na própria forma de organização das cidades alterando inclusive a arquitetura dos espaços. Eram formadas plantas industriais gigantescas com milhares de trabalhadores aglutinados, produzindo mercadorias incessantemente, e ao redor, os bairros operários com moradias produzidas no mesmo formato e que se estendiam por quilômetros.

As mudanças colocadas pelo novo padrão de acumulação estabelecem outras condições nas relações sociais de produção o que exige novas respostas superestruturais. As características do padrão taylorista/fordista vão, aos poucos, sendo assumidas nos diversos setores da sociedade. As mudanças na organização da produção acabam por exigir mudanças também na atuação do Estado que, com o objetivo de defender os interesses do Capital, passa assumir as características do padrão taylorista/fordista. A partir dessa necessidade, o Estado começa a ter uma forte organização burocrática, no sentido de Weber (1966), tais como separação entre “gestores” e “funcionários” – aqueles

que pensam e aqueles que executam o pensado – , organização do Trabalho com formas de controle e disciplina e a rotinização e impessoalização do serviço público (IASI, 2012a).

Esse modo de organização do processo produtivo, exigia que a classe trabalhadora ficasse concentrada em grandes plantas industriais, formando-se assim, o operário massa fordista (IASI, 2012a). As próprias cidades eram grandes centros industriais, onde estabelecia-se quase que a totalidade da vida dos trabalhadores.

Se por um lado o padrão fordista transformou os processos de Trabalho em rotinas maçantes e repetitivas e colocou o trabalhador em tais condições de esgotamento e adoecimento, essas mesmas características possibilitaram o desenvolvimento das formas de organização dos trabalhadores. Nesse período, houve um grande crescimento e desenvolvimento das organizações sindicais. O contexto era de intensa exploração: más condições de Trabalho, baixos salários, acidentes dentro da fábrica (os quais seguidamente resultavam em mortes) e adoecimento constante dos operários. Naquele momento, os trabalhadores estavam aglomerados – tanto no processo produtivo quanto nas cidades – e assim, foi possível uma coesão operária na luta contra seus exploradores.

O desenvolvimento do movimento operário mostrou importantes sinais de ameaça a burguesia, que passava a ter dificuldade de impedir a aproximação e organização dos trabalhadores. Pinto (2013) também refere que as características do Trabalho no modo taylorista/fordista, em certo momento, passavam a desmotivar ou até incapacitar o trabalhador no exercício de suas funções, deixando-o menos produtivo e mais suscetível a erros devido a repetição e mecanização imposta. Já se apresentavam então sinais para a classe capitalista quanto a necessidade de rever os modos de administrar a organização do Trabalho.

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, o modo de produção capitalista viveu um longo período atravessado por crises cíclicas e periódicas tão profundas que culminaram nas duas Grandes Guerras Mundiais. Junto a isso, houve a consolidação da classe trabalhadora em luta, organizada e articulada mundialmente (Revolução Russa, as Internacionais e processos revolucionários em outros países). O Capital necessitava efetivar profundas mudanças no processo de acumulação e regulação, sendo a consolidação do padrão taylorista/fordista o principal elemento nesse processo. Para reverter a queda tendencial da taxa de lucro era necessário não só ampliar a acumulação, mas também tomar medidas de legitimação da ordem social vigente e das mudanças necessárias.

Assim, o Capital exige uma participação intensa do Estado nas questões econômicas mais diretas, seja no âmbito do desenvolvimento de sustentação estrutural – tais como portos, siderurgia, vias de transporte, energia – como também na administração das contra tendências para enfrentar a queda tendencial da taxa de lucro (intensificação da exploração da classe trabalhadora, por exemplo) e a participação na exportação do Capital. O Estado também toma medidas políticas para conter a ação da classe trabalhadora (organização sindical através de greves e manifestações, entre outras) que possa vir a prejudicar os elementos principais de acumulação. Junto a isso também desenvolve ações de controle e de gestão da Força de Trabalho via políticas de assistência e de previdência (que passará a incluir também a saúde).

Dessa maneira o Estado passa a assumir tarefas que se expressam de modos diferentes a depender da formação social de cada país como, por exemplo, o *New Deal* norte americano, ou o *Welfare State* socialdemocrata na Europa até as ditaduras e governos populistas na América Latina, considerados todos os modelos de Estado de Bem-Estar Social (IASI, 2012a). Esse modelo de Estado estava baseado no pensamento de Keynes (1833-1946), em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), abordava como central a necessidade da intervenção do Estado na economia, por esta não-ser auto-regulada baseado pelo fundo público e com o gasto social, ou seja, investimento de políticas públicas (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Sendo assim, pode-se dizer que o keynesianismo foi a base teórica desenvolvida para as novas configurações do Estado necessárias ao modelo econômico fordista. Ou seja, conforme a necessidade colocada pela formação social específica, a atuação do Estado vai se dar ora pela via do consenso e do pacto social, ora pela coerção explícita, ainda que objetivo seja o mesmo: corresponder às necessidades da produção e acumulação capitalista.

Como consequência desse movimento, nos países de centro do capitalismo, baseados na teoria de Estado keynesiano forma de atuação do Estado ficará conhecida como *Estado de Bem-Estar* ou *Estado Social*. A partir de 1950 viveu-se, nesses países, o período conhecido como “Trinta Anos Dourados” (LESSA, 2013), marcados por grandes crescimentos econômicos resultantes do alto grau de investimento no setor industrial/comercial (aumento significativo da produção de mercadorias), além de forte atuação estatal nos conflitos advindos da relação Capital x Trabalho (políticas públicas). Era necessário também inibir os possíveis efeitos da experiência socialista colocada pela Revolução Russa de 1917 e que se consolidava na URSS. A divisão do mundo em dois

“blocos” (capitalista e “socialista”), vai influenciar diretamente as medidas tomadas pelo Estado para legitimar o Capital e controlar a classe trabalhadora.

Assim, o Estado passa a atuar na proposição de um “pacto social” onde toda a sociedade deveria trabalhar pelo crescimento e desenvolvimento do país. Para tanto, são implementadas diversas ações como: controle sobre os bancos, obras de infraestrutura (que tem como objetivo também gerar empregos e aumentar o consumo), crédito agrícola e diversas políticas de Previdência Social (pensões, seguro-desemprego, salário mínimo, assistência social aos vulneráveis, redução da jornada de Trabalho, aprovação de leis trabalhistas e regulação dos sindicatos) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Os trinta anos de desenvolvimento econômico capitalista, a ampliação das leis trabalhistas, a regulação e cooptação dos sindicatos e as políticas de Assistência Social tiveram, nesse período, papel central para o controle da classe trabalhadora no processo produtivo. Para além disso, houve a cooptação subjetiva de que a melhor alternativa para a sociedade era o projeto do “bloco capitalista”, ou seja, a ideologia burguesa passa a ser reivindicada pela classe trabalhadora. Criou-se as condições para garantia do padrão de acumulação capitalista através da ampliação da Força de Trabalho e desenvolvimento da infraestrutura para a indústria, o que resultou no aumento da produção de mercadorias e conseqüentemente das possibilidades de consumo. De outro lado, também devido às reivindicações da classe trabalhadora, houve a incorporação das demandas trabalhistas através de respostas estatais como as políticas públicas, a ilusão “pleno emprego”, as já mencionadas leis trabalhistas, relacionadas com a ampliação da “cidadania” e do incentivo à participação “democrática”.

Essas medidas têm como resultado uma incidência direta na luta de classes, principalmente no que diz respeito à organização da classe trabalhadora. Ideologicamente criou-se a imagem de um Estado que atende às demandas dos trabalhadores, basta que esteja ocupado pelos representantes acertados. Deslocou-se os conflitos da esfera da produção (onde os trabalhadores conseguem golpear o Capital em seu centro) para a esfera estatal, ou seja, institucionalizou os conflitos no âmbito do Estado burguês, onde este é quem impõe as regras do jogo. Além disso, esse deslocamento possibilitou a fragmentação das lutas, já que agora cada segmento deve se organizar para levar suas reivindicações diretamente ao Estado para que este as atenda, colocando de lado o elemento singular à toda a classe trabalhadora: a luta pelo fim da exploração da Força de Trabalho. Em detrimento, fortalecem-se as bandeiras corporativistas e as pautas

identitárias. O Estado então cumpre seu papel em corresponder às necessidades colocadas pelas relações sociais de produção e reafirma a legitimação da ordem capitalista.

Todo esse processo de mudanças resultou num alto grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. Porém, assim como o taylorismo/fordismo possibilitou o desenvolvimento industrial tornou-se um entrave para ele, pois proporcionou o acirramento da luta de classes, devido à forte concentração de trabalhadores nas fábricas e sua organização sindical, como já mencionado. Além disso, a constante concorrência entre a classe capitalista levou o sistema produtivo a mais um processo de queda tendencial da taxa de lucros e desenfreou-se mais uma crise cíclica e periódica do Capital em 1970, conhecida como a “crise do petróleo¹⁴”. Constantes embates entre trabalhadores e burgueses passaram a ocorrer e como nos diz Antunes, o taylorismo/fordismo acabou por possibilitar paradoxalmente:

A emergência, em escala ampliada, de um novo proletariado, cuja sociabilidade industrial, marcada pela massificação. Ofereceu as bases para a construção de uma nova identidade e de uma nova forma de consciência de classe. Se o operário-massa foi a base social para o “compromisso” social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos de controle social da produção ocorridos no final dos anos 60 (ANTUNES, 1999, p. 41).

Nesse contexto, a crise do Capital ocorrida nos anos setenta, vai encontrar no padrão taylorista/fordista dificuldades em retomar os níveis de acumulação necessários a manutenção do modo de produção capitalista. Bem como, uma classe trabalhadora que, apesar dos processos de cooptação perpetrados pelo Estado, está fortemente organizada com uma identidade de classe estabelecida e possibilitada pelo mesmo padrão taylorista/fordista. Passa a ser necessário então que se estabeleçam novas mudanças no processo produtivo, com o objetivo de manter o padrão de acumulação capitalista e ao mesmo tempo desmontar a organização e resistência dos trabalhadores.

O processo de crescimento e ampliação do Capital a nível mundial reconfigurou a disposição das potências econômicas mundiais. Após a 2ª GM, os EUA despontam como a

¹⁴ Destacamos que a classificação das crises cíclicas e periódicas do Capital como sendo apenas a crise de um tipo de mercadoria (“Crise do Petróleo”, “Crise Imobiliária”, etc) é uma visão burguesa a respeito de tal - por uma questão de classe, ela própria não consegue explicar o fenômeno em sua totalidade. Tanto os que acreditam que o “mercado se autorregula” ou os que defendem a necessidade do Estado para “intervir no mercado”, não consideram que é a própria dinâmica do Capital de extração de mais-valor que produz as crises. Elas são, portanto, crises sistêmicas e não de apenas uma área, ainda que se apresente em um ou mais ramos de produção.

economia reguladora mundial e tomam o lugar que anteriormente era ocupado pela Inglaterra. Nesse período são criadas instituições como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras. Juntamente com a Europa, os EUA se constituem como o bloco de maior desenvolvimento capitalista, passando a exportar processos produtivos inteiros para os países de periferia econômica, onde os custos para a produção são mais baratos, principalmente a Força de Trabalho. Nesse contexto de concorrência mundial, vemos o surgimento de um novo padrão de produção, mais flexível e com menos “riscos” de investimento para a burguesia. Esse padrão se desenvolve no Japão e dará início ao que vamos conhecer posteriormente como o surgimento dos “Tigres Asiáticos”, um novo bloco a despontar na economia mundial.

Como o processo de reestruturação produtiva não é estanque, vemos o novo padrão de acumulação nascer ainda no processo de desenvolvimento do taylorismo/fordismo e, por isso, carrega algumas de suas características. A crise do modelo taylorista/fordista exigia uma nova organização no padrão de acumulação, um processo produtivo mais flexível. Porém, não se pode tratar a reestruturação produtiva como uma mera substituição de modelos de produção, pois um novo modelo carrega em si as características do antigo, combinando-as com novas e melhores formas de manutenção do modo de produção.

Com a nova reestruturação produtiva, o modo de produção passa a ter como forma de gestão o *toyotismo*, o qual tinha como características a mecanização, a substituição do homem pela máquina, *just-in-time*, a produção conforme a necessidade do mercado e a plurifuncionalidade dos trabalhadores (PINTO, 2013). O modelo de organização Toyotista do Trabalho surge após a 2ª GM e, diferentemente do modelo taylorista/fordista, ele emerge em um contexto de desenvolvimento lento da economia no Japão.

Novamente, a necessidade da burguesia em vencer a concorrência a nível mundial, proporcionou uma reorganização do processo produtivo que permitiu melhor extração de Mais-Valia do operário e contenção do movimento sindical. Trata-se de um tipo organizacional no qual os operários passam a exercer diferentes funções, aprendem a manusear diferentes máquinas e ter maior participação nas etapas produzidas, envolvendo-se também em questões como controle de qualidade, limpeza e manutenção dos meios de produção. Ao invés das linhas de produção, a organização da fábrica passou a ser em células de Trabalho, onde equipes definidas passavam a assumir responsabilidade por determinadas etapas da produção e havia revezamentos entre essas

funções (PINTO, 2013). Havia metas por equipes, sendo a gratificação do desempenho coletiva e não mais individual.

O grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais do período proporcionou que um operário pudesse gerenciar duas ou mais máquinas ao mesmo tempo, não reduzindo, porém, sua quantidade de Trabalho e nem sua jornada. Esse modelo foi eficiente no processo de acumulação capitalista, tanto na esfera da produção quanto nos entraves que impôs para a consciência de classe do proletariado e sua organização coletiva. A separação das esferas produtivas gerava um fracionamento do que antes eram massas de operários reunidos, assim como a responsabilidade e competição atribuída aos trabalhadores nas equipes dificultava a reflexão sobre as condições comuns enquanto classe.

Esse novo padrão de acumulação mais flexível encontra algumas dificuldades colocadas pela rigidez do padrão taylorista/fordista, sendo algumas das características do modelo anterior difíceis, para os capitalistas, de serem substituídas. Uma delas é a consolidada organização dos trabalhadores através dos sindicatos, principalmente na Europa, que representa uma oposição às mudanças como a terceirização, a automação, a flexibilização dos contratos de Trabalho, entre outros.

Outra dificuldade é a passagem de um modelo fabril “auto suficiente”, em que toda a produção é *interna* e padronizada e a redução de custos se dá por unidade, com alto investimento em Capital constante e variável¹⁵, para um modelo fabril flexível e enxuto, com base na terceirização, na subcontratação de Força de Trabalho ou de microempresas, numa lógica de redução dos custos totais de produção e de *externalização*. A mudança da produção padronizada e em massa também se torna difícil pela necessidade de substituir as enormes fábricas e a maquinaria por estruturas menores e muito mais heterogêneas. Por fim, o alto custo para o Capital, da troca do trabalhador altamente especializado do

¹⁵ O Capital pode ser dividido em duas frações: constante e variável. Essa divisão do Capital constitui uma importante premissa para a análise científica da essência da exploração capitalista.

O Capital Variável, que é responsável pela reprodução ampliada do Capital, é a parte do Capital usada pelo burguês para a compra da Força de Trabalho por um determinado período. É a fração do Capital capaz de gerar mais valor pois está ligada diretamente ao trabalhador e sua capacidade de criar valor. Já o Capital Constante é a fração do Capital ligada ao meio de produção. Pode ser entendido como duradouros tais como edifícios, instalações, maquinaria, ferramentas, isto é, em meios de produção propriamente dito. Porém o Capital Constante também é todos os elementos necessários para a produção das mercadorias - como matérias primas, insumos, materiais auxiliares, combustíveis/energia. Por sua essência são circulantes, pois são comprados antes da etapa de produção da mercadoria e consumidos inteiramente no decorrer do período de produção (MARX, 2013).

modelo anterior para o trabalhador “pluriespecializado” ou “polivalente” do modelo toyotista também é uma das dificuldades da passagem de um modelo ao outro.

Nesse sentido, o Estado é chamado novamente a atuar e superar os entraves às mudanças necessárias a manutenção do padrão de acumulação. Se anteriormente seu papel foi atuar como regulador e intervir a partir das políticas públicas para atenuar o conflito entre as classes, agora com o advento do *Neoliberalismo*, o papel do Estado é desregular o mercado deixando-o “livre”, flexibilizar as condições para a produção e desmontar a rigidez das leis trabalhistas da resistência dos trabalhadores nos sindicatos.

A nova reestruturação produtiva apresentou o toyotismo/acumulação flexível como uma outra forma de organização do modo de produção e exigiu um novo padrão de regulação através do Estado. Assim, o Neoliberalismo se constitui na reforma superestrutural necessária para que o Estado corresponda às novas condições colocadas pelo processo produtivo após mais uma crise cíclica e periódica do Capital.

Não se trata, porém, de entender o neoliberalismo como um “pacote de medidas” ou apenas uma “agenda” política adotada por governos. Trata-se de uma qualidade que Estado burguês assumiu para melhor corresponder às necessidades do modo produção fundado no modelo toyotista de gestão. E, não apenas trata-se de um modelo de Estado que melhor responda às características organizacionais dentro da fábrica. O neoliberalismo também precisa dar respostas melhores que o keynesianismo para contenção aos movimentos operários concebidos no período fordista, pois esses podem ser entraves tão grandes a acumulação capitalista quando o esgotamento da produtividade nas “linhas em série”.

Desta forma, o neoliberalismo constitui a atual estratégia hegemônica da reestruturação geral do Capital – em face da crise, do avanço tecnocientífico e das lutas de classes que se desenvolvem no pós 1970, e que, de desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o Trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais da esquerda e as chamadas “reestruturação produtiva” e “(contra) reforma do Estado)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 193).

O neoliberalismo tende a redimensionar a fábrica e também todas as relações de Trabalho, deixando-as cada vez mais enxutas através de serviços externalizados, como terceirizações e subcontratações de outras empresas. Esse movimento, em uma formatação toyotista onde os trabalhadores já estão mais apartados, propulsiona não apenas maior produtividade (porque reduz algumas etapas do Trabalho e as repassa para

empresas com menor remuneração) como separa ainda mais os diferentes tipos de proletários e os afasta em seu cotidiano.

Com o neoliberalismo, há uma série de mudanças na estruturação do Estado tais como a racionalização orçamentária, desenvolvimento de sistemas de informação e a implantação da política de eficiência que contribuíram na reorganização das relações sociais de produção. Há o fortalecimento de uma administração voltada para o mercado, com parcerias entre o setor estatal e o setor privado, há forte descentralização administrativa e desconcentração de instâncias, bem como a separação entre planejamento e operacionalização das ações (IASI, 2012a). As mudanças que ocorrem na forma de organização do Estado não por acaso são similares às que se dão no modo de produção.

Nesse processo, até mesmo os aparelhos sindicais são afetados, ficando mais flexíveis em suas relações com a patronal, já que passam a representar interesses de ramos cada vez mais fracionados de trabalhadores, perdendo o poder de enfrentamento em questões antes singulares a massas de operários. Na mesma medida que se burocratiza o processo produtivo e o próprio Estado, os sindicatos assumem também a maior burocratização na sua gestão. Passam a funcionar pautados por regras cada vez mais “livres” ditadas pelo mercado – ou seja, pela classe capitalista. Assim, a parca intervenção estatal na esfera econômica permite a burguesia um fluxo imenso de ações que escapam do controle dos trabalhadores e suas entidades representativas.

No contexto do capitalismo em sua forma superior, o imperialismo, que torna o Capital mundializado, um dos papéis do Estado é garantir as condições necessárias para que cada país possa cumprir da melhor forma seu papel na economia mundial, de acordo com sua localização: de centro ou de periferia. O Estado deve garantir a estabilidade e a previsibilidade do cenário político através da segurança de suas instituições. Incentivar e subsidiar investimentos privados na infraestrutura. Transferir para o setor privado as empresas públicas. Reduzir e limitar os gastos com políticas públicas privatizando as áreas da previdência e assistência social, da saúde e da educação. E desregular as relações de Trabalho através da redução de salários e da precarização e flexibilização das relações trabalhistas.

A desconcentração da produção através das terceirizações, o Trabalho em célula de produção e a quebra do paradigma fordista do homem-máquina com a exigência da multifuncionalidade dos trabalhadores resulta na dispersão espacial e política da classe

trabalhadora, produzindo sua fragmentação no processo de produção e por consequente na sua força de articulação.

Tal reestruturação produtiva (entre elas o destaque para a informatização, automação, etc) combinada com novas formas de gestão, das quais o Toyotismo se destaca como paradigma, produziu efeitos que vão muito além dos impactos no padrão de acumulação, mas que incidiram sobre a própria constituição da classe trabalhadora, produziu efeitos na correlação de forças políticas na luta de classes, alterou a forma de gestão pública e de funcionamento do Estado, e, por fim, foi a base para uma sólida ofensiva ideológica contra os trabalhadores e a alternativa de uma sociabilidade além do Capital (IASI, 2012a, p. 9).

Como já mencionado, as características do padrão de produção e acumulação não se restringem ao processo produtivo em si, mas são assumidas também pelo Estado nos seus aspectos políticos, jurídicos e da ideologia. As mudanças decorrentes desse último processo vão incidir diretamente na organização e execução dos serviços públicos.

No âmbito das políticas públicas esse processo vai se refletir na privatização dos chamados serviços sociais e na precarização do setor público do Estado, forçando os trabalhadores a recorrerem ao setor privado para atendimento de suas necessidades nas mais diversas áreas. Nos serviços que ainda ficam sob responsabilidade do Estado, há um intenso processo de terceirização através das “parcerias público-privadas” (PPP’s) com instituições filantrópicas, Organizações Não-Governamentais (ONG’s) ou qualquer outro tipo de organização do chamado “terceiro setor”.

Não é possível analisar as mudanças ocorridas no Estado através do Neoliberalismo como algo descolado da base material. Elas fazem parte da relação intrínseca entre estrutura econômica e superestrutura. Uma análise reducionista desta relação pode levar à equivocada contraposição entre o Neoliberalismo e Estado de Bem-Estar Social, resultando numa reivindicação pelo retorno deste último, como se representassem interesses de classe distintos. Essa perspectiva, no entanto, desconsidera que mesmo sendo formas distintas, ambos os modelos de Estado constituem estratégias de uma única classe, a burguesa, para manter a propriedade privada dos meios de produção e a exploração da Força de Trabalho.

Portanto é de extrema importância,

recuperar o vínculo entre as ideias e a classe de onde partem, no nosso caso, significa afirmar que tanto o fordismo respondeu às necessidades de salvar o padrão de acumulação no início do século XX, como as chamadas formas flexíveis são a resposta do Capital monopolista e, portanto de sua personificação - a burguesia monopolista- diante das novas circunstâncias criadas pela crise do Capital ao final do século XX (IASI, 2012a, p. 12).

Explicar o modo pelo qual o Estado se estrutura como se fosse uma questão de concepção nos traz graves consequências na organização do movimento dos trabalhadores. Se analisarmos a partir do fenômeno de alternâncias de ciclos, ora incentivando diretamente o desenvolvimento, ora permitindo o mercado livre, corremos o risco de acreditar que a situação se resolva por reivindicar a volta do Estado. Acontece que o Estado nunca deixa de estar presente. Acabamos, dessa maneira, por naturalizar ideologicamente as funções do Estado como inevitáveis para nossa sobrevivência (IASI, 2012b).

2.2 Fordismo, Taylorismo, Acumulação Flexível e a luta de classes no Brasil e as configurações do Estado

Com relação ao processo de reestruturação produtiva no Brasil, pode-se dizer que a partir de 1930, vivenciamos o mais alto grau do desenvolvimento das forças produtivas materiais até aquele momento. Devido ao impacto de uma intensa crise do modo produção capitalista a nível mundial e consequente Depressão Econômica¹⁶ os setores envolvendo a agricultura cafeeira (principal ramo da economia brasileira naquele período histórico) sofreram grande recessão. A exportação de café, que essencialmente movia a economia, já não tinha a mesma dinâmica, levando em conta a crise a nível global. Pelo mesmo motivo, a importação de produtos e máquinas que um país de economia periférica como o Brasil não conseguia produzir também reduziu drasticamente. O capitalismo brasileiro necessitava se modificar e para isso, demandava fundamentalmente da intervenção do Estado, pois não encontrava mais formas de retomar seu crescimento e sair da crise. Foi nesse processo, que o Estado assume a responsabilidade de promover a industrialização, que Giannotti (2009) caracteriza como uma virada econômica e política no país.

Assim, houve um grande impacto na produção e reprodução da vida social. Globalmente, o Capital se expandia em sua forma monopolista, ao ponto que a industrialização passava a ser cada vez mais necessária para o desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Nesse movimento, a classe trabalhadora teve seu ritmo de produção intensificado, ou seja, o trabalhador passou a ter suas capacidades físicas e mentais ainda mais sugadas pelo processo produtivo, promovendo o aumento a mais valia-

¹⁶ A depressão econômica citada foi uma crise de superprodução do Capital, que teve como uma das consequências o famoso “crash” da Bolsa de Nova Iorque e diversos conflitos e guerras ao redor do mundo, além de levantes operários e organização intensa do proletariado em sindicatos e partidos.

absoluta. A jornada de Trabalho tornou-se exaustiva em novas proporções e houve a necessidade da absorção da Força de Trabalho de mulheres e crianças nas fábricas.

O processo de industrialização já nos marcos taylorista/fordista permitiu o aumento da riqueza socialmente produzida, porém, essa riqueza concentrou-se ainda mais no domínio da classe capitalista, aumentando exponencialmente o empobrecimento da classe trabalhadora. Essa classe, anteriormente concentrada no campo e no ramo agrícola, migrou para os polos industriais urbanos devido a necessidade de vender sua Força de Trabalho. Entretanto, o grande contingente de trabalhadores que ocupavam as cidades, se deparou com condições precárias de condições de vida: operários aglomerados dentro e fora das fábricas, baixos salários e alarmantes condições de Trabalho. Para compreender o fenômeno, o número de trabalhadores industriais no final dos anos 20 mal chegava a 300 mil e dez anos depois, passou para mais de um milhão (GIANNOTTI, 2009). Tais condições impactaram profundamente no modo de vida dos trabalhadores, havendo significativo índice de adoecimento e mortalidade – tanto por acidentes dentro das fábricas quanto pelas consequências das condições de Trabalho.

Esse contexto no qual se encontrava a classe trabalhadora – submetida a formas ainda mais brutais de exploração inauguradas pela industrialização em seu modo gerencial taylorista/fordista – promoveu o acirramento da luta de classes. Importantes associações de trabalhadores se conformam nesse período (sindicatos, partidos) e mobilizações coletivas e greves tencionavam o Estado burguês, que passou a buscar estratégias de contenção da organização da classe trabalhadora. Também se apresentava a necessidade de mudanças superestruturais que incidissem na manutenção do exército industrial de reserva, ou seja, que garantisse minimamente condições que mantivessem a Força de Trabalho capaz de manter-se produtiva.

Giannotti (2009) também destaca que o crescimento econômico e o acirramento da luta de classes desse período provocaram uma necessidade de transformação da mentalidade da classe capitalista perante as formas de exploração do proletariado, que agora mostrava mais peso na balança política. A antiga postura coronelista na qual a burguesia costumava resolver qualquer tensão com os trabalhadores na base do chicote e da chibata já não bastava para contenção das reivindicações operárias. Eram necessários novos instrumentos que pudessem garantir o controle do proletariado nas mãos do Estado.

Tais demandas começam a ser atendidas no Governo Vargas (1930-1945), a partir da implementação de uma legislação trabalhista, que visava regulamentar algumas

reivindicações dos operários (como jornada de Trabalho de oito horas por dia) e também estabelecer critérios e deveres para o desempenho de suas funções. Ainda que essa legislação tenha sido construída enquanto um fruto da intensa mobilização da classe trabalhadora, também foi utilizada pelo governo como um instrumento para neutralizar a organização dessa classe por seus direitos. As concessões foram feitas nos marcos possíveis para acumulação capitalista e ainda trouxeram novas funções legais que atuavam para desmobilizar o proletariado em sua constituição como tal. Nas palavras de Giannotti (2009),

Foi pensado no longo prazo que, gradativamente, a burguesia mudou sua postura quanto ao tratamento que era dado ao movimento operário. A ordem agora era ganhar os trabalhadores pela cooptação. Ganhá-los para a ideia de colaboração entre as classes. O discurso dominante da época pregava: “Harmonia entre Capital e Trabalho” (GIANNOTTI, 2009, p. 120).

Nesse contexto, foi criado o Ministério dos Negócios, do Trabalho e da Indústria, no qual desenvolve-se a construção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e direciona-se uma nova relação com o sindicalismo no Brasil – de perseguição às organizações sindicais, o governo preocupa-se em estabelecer diálogo e absorver em partes a composição sindical em suas bases. Mais uma vez, como é inerente à sua função o Estado assumia centralidade nas regulações entre Capital x Trabalho. Regulações essas, sempre pendendo a balança ao lado burguês, ainda que cedesse direitos às lutas dos trabalhadores com intuito de propulsionar o desenvolvimento econômico, mantendo a Força de Trabalho mais produtiva e cooptada. Nesse mesmo contexto, houve uma importante reivindicação e necessidade por políticas públicas de saúde, tendo em vista a situação de adoecimento e mortalidade da classe trabalhadora.

Nota-se que para manter o modo de produção desenvolvendo as forças produtivas o Estado é sempre acionado. E, este, através de seus aparatos jurídicos, cria leis e políticas públicas para atenuar a luta de classes e fazer com que os trabalhadores continuem em condições de sobrevivência para produzir dentro do sistema econômico vigente. Importante ressaltar que as políticas públicas trazem avanços significativos para a condição de vida da classe trabalhadora, mas sempre dentro dos marcos do atual modo de produção. Como já vimos anteriormente, o Estado tem um papel fundamental na manutenção do sistema capitalista e, para tanto, irá utilizar-se de diversos elementos que

mantenham a classe trabalhadora viva, produtiva e subordinada a esse sistema econômico (IASI, 2013).

Ainda na análise histórica das transformações econômicas e sua relação com o Estado, foi no final da 2ª GM (1945-1950), como já dito por Lessa (2011), que viveu-se os “Anos Dourados” da produção no mundo capitalista. Essa época era marcada pelos ditos “milagres econômicos ao redor do mundo (Itália, Japão, Alemanha, entre outros países)”. Foram algumas décadas de desenvolvimento acelerado do capitalismo, proporcionado pela necessidade de reconstrução em diversos âmbitos da vida social após a Grande Guerra. Já descrevemos a forma na qual o crescimento econômico, no capitalismo, exige também o crescimento de exploração da Força de Trabalho do proletariado e como, em certos momentos, essa classe põe-se em luta contra o Capital pela sua sobrevivência. Acontece que nesse período da história, o mundo também vivia a disputa entre as potências econômicas capitalistas e as “socialistas”, nas melhores representações, respectivamente de EUA e de URSS. O crescimento do bloco soviético tencionava os países capitalistas ameaçando as pretensões da burguesia e seu Estado em manutenção da ordem vigente. Por outro lado, os trabalhadores passavam a ter certeza da possibilidade do socialismo e buscavam criar seus organismos internacionais de luta e mobilização.

Nesse momento de ascenso econômico também no Brasil, houve, mais uma vez, forte intensificação do conflito entre Capital e Trabalho, ou seja, a luta de classes se acirrou. Os trabalhadores já se articulavam em mecanismos mais desenvolvidos de organização e luta política. Dentre diversos tencionamentos proletários por melhores condições de Trabalho e de vida, fortalece-se no Brasil movimentos pela necessidade de atenção à saúde. O Estado passou a responder algumas demandas exigidas pela organização dos trabalhadores, como articulação e fomento de serviços de saúde públicos, além de leis que pautavam aumento de salários e a criação do 13º salário (GIANOTTI, 2009). Foi nesse período, por exemplo, que funda-se o Ministério da Saúde e cria-se Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942, iniciando a consolidação de uma política de saúde no Brasil que abordaremos mais adiante.

Ao longo da década de cinquenta o Brasil mantinha um largo crescimento econômico e um novo período de expansão e acumulação capitalista expresso no governo de Juscelino Kubitschek e seu plano de desenvolvimento “50 anos em 5”. Há o advento da indústria petroleira, química, farmacêutica e a consolidação do maior pólo até os dias atuais: a indústria automobilística. A maturação do proletariado a nível internacional

apresenta-se na conjuntura brasileira, o país vive um momento de efervescência cultural e política no qual colocava-se uma disputa entre o projeto nacionalista e desenvolvimentista contra o de abertura ao Capital estrangeiro. Essas lutas, greves e mobilizações dos trabalhadores mostravam-se como possíveis entraves aos planos imperialistas dos EUA para o Brasil e já no final da década de 50 começam a ser engendrados movimentos que culminam no golpe militar empresarial em 1964.

No final da década de 1960 até o início de 1980 viveu-se sob a ordem da ditadura empresarial militar no Brasil, financiada pelos EUA, devido à disputa política econômica entre EUA e URSS. Reitera-se que nesse período a luta de classes estava mais acentuada. Havia a necessidade do capitalismo revolucionar-se para se manter enquanto modo de produção, dentro do que era necessário objetivamente na época. Da mesma forma ocorrida nas economias reguladoras, o modelo taylorista/fordista que antes acelerava o desenvolvimento econômico, começou a mostrar sinais de esgotamento. Os levantes e greves operárias – como fruto do acirramento da luta de classes – (nesse período agregadas também outras categorias de trabalhadores) e o ascenso de organizações políticas fez emergir a necessidade de uma ditadura enquanto o elemento político utilizado pelo Estado para barrar a possibilidade do socialismo. A exemplificar, pouco antes do Golpe, em 1963 ocorreu uma grande greve geral na cidade de São Paulo na qual estiveram unidos 78 sindicatos de modo que 700 mil trabalhadores pararam a cidade em uma campanha salarial que exigia 100% de aumento e encerraram a greve com acordo de 80% de aumento salarial a todos os operários (GIANNOTTI, 2009).

Após o Golpe, veio um período de extrema repressão, como sempre, a uma classe específica: a dos trabalhadores; sendo que o Estado utilizou da coerção, para manter as relações sociais de produção nos marcos da propriedade privada, sem novas ameaças ao lucro capitalista ou organizações que questionassem a ordem. Esse golpe teve também como finalidade garantir o desenvolvimento das forças produtivas materiais por via de profunda repressão da organização da classe trabalhadora (GIANNOTTI, 2009).

Apesar da nova composição do Estado (de democrático para ditatorial), o modelo organizacional do modo de produção nesse período permanecia pouco modificado e, como já citamos, o taylorismo/fordismo não respondia tão bem as necessidades de acumulação de riquezas. Apesar das constantes e sanguinárias tentativas de conter os movimentos sindicalistas na ditadura, a efervescência de uma organização proletária e as revoluções pelo mundo também reacenderam na classe trabalhadora brasileira a sua combatividade

na luta de classes. O modelo de gestão do processo produtivo não correspondia mais às necessidades das forças produtivas materiais de se desenvolverem, motivo pelo qual foi preciso que o modelo de gestão fosse alterado. A crise do padrão fordista exigia o enfrentamento do operário-massa que o próprio modelo havia criado. A configuração social era de profundas manifestações políticas, o que exigiu uma reconfiguração do ajuste estrutural no país.

Isso implica que o ajuste estrutural teria que enfrentar uma resistência [...] que pressionava exatamente no sentido inverso, ou seja, de garantia de direitos, da universalização de acesso a bens e serviços e de participação política, o que será caracterizado por alguns autores- por exemplo, Mello/91994, apud Ugá, 1997:90) - como uma explosão de demandas”. Ao mesmo tempo, as próprias classes dominantes e seus diferentes segmentos, de certa forma, resistiam ao simples desmonte do Estado, ainda que muito diferentes, no caso pela defesa de seus privilégios e da perpetuação de uma situação na qual setores inteiros das camadas dominantes fizeram do fisiologismo estatal um poderoso recurso de poder para equilibrar sua delicada relação com os setores monopolistas (IASI, 2012a, p.14).

Portanto, esse movimento do ajuste estrutural encontrou resistência – tanto dos trabalhadores, os quais lutavam para garantir seus direitos, quanto das classes dominantes que não queriam perder seus privilégios. Diante disso, garantir o ajuste estrutural apenas pela via do controle governamental não estava sendo o suficiente e por isso instituições como o Banco Mundial também passaram a intervir na situação do país e sugerir um processo de construção de consensos para garantir as reformas necessárias ao ajuste. A partir da construção de consensos entre as lideranças burguesas e dos trabalhadores (lideranças proletárias já com características de burocratização¹⁷) visava-se manter uma certa governabilidade. Para além de um debate ideológico, como IASI (2012a) refere, existe um efeito concreto em nossas vidas “*um pacto social que quebre a resistência dos trabalhadores e autonomia e independência conquistada ou potencial, que marcou os anos oitenta*” (IASI, 2012a, p. 15).

É mister afirmar que tanto as novas crises cíclicas e periódicas do Capital, quanto a crise no modelo de gestão e o acirramento da luta de classes conformaram, em diversos

¹⁷ Destacamos que um dos aspectos que possibilitou a burocratização foi a conformação do que Lênin chamou de aristocracia operária. Essa camada de operários aburguesados ou de "aristocracia operária", inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o [...] principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia (LENIN, 2010b).

níveis, a necessidade de repensar o modelo de Estado que melhor correspondesse aos interesses da classe capitalista no Brasil naquele período. Destaca-se a luta dos trabalhadores também pelo fim de um processo repressivo e coercitivo, culminando, em 1980 em um momento no qual o terreno brasileiro demandava a reabertura democrática e a consolidação de novas instâncias jurídicas.

A democracia seria um terreno precioso para a investida empresarial e das agências internacionais do Capital, com ênfase para o próprio Banco Mundial [...]. Tratava-se [...] de incorporar de maneira subalterna entidades e associações populares, convocadas a legitimar a ordem pela sua participação na gestão de recursos escassos. As reivindicações populares seriam canalizadas, por exemplo, pelos Orçamentos Participativos, que teriam forte papel pedagógico. Fruto de reivindicações populares pelo controle efetivo dos orçamentos públicos, resultariam na sua agregação à institucionalidade vigente, bloqueados economicamente e subalternizadas politicamente [...]. Essa inserção subalternizada, apartada das formas classistas e da problematização da dinâmica propriamente capitalista no Brasil, seria apresentada como o modelo fundamental para a participação popular e para o 'controle' popular a ser exercido sobre as políticas públicas voltadas para a questão social, em especial na saúde. (FONTES, 2008, p. 208-209).

Para conter a luta de classes, a superestrutura brasileira é reconfigurada pela burguesia para o modelo democrático. Uma nova Constituição Federal é implementada, além de diversas leis que tange a proteção dos trabalhadores pelo então Estado Democrático de Direito. Contudo, em um processo de rearticulação da classe trabalhadora e de dificuldades na economia, a governabilidade não era uma tarefa simples, necessitando de coesão entre os setores da burguesia para contenção e equilíbrio na luta de classes. O Toyotismo passa a ser ainda mais desenvolvido na esfera produtiva e com ele, também instituem-se mudanças na gestão da superestrutura (as quais já refletimos anteriormente) – especialmente a diminuição da ação do Estado no mercado e na regulação da vida social. A economia capitalista necessitava de maior liberdade em seu processo permanente de valorização do valor e não apenas percebia-se esse fenômeno no processo produtivo, mas também na esfera das políticas públicas como saúde e educação, pois ali também se expande um nicho capitalista de mercantilização e privatização desses serviços.

Quanto aos governos que se inscreveram para gerenciar o Estado burguês nesse momento histórico, Collor não conseguiu garantir com tranquilidade o ajuste estrutural necessário. Seu governo apresentava dificuldades em conter as crises de cúpula e de negociar pactuações com os representantes da classe trabalhadora, o que acabavam por

dificultar o movimento de coesão entre as classes. Uma importante etapa do consenso com a burguesia para modificações na gestão do Estado foi orquestrada no governo do Fernando Henrique Cardoso a partir de medidas que tranquilizaram os setores da burguesia. Isso garantiu a primeira parte do plano para a governabilidade, mas havia também os trabalhadores que estavam sofrendo as ofensivas do Capital, como o aumento do desemprego, retirada de direitos e o desmonte das políticas públicas recém em etapa inicial de desenvolvimento. Além disso, no contexto mundial, havia a recente queda da URSS e conjuntamente o recrudescimento da ofensiva política contra qualquer alternativa para além do Capital. Esses elementos interferiram diretamente na organização da resistência dos trabalhadores no Brasil. Dessa maneira, ocorreu uma inflexão no movimento dos trabalhadores, as organizações sindicais e movimentos sociais passam a buscar manter-se nos limites da ordem dentro de um perfil político mais ao centro. E assim se pavimenta o caminho para a segunda parte do plano de governabilidade, o pacto social com a classe trabalhadora.

O processo geral de defensiva e a inflexão política das direções criaram as condições para o pacto, mas seria necessário mais que isso. Os efeitos do ajuste estrutural, das contrarreformas do Estado, são profundamente impactantes nas políticas sociais e, por via de consequência na qualidade de vida dos trabalhadores, assim como o novo padrão de acumulação monopolista aprofunda as desigualdades sociais (IASI, 2012a, p. 17).

Para cumprir esse papel temos o Partido dos Trabalhadores (PT) junto com a maior central sindical – a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT e o PT construídos no seio da classe trabalhadora foram se reconstruindo – de instrumento de luta contra o Capital a um forte mecanismo de conformação de Pacto Social. Ainda na década de 1990, no governo Collor, a CUT e o PT já iniciavam sua construção à colaboração de classes em nome da “retomada do crescimento econômico”, em outras palavras, da intensificação da exploração da classe trabalhadora para desenvolver as forças produtivas materiais. Mostravam já, interesse em cooperar, em unir forças pelo “bem de todos”, pelo “desenvolvimento econômico” passam a apontar um novo rumo às lutas da classe trabalhadora: o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Era necessário diminuir a força da movimentação dos trabalhadores e canalizá-la passivamente para espaços na instituição do Estado de tal maneira que aceitassem a aprovação da política contrária aos seus interesses. Via figura de Lula é apresentado um

discurso que não se diferencia da proposta voltada ao mercado e não desconsidera as práticas público-privadas, mas que se mostra como fortalecimento da “participação” e valorização da “cidadania”. Lula se apresenta com um discurso do meio, combinaria responsabilidade e virtudes do mercado com a gestão pública. O que na prática se revelou como incentivo à privatização e parcerias, mas que se anunciaram como um Estado mais próximo dos trabalhadores. E que resultou na passividade dos movimentos da classe trabalhadora, na credulidade cega ao Estado burguês e na esperança na legalidade democrática levando suas lutas apenas dentro dos limites estabelecidos da ordem.

Ao nosso ver, e de certa maneira tal discurso já representa uma reflexão daquilo que de fato significou o governo Lula no âmbito da contra reforma do Estado, uma aparente saída que se desvencilha do universo neoliberal para costurar o consentimento dos trabalhadores a uma maneira de conduzir as políticas sociais totalmente adequada a forma de reprodução do Capital monopolista em sua forma atual. Um pacto sem benefícios, uma focalização e fragmentação que ameaça a própria noção de direitos sociais e de políticas públicas, apresentada como um aprofundamento da democracia, do compartilhar das responsabilidades, da gestão e da avaliação que leva, no limite, a culpabilização da própria sociedade pelo seu estado de desassistência (IASI, 2012b, p. 19).

Não se trata, porém, de refletirmos aqui sobre a pequena política – em termos gramscianos – ao sabor exclusivo do governismo e assim entender as ações petistas em uma correlação de forças basicamente presa a lógica eleitoral e de gestão do Estado Burguês. Mas sim compreender o Projeto Democrático Popular como uma estratégia adotada pela classe trabalhadora e executada pelo PT para enfrentamento ao Capital e logo, as consequências desse processo no comportamento do proletariado frente a luta de classes.

Dentro dessa estratégia, o Estado assume um papel central, pois seria através de sua ocupação pela via eleitoral – combinada com a intensa mobilização da classe da trabalhadora em luta – que poderíamos superar o capitalismo. A lógica do PDP parte de um entendimento no qual seria possível uma grandiosa inserção no Estado para colocá-lo a serviço dos trabalhadores e não mais a sua classe inimiga: a burguesia.

Acontece que ao tentar transformar o Estado, o PT é quem foi transformado por ele e levou de reboque as principais ferramentas que o proletariado utilizou historicamente no Brasil para se organizar. O direcionamento em unir interesses de classe impossíveis de serem conciliados (Capital x Trabalho) foi afetando intensamente a consciência de classe e as formas de luta dos trabalhadores. Nesse movimento, as políticas públicas ocuparam um

espaço de destaque e foi atribuída a elas a capacidade de transformação da realidade social, política, econômica para “toda a população”. Prevendo tal função das políticas públicas, elas foram também idealizadas como formas de reunir e envolver os trabalhadores em sua construção, controle e desenvolvimento. Seria um espaço de mobilização da classe trabalhadora por seus direitos e é nessa lógica que se inscreve o Controle Social.

A seguir vamos aprofundar o debate no que foi o Projeto Democrático e Popular levado a sua implantação nos governos do PT e quais os impactos dele na consciência da classe trabalhadora e em seus movimentos na luta de classes.

CAPÍTULO 3. A LUTA DE CLASSES NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO CAPITALISMO: DA ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICA E NACIONAL (EDN) AO PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR (PDP)¹⁸

“Um dos grandes méritos de Marx foi o de não ter tomado a revolução burguesa como paradigma da revolução proletária”.
Florestan Fernandes

Como mencionado no primeiro capítulo, muitas foram as estratégias de enfrentamento ao capitalismo executadas pela classe trabalhadora. No Brasil, a história da classe proletária tem início entre o final do século XIX e começo do século XX. Hoje, passados 101 anos da grande greve de 1917 em nosso país, precisamos refletir sobre o que a classe trabalhadora conseguiu acumular ao longo dos anos na balança da luta de classes.

A burguesia cumpriu seu papel: o capitalismo se globalizou e estendeu seus tentáculos a praticamente todas as esferas da vida. Hoje encontra-se em seu estágio mais desenvolvido, monopolista e imperialista e tornou-se um entrave à vida humana (IASI, 2012b).

Os exploradores acumulam riquezas cada vez maiores com base na extração de Mais-Valia. Em 2017, a riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e apropriada pela burguesia chegou a ponto de 1% da população mundial deter quantidade de riqueza equivalente à metade da população mundial, tendência própria do capitalismo. No Brasil, ainda não foi possível contabilizar as perdas que os trabalhadores tiveram devido aos sucessivos ataques da burguesia, mas já podemos dizer que representa a retirada de direitos conquistados nas últimas quatro décadas pelo menos. Nesse contexto de agudização da luta de classes, o projeto revolucionário e socialista é tido como “surrealismo” pelos trabalhadores. Devemos nos perguntar o que aconteceu ao longo dos anos que provocou tamanho retrocesso.

A mesma classe trabalhadora que entre o final da década de 1970 e boa parte dos anos 1990 equilibrou a correlação de forças e impôs patamares de resistência à acumulação de capitais, garantiu direitos e os inscreveu na ordem constitucional consagrada em 1988, parece assistir passiva ao desmonte destas garantias e direitos, emprestando, ainda que de forma não ativa, seu respaldo à atual forma de

¹⁸ Destacamos de imediato que as discussões e formulações a respeito deste tema são fruto de discussões coletivas dentre aqueles que têm se esforçado para reconstruir a luta do proletariado pela emancipação humana, com base especialmente nos cursos de formação política do Núcleo de Educação de Classe - 13 de Maio.

acumulação que se implantou no início do século XXI. A mesma classe que resistiu ao desmonte do Estado e das políticas públicas, alia-se aos seus antigos adversários para desarmar a classe trabalhadora diante da disputa do fundo público agora colocado a serviço da acumulação privada, em nome de um mito revivido: o desenvolvimento (IASI, 2012b, p. 286).

Quando ainda era candidato à vice-presidente, o atual presidente pelo MDB, Michel Temer, tentou acalmar setores da burguesia internacional ao declarar que o Brasil poderia receber investimentos porque era um país “internamente pacificado”, que caso os *“movimentos sociais não estivessem pacificados, se os setores políticos não estivessem pacificados (...) se aqueles mais pobres não estivessem pacificados (...) isto geraria uma insegurança”* (IASI, 2012b, p. 286). A situação se agrava pelo fato de que mesmo oito anos após essa declaração e uma série de direitos retirados, a classe trabalhadora tem dificuldades de sair do quadro geral de apassivamento.

A busca para encontrarmos as respostas sobre o(s) porquê(s) de tal situação passa por analisarmos como se deu no Brasil o processo de constituição das classes sociais antagônicas do capitalismo, a burguesia e o proletariado. Além disso, necessitamos compreender as estratégias que a classe trabalhadora se utilizou ao longo de sua história no período moderno e a relação delas com outra classe social do capitalismo, a pequena-burguesia.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem características peculiares. A economia era tipicamente colonial, com base na exportação de matéria-prima e insumos agrícolas e importava quase todos os produtos industrializados. A classe trabalhadora passou bruscamente do campo à cidade, do escravismo ao assalariamento. Ao passo que nos países com grau mais elevado de desenvolvimento das forças produtivas materiais e capitalismo instaurado há mais tempo, em longos anos de lutas, a classe operária já havia conquistado diversas vitórias sobre a burguesia (GIANOTTI, 1980).

E importante lembrar que o trabalhador brasileiro não sofreu o mesmo processo de formação do trabalhador europeu. Aqui os trabalhadores passaram diretamente do campo à cidade, trazendo para a indústria toda a mentalidade característica da vida agrária: individualismo, fatalismo, comodismo e a submissão ao patrão e ao Governo. O longo processo de lutas entre a classe operária e a burguesia ocorrido na Europa, que levou os trabalhadores a criar e desenvolver formas cada vez mais avançadas e organizadas de enfrentar o inimigo, não ocorreu da mesma forma no Brasil. Por isso mesmo, as formas de luta do movimento operário vão ser trazidas de fora, pela grande quantidade de trabalhadores vindos da Europa nessa época. Sob a influência da maioria operária estrangeira, o movimento operário brasileiro repetiu os temas habituais do socialismo europeu, principalmente o anti-clericalismo, o anti-militarismo, o internacionalismo operário e as críticas veementes

ao capitalismo. Mas todos esses temas importados, não respondiam aos sentimentos típicos da nascente classe operária brasileira (GIANOTTI, 1980, p. 5).

A conformação da classe burguesa em nosso país também possui particularidades. Florestan Fernandes (2005) debruçou-se no estudo dessas características. Para ele, assim como não tivemos feudalismo, a formação da burguesia também não foi através dos burgos, como tradicionalmente característico do período medieval.

O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...] A Independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições de expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio”. Tratava-se, antes, de uma *congérie social*, que duma classe propriamente dita. [...] Um comerciante rico, mas de origem plebéia, não poderia desfrutar o mesmo prestígio social que um chefe de repartição pobre mas de “família tradicional” (FERNANDES, 2005, p.34).

Florestan Fernandes (2005), afirma que, mesmo com essas características, essa *congérie social* foi responsável por iniciar o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, ainda que a formação da “mentalidade econômica” da burguesia de nosso país tenha se dado com uma “distorção inevitável” (2005, p. 42). Tivemos, então, um “*modelo autocrático burguês de desenvolvimento capitalista*” (2005, p. 199) em que os elementos arcaicos mantêm vivo muitos elementos do passado, “*como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’*” (2005, p. 200) – ao longo do capítulo abordaremos essa questão com melhores mediações.

No Brasil, as primeiras indústrias se formam entre os anos 1850 e 1900. Enquanto na Europa já existiam milhões de operários, em nosso país a classe trabalhadora ainda estava se constituindo. Na Europa e EUA já estavam organizados em sindicatos e até mesmo em sua organização internacional: a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), criada em 1864. A burguesia já necessitava de Força de Trabalho livre para produzir em suas indústrias, uma vez que era mais barato para ela pagar o salário do que manter um escravo. Os operários logo começaram a se organizar contra a exploração, tendo reivindicações similares a seus “irmãos de classe” europeus: por maiores salários, diminuição da jornada, melhores condições de Trabalho e livre associação. Em seguida surgem as uniões e ligas de operários para resistir à exploração dos patrões (GIANOTTI, 1980).

Assim se iniciou a contradição Capital x Trabalho no Brasil. No primeiro marco do movimento dos trabalhadores do país, tivemos os anarquistas como direção do processo, tendo refluído significativamente após a greve de 1917. O que simboliza a transição do primeiro para o segundo período é a fundação do PCB, que impulsionou a chamada Estratégia Democrática e Nacional, tendo sua derrocada com o golpe empresarial-militar de 1964. Da luta pela redemocratização e das grandes greves do ABC paulista entre o final da década de 70 e início dos anos 80 nasceu o PDP.

Em termos gerais, consideramos que, em todos esses períodos, aqueles que encabeçaram a luta da classe trabalhadora se questionaram a respeito de qual seria o caminho para a chegada do socialismo no Brasil. É preciso destacar, entretanto, que há um abismo que separa a intenção da ação.

Não nos propomos a questionar a intencionalidade de quem formulou tais estratégias, mas avaliar sua efetividade ao ser executada e verificar porque não foi possível derrotar o capitalismo. Faremos, portanto, um breve inventário das estratégias que se propunham a chegar ao socialismo.

3.1 Inventário sobre as estratégias da esquerda brasileira: da Estratégia Democrática e Nacional (EDN) ao Projeto Democrático e Popular (PDP)

O debate do movimento dos trabalhadores a respeito da luta contra o sistema capitalista no Brasil tem, entre os anos de 1940 e 1950¹⁹, a tônica do desenvolvimento nacional (capitalista, portanto) como sendo um projeto da classe trabalhadora para que fosse possível chegar ao socialismo. Nele se destringem diferentes formas táticas para a superação do capitalismo e de caracterização de quem são os aliados para este processo.

Para o PCB, principal referência do movimento dos trabalhadores naquele momento, a Estratégia Democrática e Nacional pressupunha a necessidade da realização de uma etapa de amadurecimento do capitalismo, a fim de desenvolver as forças produtivas materiais brasileiras, e assim também desenvolveria o operariado (classe fundamental para

¹⁹ Rui Mauro Marini em seu livro *Subdesenvolvimento e Revolução*, 2012, afirma que em “1950 irrompeu o movimento nacionalista, apoiado com entusiasmo por amplos setores da pequena-burguesia, defendendo um desenvolvimento capitalista ‘autônomo’ para o país e a concretização para as medidas de tipo ‘democrático-burguesas’ que tal desenvolvimento parecia demandar” (2012,74). Além disso, Florestan Fernandes (2005) também define que, o período logo após a década de 30 (período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista) foi de grande instabilidade para o domínio burguês, pois as classes dominantes não possuíam uma ação única para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Abordaremos essa questão com mais detalhes ao longo da exposição.

o processo revolucionário). Para isso, visava a ocupação do Estado através de uma aliança entre o proletariado, a pequena-burguesia do campo e da cidade e uma suposta *burguesia nacional progressista*. Essa aliança formava o *campo do povo*²⁰ em contraponto com os interesses dos imperialistas, da oligarquia/latifundiários e seus aliados.

Como já exposto, para Gianotti (1980), o início do movimento dos trabalhadores em nosso país é marcado também pela “importação” das formulações políticas, devido a recente formação da classe trabalhadora no Brasil. Assim, tal caracterização a respeito da formação social brasileira e a execução da estratégia política é uma incorporação dos debates realizados no centro do movimento (EUA e Europa), como dogmas sem considerar o método de interpretação das particularidades locais. Destacamos o pensamento hegemônico da III Internacional, o qual afirmava que,

a passagem para a ditadura do proletariado não seria possível em países classificados “como coloniais e semicoloniais”, sem que fosse necessário transitar por uma série de “**etapas preparatórias**”, em outros termos, “por todo um período de **desenvolvimento da revolução democrático-burguesa**” (VI Congresso da IC, apud PRADO JR, 2004, p. 65 [grifos nossos]).

Então, para realizar as *etapas preparatórias*, seria necessária a aliança com a *burguesia progressista*. A diferenciação entre um setor da burguesia nacional estar aliado aos interesses da oligarquia e uma ala da burguesia brasileira ser considerada progressista teve influência na formulação de Kautsky (1979) sobre o imperialismo (concepção hegemônica na III Internacional e em todos os partidos ligados a ela). O imperialismo anexaria terras dos países agrários (coloniais e semi-coloniais) impedindo o desenvolvimento do capitalismo nesses locais. Assim, um setor da burguesia nacional se tornaria aliado, pois esse também se prejudicaria com o imperialismo, uma vez que seria impedido pelos países plenamente industrializados de aumentar sua riqueza e não desenvolveria as forças produtivas materiais brasileiras. A distorção da concepção de

²⁰ Acreditamos que as palavras possuem um conteúdo historicamente determinado, que não são simples palavras. Ou seja, a defesa da formação do campo do povo expressa um conteúdo político quanto às alianças necessárias para a chegada ao socialismo. Destacamos o que Marx disse sobre quem é o povo: “Os democratas [por representarem a pequena burguesia] admitem que se defrontam uma classe privilegiada, mas eles, com todo o resto da nação constituem o povo. O que eles representam é o direito do povo; o que interessa a eles é o interesse do povo. Por isso, quando um conflito está iminente, não precisam analisar os interesses e as posições das diferentes classes. Não precisam pesar seus próprios recursos de maneira demasiado crítica. Tem apenas de dar o sinal, e o povo com todos os seus inexauríveis recursos, cairá sobre os opressores.” (MARX, 2008b, 63). O povo (assim como o “popular”, como abordaremos adiante) não representa o interesse de classe do proletariado, mas de diversas classes, principalmente da burguesia.

Lênin sobre o imperialismo não compreendia, porém, que a anexação de terras constitui o momento inicial do processo de dominação de um país sobre o outro. Para Lênin (2010b), a principal característica do imperialismo é que a predominância de monopólios tem como característica a fusão entre o Capital bancário e o Capital industrial, formando o Capital financeiro.

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. **O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de Capital. [...] A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente.** (LENIN, 2010b, p. 61)

Assim, o imperialismo é marcado pela exportação permanente de capitais e transfere processos produtivos inteiros para outros países. Isso não torna, de nenhum modo, a burguesia nacional dos países da periferia do mundo capitalista uma aliada do proletariado. Justamente o contrário, pois essa também se favorece com a exportação de Capital pelos países do centro do capitalismo mundial e desenvolve as forças produtivas materiais do país.

É nesse cenário que o PCB passa a conquistar espaço tanto no movimento operário, quanto no Estado, conseguindo eleger vários parlamentares. Assim,

torna-se um partido nacional de massas, atingindo a marca de cerca de 200 mil filiados em 1947 [...] o PCB centraliza o movimento sindical classista, cria uma notável estrutura editorial e jornalística, empolga a intelectualidade democrática e passa ser a vanguarda democrática na Assembleia Nacional Constituinte. Foi neste sentido que o golpe de abril de 1964, articulado pelas frações hegemônicas da burguesia monopolista brasileira, não encontrou nem as forças populares, nem o Partido em condições de resistência imediata (PCB, 2010).

O momento ápice do Democrático e Nacional demonstrou os problemas dessa estratégia. O golpe Empresarial-Militar de 1964 foi a contraprova histórica sobre o caráter da “burguesia nacional”. Demonstrou que não existe “uma” burguesia aliada dos trabalhadores, ela atua enquanto classe mundial para defender seus interesses, antagônicos aos do proletariado, uma vez que “foi a própria expansão interna da economia capitalista e do regime de classes que suscitou pressões políticas suficientemente fortes para despertar e fomentar a solidariedade de classes burguesas” (FERNANDES, 2005, p. 323).

Para Florestan Fernandes (2005), é uma ilusão acreditar na ideia de que a transição do período de capitalismo competitivo para o monopolista iria, inevitavelmente, acumular forças para um desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil e conferir à burguesia nacional uma característica “democrático-nacionalista”.

Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituía na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações (e em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento propriamente revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas) (FERNANDES, 2005, p. 252).

Como indicado pelo próprio PCB, esses erros contribuíram para o apassivamento da classe trabalhadora diante do golpe: os trabalhadores foram ensinados, durante anos, que existia uma *ameaça externa aos interesses da nação* (o imperialismo) e que a *burguesia brasileira* era uma aliada. Plantaram, assim, os germes para o fortalecimento do conservadorismo, ou seja, o fortalecimento político da “burguesia nacional”. A então “aliada” do proletariado articulou o Golpe de 64 em conjunto com a burguesia imperialista em uma espécie de “contrarrevolução autodefensiva”.

A adaptação da dominação burguesa às condições históricas emergentes, impostas pela industrialização intensiva, pela metropolização dos grandes centros humanos e pela eclosão do capitalismo monopolista, processou-se mediante a multiplicação e a exacerbação de conflitos e de antagonismos sociais, que desgastavam, enfraqueciam cronicamente ou punham em risco o poder burguês. Nunca chegou a existir uma situação pré-revolucionária tipicamente fundada na rebelião antiburguesa das classes assalariadas e destituídas. No entanto, a situação existente era potencialmente pré-revolucionária, devido ao grau de desagregação, de desarticulação e de desorientação da própria dominação burguesa, exposta ininterruptamente, da segunda década do século a “revolução institucional” de 1964, a um constante processo de erosão intestinal. As linhas de clivagem se estabeleciam dentro e fora da burguesia. [...] Os conflitos em tela não abriam qualquer risco à sobrevivência da dominação burguesa e do poder burguês. Todavia, como eles não encontravam solução rápida e superação definitiva, inibiam ou paralisavam as potencialidades sociodinâmicas da dominação burguesa e restringiam substancialmente a eficácia política do poder burguês, cronicamente pulverizado e oscilante (FERNANDES, 2005, p. 374).

Esse erro histórico da vanguarda da classe proletária brasileira levou a sua extrema fragmentação e a um longo balanço das táticas e dos culpados pelos erros cometidos no pré-golpe. As críticas sobre os problemas ocorridos se reduziram a culpabilizar os *desvios*

esquerdistas (luta armada) ou oportunistas (eleitorais). Formava-se, então, o *período em que o Velho se aproximava, vinha como se fosse o Novo*²¹.

3.2 O Projeto Democrático e Popular e o amoldamento à ordem capitalista

Após o Golpe empresarial-militar de 64, em meio às análises a respeito dos motivos que provocaram tal acontecimento, a derrocada da Estratégia Democrática e Nacional e um novo ciclo de crise do Capital somado ao longo período de arrocho salarial durante os governos ditatoriais movimentam a classe trabalhadora novamente.

Ao final da década de 70, durante o governo Geisel, o percentual de reajuste de salário foi manipulado para que o valor real do mesmo fosse reduzido (ocasionou na queda de 30%). Diante disso, no centro do capitalismo brasileiro – estado de São Paulo – os trabalhadores iniciaram intenso processo de mobilização, com notória participação do operariado, em especial os metalúrgicos da região denominada de ABC paulista. O movimento não só resistiu como cresceu e se radicalizou mesmo com decreto que intervinha nos sindicatos e cassava seus diretores (LEITE, 2018).

Ao fim da Presidência do General Ernesto Geisel, em 1979, manifestações eclodiram nos mais variados segmentos da sociedade brasileira, exigindo o fim da Ditadura Militar [...]. Neste processo, um fato significativo foi a participação de um sindicalismo de *tipo diferente* que começava a surgir, distinto do movimento sindical dos períodos anteriores, ou seja, do velho sindicalismo subordinado às estruturas do Ministério do Trabalho. Este sindicalismo de *tipo diferente* resultava da junção de três influências: de marxistas oriundos das organizações clandestinas (e críticos dos dois Partidos Comunistas - o PCB e o PC do B); dos partidários da Teologia da Libertação; e de sindicalistas independentes. Da união destes três segmentos, surge uma avaliação do sindicalismo brasileiro anterior a 1964, bem como uma proposta nova. [...] Quer dizer, estava a nascer aquilo que foi definido como sendo um *novo sindicalismo*, apregoando a intervenção dos trabalhadores e assumindo uma *dimensão política* – própria de um sindicalismo autônomo – que extrapolava a esfera das meras reivindicações corporativas (LEITE, 2018, P. 01).

Para Coelho (2005), esse momento de avanço dos trabalhadores em relação às condições de Trabalho e salário desencadearam processos de vínculos de solidariedade e cumplicidade, surgindo um novo sujeito que reconhecia a si mesmo como classe trabalhadora. A luta de classes agudizada, nesse momento, era percebida por um princípio demarcatório entre adversários e aliados (trabalhadores contra patrões ou contra o governo

²¹ Trecho de “A parada do Velho Novo”, de Bertold Brecht. Poemas 1913-1956 (2000).

dos patrões). Essa concepção foi essencial na fundação do PT (que viria a se tornar a maior ferramenta para a execução do PDP).

As greves e a intensificação das lutas sociais não apenas trouxeram novos sujeitos para a cena pública: de fato, como momentos de rica experiência, estes eventos forjaram novos sujeitos coletivos, isto é, provocaram a reelaboração de laços de identidade de classe. [...] O Partido dos Trabalhadores começava a se concretizar em vários lugares do Brasil. Era a resposta organizativa construída por trabalhadores que emergiram para a política na vaga de mobilizações do final dos anos 70. Mas a passagem das greves e agitações sociais para a concretização da nova formação política não foi, de modo algum, mecânica. Havia vários projetos de partido em discussão e o fato de que o resultado histórico tenha sido, afinal, o PT tal como ele se configurou foi a consequência dos embates que se travaram entre as forças que se envolveram, não estava dado *a priori* (COELHO, 2005, p. 48-49).

As formulações teóricas a respeito do novo período de lutas que se iniciava buscavam caracterizar a formação social do Brasil. Além de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr.(2004), a concepção de superexploração de Rui Mauro Marini (2012), as teorias de Paulo Freire (1992,1996) e de Carlos Nelson Coutinho (1979), principalmente a concepção de *democracia como valor universal*, também influenciaram decisivamente na formulação do PDP. Outro elemento importante para a elaboração do PDP foi a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) com as teses de fortalecimento do Estado para aquilo que caracterizavam de *desenvolvimento do capitalismo subdesenvolvido* e a possibilidade da ascensão ao “hall” das sociedades de *capitalismo desenvolvido* e de Bem-Estar Social.

Em sua formulação, o PDP se fundamenta na tese de que havia *tarefas da revolução democrática burguesa ainda não efetivadas* pela burguesia. Avaliavam que seria impossível que a burguesia as implementasse no Brasil, pois colocaria em risco a sua estabilidade e existência enquanto classe dominante. Assim, a burguesia brasileira, por ser conservadora, teria seu domínio e hegemonia garantidos por uma *autocracia* fortalecida.

Acreditava-se que a *autocrática burguesia brasileira* não concederia as tais *tarefas em atraso*; ou, em outra hipótese, caso concedesse, o máximo que ela faria de concessão seriam migalhas e o proletariado não as aceitaria. Assim, os trabalhadores se revoltariam e abrir-se-ia a possibilidade de um processo revolucionário. Caracterizavam que seria inviável que as pautas democráticas e populares fossem absorvidas pela via institucional. O Estado burguês do Brasil era impermeável devido a uma *democracia restrita* e a impossibilidade de haver uma *democracia de cooptação*.

Era preciso, então, formar um *bloco popular*²² (que novamente diluía os interesses da classe proletária em pautas difusas e heterogêneas) para lutar pelas *tarefas em atraso* – Reforma Agrária, cidadania, criação de um Estado Democrático de Direito e a constituição de entidades da *sociedade civil organizada* (sindicatos, movimentos sociais, OS's etc.) – que provocariam questionamentos e mobilizações que colocariam em cheque o *status quo*.

Essa formulação idealizada ficou registrada da seguinte forma nas resoluções aprovados no V Encontro do PT, em 1987:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, anti-latifundiário e antimonopolista – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitantemente de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfraquecimento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática popular (PT, 1987, p.18).

Quanto à análise a respeito da estrutura econômica temos como influência maior as formulações de Caio Prado Jr. (2004) com base na prerrogativa de que a implantação do socialismo no Brasil era algo impossível de se realizar devido sua estrutura econômica, social, política e administrativa, uma vez que para se chegar ao socialismo é preciso ter as forças produtivas materiais desenvolvidas para ser possível socializar a riqueza e não a pobreza.

A conclusão é de que o estímulo ao mercado interno é a parte que cabe ao envolvimento das *camadas populares*²³ dentro do capitalismo. Assim, Caio Prado Jr. (2004) é utilizado na base de fundamentação do PDP considerando que para um *Desenvolvimento Geral e Sustentável* é necessário que o Estado esteja acima da iniciativa privada para assegurar um desenvolvimento que satisfaça as necessidades das *camadas populares*. Isto é, responder às demandas de consumo e as demandas por melhores

²² Entendida como uma ampla aliança dos trabalhadores assalariados da cidade e do campo e seus aliados formados pelas massas urbanas que lutam por suas condições de vida (luta por emprego, por moradia, por direitos humanos e liberdades individuais entre outros).

²³ Caio Prado Jr (2004) entendia que a possibilidade de superação da Estratégia Democrática e Nacional perpassava por um conjunto de forças populares capazes de pautar suas demandas por meio do Estado com vistas a um desenvolvimento sustentável de caráter nacional. Isso seria possível na medida em que houvesse uma correlação de forças que permitisse chegar e controlar o Estado burguês.

condições de vida através de um “*Estado Regulador* acima da livre iniciativa” (p. 23) (ou seja, não pressupõe o fim da livre iniciativa privada, mas sua regulação). Concepção essa que pode ser observada nas palavras do Sr. José Dirceu²⁴

O nosso partido, portanto, tem a obrigação, o dever, de convocar a sociedade, as oposições, os partidos de esquerda, a universidade, a intelectualidade, para desenvolver um projeto de desenvolvimento nacional para o país. Nós devemos ter a convicção de que seremos capazes de governar o Brasil e de que temos propostas para governar o Brasil. Esse é o sentido do PT. Quando nós fundamos o PT, nós não fundamos o PT para fazer luta econômica e reivindicatória apenas. Nós não fundamos o PT apenas para eleger vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governadores. Nós fundamos o PT porque no fundo do Brasil, no fundo do coração do Brasil, surgiu uma voz que dizia que o trabalhador é cidadão, quer participar da política, quer governar, e que a sociedade brasileira precisa ser democrática. E nós precisamos entender esse recado da história (DIRCEU, 1995 apud COELHO, 2005, p. 239-240).

José Dirceu complementa a respeito da questão da regulação da economia afirmando que “já que a burguesia, o empresariado brasileiro não é capaz de defender a nação, não é capaz de defender a economia nacional, o PT tem de se colocar como o Partido que defende essa economia, essa nação”.

A eleição para a presidência da república se aproximava e o Partido se preparava assumir esta responsabilidade, limitando-se à crítica ao neoliberalismo, ou seja, à forma administrativa – tal qual defendia Bernstein quando afirma que,

A socialdemocracia não quer destruir essa sociedade ou proletarizar a inteira massa dos seus membros; ao contrário, ela atua incessantemente para elevar o trabalhador da condição social de proletário àquela de cidadão e, portanto, para generalizar o sistema civil [*Burgertum*] ou à condição de cidadão [*Burgersein*]. Ela não visa a substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista (BERNSTEIN, 1889 apud HOBBSAWN, 1982, p. 282-283).

Essa concepção, que deu base para a formulação do PDP, se expressa nas resoluções políticas do PT ao se preparar as eleições presidenciais de 2002:

A estratégia de construção de um **novo projeto nacional de desenvolvimento**, acompanhado da perspectiva de uma revolução **democrática** e de uma nova economia **sustentável e solidária** recolocam **os valores e princípios** de uma sociedade socialista como contraposição **ao neoliberalismo**, responsável pela desconstituição nacional e social do País (PT, 1998, p. 652[nossos grifos]).

²⁴ José Dirceu é uma das principais figuras políticas do PT, desde sua fundação até seus governos federais. Presidiu o PT nos anos de 1995 a 2002, foi deputado estadual (entre 1987 e 1991) e federal (entre 1991 e 1995 e 1999 e 2005) por São Paulo, e ministro-chefe da Casa Civil do Brasil entre 2003 e 2008.

Nota-se que o Partido já indica que disputará as eleições para governar, como pressupõe o próprio PDP. O socialismo aqui é colocado como um conjunto de princípios e valores (na lógica do Socialismo Utópico, há muito superada pelo Socialismo Científico) que se contrapõe ao neoliberalismo e não ao capitalismo. A lógica é comparar a democracia ao socialismo, no sentido de que o socialismo não se baseia no fim da propriedade privada dos meios de produção e socialização da riqueza socialmente produzida, mas através da “democratização da sociedade”.

A construção, inclusive a mudança na correlação de forças numa sociedade como a nossa (...) passa por você acumular experiências de governo de vários níveis. Então temos que nos preparar para disputar a condição de ser governo. (...) A luta institucional é um espaço fundamental de luta política, de construção dessa sociedade. A luta pela transformação do Estado a partir da experiência de governo, de gestão, de quadros, de discussão de políticas públicas é um espaço fundamental de construção desse novo projeto. (...) [temos que] enfrentar a questão da democracia, de ser governo, disputar pra valer o processo de sucessão presidencial (...) Caso contrário, a gente diz que fez uma opção pela democracia, mas continua trabalhando com uma visão conspirativa menor de transformação da sociedade e que não faz história política (MERCADANTE, 1991 apud COELHO, 2005,p. 215).

É assim que, meses antes da eleição presidencial que elegeu Lula, o PT divulga a “Carta ao Povo Brasileiro”, enviando uma mensagem para a burguesia brasileira e do exterior de que seu governo seria um governo de Pacto Social – não à toa uma das medidas iniciais do primeiro governo do PT foi a Reforma da Previdência²⁵:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. [...] O sentimento predominante em **todas as classes** e em todas as regiões é o de que o atual modelo se esgotou. [...] Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. **Parcelas significativas do empresariado** vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. [...] O caminho da reforma tributária, que **desonere a produção**. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da **reforma previdenciária, da reforma trabalhista** e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública. [...] estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a **dialogar com todos os segmentos da sociedade** e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro. [...] há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. **As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais** (LULA, 2002[nossos grifos]).

²⁵ A reforma previdenciária de 2003 mirou essencialmente os trabalhadores estatais: aumentou a idade para se aposentar, acabou com a integralidade de aposentadoria, taxou servidores inativos, extinguiu a paridade de aumento da pensão previdenciária com ajuste salarial dos trabalhadores ativos, criou fundos de pensão privados de previdência, Lula teve de enfrentar protestos violentos e greve de servidores.

Florestan Fernandes (2005) afirma que seria impossível haver, no Brasil, uma Democracia de Cooptação, dado o caráter autocrático da burguesia brasileira. Complementa sua teoria afirmando que, caso o Estado autocrático se transformasse numa Democracia de Cooptação, os trabalhadores não aceitariam as migalhas distribuídas pela burguesia para conter a luta de classes e se revoltariam contra ela, desencadeando em um processo revolucionário.

Até onde pudemos chegar, por via analítica e interpretativa, não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, "dentro da ordem", não pela atenuação, mas pelo **recrudescimento do despotismo burguês**. Parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias **considerarão exagerado o preço que terão de pagar** a sobrevivência do capitalismo dependente, através da **democracia da cooptação**. [...] no contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo (FLORESTAN, 2005, p. 423-424).

Temos, então, o dia 27 de outubro de 2002 como um marco para um dos maiores acontecimentos da democracia no Brasil: a eleição de um operário à presidência da República. Iniciaríamos, então, o período de Democracia de Cooptação e execução a pleno do Projeto Democrático e Popular. A burguesia brasileira mostrou-se disposta a incorporar em seu Estado um representante da classe trabalhadora para aumentar sua riqueza e ampliar seu domínio de classe.

Não nos resta dúvidas de que, assim como o imperialismo foi o motor para o desenvolvimento das forças produtivas materiais no Brasil, o PDP cumpriu com o papel de desenvolver a democracia em nosso país. Além do Referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munições no território nacional, ocorrido em 2005, tivemos um enorme avanço na participação da população nas políticas de geração de emprego e renda, saúde, assistência social, educação, meio ambiente, defesa da igualdade racial, de gênero e sexualidade, dentre tantas outras. Durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foram realizadas 19 conferências; enquanto nos dois mandatos de Lula e seis anos de governo de Dilma Rousseff nove milhões de brasileiros participaram direta ou indiretamente de 98 conferências nacionais de 43 áreas.

[...] boa parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), todo o Programa Nacional de Habitação, o plano de expansão das universidades públicas, o ProUni, a criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), as políticas afirmativas contra a discriminação racial, de mulheres e minorias sexuais e o amplo conjunto de medidas que impulsionaram enormes avanços na agricultura familiar nos últimos anos foram formulados e decididos com a participação direta de milhões de brasileiros, por meio de inúmeros canais criados ou ampliados para consolidar a democracia participativa no país (IPEA, 2011).

O pressuposto do PDP era de que seria necessária uma etapa que acumularia forças para chegar ao socialismo. Lembramos que o balanço do PT sobre a Estratégia Democrática e Nacional (EDN) foi de que o PCB errou ao importar um modelo de revolução socialista, que determinava uma etapa democrático-burguesa para atingir as condições da luta pelo socialismo. Para o jovem PT, neste momento de tentativa de superação da EDN, havia chegado o momento da revolução socialista, embora isto não significasse – e concordamos com a ressalva – uma situação revolucionária. Tratava-se, de viabilizar a luta revolucionária, com independência de classe, ocupando o Estado conjugado à luta de base. Ao longo da década de 1980, no contexto de luta contra a ditadura e contra os seus entraves autoritários e sob o abalo do desmanche do bloco socialista, a questão democrática teve peso decisivo na formulação do PDP. Em síntese propunha,

a democratização radical do Estado, um programa expressivo de políticas sociais e crescimento econômico associado à constituição de um mercado de consumo de massas – conforme indicara Caio Prado. [...] na luta pelo socialismo, seria necessário desdobrar a estratégia em dois momentos: a tomada do poder político e a construção da sociedade socialista. [...] Eis a já referida tática do “acúmulo de forças”. Note-se que aqui “tomada do poder” não parece equivaler à via insurrecional, mas sim à chegada ao poder de governo. Chegada esta ao poder que, coordenada à construção silenciosa e constante do poder popular, funcionaria como a construção mesma, ainda dentro da ordem burguesa, de formas embrionárias de um socialismo democrático, como propugnara Coutinho em 1979. Na medida em que, assim como a indefinição do socialismo petista, não há clareza sobre o como e quando da ruptura, o desdobramento esperado parece ser apenas um: a dominação burguesa, de tão bombardeada pelo poder popular, em dado momento cairia de joelhos. Para a ruptura talvez sobrasse apenas o desfecho final, a confirmação da vitória (DANTAS, 2014, p. 183).

Dantas (2014) ainda observa que, desde sua formulação, o Estado está presente no centro da estratégia do PDP e tem a democracia como via para a chegada ao socialismo. A ocupação dos espaços institucionais conjugadas com a luta na base, através da pressão pacífica de massas, deveria ser operada pelo PT como uma articulação dupla e simultânea seria a estratégia para que fosse possível chegar ao socialismo.

A partir desse axioma, o PT vai se desenvolvendo no movimento sindical e social, chegando a controlar a maior central sindical do país, Central Única dos Trabalhadores (CUT)²⁶ e o maior movimento social da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Cresceu também no Estado burguês com a eleição de vereadores, deputados, prefeitos e governadores até chegar à presidência da República. O movimento articulado entre o parlamento e o movimento ficou conhecido por “teoria da pinça”, como expresso por Paulo Vanucchi²⁷, “nosso movimento de longo prazo consiste no estabelecimento de um cerco à dominação burguesa sob a forma de uma pinça, onde a luta institucional e a pressão de massa representam os dois braços do instrumento” (VANNUCHI, 1990, não paginado).

Esse processo de inserção no movimento de base, na forma mais desenvolvida, se apresenta para além dos Movimentos Sociais naquilo que é conhecido por *Novos Movimentos Sociais*²⁸ como a luta pela legalização do aborto e do uso da maconha, pelos direitos civis para gays, lésbicas, travestis, transexuais e intersex, pela representatividade para mulheres e negros, entre outros. Tais lutas, necessariamente, pressupõem que o Estado ouça e acolha suas demandas como a instituição dos Estatutos da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial, do Idoso, da Juventude, o aumento do número de delegacias da mulher, união estável para casais homoafetivos, democratização dos meios de comunicação, entre outros. A luta pelo fim da exploração fica cada vez mais distante e as lutas específicas ganham peso em busca da infinita idealização da emancipação política.

Passados 36 anos da primeira eleição do PT ao executivo²⁹ e 16 anos à presidência do Brasil, podemos observar com melhor atenção os resultados do PDP. Diferentemente das previsões de Florestan Fernandes, a burguesia brasileira abriu-se às demandas

²⁶ Em 2016, o Ministério do Trabalho divulgou os últimos dados a respeito do sindicalismo no Brasil em que indicou que a CUT possui 3,9 milhões de filiados e 2.319 sindicatos.

²⁷ Paulo de Tarso Vannuchi foi fundador do PT e membro da corrente interna do partido chamada Democracia Socialista (DS) e participou do governo Lula como ministro dos Direitos Humanos de 2005 a 2010.

²⁸ Gohn (1995, p. 44) identifica que “[...] os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do Trabalho.”

²⁹ Gilson Menezes (até então operário metalúrgico) foi o primeiro prefeito eleito pelo PT, em Diadema, cidade da Grande São Paulo.

populares, chegando a admitir que um ex-operário fosse o principal administrador de seus negócios no Estado. E isso não pôs em risco as estruturas do capitalismo, pois, como menciona Mauro Iasi,

Um Estado burguês deve operar e, para isto, necessita de funcionários, em sua maioria recrutados entre as camadas assalariadas, aliás, fenômeno comum à vários Estados em diferentes épocas. Não convém à boa sociologia ou à ciência política confundir isto com o fato de a burguesia se ver “obrigada” a abrir seu Estado à “disputa de diversas classes”, uma vez que a origem de classe de um funcionário não é capaz de mudar o caráter e a função das operações que executa em nome de certa ordem de classe. De forma mais indireta, mas com implicações políticas mais catastróficas, o mesmo ocorre com os membros de outras classes que disputam o governo do Estado burguês. O Estado burguês partilha sua gestão pública com a “sociedade civil”, exatamente por isso, porque é uma sociedade “civil”, do velho termo hegeliano “*burguerliche Gesellschaft*” – sociedade burguesa. Desde a tradição greco-romana, o espaço político tem o significado de espaço do qual podem participar aqueles que são considerados cidadãos: a *polis* grega, a *civitas* romana, no contexto de emancipação política da burguesia (IASI 2012c, p. 464).

As políticas sociais que aparentemente melhoraram as condições de vida da classe trabalhadora, só foram possíveis de serem implementadas por conta do aumento da exploração da Força de Trabalho da classe trabalhadora, ou seja, enquanto a burguesia acumulava riqueza, o Estado redistribuía “migalhas compensatórias”. E, a classe trabalhadora, ao ter algumas de suas necessidades imediatas ouvidas e parte de suas demandas acolhidas pelo Estado, se amoldou à ordem capitalista. Até que a dinâmica do capitalismo (que independe de grandes fórmulas econômicas e governamentais) reorganizou as peças no tabuleiro.

Os anos de bonança se esgotaram³⁰. Em meados de 2014 mais uma crise cíclica e periódica do Capital, atingiu o Brasil e a burguesia não hesitou em utilizar de seu instrumento de classe – o Estado – para aplicar as medidas necessárias para retomar as taxas de lucro. Então, o governo de Dilma Rousseff anunciou uma série de medidas de austeridade para tentar controlar a economia.

³⁰ Em 2013 o Produto Interno Bruto do Brasil registrou R\$ 4,84 trilhões e o índice de desemprego era de 5,4% - chegando ao patamar de Pleno Emprego (IPEA, 2015). Com enfoque em empreendimentos do Programa Federal Minha Casa Minha Vida, a MRV Engenharia teve lucro líquido de R\$ 720,211 milhões em 2014 - aumento de 70% em relação ao mesmo período do ano anterior. (Fonte: <https://exame.abril.com.br/negocios/as-construtoras-que-mais-lucraram-ou-nao-em-2014/>). O Banco Itaú foi o que mais lucrou no ano de 2014, com aumento de 18,8% em relação ao anterior, atingiu o lucro líquido de R\$ 5,520 bilhões. (Fonte: <https://veja.abril.com.br/economia/lucro-do-itaunibanco-sobe-29-em-2014-para-r-2024-bi/>).

Dilma, que em campanha para reeleição, havia dito que não alteraria direitos trabalhistas “nem que a vaca tussa”³¹, antes de iniciar o segundo mandato, em 29 de dezembro, a então presidente anunciou novas regras para acesso a abono salarial, seguro-desemprego (urbano e pescador artesanal), pensão por morte e auxílio-doença. Após dez dias do discurso de posse do governo que tinha como *slogan* “Brasil, pátria educadora” a educação foi o alvo dos primeiros cortes de despesas³² em 2015.

Neste mesmo ano, na tentativa de recuperar suas taxas de lucro, a burguesia inicia uma ofensiva contra a classe trabalhadora e desestabiliza o governo que não conseguia contornar a crise econômica, o que gerou uma crise política culminando num processo de *impeachment* que posteriormente foi efetivado. Enquanto representantes do PT, em especial Lula, negociavam a permanência do Partido na administração federal do Estado, Dilma e seus ministros anunciavam ainda mais medidas de cortes em políticas sociais e arrocho salarial aos trabalhadores federais, anunciando corte de 26 bilhões de reais³³. Com as movimentações da burguesia se acirrando e já com o processo de *impeachment* aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o PT anunciou novas medidas para se manter no governo. Dentre aquilo que Nelson Barbosa³⁴, então Ministro da Fazenda de Dilma, chamou de “aparentemente contraditórias”³⁵ estavam alteração em direitos previdenciários e trabalhistas e corte de R\$ 2,3 bilhões para a política de saúde.

As reformas começaram a ser aprovadas, mas a burguesia exigia maior ritmo à aplicação das medidas, que não poderia ser realizada por um governo de Pacto Social. Então, à data de 31 de agosto de 2016 temos um novo acontecimento na Democracia no

³¹ A frase que, originalmente foi dita em um encontro com empresários na sede da Associação Comercial e Industrial de Campinas, interior de São Paulo, durante campanha eleitoral para reeleição, foi reproduzida para vídeo de campanha (disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hQ9aQo3wjWU>> e em página oficial de rede social (<https://twitter.com/dilmabr/status/521315535498530818?tfw_creator=spotniks&tfw_site=spotniks&ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=https%3A%2F%2Fspotniks.com%2F9-promessas-furadas-contadas-por-dilma-na-campanha-e-que-seu-eleitor-sequer-desconfiou%2F>).

³² O decreto presidencial editado no dia 8 de janeiro de 2015, bloqueou um terço dos gastos administrativos, sendo que a pasta da educação teve o maior corte (R\$ 7 bilhões e representou a redução de 7% do que estava previsto para a educação). Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2015/01/08/Secao-3>>.

³³ Fonte: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/governo-anuncia-medidas-adicionais-para-alcancar-o-reequilibrio-fiscal-e-melhorar-as-contas-para-2016/governo-anuncio-medidas.jpg/view>>.

³⁴ Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão entre 1 de janeiro de 2015 e 18 de dezembro de 2015 e Ministro da Fazenda entre 18 de dezembro de 2015 até 12 de maio de 2016.

³⁵ Durante audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Brasil: Dilma Rousseff teve seu mandato cassado em votação no plenário do Senado com o aval do STF. A burguesia orquestrou um **golpe dentro dos marcos legais** do Estado Democrático de Direito. Em termos gerais, consideramos ser um Golpe dado os ziguezagues jurídicos alegados para que fosse protocolado o processo contra a presidente, mas destacamos que, por ter passado por todos os ritos constitucionais necessários, foi um golpe nos marcos da Democracia.

Agora seria possível agilizar as reformas que o próprio PT já havia colocado em curso. Michel Temer assumiu a Presidência e pode aprovar a Reforma Trabalhista, a PEC 55/241 (a PEC do “fim do mundo”), regulamentou a intervenção militar no Rio de Janeiro, dentre outros ataques à classe trabalhadora que ainda estamos em vias de ver a efetivação, à exemplo da Reforma da Previdência.

Na prática, a estratégia formulada e executada para que a classe trabalhadora “cercasse a dominação burguesa”, fez com que os próprios trabalhadores é quem fossem cercados pela burguesia. Assim como a EDN construiu as bases para que a classe trabalhadora não reagisse ao Golpe de 64, uma vez que foi ensinada a defender os “interesses da nação contra uma ameaça externa”, os trabalhadores não reagiram aos últimos ataques contra seus direitos, já que foram educados a defender a democracia à todo custo – e todas as medidas foram não ultrapassaram as divisas da democracia.

O resultado do PDP não se deu por um desvio de conduta ou má administração dos indivíduos ou partidos, mas da característica própria do Estado burguês que não se modifica ao alterar seus governantes. A institucionalidade burguesa não pode ser disputada, como propõe o PDP. Não por que não queremos, mas por ser a expressão ideal da base material fundamentada pelas relações privadas de produção dos bens necessários à sobrevivência da humanidade. O Estado só se modifica como uma exigência da estrutura econômica, a exemplo da passagem do Estado autocrático para o Democrático de Cooptação como maneira de atenuar os conflitos da luta de classes (ou por um processo de socialização dos meios de produção e tomada abrupta do poder do Estado para modificá-lo).

Não acreditamos que os problemas de uma estratégia de conciliação de classes – e não de supressão de classes – possam ser resolvidos colocando o *socialismo no horizonte*. Pois, “*não é [...] a definição do objetivo estratégico que define as diferenças entre certas concepções estratégicas, mas o caminho proposto para alcançá-lo*” (IASI, 2014, p. 4). Portanto, nos cabe refletir sobre essa estratégia e buscar novos caminhos.

O PDP foi implantado sem nenhuma ilusão pelo governo Lula/Dilma (não foi traído, não foi abandonado e tampouco foi rebaixado como aqueles que querem se inscrever para um novo governo de pacto social criticam o governo petista) dentro dos limites do Capital e seu Estado; influenciado pela reestruturação produtiva, assim como a reorganização do Estado através do neoliberalismo – ambos se constituíram internacionalmente. Isso não significa esquecer que as conquistas históricas dos trabalhadores, mesmo nos marcos da reforma, foram atacadas e retiradas sob a administração do PT. Aliás, tais ataques fazem com que muitos caracterizem o governo como neoliberal³⁶.

O PT conseguiu hegemonizar, dentre os trabalhadores assalariados urbanos e do campo, a visão de mundo pequeno-burguesa. Educou a classe trabalhadora a defender a forma política da burguesia, a se contentar com migalhas e crer que irá ascender socialmente através do seu “Trabalho”. Então, o caminho alternativo para a chegada ao socialismo – que não pela tomada abrupta do poder – tornou-se um meio de evitá-lo, tal como na socialdemocracia alemã e defendido também pelo Eurocomunismo, como já exposto nessa dissertação.

Ao educar os trabalhadores à aceitação de políticas compensatórias, mostrou que o movimento da consciência não é progressivo, não está em escala linear, nem evolutiva que vai acumulando até a consciência revolucionária para si (IASI, 2012b), mas ao contrário, mostra que essas políticas levam ao amoldamento à ordem capitalista e não ao acúmulo de forças à tomada abrupta do poder. Proporciona a crença no parlamentarismo, na eleição ética de “fichas limpa”.

Passados mais de 25 anos da formulação inicial dessa estratégia, é forçoso reconhecer que as *tarefas em atraso* permanecem e a democracia socialista mal foi tentada, mas o objetivo tático central foi atingido: o partido assumiu o governo. Tal ascenso não se articulou, no entanto, com a construção do poder popular, nem tampouco o partido operou a pinça no sentido revolucionário que propunha. O *socialismo petista* e a *revolução democrática* parecem ter redundado na captura pelo inimigo, que logrou circunscrever a potência das lutas dos anos 1970 e 1980 a um elogio democrático vazio de conteúdo e prenhe de mistificação. Há no tempo presente, incontornavelmente, uma constatação e uma pergunta candentes que não podem ser escamoteadas. Aquela, obrigatória, diz respeito ao acúmulo de forças. Esta nos exige que perguntemos o que fizemos com elas, ou o quão distante nos conduziram das *grandes batalhas* (DANTAS, 2014, p. 187).

³⁶ Como olham apenas para o Estado, por conta de suas ilusões e desejos, não compreendem essas medidas como a correspondência política do que acontece na base econômica. No processo de acumulação e expansão permanente de Capital há no Brasil a predominância de Mais-Valia absoluta - intensificação, aumento da jornada de Trabalho e precarização. As características que apontam como sendo neoliberal, algo exclusivamente político, que depende apenas do governante, é na verdade uma expressão superestrutural do que acontece na produção material da vida (IASI, 2012c).

Hegel, em sua *Ciência da Lógica* (1968) afirma que “*o mais alto amadurecimento ou estágio que qualquer coisa pode atingir é aquele no qual começa a perecer*” (p. 518). Essa máxima da dialética é útil para analisar a execução do Projeto Democrático e Popular. Consideramos que esta estratégia que pretendia acumular forças para a chegada ao socialismo através da Democracia de Cooptação sucumbiu ao atingir seu mais alto grau de desenvolvimento – a chegada de um operário à Presidência da República.

Embora muitos partidos políticos, movimentos sociais e novos movimentos sociais se inscrevam, hoje, para tentar revitalizar o PDP, a história já demonstrou, em diversos lugares do mundo, que as tentativas de disputa do Estado só são possíveis até o limite permitido pela própria burguesia (proprietária desse instrumento) e que a democracia não é sinônimo de socialismo, ao contrário, se constitui enquanto regime de legitimação da exploração do Trabalho. A seguir, veremos como o Movimento Sanitário surgiu no seio da classe trabalhadora, como um instrumento de luta contra o capitalismo, se amoldou à ordem burguesa e passou a se restringir à luta pela organização do Sistema Único de Saúde (ampliação da cidadania).

CAPÍTULO 4. A REFORMA SANITÁRIA NO BRASIL E O SUS: NECESSIDADES ANTAGÔNICAS ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

“Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma.”
Karl Marx

Até o presente momento do trabalho buscamos apresentar como as bases do liberalismo fundamentaram os rumos tanto da socialdemocracia alemã quanto da experiência eurocomunista, produzindo a polarização entre reforma e revolução. Assim como também discutimos como o processo de desenvolvimento das relações sociais de produção interfere diretamente nas configurações do Estado. A partir da perspectiva marxiana abordamos o quanto essa relação é fundamental para entender o conceito de Estado e de democracia burguesa e o quanto a sua incompreensão levou a erros estratégicos e táticos dos movimentos que tentaram lutar contra a ordem capitalista. Esse processo tem como consequência uma inflexão no movimento dos trabalhadores: a busca pela emancipação política deixou de ser um meio para a emancipação humana e se tornou o um objetivo final (um fim em si mesmo), partindo do pressuposto de que o Estado não seria mais o centro de poder da burguesia, mas sim um espaço de direito de “todos”. A via democrática para transformação do Estado, sob a qual estamos refletindo neste trabalho, parece não estar conseguindo cumprir com o que se propõe historicamente. E no Brasil não tem sido diferente, afinal vivemos um período de aumento do conservadorismo e de um profundo ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora. Tudo isso, dentro dos marcos da democracia, que nos mostrou de forma explícita que é possível até mesmo um golpe parlamentar dentro do Estado democrático.

Compreendemos que o Projeto Democrático e Popular, discutido no capítulo anterior, também foi responsável por permitir a atual conjuntura no país tendo em vista seu papel de apassivar os movimentos de resistência que havia no Brasil. O PDP, ao ser posto em prática, provocou muitas “frustrações” por conta da idealização a seu respeito. Seus defensores acreditam que apenas a substituição do indivíduo ou a organização a conduzi-lo poderia levar ao rumo revolucionário, sem levar em consideração o caráter exclusivamente burguês do Estado. De modo geral, não consideramos que houve algum tipo de manobra da direção das organizações para a manutenção da estratégia, mas sim a adoção de uma *verdade consagrada* pela vanguarda de esquerda, ou seja, uma consciência de que a mudança de estratégia é impossível.

Tal processo também pode ser analisado em um dos maiores movimentos setoriais que ocorreu no país, o Movimento Sanitário, o qual teve como bandeira a construção do SUS em uma nova concepção de saúde e unificava-se a luta contra a ordem social. Como o Movimento Sanitário estava inserido em uma conjuntura de ampla efervescência dos movimentos dos trabalhadores, luta contra a ditadura, greves operárias em todo país, foi uma das expressões do movimento da classe trabalhadora e por isso acabou por sofrer do mesmo erro, erro estratégico e tático de escolher lutar pela via democrática por mais direitos. O Movimento tornou-se, cada vez mais, burocratizado tendo como principal bandeira a operacionalização do SUS e do controle social. O que ocorreu no Movimento Sanitário é uma das expressões do movimento geral da luta dos trabalhadores no Brasil. Os avanços e desafios colocados ao Movimento Sanitário expressos neste trabalho através da problematização do controle social são apenas uma parte que integra uma totalidade. As conquistas, os avanços e os desafios com relação ao controle social na saúde, as tentativas táticas, as limitações impostas são também referentes às escolhas da classe trabalhadora brasileira que nos últimos tempos as colocaram em uma situação amortizada. E por isso precisamos analisar o que aconteceu nos últimos tempos para então pensarmos em como trilhar novos caminhos. Para tanto iremos analisar o processo de construção do SUS e do controle social na saúde a partir de uma breve revisão literária, trazendo a partir disso reflexões sobre o tema.

4.1 O movimento da Reforma Sanitária e a construção do SUS: as contradições no processo de luta pela saúde

Nesse momento, apresentaremos uma revisão literária sobre o movimento sanitarista e sua trajetória em direção a efetivação da atual política pública de saúde no Brasil. Utilizaremos importantes autores o campo da saúde, buscando sistematizar as principais suas reflexões acerca da temática.

Sabe-se que o Movimento pela Reforma Sanitária começou seu processo de construção nos anos setenta e teve como principal fruto a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovado em 1988, na Constituição Federal Brasileira. A implantação do SUS aconteceu em todo o território nacional, a partir da Lei n. 8080, aprovada em setembro de 1990. Desde então, esta reforma vem acontecendo em todos os níveis do Estado brasileiro, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, sendo que ainda

persistem vários desafios. Dentre eles, OSA (2011) reflete ser a um desafio a questão da participação popular nos espaços de discussão e de decisão da política de saúde.

Paim (2008) refere que foi na década de oitenta, com processo de (re)abertura política no país, que ocorreu uma articulação entre a população, construindo alianças e consolidando os movimentos sociais e populares na luta pela garantia de direitos. Segundo o autor, a questão das políticas de saúde tomou novos rumos e os enfrentamentos político-ideológicos evidenciaram as contradições fundamentais entre o Capital e o Trabalho, bem como sentido da ação estatal quando a classe trabalhadora não tinha acesso suficiente aos instrumentos de organização e ação política (PAIM, 2008).

Iamamoto (2008) também compreende que esses acontecimentos influenciaram diretamente a construção da Saúde no Brasil. Segundo a autora, “*observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição de verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos*” (IAMAMOTO, 2008, p. 149). Dessa maneira, para esses autores, lutar por um sistema de saúde, no Brasil, é buscar romper com a lógica dominante; no sentido de buscar alianças por uma nova hegemonia, com uma ideologia construída a partir das necessidades do conjunto da população, buscando a transformação das relações sociais existentes (ESCOREL, 2011).

Essa luta passou a ganhar força através do Movimento da Reforma Sanitária, na década de setenta. E de fato, a Reforma Sanitária trazia no seio do movimento uma perspectiva de romper com a lógica burguesa de sociedade. Porém essa não foi uma pauta que ganhou hegemonia e acabou por perder força na medida em que o foco do movimento se voltou massivamente para as esferas institucionais do Estado.

Tal compreensão, com toda a dialética que exige a luta de classes, nos permite sugerir que o sentido político atribuído à ideia de reforma também variou no tempo e sentidos distintos conviveram em disputa ao longo do processo histórico que estamos abordando. O espectro é amplo, mas não parece difícil notar que, de uma concepção articulada entre reforma e revolução, que caracteriza a visão marxista assumida de início tanto pelos sanitaristas quanto pela esquerda democrática, no Brasil – da qual o Movimento Sanitário é parte – transitou, como manifestação própria do processo de “feticização” da democracia, para um entendimento do conteúdo puramente tático, descolado da estratégia, isto é, reformas não mais como via, como acúmulo para a busca do socialismo, mas concebidas num plano estritamente setorial, desconectadas do movimento de superação da sociedade capitalista, reformas sem revolução, portanto. Internamente ao Movimento Sanitário, é verdade, havia, por opção política, ainda os que defendiam a reforma pelo viés de um caráter técnico-administrativo, puramente institucional, e não necessariamente anticapitalista e emancipatório (DANTAS, 2014, p.193-194).

Reforça-se aqui a herança deixada pela socialdemocracia alemã e da experiência do eurocomunismo a qual se expressou no Brasil através do PDP. A formulação desta estratégia, somada a sucessivas derrotas da classe trabalhadora, vem interferindo até hoje na dinâmica da luta de classes. A queda do muro de Berlim simbolizou a derrota da revolução russa e proletária, e, para muitos, o fim do marxismo e do comunismo.

Soma-se a isso, a necessidade de reestruturação produtiva do Capital após outra grande crise cíclica e periódica, e, ao longo dos anos de 1980/90, a concretização/mundialização da correspondência superestrutural derivada dela – aquilo que os sociais democratas chamam de neoliberalismo. Tais fatores subjetivos e objetivos submeteram quase a totalidade das organizações de esquerda a uma determinada concepção: se o socialismo está longe, lá no horizonte, o que resta é *dialogar com a população e acumular forças* para um dia chegarmos até ele.

O PDP teve uma de suas expressões no caminho trilhado pelo Movimento Sanitário ao separar o processo da reforma com o da revolução. Deixaram de conceber a reforma como caminho para revolução e centraram o Movimento Sanitário no plano setorial de saúde sem pautar a superação do sistema capitalista, focando na fiscalização da implantação do SUS e objetivando a participação dos trabalhadores no controle social.

Entre 1979 e 1982, o Brasil também vivenciou os impactos de mais uma crise cíclica e periódica do Capital, chamada de crise do petróleo. A classe trabalhadora sofreu com o arrocho salarial, demissões em massa e cortes nas políticas públicas (MARQUES, 2015). A contradição entre Capital - Trabalho tornou-se ainda mais forte, impulsionando a classe trabalhadora a se organizar em lutas por reivindicações através de sindicatos, partidos políticos. Como Marques afirma (2015, p. 142),

Foi justamente o recrudescimento autocrático burguês e a socialização de seu fracasso para os “de baixo” que possibilitou a formação de uma identidade classista entre estes trabalhadores e a possibilidade concreta de sua organização enquanto classe contra a mesma autocracia.

Foi nessa época de agudização da luta de classes que se constituiu o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira. Com o movimento da Reforma Sanitária, os trabalhadores da saúde, representados por suas entidades, superaram uma lógica meramente corporativista e passaram a defender questões coletivas enquanto classe trabalhadora, por melhoria da

situação da saúde e o fortalecimento do setor público para essas garantias; a luta dos trabalhadores pela saúde impulsionou até mesmo alguns partidos de oposição daquele período começaram a colocar nos seus programas a temática e, assim, aconteceram debates no congresso para discussão da política de saúde; enquanto isso, movimentos sociais urbanos realizavam eventos que se articulavam a outras entidades da sociedade civil organizada, visando ampliar as discussões e reivindicações pelo direito à saúde (BRAVO, 2004).

Para Sader (1988), os sujeitos envolvidos nesse movimento passaram a buscar um sentido coletivo, criando uma identidade e organizando práticas através das quais os membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se em lutas. Para o autor, são “novos personagens que entram em cena”, transformando esse período no marco da organização social do país (SADER, 1988). Assim, nasce a constituição do ser social coletivo, que se articula por interesses em comum e vão participando cada vez mais cada vez mais das tomadas de decisões. Ainda sobre o processo de participação na Reforma Sanitária, Miotto e Nogueira nos revelam que:

A participação da comunidade foi organizada de forma articulada aos demais grupos de interesse. A participação dos grupos comunitários tinha, em última análise, a finalidade de inscrever a ideia da democracia participativa nas novas práticas sanitárias, condizente com a posição conquistada de novos atores, influenciando rumos e definindo políticas setoriais (NOGUEIRA; MIOTTO, 2009, p. 226).

Na década de 1980, devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, e a crescente organização da classe trabalhadora, o modo de produção necessitou de um novo arranjo estatal, a democracia. Há um processo de abertura política, uma maior articulação entre os trabalhadores, consolidando os movimentos sociais e populares na luta por garantia de direitos, tendo em vista as consequências da Ditadura Militar, as quais atingiram, principalmente, a parcela mais pobre da população com seu arrocho econômico (GIANOTTI, 2009).

Em 1986, ocorre a VIII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, com cerca de cinco mil pessoas participantes. As discussões dessa conferência formalizaram as propostas da Reforma Sanitária. Como um dos resultados, o desenvolvimento do SUS prevê a compreensão que a saúde não é um conceito abstrato, pois é “*resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, Trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de*

saúde” (BRASIL, 1986). Ainda nessa conferência foram criadas propostas de como garantir uma gestão democrática e participativa dos cidadãos, através do controle social, sobre a produção e execução de políticas públicas para o setor (DANTAS, 2014). A partir do relatório final dessa Conferência pode-se destacar os principais elementos constitutivos da Reforma Sanitária: ampliação do conceito saúde; o reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado; a criação do SUS; participação popular; constituição e ampliação do orçamento social (PAIM, 2008).

Escorel (1999) analisa o movimento da Reforma Sanitária como um movimento social com uma trajetória diferenciada de interesses particulares, e mais permanente do que uma movimentação pontual. A autora ainda aponta que o movimento da Reforma Sanitária “[...] foi uma articulação de pessoas e grupos que, no momento da VII Conferência Nacional de Saúde, apresentava tendências crescentes de ampliação tanto no número de integrantes quanto no campo de atuação” (ESCOREL, 1999, p. 185).

Para Cortes (2014), o SUS é fruto da articulação de atores sociais e estatais que construíram uma comunidade política e que conseguiram agir em um contexto de redes de políticas. Segundo a autora, o projeto de Reforma Sanitária, elaborado a partir dos meados dos anos 70, foi construído por trabalhadores da saúde, usuários e movimentos sociais, constituindo-se uma comunidade política de forte poder consensual (CORTES, 2014).

Como marcos legais desse processo e nessa trajetória de avanços e desafios, em 2011 há criação do Decreto 7.058/2011, que regulamenta a lei 8.080/90, grande marco para consolidação do SUS, reafirmando o acesso universal à saúde e dispendo sobre a organização do sistema. Além disso, em 2011, também houve a aprovação da nova Política Nacional de Atenção Básica, Portaria 2.488/2011, que reafirma sua centralidade no SUS, definindo para esse nível de atenção à saúde uma função de ordenadora da rede e coordenadora do cuidado.

A implantação do SUS aconteceu em todo o território nacional, a partir da Lei Nº 8.080, aprovada em setembro de 1990 (BRASIL, 1990), e da Lei Nº 8.142, dispendo sobre a organização do sistema referente ao controle social e transferência de financiamento (BRASIL, 1990). Esta reforma vem sendo implantada em todos os níveis do estado brasileiro, no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, sendo que ainda persistem vários desafios. Destaca-se que somente em junho de 2011 foi aprovado o decreto 7.508, que regulamenta a Lei 8080, lei que dispõe sobre a organização do SUS (BRASIL, 2011a).

Conforme discutimos anteriormente, com aumento da tensão na luta de classes, as contradições entre as necessidades do Capital e do Trabalho tornaram-se ainda mais intensas; e com a Força de Trabalho mais organizada, exigiu-se do Capital uma reestruturação no processo de produção para manter o capitalismo enquanto a relação social de produção. E que, portanto, exigiu, na década de 1990, uma nova reestruturação produtiva, sendo que nesse momento instaurou-se a acumulação flexível³⁷, o que determinou uma mudança no Estado com a implementação de medidas políticas e jurídicas conhecidas como neoliberalismo. A reforma se fundamentou em medidas de ajuste fiscal e reorganização dos gastos públicos (PAIVA; MATTEI, 2009). Depositou-se a culpa da crise econômica nos gastos do governo com políticas públicas e sociais e que, portanto, houve a necessidade de redução dos custos nesses setores.

Tanto o governo Collor quanto o governo do FHC seguiram a cartilha da gestão neoliberal priorizando processos de privatização e terceirização nas políticas públicas, principalmente na saúde. No governo Collor várias foram as restrições para a aprovação da legislação do SUS. No governo FHC a privatização ganhou um salto de qualidade através Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) dirigido por Bresser Pereira. Tais medidas eram necessárias para cumprir com a reestruturação produtiva da acumulação flexível no país. No Brasil esse processo foi turbulento, devido ao acirramento da luta de classes, e para tanto o Banco Mundial interviu também no campo da saúde, publicou o documento “A Organização, Prestação e Financiamento da Saúde no Brasil: uma agenda para os anos 90”, de 1995, o qual foi a base do Governo FHC na condução das privatizações. (RIZZOTTO, 2016).

Uma das principais medidas do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE) foi a legitimação das Organizações Sociais (OS's) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) através das leis Nº 9.637/9831 e Nº 9.790/9932, com o intuito de transferir para as mãos da iniciativa privada o serviço público de saúde. As OS's e as OSCIP's são um marco no que se refere a precarização das condições de Trabalho, por não necessitarem garantir estabilidade aos trabalhadores, não precisam de licitação para adquirir bens e serviços e sem prestar contas a órgãos de controle internos e externos,

³⁷ Entende-se a acumulação flexível como um processo de reestruturação produtiva do modo de produção, uma acumulação capitalista mais flexível sem a rigidez taylorista e fordista. Baseia-se em alguns elementos, tais como aumento da tecnologia, intensificação da exploração da Força de Trabalho, por meio de demissão e aumento da jornada de Trabalho aos empregados. Além do aumento da terceirização. As empresas deixam de manter a relação um trabalhador/uma máquina, e criam células produtivas, com cinco ou mais trabalhadores operando simultaneamente até cinco máquinas (ANTUNES, 2008).

como também são um marco na questão da terceirização das políticas públicas no Brasil. O financiamento das OS's é basicamente realizado pelo Estado através da transferência do fundo público para a administração privada. Além disso, nesse período ocorreram incentivos ao complexo médico-industrial-financeiro via desonerações e isenções fiscais.

Tal processo de privatização não parou de acontecer, ao contrário do que a própria classe trabalhadora idealizou, no período do governo petista. Tanto Lula quanto Dilma executaram o PDP, estratégia política elaborada pela pequena-burguesia fundida com o operariado, que surgiu no seio do movimento operário e se inseriu também nos movimentos sociais e populares em período de acirramento da luta de classes. Esta visão de mundo hegemonizou a maneira de analisar a realidade, de organizar e fazer lutas, de educar a classe.

O PDP permitiu que houvesse uma aparente melhoria de vida da classe trabalhadora – acesso ao crédito, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, democratização da universidade. Com relação a saúde, houve o aumento do Piso da Atenção Básica, a construção dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Mas não conseguiu barrar o avanço das terceirizações do SUS, manteve subsídios por meio do fundo público às OS's e OSCIP's, com a criação de mais Fundações e completa privatização de hospitais universitários sob administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSRH) (COSTA, 2013). Nota-se que,

Passando à análise do primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014), assim como nos Governos Lula, foi secundarizado o projeto da Reforma Sanitária frente ao Projeto Privatista da Saúde, de modo que os governantes do Partido dos Trabalhadores pudessem colocar em pauta as promessas com seus financiadores de campanha, majoritariamente do alto empresariado da saúde com empreendimentos de complexos médico-hospitalares financeiros³⁸ (CUNHA, 2017, p. 82).

Mesmo no governo do PT, o qual tem em seu projeto programático a defesa das políticas públicas e do controle social para garantir melhores condições de vida a classe trabalhadora, não foi possível barrar a privatização e a terceirização do SUS. O Brasil

³⁸ Em estudo realizado por Scheffer e Bahia (2013), o PT foi o terceiro partido que mais recebeu aportes financeiros das operadoras de planos de saúde na campanha de 2010: 14,05% do total, só ficando atrás do PMDB (28,94%) e do PSDB (18,16%). Analisando especificamente a eleição presidencial, a então candidata Dilma Rousseff (PT) recebeu o dobro do seu adversário, o tucano José Serra: R\$ 1000.000 da Qualicorp Corretora de Seguros contra R\$ 500.000 para Serra (PSDB). Disponível em: <http://www.cebes.org.br/media/File/Planos_de_Saude_Eleicoes.pdf>.

permanece com um sistema público de saúde com baixo investimento público, mais baixo do que em países como EUA que não possuem um sistema universal de saúde³⁹.

Não estamos aqui fazendo um julgamento moral ao governo do PT, mas apontando para o processo histórico vivenciado recentemente no país a reflexão de que o Estado demonstrou, mais uma vez, não ser permeável aos interesses da classe trabalhadora (quando esses não correspondem primeiramente aos interesses capitalistas). Ao contrário, demonstrou que os utiliza quando necessário para a manutenção do sistema e que, pode retirar não só de maneira ditatorial, via coerção, como também na democracia. O SUS enfrentou e ainda enfrenta profundas contradições no seu processo de implementação por justamente estar inscrito nos marcos de uma sociedade civil burguesa, a qual funda-se sobre a exploração da Força de Trabalho. O debate sobre a política de saúde no modo de produção capitalista não pode ser feito de forma descolada das necessidades do modo de produção. A saúde pública no Brasil é fruto da dinâmica da luta de classes e, portanto, está a serviço de determinados interesses. De um lado, trabalhadores reivindicando melhores condições de vida e, de outro, os burgueses, tentando manter a produtividade dos trabalhadores para aumento de seus lucros. Não estamos aqui simplificando a reflexão, ao contrário, o processo é complexo como já vimos explicitando ao longo dessa dissertação.

O trabalhador nesse sistema necessita vender sua força criativa para sobreviver e é expropriado da terra, de direitos, em outras palavras, é escravizado, preso a grilhões invisíveis (MARX, 2013) sob o fardo da necessidade de sobrevivência. Precisa de um mínimo de saúde para garantir sua vida e o burguês necessita do trabalhador em condições de saúde para garantir sua lucratividade. A depender do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais teremos um tipo de Estado com medidas correspondentes com as necessidades do modo de produção. Como já vimos, vivenciamos o Estado de Bem-Estar Social e hoje vivemos o Estado Neoliberal.

No que tange às exigências da classe dominante ao Estado, as últimas crises cíclicas e periódicas do Capital tornaram impossível a concretização do projeto Petista de governar através da conciliação de classes. O Capital, por meio de seu Estado, mandou a mensagem de que não precisava mais do PT para mediar as suas necessidades, pois tê-lo

³⁹ Estima-se que o investimento total em saúde (tanto público quanto privado) é de atualmente 9% do Produto Interno Bruto (PIB), ficando abaixo dos Estados Unidos que investem 15%, mas mais próximo dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que possuem sistema universal como Inglaterra (8,4%), Espanha (8,5%), Austrália (8,98%) e Canadá (10,1%) (OCKÉ-REIS, 2015).

como interlocutor significaria perder muito tempo para executar o que era necessário. Para sair do último ciclo de crise no país, ocorrido entre o final de 2014 até meados de 2017, a burguesia precisava agir rápido para intensificar a exploração da Força de Trabalho. Como o Brasil se encontrava na periferia do capitalismo mundial, o que predomina é a extração de Mais-Valia Absoluta, através da redução de salários, ampliação da jornada de Trabalho e precarização das condições de Trabalho. Essas ações são efetivadas, principalmente, com a retirada de direitos através do Estado burguês. Dilma Rousseff sofreu o Impeachment através de um golpe (orquestrado pela até então aliada do PT: a burguesia), mas, diferentemente dos outros que ocorreram na história do Brasil, desta vez, os golpistas utilizaram todas as ferramentas legais e ritos democráticos para consumir tal ato. Esse acontecimento demonstra o amadurecimento do Estado Democrático de Direito Burguês, suas contradições internas e explicita o caráter autocrático da burguesia brasileira, a qual atua para garantir a contrarrevolução preventiva permanente.

A considerar tais necessidades capitalistas, com quase 2 anos do governo Michel Temer, muitos foram os retrocessos também no que tange a saúde pública brasileira. Uma das principais iniciativas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241 (Câmara dos Deputados) renumerada como nº 55 (Senado Federal), que foi aprovada pelo Congresso Nacional como Emenda Constitucional nº 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal e que retirará do SUS em torno de R\$ 400 bilhões de reais em 20 anos caso seja considerado o crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) a 2,0% e a taxa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 4,5% (VIEIRA; BENEVIDES, 2016). Provavelmente será o fim do SUS como o conhecemos, pois se esgotará o investimento real nas ações e serviços públicos de saúde (ASPS), sendo um ataque de graves proporções às propostas e demandas do Movimento da Reforma Sanitária (CUNHA, 2017, p. 85).

Outro retrocesso sanitário é a proposta dos planos privados populares ou oficialmente denominado Plano de Saúde Mais Acessível realizada por um grupo de Trabalho convidado pelo próprio Ministério da Saúde e formado por representantes de mais de 20 instituições ligadas à saúde suplementar, incluindo a Abrange (Associação Brasileira de Planos de Saúde), AMB (Associação Médica Brasileira), Unimed, além de representantes governamentais como a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), demonstrando, por parte do governo, uma postura inconstitucional e incoerente com seu

dever de efetivação e comprometimento com o Sistema Único de Saúde (CUNHA, 2017, p. 85).

4.2 A construção do SUS e a Política de Atenção Básica

Antes de adentrarmos na reflexão sobre controle social é importante situar ele sobre a Política de Atenção Básica já que vamos focar nossa análise em um Conselho Local de Saúde em uma Unidade Básica de Saúde. Além disso, dentro do processo de construção e de fortalecimento do SUS, a Atenção Básica foi estruturada como porta de entrada e ordenadora do cuidado em saúde.

O Movimento Sanitarista preconizou o modelo tecnoassistencial com forte orientação para os serviços de atenção básica, com centralidade na organização do sistema de saúde. O Programa Saúde da Família (PSF) foi instituído pelo Ministério da Saúde em 1994, sendo que a decisão governamental de implementar o PSF transcendeu as limitações temporais e a amplitude limitada inerentes à definição de um programa setorial de saúde. Na verdade, a Equipe de Saúde da Família não foi implantada somente para organizar a Atenção Primária em Saúde no SUS temporariamente, mas essencialmente para estruturar esse sistema público de saúde, uma vez que houve um redirecionamento das prioridades de ação em saúde, reafirmação de uma nova filosofia de atenção à saúde e consolidação dos princípios organizativos do SUS (ANDRADE; BARRETO; BEZERRA, 2012).

Com relação à Atenção Básica, o grande marco conceitual acontece em 1978, na Conferência da Alma Ata, onde a Organização Mundial de Saúde declarou um entendimento de Atenção Básica mais amplo. Na ocasião, definiu a Atenção Primária em Saúde (APS) como uma estratégia para organizar os sistemas de atenção à saúde e a sociedade, a fim de promover a saúde. APS como um primeiro nível amplo e integrado, tendo como princípios cobertura e acessibilidade universal, autocuidado e participação individual e comunitária, ação intersetorial dentre outros (ANDRADE; BARRETO; BEZERRA, 2012).

Uma das grandes referências teóricas mundiais quando se fala de Atenção Básica/Primária é Bárbara Starfield, a qual compreende que a Atenção Primária em Saúde,

É aquele nível de um sistema de serviços de saúde que oferece a entrada no sistema para todas as novas necessidades e problemas, fornece a atenção sobre a pessoa (não direcionada para a enfermidade) no decorrer do tempo, (...) para todas as condições, exceto as muito incomuns ou raras, e coordena ou integra a atenção fornecida em algum outro lugar ou por terceiros (STARFIELD, 2002, p. 28).

A Atenção Primária ou Atenção Básica, como muitos preferem utilizar, refere-se, segundo sua normatização, à política de saúde centrada no sujeito e no seu contexto social. Básica/Primária por ser não somente a entrada no sistema de saúde, mas como também a responsável pelo cuidado integral do sujeito, considerando-o não apenas receptor de cuidado, mas como produtor do mesmo (GIL, 2006). Como nos traz a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), a Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (BRASIL, 2011b).

Segundo Lago (2011), um dos grandes diferenciais da Atenção Básica é compreender o sujeito integralmente, com necessidades e com vontades, para além da doença, colocando como participante do processo de cuidado, incentivando sua autonomia não só individualmente como coletivamente. A autora entende a Atenção Básica como o conjunto de atividades planejadas de atenção médica integral que têm como objetivo alcançar o melhor nível de saúde para o indivíduo e a comunidade, aplicando a metodologia científica com a ótima utilização dos recursos disponíveis e a participação ativa das massas organizadas (LAGO, 2001).

Segundo a PNAB, no Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (BRASIL, 2011b).

Ainda que, nos últimos anos, diversas políticas públicas tenham sido aprovadas, o processo de implementação, principalmente, no setor social, encontra diversos entraves. A acumulação flexível exigiu um estado neoliberal; o Estado de Bem-Estar Social, iniciado na era Vargas, não foi mais necessário para a manutenção do modo de produção. Desde a

década de 1990, há um estreitamento da esfera pública, em detrimento das questões financeiras, cortes de verbas nas políticas públicas e congelamento de salários (PINTO, 2013).

Como o movimento do Estado está diretamente ligado aos interesses da estrutura econômica e com as reivindicações sociais, ao mesmo tempo em que a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) garante um maior acesso à saúde, tem sua organização na Lei 9.637 de 1998, a qual versa sobre a gestão de interesse privado por organizações sociais. Basta analisar que em Porto Alegre os trabalhadores da Atenção Básica são quase todos contratados pelo IMESF (Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família), uma empresa terceirizada. Como nos aponta Antunes, a flexibilização do aparato produtivo também exige a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis para dispor da Força de Trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor (ANTUNES, 2008).

Compreender o caminho da Reforma Sanitária no Brasil é fundamental para avaliarmos qual o conceito de saúde está estabelecido na sociedade capitalista e como ele vem sendo garantido historicamente. A luta do movimento sanitário agregou à saúde uma condição de direito fundamental da classe trabalhadora e pautou a Atenção Básica como a melhor forma de ordenar e promover essa política pública. Contudo, sabemos que o SUS e todas as instâncias não são autônomos à ordem social, às instâncias econômicas, jurídicas, políticas e ideológicas do modo de produção burguês.

A execução da política pública saúde é hegemonicamente de competência do Estado e, como já podemos discutir, esse Estado está a serviço da classe dominante. Portanto, ao invés do que idealizou o movimento sanitário, a saúde tem ficado permanentemente ao sabor dos interesses capitalistas: ora investindo massivamente no SUS para que seja assegurada sobrevivência da Força de Trabalho, ora se enxuga ao máximo seus recursos, se privatiza e terceiriza os serviços e agrava cada vez mais as condições de vida da classe que necessita da política pública de saúde, o proletariado.

O crescente apassivamento da classe trabalhadora nos últimos anos fez pesar muito pouco as reivindicações sanitárias pelo direito a saúde. As noções democráticas de participação e cidadania - que basicamente se restringem às eleições burguesas e escassos espaços de deliberações coletivas sobre os interesses dos trabalhadores - tem sido as principais ferramentas do proletariado na luta de classes. E, como já debatemos anteriormente e como podemos perceber no movimento da realidade, essas ferramentas vêm acumulando derrotas no sentido da garantia de direitos.

Nesse movimento, vamos analisar o desenvolvimento do controle social na saúde e sua função na sociedade atual. Suas raízes versam sobre as possibilidades dos trabalhadores – usuários do SUS – controlarem e decidirem sobre os rumos da política pública e unificarem-se em um ser social coletivo de luta e resistência. Entretanto, na prática temos observado como esse objetivo vem transformando-se no seu contrário e quais os desafios aplicados na luta de classes para que os trabalhadores consigam assegurar o direito à saúde.

CAPÍTULO 5. CONTROLE SOCIAL NO SUS: O PROCESSO DE COOPTAÇÃO DA LUTA DOS TRABALHADORES E SEUS LIMITES NA GARANTIA DO ACESSO À SAÚDE

“É preciso que o próprio poder passe aos trabalhadores, mas estes jamais poderão tê-lo enquanto se iludem que podem conquistar e exercer este poder através dos órgãos do Estado burguês.”
Antônio Gramsci

Na esteira do processo de construção da Política de Saúde no Brasil e da implantação da Política Nacional de Atenção Básica, caminhou em conjunto o processo de implementação de mecanismos de participação popular no SUS, principalmente, através do controle social. Como já nos referimos anteriormente o Movimento Sanitário, por ser uma expressão do movimento da classe trabalhadora, opta por focar a luta no fortalecimento da participação social via gestão democrática, no controle social tal como prevê o Projeto Democrático e Popular. Essa estratégia impacta diretamente no processo de consciência da classe trabalhadora que passou a acreditar que o único caminho possível são espaços dentro do Estado. E isso se reflete inclusive nas pautas do Movimento Sanitário que tem se preocupado, vide a quantidade de registro referente ao tema, sobre o processo de fortalecimento do controle social, seus avanços e seus desafios como fim para garantir os princípios do SUS. Preocupa-se em como efetivar a participação popular nos espaços institucionais para garantir a política pública de saúde. Porém pouco se fala sobre como construir espaços da classe trabalhadora para enfrentar seu processo de adoecimento o qual está diretamente ligado à exploração que sofre nesse sistema capitalista, ou seja, acabou por abandonar o debate sobre emancipação humana.

5.1 O controle social: concepções e reflexões sobre o processo histórico de participação popular na saúde

Uma das principais bandeiras do Movimento Sanitário, a qual expressa decisões e contradições do movimento da classe trabalhadora no terreno democrático é a participação social. Neste trabalho iremos utilizar como sinônimo participação social e controle social, como vem ocorrendo em muitos estudos sobre o tema (DANTAS, 2014). Mas antes iremos apresentar o conceito de participação popular e sua relação com controle social. Para Valla (2002), a participação popular compreende as múltiplas ações que as diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das

políticas públicas e/ou serviços básicos na área social. No entanto, o autor refere que o apoio da sociedade civil ao trabalho dos conselhos é necessário, mas não os entendendo como a única forma participativa de lidar com os problemas que concernem a saúde de um município (VALLA, 2002).

Os principais autores que abordam a temática de controle social compreendem os espaços de participação como espaços contraditórios e de extrema disputa por projetos societários e políticos. Raichelis (2009) é uma dessas autoras, a qual estuda o controle social a partir da compreensão da esfera pública. Segundo a autora, esfera pública é compreendida como parte integrante do processo de democratização, envolvendo o fortalecimento do Estado e da sociedade civil (RAICHELIS, 2009). Dentro dessa perspectiva, quando se fala em esfera pública, se fala em participação social, com o entendimento de que essa participação seja coletiva, ou seja,

[...] como produto de conjugação de interesses sociais que fazem possível o surgimento de suas organizações, constituídas como um meio que possibilite a análise, reflexão e o planejamento de suas ações orientadas pelos fins que perseguem, para a satisfação de suas necessidades [...] (CELATS, 1985, apud SOUZA, 2004, p. 82).

Ao discorrer sobre a esfera pública, Raichelis (2009), aponta para uma nova relação entre Estado e sociedade civil, para além das questões públicas e privadas, para constituir uma nova esfera. A autora trabalha com elementos constitutivos da esfera pública, quais sejam: visibilidade social, cultura pública, democratização, controle social e representação de interesses coletivos. Ao reportar-se à visibilidade social, refere-se à transparência das ações dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente nas decisões políticas. Quando traz o elemento da democratização, explicita a incorporação de novos sujeitos sociais nos espaços de participação e de decisão, da qual decorrem a ampliação dos fóruns e as representações nos mesmos, o que, por conseguinte, possibilita o embate público, “*implica a dialética entre conflito e consenso*” (RAICHELIS, 2009, p. 81). Já quanto à cultura pública, entende-a como o “enfrentamento do autoritarismo social”; ou seja, a negociação dos interesses políticos no ambiente público, não privado. No controle social, por sua vez, de acordo com a autora, estão implicados os processos de decisão, participação da sociedade civil organizada na fiscalização e proposição das regras e questões de negociação nos espaços.

Outro elemento que compõe a esfera pública, segundo a mesma autora, é a representação de interesses coletivos, das demandas coletivas levantadas por sujeitos que são politicamente ativos e que levam para a cena pública as necessidades sociais. Ao se referir à visibilidade social, reporta-se à transparência das ações dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente nas decisões políticas. Quando traz o elemento da democratização, explicita a incorporação de novos sujeitos sociais nos espaços de participação e de decisão, da qual decorrem a ampliação dos fóruns e as representações nos mesmos, o que possibilita o embate público, “[...] *implica a dialética entre conflito e consenso*” (RAICHELIS, 2009, p. 81). Quanto à cultura pública, compreende-a como o “[...] *enfrentamento do autoritarismo social*”; ou seja, *a negociação dos interesses políticos no ambiente público*.

Ainda, conforme Raichelis (2009), no controle social estão implicados os processos de decisão, participação da sociedade civil organizada na fiscalização e proposição das regras e questões de negociação nos espaços. Outro elemento que compõe a esfera pública, segundo a autora, é a representação de interesses coletivos das demandas coletivas levantadas por sujeitos politicamente ativos e que levam para a cena pública as necessidades sociais (RAICHELIS, 2009). Raichelis compreende a participação nas esferas públicas, tais como os conselhos de controle social, como “*um movimento que pretende modificar tanto o Estado quanto à sociedade em direção à construção de espaços públicos autônomas e democráticas no campo das decisões políticas*” (RAICHELIS, 2009, p. 83).

Outra autora que discute o processo de participação social é Souza (2004), a qual tem o entendimento de que é a partir da organização social, com articulações internas e externas, e também com um processo de conscientização, que é possível ampliar o processo de participação social. Segundo ela, as articulações expressam a força social dos sujeitos e que através dessas articulações é possível enfrentar a realidade concretamente (SOUZA, 2004). Para ela, a “*participação também é processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre desafios sociais*” (SOUZA, 2004, p. 81).

Ainda sobre o processo participativo, Demo nos retrata que:

Esses constituem um fenômeno profundo e complexo, de teor tipicamente político, e que supõe, concretamente, a formação de um tipo de competência, ou seja, de saber fazer-se sujeito histórico capaz de pensar e conduzir seu destino. Assim no

início está a contestação ou a consciência crítica. Tudo começa com a capacidade e a coragem de dizer não. Não à condição de massa de manobra. Não à manipulação imposta pelas elites. Não aos governos clientelistas e corruptos. Não ao Estado tutelar e clientelista e não a pobreza política e material (DEMO, 1995, p.133).

Em seus estudos sobre controle social, Cortês (2007) compreende que os conselhos de saúde possuem atribuições relativas a planejamento e fiscalização da aplicação de recursos financeiros transferidos da esfera de governo federal ou estadual e relacionadas ao monitoramento da implementação de políticas no que tange ao nível municipal. Além disso, a autora destaca que os elementos mais influentes no processo participativo em conselhos municipais envolvem a estrutura institucional da área de política pública em que se localizam; a organização do movimento popular e sindical e dos grupos de interesses de usuários no município; as posições das autoridades municipais em relação à participação e a natureza da *policy network* setorial, que pode comportar a existência de *policy community* na qual se aliam profissionais da área de lideranças populares (CORTÊS, 2007).

Com relação às contradições existentes nos conselhos, Cortês (2007) discute que mesmo que as lideranças de movimentos populares e sindicais participem das atividades dos fóruns, elas não participam de fato no processo de decisão. “*Porque, por um lado, as principais decisões da área podem não ser tomadas ali e, por outro, esses representantes podem ter sua ação nos conselhos obstaculizada por outros atores que detêm recursos de poder*” (CORTÊS, 2007, p. 137).

Bravo (2006) também ressalta as dificuldades no processo de participação popular na saúde, no Brasil, e da necessidade de pensar em ações que venham a construir estratégias para uma participação mais ativa e de interferência da sociedade nas decisões referentes à política pública de saúde e melhoria nas condições de Trabalho e acesso à saúde. Raichelis (2009), ressalta que os conselhos, no que se refere ao controle social, não podem ser considerados como únicos condutos da participação política.

[...] e nem exemplos modelares de uma sociedade civil organizada. Esta é uma das formas que o movimento social conseguiu conquistar, que precisa ser acompanhada e avaliada atentamente, e combinada com outras modalidades de organização e mediação de políticas [...] (RAICHELIS, 2009, p. 84).

Nota-se que a participação social via controle social na saúde vem enfrentando diversos problemas no que tange sua efetivação seja na esfera do controle da política de saúde seja na mobilização da participação social. Como vimos, o processo de

reestruturação produtiva interfere na dinâmica da luta de classes, e por consequência na reorganização da gestão do Estado. Dessa maneira, há também modificações no processo de implementação das políticas públicas. O Movimento Sanitário é produto desse processo e os avanços e entraves da efetivação do SUS não estão descolados disso. Assim como o processo de participação social na saúde é fruto dessa dinâmica e reflete como está o grau de mobilização da classe trabalhadora.

Ao optar pela arena democrática, o Movimento Sanitário para centrar forças, acreditava que esse seria o principal meio para garantir a socialização da política para a classe trabalhadora. Nos parece que a expectativa depositada pelo Movimento Sanitário sobre a participação social foi a de manutenção das regras mínimas do jogo democrático, não considerando a natureza do Estado democrático burguês. A expectativa era de que os interesses privados do Estado seriam democraticamente enfrentados com o poder da organização social dos usuários e trabalhadores do SUS como DANTAS disse “*nas trincheiras abertas pela participação institucionalizada e pelo retorno à normalidade democrática*” (2014, p. 281).

Para tanto permanecem ainda hoje lutando por mais espaços de controle social, ainda que esses não estejam conseguindo garantir o que sua própria legislação prevê. As tentativas continuam dentro da mesma estratégia, focalizando basicamente nos conselhos em todas as esferas do Estado. Um dos principais espaços defendidos pelo Movimento é o Conselho Local de Saúde, por estar nas Unidades Básicas de Saúde, unidade mais próxima dos usuários do SUS, porta de entrada no sistema.

5.2 O conselho local de saúde: uma revisão sobre conceitos e reflexões sobre o tema

O controle social se operacionaliza no SUS nas três esferas do Estado. No seu maior grau de descentralização opera-se no Conselho Local de Saúde, nas Equipes de Saúde da Família, nos microterritórios dos municípios brasileiros. Apesar disso, a literatura específica sobre o controle social nos Conselhos Locais de Saúde é ainda muito incipiente. Nesse item nos propomos a apresentar uma breve revisão das reflexões acerca do conceito e sobre a temática referente aos CLS, utilizando importantes autores e suas análises sobre o tema.

Os Conselhos Locais de Saúde, normalmente, têm se organizado nos bairros em torno de uma Unidade Local de Saúde. No entanto, a existência de uma Unidade de Saúde

não é a condição necessária para a organização de um Conselho Local. Porém, observa-se na realidade que as sedes dos Conselhos Locais normalmente tem sido as próprias Unidades de Saúdes (SOUZA; KRUGER, 2010).

Souza e Kruger (2010) analisaram os relatórios das Conferências de Saúde, com o foco analítico sobre a participação social no SUS via os Conselhos Locais de Saúde, e constataram que essa é ainda frágil e desarticulada. Identificaram que as proposições das Conferências no âmbito nacional são dispersas no que se refere aos CLS. A participação local que foi enfatizada na 8ª CNS de 1986, ficou praticamente esquecida nos anos de 1990 e voltou a ser proposta nos anos 2000 (SOUZA; KRUGER, 2010). As autoras abordam a importância do processo de capacitação para os conselheiros de saúde como estratégia de qualificação da participação ativa. Também reforçam que os CLS nos bairros têm potencial no que tange à participação social *“conforme a bandeira da Reforma Sanitária”* (SOUZA; KRUGER, 2010, p. 13).

Campos e Wendhausen (2003) discutem sobre essa questão nos Conselhos Locais, demonstrando a importância do papel dos profissionais das Equipes de Saúde da Família (ESF) no processo de fortalecimento da participação social. As autoras constatam que a incorporação da participação popular na ESF depende da interação de vários fatores envolvendo gestores, comunidade e equipe de saúde da família, e que o profissional de saúde tem papel essencial nesse processo (CAMPOS; WENDHAUSEN, 2003).

Ao mesmo tempo, demonstram a preocupação com os trabalhadores que não possuem perfil ou qualificação adequada, o que pode acarretar o desestímulo à participação popular. A continuidade do modelo clínico médico-centrado, segundo as autoras, não possui a capacidade de atender a complexidade das demandas de saúde individual, social, econômica e cultural (CAMPOS; WENDHAUSEN, 2003).

As autoras também entendem que a ESF tem potencial para incentivar a organização comunitária e autonomia da comunidade. *“Por ser uma estratégia, a ESF tem metas e ações para contribuir com a melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, do nível de saúde da população dentre elas a participação de toda a sociedade”* (CAMPOS; WENDHAUSEN, 2003, p. 237).

Trabalham ainda com o entendimento de que quando os profissionais de saúde compreenderem que a participação popular não abarca apenas a fiscalização e controle, pela população, sobre os serviços de saúde. Envolvendo também, a questão do empoderamento e da promoção de saúde, a ESF estará mais próxima dos seus objetivos,

os quais versam sobre integralidade do cuidado e o compartilhamento do compromisso e responsabilidade entre serviços de saúde e população (CAMPOS; WENDHAUSEN, 2003).

Dowbor, Amâncio e Serafim (2011) contrariam alguns elementos dados pela literatura de participação cidadã, de *accountability* social e de políticas públicas setoriais e abordam que é no microterritório, que ocorrem variadas ações de controle societal. E aponta que essas ações são realizadas por atores, reconhecidos como generalistas, pois não atuam em apenas um setor específico de políticas públicas (AMANCIO; DOWBOR; SERAFIM, 2011). Ainda sobre a temática, as autoras nos revelam que “[...] os atores responsáveis pelo controle societal no microterritório, além da sua característica generalista, não limitaram suas ações a um determinado tipo de repertório, seja mais institucionalizado, seja mais contencioso” (AMANCIO; DOWBOR; SERAFIM, 2011, p. 306). Elas fazem uma crítica com relação à ausência de estudos sobre a incidência da participação no nível sub municipal, tais como os conselhos locais e os conselhos gestores nas Unidades Básicas de Saúde. Discutem a temática a partir do conceito de controle societal, baseiam-se nos autores Gurza Lavallo e Isunza Vera, os quais definem controle societal como “[...] a incidência de cidadãos sobre processos decisórios, seja mediante o fornecimento de informação, de determinação de prioridades, de implantação, seja mediante formas de avaliação e supervisão” (LAVALLE; VERA, 2010, p. 31).

Lisboa (2014) discute a temática dos conselhos a partir da compreensão de que a participação é a construção por diversos segmentos sociais, através de mobilização, denúncia e contestação com intuito de dividir o poder entre o Estado e a Sociedade Civil, em espaços legalmente instituídos ou não. Ele analisou a implementação dos conselhos locais do município de Anchieta – Espírito Santo e percebeu que mesmo com os avanços obtidos com a institucionalização da participação social nos conselhos locais, ainda há obstáculos na sua implementação. Tais obstáculos envolvem a relação entre Estado e sociedade civil no que tange à gestão participativa, “o sentimento de não pertencimento de alguns conselheiros aos CLS, a forma exógena da administração, a dificuldade de estabelecer diálogo, além da falta de processo de formação específica para estes conselheiros” (LISBOA, 2014, p. 83).

Lisboa (2014) ainda defende que a participação social e a democracia são essenciais para a construção de políticas de saúde e que não basta apenas incentivar a descentralização do SUS. No seu entendimento, acredita ser necessário que os sujeitos:

Resistam às relações de dominação, opressão e subordinação, se articulem e criem formas de resistência a elas, na busca por políticas públicas que transformem os antagonismos da ação política e assim radicalizem a democracia, como um governo realmente de todos, com todos (LISBOA, 2014, p. 84).

Ainda sobre os Conselhos Locais de Saúde, em 2012, foi publicado um artigo sobre a experiência exitosa de reativação dos Conselhos Locais em Sobral/Ceará, denominados lá de Conselhos Locais de Desenvolvimento Social e Saúde (CLDSS). Tal experiência provocou algumas reflexões nos trabalhadores acerca da temática. A partir da vivência, os atores compreenderam que a gestão participativa do SUS amplia a cidadania dos sujeitos, pois compreende o usuário como sujeito de direitos e deveres, membro de uma comunidade e não apenas um simples consumidor de bens e serviços. Reforçam que *“através da participação ativa, os cidadãos tornam-se mais informados acerca do sistema político, desenvolvem um senso maior de sua própria eficácia e ampliam seus horizontes para além de seus interesses pessoais em defesa de um bem público maior”* (PONTE et al, 2012, p. 237). Além disso, trabalham com a lógica de que os conselhos são espaços de interação e pactuação entre todos os atores do território e que possuem o desafio de coletivizar as demandas, estabelecer os problemas sociais e coletivamente formular um plano de superação (PONTE et al, 2012). Segundo os autores, os CLDSS devem ser compreendidos como *“espaços de interação comunitária, ao cotidiano da vida humana, correlacionados com os determinantes e condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos, entre outros; tornam-se dispositivos de efetivação de democracia participativa”* (PONTE et al, 2012, p. 237); e, ressaltam que a manutenção das instâncias de controle social depende do fortalecimento da participação popular nos microespaços.

5.3 O movimento dos trabalhadores pela garantia do direito ao acesso à saúde: os limites do controle social

A partir do que foi apresentado no item anterior, podemos fazer algumas reflexões sobre o processo do controle social na saúde. Percebemos que a literatura referente ao tema aborda os limites do controle social enquanto uma questão de má gestão, ou devido a não colaboração dos trabalhadores ou ainda da falta de compreensão dos espaços de participação. Todas essas possibilidades estão dentro da concepção de que o controle social é um espaço essencial para garantir a efetivação do SUS e que, portanto, deve ser fomentado. A lógica é a de fortalecimento dos espaços democráticos como instrumento possível para barrar os ataques do capital ao sistema de saúde. Nesse sentido, a defesa

dos espaços de controle social inscreve-se dentro estratégia do Projeto Democrático e Popular.

Em nosso entendimento, essa estratégia é hegemônica na condução das ações de luta da classe trabalhadora há pelo menos três décadas, a qual foi dirigida e executada pelo PT, sendo implementada na sua totalidade. Como já vimos, o PDP tem como pressuposto a conciliação de classes através do Pacto Social. Foi utilizado como elemento essencial na aprovação das reformas estruturais no país, já que incentivou a classe trabalhadora a acreditar na chance de harmonia entre classes, na adoção do diálogo como forma de lutar por seus direitos e a reverter toda sua luta para dentro dos espaços institucionais tais como os de controle social. Com esse processo a classe trabalhadora se tornou mais apassivada, aceitando com menos resistência às retiradas de direitos executadas nos últimos anos.

No que se refere ao controle social, esse passa a ser uma das principais táticas defendidas pelo Movimento Sanitário e, portanto, cabe entender como se estrutura para tentar garantir seu objetivo no Conselho Local de Saúde. O elemento jurídico do Estado sob o qual se estrutura o controle social no Brasil é a Lei Nº 8.142/1990. Tal lei rege a organização dos conselhos de saúde nas três esferas estatais. No âmbito municipal há os conselhos distritais e os conselhos locais de saúde, esses últimos, por sua vez, a partir de cada unidade de saúde existente. Porto Alegre seguiu essa mesma estratégia e possui hoje 13 Conselhos Distritais de Saúde e 90 CLS implantados, conforme dados do relatório de Gestão municipal do segundo quadrimestre de 2016. Segundo o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre (CMS/POA)⁴⁰, cabe aos CLS as seguintes ações:

Atuar na formulação e controle de execução de política de saúde, no âmbito local do serviço de saúde incluindo seus aspectos econômicos e financeiros; traçar diretrizes de elaboração e aprovar o planejamento do serviço de saúde, com vistas a adequar sua capacidade de resposta frente às necessidades sociais identificadas; estabelecer estratégias e mecanismos de parceria para o desenvolvimento da qualidade de vida e saúde no âmbito do seu território; promover a articulação com as demais instâncias de participação local, gerando agendas e metas integradas, promovendo a qualidade de vida e saúde, mobilização social e garantia do cumprimento por parte do Gestor; propor e acompanhar medidas específicas para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento do serviço de saúde; examinar e encaminhar propostas e denúncias, relativas à saúde na área de abrangência, respondendo aos órgãos competentes; Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações que impactem na saúde por parte dos setores públicos e privados; estimular a participação comunitária para o controle social em seu

⁴⁰ Informação retirada do site do CMS/Porto Alegre. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/default.php?p_secao=76>.

território de abrangência; incentivar, apoiar ou promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas interessantes para o desenvolvimento da qualidade de vida e saúde no serviço; designar os representantes para comporem o Plenário do CDS; elaborar seu Regimento Interno, conforme o inciso XIII do artigo 2º, que será encaminhado ao Plenário do CMS/POA para discussão e aprovação (PORTO ALEGRE, s.d.).

As funções do CLS passam desde a fiscalização até articulação e mobilização de ações de saúde no território junto com a comunidade atendida pela UBS e também junto aos trabalhadores de saúde. Por estar no território onde os trabalhadores moram, conseguiram, em um determinado momento, articular as demandas por melhores condições de vida no território em conjunto com as Associações dos Moradores. No Brasil, como vimos, havia um movimento crescente pela garantia do direito ao acesso à saúde, através da construção do SUS pelo Movimento Sanitário nas décadas de oitenta e de noventa. Ao mesmo tempo em que ocorria uma reestruturação produtiva, e se fortalecia o ingresso da acumulação flexível e do neoliberalismo no Brasil. Esse movimento iniciou “*nos bairros pobres das periferias das grandes cidades e/ou nas favelas localizadas nos grandes centros urbano-industriais*” (GERSCHMAN, 2004, p. 68), onde havia maior necessidades sanitárias e de habitação.

Nesse momento da história, o cenário era de profunda tensão: de um lado, mais trabalhadores organizados em busca de suas necessidades e, do outro lado, o capital buscando sua manutenção; ocorria, assim, o acirramento da luta de classes em diversas as cidades do Brasil. Em Porto Alegre, na década de 1990, viveu-se uma expansão de acesso a direitos básicos, tais como pavimentação, acesso à energia elétrica e implantação de unidades de saúde. Isso ocorreu porque havia uma necessidade do Capital para que Estado expandisse garantias mínimas à classe trabalhadora. Essas ações foram realizadas via Orçamento Participativo (OP) (FEDOZZI, 1998). A criação e o fortalecimento de espaços de controle social, como o Orçamento Participativo, assim como os conselhos de saúde, é também uma das consequências desse processo da luta de classes em Porto Alegre e que em seguida tal experiência foi propagada em todo o país. O intuito foi de canalizar e abafar os movimentos de pressão nos locais de moradia dos trabalhadores para dentro de espaços institucionais do Estado através da via conciliatória e do diálogo. Mesmo movimento que ocorreu com o Movimento da Reforma Sanitária.

Note-se, portanto, mais uma vez, que a opção tática termina por reduzir o Estado ao seu *aparelho*, uma vez que o movimento organizado da classe só se completaria com a abertura de canais formais ou ocupação de postos na máquina. O

reconhecimento formal da atuação da sociedade civil, que pudesse impedir ou dificultar o recuo conjuntural das conquistas, bem como a aposta na mudança de sinal do Estado pela incorporação dos representantes legítimos dos interesses gerais à sua estrutura, compunham o teor fundamental a guiar a luta dos sanitaristas (DANTAS, 2014, p. 282).

Sendo assim, nos cabe questionar se o controle social é de fato um espaço que vem conseguindo impedir os ataques que o Capital vem fazendo a classe trabalhadora. Ou ainda se está conseguindo ampliar a força da classe trabalhadora dentro dos espaços do Estado. O que se entende por (e prática como) controle social, Dantas (2014) nos diz que,

[...] consiste, hoje, em um processo fortemente institucionalizado, pouco permeável à luta combativa da classe trabalhadora, e que guarda muito pouco da rica experiência democrática que o engendrou, a despeito do fato de que a opção *institucional*, como temos tentado mostrar, foi, acima de tudo, uma *opção*, franqueada pela combinação da pujança e das fragilidades da luta social presente no momento mesmo da formulação estratégica da classe. No que vai além das escolhas estratégicas da classe trabalhadora, posto que diz respeito ao inimigo, a questão parece recair na disjunção formal entre política e economia, reforçada pelo processo de “fetichização” da democracia e que, uma vez reconhecida como peça ideológica, não pode passar despercebida na luta (DANTAS, 2014, p. 302).

Os Conselhos de Saúde possuem uma importância histórica, conseguiram grupalizar os sujeitos nos seus locais de moradia e por pautas específicas; nunca antes na história desse país houve tantos conselhos e espaços de participação social. Porém, os limites no processo de participação dos trabalhadores nestes espaços precisam ser melhor compreendidos, para assim buscar a construção de estratégias que possam contribuir não só com a emancipação política, pois ela em si não garante a emancipação humana. “Muitas práticas e discursos são intitulados de participação, mas não são mais que processos de dominação e, por conseguinte, processo de contraparticipação” (SOUZA, 2004, p. 79).

Precisamos avançar no debate sobre o quanto os conselhos democráticos e de direitos não são espaços neutros, possuem seu caráter de classe por estarem dentro do Estado o qual se organiza historicamente conforme as necessidades do modo de produção que é capitalista. E por ser capitalista baseia-se na garantia da propriedade privada na exploração da classe trabalhadora. Como Netto afirma,

Assinalar, portanto, a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de *democratização* da vida sócio-política não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios – e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política. Ao contrário, equivale a indicar que um

componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica (NETTO, 2011a, p. 28).

Sendo assim, os limites que estamos percebendo dentro do controle social são os limites impostos pelo sistema capitalista a classe trabalhadora e não apenas problemas de gestão ou de compreensão dos gestores. O maior acesso à saúde foi conquistado com o movimento dos trabalhadores em plena pujança, como já debatemos. O que conseguimos nos anos de controle social foram apenas algumas ‘migalhas’ em relação aos verdadeiros espaços de poder e de decisão da vida social, que foram retiradas tão logo o Capital necessitou. Basta ver os congelamentos do orçamento à saúde, o processo de redução do SUS levando quase ao seu fim e os Conselhos de Saúde não conseguem interferir nesse processo. Não consegue nem mais garantir sua função burocrática de fiscalização dos orçamentos de saúde.

Outro ponto importante, que deve ser considerado para melhor compreensão dos limites do controle social para o movimento dos trabalhadores, é como se constitui a relação entre o Conselho Local de Saúde, espaço de controle social mais próximo à comunidade, com as resoluções das Conferências de Saúde, espaços com alto nível decisório para o desenvolvimento da política de saúde. Segundo Souza e Kruger (2010) todos os relatórios das Conferências Nacionais evidenciam a preocupação pela garantia de espaços de participação social. Na 8ª, 12ª e 13ª Conferência o tema do conselho local surgiu com destaque. Na cidade de Porto Alegre, os planos municipais de saúde de 2010/2013 e 2014/2017 citam os CLS como necessários para a ampliação da gestão participativa, estabelecendo meta e indicador, prevendo “constituir Conselhos Locais de Saúde, Conselhos Gestores e Câmaras Técnicas em 50% dos serviços de saúde”. O Relatório Anual de Gestão de Porto Alegre de 2014 apontou a instalação de 58,52% desses espaços.

A lógica é a de focalizar na construção da consciência social de um sujeito cidadão, participante e ativo nos conselhos de direitos. Perde-se de vista a construção da consciência de classe, da contestação dos limites do sistema capitalista a classe trabalhadora. Entendemos que a estrutura do Estado acaba por cooptar e apassivar a participação dos movimentos sociais. Segundo Dantas (2014), o Estado tem como um dos seus objetivos

[...] franquear uma *determinada* participação, dentro de limites seguros para a dominação do Capital, que seria integral e parte constitutiva das relações sociais de produção se a própria reprodução da ordem capitalista não necessitasse apartar da política, a economia; da participação, a produção. A *cidadania política* (almejada pela agenda da radicalização democrática, da participação, do controle social) só pode se efetivar pela submissão ao conjunto de regulamentos que institucionalizam justamente a alienação dos meios, através dos quais, não fosse o sistema burguês (!), se alcançaria a "*cidadania plena*", diríamos ironicamente (isto é, os bens privados, o reencontro do produtor direto com o produto do seu Trabalho) (DANTAS, 2014, p. 302).

Marx (2008a) reforça a importância de compreendermos a velha sociedade, pois é desta que surge os embriões da nova. Várias foram as experiências já vivenciadas pela humanidade na construção de espaços próprios de luta tais como a Comuna de Paris em 1871, os *soviets* na Rússia, as Brigadas em Cuba e em Nicarágua. Gramsci também aponta em seus escritos sobre a necessidade de compreensão do aparato jurídico que possibilita a manutenção do poder político a partir das relações sociais de produção e da necessidade de compreensão dessa análise para avançar na construção do duplo poder a partir dos conselhos de fábrica.

Toda forma de poder político só pode ser historicamente concebida e justificada como aparelho jurídico de um poder real, como a organização de defesa e a condição de desenvolvimento de um determinado ordenamento nas relações de produção e da distribuição de riqueza. Este cânone fundamental (e elementar) do materialismo histórico resume todo o conjunto de teses que tentamos desenvolver organicamente acerca do problema dos conselhos de fábrica, resume as razões pelas quais pusemos como centrais e preeminentes, no tratamento dos problemas reais da classe operária, as experiências positivas determinadas pelo movimento profundo das massas operárias no sentido da criação, desenvolvimento e coordenação dos conselhos (GRAMSCI, 2004, p. 377).

Sendo assim, entende-se que ao analisar o processo histórico do movimento social dos trabalhadores, bem como sua atual configuração, é possível compreender quais os desafios enfrentados para organização do movimento dos trabalhadores em busca da emancipação humana. Da mesma maneira, é, a partir desse processo reflexivo que podemos apreender os elementos que vêm impedindo que a política de saúde no Brasil garanta acesso à saúde a todos, conforme preconizado em lei e reivindicado pelo movimento social dos trabalhadores. Bem como, melhor entender quais os entraves do controle social na saúde enquanto política pública. Como Dantas (2014) reforça,

A compreensão do significado exato da luta de classes numa política de alianças pode ser decisiva para os resultados da luta. Não se trata de purismo revolucionário do “esquerdismo”, avesso a qualquer tipo de aliança, mesmo que tática; mas da necessidade constante de reavivar os *fi*ns de um projeto transformador, socialista, revolucionário, que não podem ser substituídos ou negligenciados (DANTAS, 2014, p. 253).

Para tanto iremos aprofundar essa reflexão no próximo capítulo trazendo a análise do movimento real de como vem se desenvolvendo o movimento dos trabalhadores no espaço de controle social, dentro de um conselho local de saúde na busca pela garantia de melhores condições de vida e de saúde. Esse movimento, é uma forma de apreender os impactos relação entre concepção de Estado e da via democrática no grau de mobilização das lutas da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 6. O CONSELHO LOCAL DE SAUDE E OS DESAFIOS IMPOSTOS PELA DEMOCRACIA

“A crítica tem que se limitar a comparar e contrastar um fato com outro fato, não com a ideia.”

Vladmir Lenin

A partir dos estudos apresentados até o momento, a presente dissertação buscou refletir sobre o processo histórico do vínculo estabelecido entre as relações sociais de produção e a configuração do Estado. Trouxemos elementos para analisar como a democracia passa a ser considerada um valor universal e quais os impactos práticos disso na luta dos trabalhadores. O Movimento da Reforma Sanitária é uma das expressões desse processo, que buscou canalizar a luta por melhores condições de vida, tais como a saúde, pela *via democrática*. Nos propomos, nesse capítulo, a apresentar o resultado das reflexões após imersão no campo de pesquisa realizada no Conselho Local de Saúde UBS Nossa Senhora Aparecida.

6.1 O caminho metodológico da pesquisa: fundamentos e operacionalização

Para melhor compreender a estratégia hegemônica de luta adotada pela classe trabalhadora nos últimos anos, decidimos pesquisar o controle social na saúde por ser o mais desenvolvido no Brasil. O controle social tem um papel central na execução da Estratégia Democrática e Popular para garantir o pacto social. A escolha por um Conselho Local de Saúde se faz por esse ser o espaço de controle social mais próximo do cotidiano dos trabalhadores moradores da comunidade. Nesse sentido, buscou-se analisar como os sujeitos da pesquisa decidem se organizar via conselho pelos seus direitos e como isso vem se dando no seu local de moradia e de acesso à saúde.

Com o objetivo de apreender o processo dialeticamente, buscamos realizar o caminho da análise do estudo com os elementos que o sustentam. Como Marx (2008a) nos diz, buscar através de sucessivas aproximações, até encontrar o elemento mais particular para, posteriormente, realizar o caminho de volta ao objeto inicialmente analisado. Isso

torna possível sair das abstrações⁴¹ caóticas (o objeto inicial apenas como uma abstração), para chegar a uma “[...] rica totalidade de determinações e relações diversas” (NETTO, 2011, p. 43), o “concreto pensado” (MARX, 2008a, p. 261).

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação (MARX, 2008a, p. 260).

Desse modo, a construção do conhecimento a partir do método materialista histórico dialético parte da aparência tendo em vista obter a essência do objeto, isto é, a sua estrutura e dinâmica (NETTO, 2011b). Busca-se a objetividade na análise, considerando o conjunto das relações variadas do objeto estudado, bem como seu desenvolvimento próprio, seus aspectos contraditórios e assim, o fenômeno estudado como a soma e unidade dos contrários. Por consequente, a luta e o desenvolvimento desses contrários. Busca-se a análise dos elementos particulares e o conjunto da soma desses elementos. A compreensão da relação de cada situação que está ligada a outra situação (LENIN, 2011). Dessa maneira, iremos analisar como o Conselho Local de Saúde se dispõe dentro da Estratégia Democrática e Popular e os elementos que compõem essa relação tais como, a configuração das necessidades materiais dos trabalhadores participarem nos espaços desse conselho, o momento da dinâmica da luta de classes em Porto Alegre, as expressões da ideologia no cotidiano da vida desses trabalhadores e a concepção de luta e mobilização pela *via democrática* e representativa.

6.1.1 Mãos à obra: a escolha dos materiais/fontes e instrumentos de pesquisa

As fontes utilizadas neste estudo consistem em dados documentais (diário de campo das reuniões do CLS e da reunião Intercomunitária, bem como as atas das reuniões) e dados empíricos (entrevistas semiestruturada conforme roteiro, em apêndice, e observação

⁴¹ “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável [...]. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir determinações as mais simples. Neste nível, o elemento abstraído torna-se “abstrato” – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de muitas determinações. A realidade é concreta exatamente por isso, por ser a ‘síntese de muitas determinações’, a ‘unidade do diverso’ que é própria de toda totalidade” (NETTO, 2011b, p. 44).

participante). Com relação a observação, a partir de dezembro de 2016 iniciou-se a participação das reuniões quinzenalmente. Da mesma forma, iniciou-se diálogo com os conselheiros e demais trabalhadores da Unidade. Além de conhecer o território com os trabalhadores residentes, participar das reuniões na unidade.

Foram realizadas entrevistas com os conselheiros participantes do CLS. A comissão do Conselho é formada por três representantes trabalhadores moradores da comunidade e dois trabalhadores da UBS⁴² junto com a trabalhadora na coordenação dessa Unidade. Também realizamos uma entrevista com a trabalhadora do Conselho Municipal de Saúde que atua na implantação dos CLS em Porto Alegre.

Os entrevistados receberam nomes de trabalhadores lutadores no Brasil, em homenagem aos movimentos de revolta ocorridos no país. Dandara e Zumbi referente à luta contra a escravidão, Maria Bonita ao Movimento dos Cangaceiros, Margarida de Jesus, uma das poucas mulheres citadas como participante da Cabanagem no Pará. E Laudelina lutadora pelos direitos das mulheres trabalhadoras.

Considerou-se neste estudo como universo de pesquisa, os dez conselhos participantes da I Mostra de Controle Social em 2016, em Porto Alegre, realizada pelo Conselho Municipal de Saúde. A Mostra tinha como objetivo possibilitar momentos de reflexão e diálogo entre os Conselhos Gestores, Locais e Distritais de Saúde, os quais compartilharam as suas experiências exitosas. O critério de amostra para a escolha do Conselho da UBS Nossa Senhora Aparecida foi a experiência exitosa em termos de participação através do número expressivo de votantes na última eleição do CLS em 2015, cerca de 400 votos. Segundo Sabino, “*seria mais de quinhentos votando, mas voltou muita gente embora porque não trouxe identidade.*”.

Tal fenômeno provocou o interesse de buscar compreender o papel do Conselho Local para esses trabalhadores. Além disso, a UBS possui 24 anos de implantação e é gerida pelo Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Tal situação também é um elemento disparador para escolha desse local, tendo em vista a contradição de ser uma Unidade Básica gerida por uma instituição federal (o GHC) ao contrário do que é incentivado pela

⁴² Neste Trabalho não iremos utilizar a nomenclatura típica para os representantes do conselho, as quais são representantes dos usuários e representantes dos trabalhadores. Como já apresentado anteriormente, a partir de Marx (2008a) entendemos que os sujeitos que dependem da venda da sua Força de Trabalho para sobreviver são trabalhadores, aqui não entendidos como empregados, servidores, funcionários ou qualquer tipo de vínculo formal de trabalho. Por isso iremos usar a seguinte terminologia: representantes dos trabalhadores moradores da comunidade e representantes dos trabalhadores da UBS.

PNAB. Além disso, localiza-se na região norte da cidade a qual possui um histórico de mobilização e de organização dos trabalhadores.

A análise dos dados ocorreu a partir da sistematização dos diários de campo durante as observações participantes e entrevistas semiestruturadas. Por se tratar de uma pesquisa de etnografia crítica (LAVE, 2011) os dados foram analisados de maneira interpretativa tendo como suporte teórico o método materialista histórico dialético.

6.2 O Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida: a história construída pelos trabalhadores

A partir desse momento, neste capítulo, iremos apresentar as reflexões referentes a imersão no campo de pesquisa, buscando relacionar com o conteúdo apresentado até então. Entende-se que o Conselho Local de Saúde é uma parte da totalidade do objeto estudado, sendo uma expressão da dinâmica da luta de classes, ou seja, também é determinado pela estrutura econômica da sociedade capitalista.

6.2.1 A história do Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida: conhecendo o objeto de estudo

Buscamos compreender a dinâmica daquela comunidade, como e quando aconteceu sua formação e quais foram os sujeitos que construíram aquele local. Porque moram lá e como enfrentam as dificuldades oriundas da luta de classes na cidade de Porto Alegre.

Foram vários trabalhadores que apresentaram a história da comunidade, cada um à sua forma. Porém, a singularidade revelou-se ao expressarem todos um sentimento de orgulho com os relatos do processo de saída das moradias precárias, cobertas de lonas pretas, para casas melhores, com mais infraestrutura e com ruas asfaltadas. A UBS também é vista como uma conquista da comunidade nesse processo.

Na década de oitenta era intenso o surgimento dos movimentos eclesiais de base nos bairros da cidade e expandiam-se os movimentos sociais dos trabalhadores em todo o país (FEDOZZI, 1998). Por isso, no final da década de oitenta e início da década de noventa foi implantado pela Prefeitura o Orçamento Participativo na cidade de Porto

Alegre. Foi um instrumento para canalizar as pautas dos trabalhadores de diferentes territórios da cidade pela *via democrática*.

A Unidade de Saúde foi inaugurada em 1993 e foi fruto de uma das reivindicações do Orçamento Participativo, assim como pavimentação e saneamento básico na região, a partir da articulação política da associação de moradores da comunidade. Como nos relata Zumbi:

O posto foi uma batalha. Porque tinha uma peça para vacinar as crianças, depois melhorou um pouco. Aí a comunidade se envolveu e conseguiu que o GHC abraçasse a causa. E construiu o posto de saúde. Só que era pequeno e alagava. Perderam aparelhos caros lá. Aí fizeram uma reforma grande, mesmo assim continuou a alagar. Aí surgiu um terreno e aí que fomos para a rua Jose Aparício. Na época era outro conselho, mas não era tão atuante quanto o nosso, modesta parte. Não eu, porque não fiz muita coisa. Mas como este foi poucos (Zumbi).

Cabe ressaltar que o GHC é um complexo Hospitalar que foi inaugurado em 1956 com Hospital Cristo Redentor. Em 1975, durante a ditadura empresarial militar, quatro hospitais foram desapropriados e passaram a ser gerenciados pelo Governo Federal, sob responsabilidade do GHC. Atualmente, o Grupo Hospitalar Conceição é integrado também pelo Hospital Cristo Redentor, Pelo Hospital Fêmeina, pela UPA Moacyr Scliar, por doze postos de saúde, três centros de Atenção Psicossocial. Já ocorreu tensionamento para a municipalização das Unidades Básicas de Saúde, porém houve um movimento por partes dos trabalhadores em conjunto com os moradores da região que garantiu a permanência do GHC na manutenção dessas unidades.

Até o ano de 1978 o território, era uma área de plantação de arroz. A partir de então, iniciou-se a ocupação da região. De acordo com os moradores locais, a comunidade foi ocupada “da noite para o dia” e por isso ficou conhecida como “Vila Caiu do Céu”.

A atual área de abrangência da Unidade é delimitada pelas vias Beco José Paris, Avenida Major Dionísio Dorneles, parte da Avenida Assis Brasil, parte da Avenida Bernardino Silveira e parte da Avenida Francisco Silveira Bitencourt. A região é plana e a maioria das ruas são asfaltadas. As ruas Aparecida e Quinze de Novembro (Chimarrão) e a Avenida Porto Seco não possuem pavimentação, sendo a maioria constituída por casas. Atualmente, essa população é composta aproximadamente por 5.105 pessoas⁴³.

⁴³ Dados obtidos através do Relatório do Perfil do território elaborado pelos residentes da Unidade em maio de 2015.

Conforme a legislação municipal, cada unidade de saúde deve implantar seu Conselho Local de Saúde. O que torna o Conselho Local o espaço de controle social mais próximo da comunidade, por estar dentro do território, inserido no cotidiano dos sujeitos que acessam à saúde no seu local de moradia.

As reuniões do CLS ocorrem nas quintas-feiras, quinzenalmente, com apenas uma hora de duração, com o horário inicial das 14h. Todos os representantes dos trabalhadores moradores da comunidade moram há mais de trinta anos no território. Sabino foi um dos fundadores da comunidade então chamada de Vila Caiu do Céu. “*As nossas casas eram de barracas de lona preta*” (Sabino). Já o Zumbi mora em outra parte da comunidade e participou da fundação da Associação Vila Alvorada do Norte em 1988. Na época, não havia nenhuma infraestrutura para as pessoas que ali moravam.

Aqui não recolhiam o lixo, não tinha calçada, e as ruas não eram asfaltadas, o esgoto era a céu aberto, não tinha lâmpada na rua, cada um tinha que ter sua lanterna para andar a noite. O carteiro não entrava, meus parentes recebiam carta no interior e nós aqui, em Porto Alegre, não (Zumbi).

Não era só a comunidade da Vila Alvorada do Norte e Vila Caiu do Céu que estavam sob péssimas condições, várias eram as regiões com precárias condições de moradia em Porto Alegre na década de oitenta. Essa necessidade material exigiu com que os trabalhadores começassem a se organizar coletivamente, reivindicando melhores condições de vida. As formas de luta no Brasil, nesse período, foram organizadas através da *via democrática*, ou seja, buscava-se ocupar espaços de participação oferecidos pelo Estado, numa perspectiva de conciliação de classes – o que veio a consolidar uma democracia de cooptação. Um desses espaços construídos em Porto Alegre foi o Orçamento Participativo.

Tanto Zumbi assim como Sabino foram delegados do OP, Sabino também fez parte do Conselho Popular da Zona Norte, atuaram intensamente no processo de participação junto com outros trabalhadores moradores da comunidade. Fruto dessa articulação conseguiram garantir a pavimentação das ruas e outros direitos, tais como a criação da Unidade de Saúde. Nesse período, várias áreas da cidade até então desocupadas passaram a receber trabalhadores que necessitavam de moradia, mas essas regiões não tinham nenhuma infraestrutura. Havia a necessidade de alavancar o desenvolvimento das forças produtivas materiais na cidade devido a implantação do novo padrão de acumulação

capitalista (reestruturação produtiva) no Brasil. A região norte de Porto Alegre acabou por receber diversos trabalhadores em busca de moradia, devido ao processo de expansão da industrialização pela proximidade com o primeiro polo industrial da cidade, o qual foi no bairro Navegantes. Além disso, tal região encontra-se no caminho da Região Metropolitana de Porto Alegre onde na década de 1970, foram instaladas a Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini (Canoas), a Companhia Siderúrgica Riograndense (Sapucaia do Sul) e o Polo Petroquímico (Triunfo). Sendo assim, pode-se dizer que esse é um território que devido à particularidade de proximidade com os setores industriais tornou-se a moradia de muitos operários.

Uma das maneiras pelas quais o governo municipal (que foi gestão do PT de 1989 a 2004), decide incidir nesse processo é criando o Orçamento Participativo como instrumento para desenvolver diversos setores da economia, habitação, obras de infraestrutura e saúde. Ao mesmo tempo, o OP também é fruto do tensionamento dos trabalhadores por melhores condições de vida. Em outras palavras, o OP é o resultado do acirramento da luta de classes em Porto Alegre, de um lado trabalhadores lutando por suas reivindicações, de outro a burguesia e seu Estado buscando aumentar o desenvolvimento da economia no município. Como resultado disso, os trabalhadores foram cooptados pelo Estado para o entendimento de que era possível conciliar seus interesses com os da burguesia através dos espaços de participação e controle social, como se através do *diálogo* fosse possível garantir seus interesses de classe. Entendimento esse expresso na fala do Zumbi: “*O OP era uma arma que a gente tinha na mão. Quando eu assumi a gente conseguiu fazer calçada, pavimentar, não tinha luz na rua.*” Tal fala demonstra o quanto os trabalhadores assumiram o OP como parte de uma estratégia para garantir seus direitos através do Estado.

A Dandara não participou da fundação da comunidade, mas é uma das lideranças do Beco do Chimarrão, região que também possui uma história de resistência. Os trabalhadores moradores da comunidade lutam pela regulamentação do terreno que ainda é considerado área privada, o que dificulta o acesso a serviços da Prefeitura como, por exemplo, a pavimentação. Ainda que não goste de ser chamada de líder, Dandara sempre reivindica melhorias para o Beco e auxilia seus vizinhos em questões de informações de direitos.

Muitas pessoas vêm na minha casa e digo que não sou líder, eu só sei caminhar um pouco a mais que outros. Entendeu?! Se eu puder ajudar, eu vou ajudar. É a mesma coisa, bater na minha porta, queria fazer um exame, já faz tanto tempo... eu digo que tem que ligar para tal número ou eu mesmo ligo. Porque não?! Mesma coisa que um calçamento, mas tu encontras as pessoas assim "ah não vai dá em nada", mas se eu pensar nessa mesma hipótese que ele tá pensando, nada vai acontecer. Eu vou me igualar a ti, bater na mesma tecla e não vamos sair do lugar.

Dandara demonstra em sua fala, o quanto os trabalhadores da comunidade ainda procuram se auxiliar em suas necessidades, há uma solidariedade entre os mesmos, ainda que seja no sentido de resolução dos problemas individuais. Outra conselheira, é Laudelina representante pelos trabalhadores da UBS, e moradora da comunidade, mora no território desde que nasceu. Participou em algumas reuniões do OP, mas não como delegada. Ao ser questionada como começou a participar do CLS, revelou ter aderido a uma pesquisa que foi realizada na UBS. No grupo estava Sabino, o qual despertou o interesse dela em participar do CLS.

Ele chamou atenção, tinha facilidade em ver as coisas, pensar melhorias para a região. Quando vieram novas eleições para o CLS, ele disse que iria montar uma chapa, eu pensei então em participar, porque gostei do jeito dele de trabalhar, muito disposto e muito empenhado. Achei que seria bom, pois a área que Trabalho é uma área muito carente, precisa de muitas coisas e com mais pessoas fica mais fácil né?! (Laudelina)

A outra representante no segmento dos trabalhadores trabalha há seis anos na UBS. Fez sua residência no posto e desde que foi contratada participa do CLS.

Quando fui contratada, a coordenadora pediu alguém da equipe para acompanhar ela no CLS. E na reunião de equipe fica cheia, cerca de 40 pessoas e ninguém se prontificava com ela. E aquilo me agoniava. Então eu me voluntariei, mais em apoio a colega que estava na coordenação da unidade. Eu fui ficando, depois mudou o processo nas eleições. Antes era indicação com relação aos trabalhadores, os trabalhadores escolhiam e depois passou a ser votação com a comunidade. E depois com as eleições me fizeram o convite e não via ninguém da equipe interessado, assim eu fui ficando. Fui fazendo vínculo com os conselheiros (Maria Bonita).

Nota-se que o motivo que levou os representantes do CLS a se inserirem em espaços de controle e participação social, ainda que em momentos, diferentes, foi uma necessidade material. Os representantes trabalhadores moradores da comunidade se organizaram em torno da busca por melhores condições de moradia, já os trabalhadores da UBS se organizaram em busca por melhores condições de Trabalho. Percebe-se que desenvolveram a passagem da consciência alienada para uma consciência em si, por compreenderem que as suas necessidades não eram individuais, de alguma forma não

consideraram mais aquela situação como algo natural, expressando assim, um elemento de revolta e grupalizando-se em torno das necessidades de uma coletividade. Passaram a participar do CLS como uma alternativa de construção coletiva para responder a um problema coletivo, ainda que a resolução desses problemas seja sempre depositada para um terceiro, para a gestão do GHC ou para a Prefeitura Municipal. Manifestaram um inconformismo e uma não submissão ao que estava posto, reivindicando a solução de um problema. No entanto, essa reivindicação é dirigida a alguém. É ainda o outro que pode resolver os problemas coletivos, por isso assume uma forma de consciência ainda não revolucionária, pois não se compreendem como parte de uma classe que pode resolver por si mesma seus problemas (IASI, 2007).

Os motivos que levaram os conselheiros trabalhadores moradores da comunidade a ocuparem os espaços do controle social para além do campo da moradia e infraestrutura, também os impulsionaram a reivindicar melhores condições de saúde. Como aponta Sabino: *“Fomos para o conselho porque faltava medicamento, iam retirar funcionários, tinha ameaça de perder a farmácia”*. Podemos notar que se apresentava uma ameaça ao já restrito acesso à saúde, devido aos impactos causados pelas medidas de saída da crise como aumento da precarização do serviço de saúde aos trabalhadores, com cortes orçamentários.

Sendo assim, o processo de transformação da consciência, não está desvinculado da base material da vida dos trabalhadores e das formas de luta política. É ao mesmo tempo um produto de mudança material da sociedade e um meio político de alcançar a mudança (IASI, 2007).

Eu estava mais interessada pelas questões do posto porque comecei a ocupar mais o posto. Eu ouvia muita coisa e não sabia como destrinchar. Daí eu resolvi eu mesma participar. Quando o Sabino foi lá em casa e me convidou aí vi que era a hora. Mas sem interesse algum, nem imaginava que a nossa chapa iria ganhar, mas foi muito bom (Dandara).

Dandara a partir de sua condição material, ao enfrentar dificuldades de acessar os serviços de saúde da UBS e ao perceber que outros também passavam pela mesma dificuldade, demonstrou insatisfação. Esse elemento de revolta a impulsionou a se organizar coletivamente por melhorias nas condições de saúde na comunidade.

Com relação ao tempo que os conselheiros participam do CLS varia bastante, Sabino está há duas gestões assim como a Laudelina, a diferença é que Laudelina estava

na suplência na segunda gestão e assumiu já que uma colega que estava no conselho foi trabalhar em outro local. Maria Bonita está há seis anos consecutivos. Dandara e Zumbi estão somente nessa última gestão que começou em 2015.

Ainda sobre os motivos referentes a sua participação, os representantes dos trabalhadores moradores da comunidade trazem nas suas falas que sua participação também se deve por terem tempo disponível, pois a condição de idoso aposentado possibilita a sua atuação no CLS. Como pode ser visualizado na fala do Zumbi: “*Tenho vindo porque depois que fiquei velho tenho mais tempo para participar do CLS*”. Podemos refletir que ao estarem aposentados, sem terem que cumprir uma exaustiva jornada de trabalho, podem participar ainda mais desses espaços de controle social. Ao mesmo tempo em que trazem a fala “*já cumpri minha parte*”, demonstram um cansaço, o que pode estar relacionado a uma desmotivação, devido a já terem participado ao longo de suas vidas de vários espaços como esses. Possuem tempo para participar, mas alegam já terem contribuído bastante e expressam certo tipo de esgotamento.

Devido à dificuldade de acesso à saúde pelos cortes no orçamento público, tais como falta de medicação e dificuldade de atendimento, além da experiência histórica de participação em espaços de controle social, esses trabalhadores montaram uma chapa para concorrer a gestão do CLS durante 2015/2016. Essa chapa foi eleita com quase 400 votos da comunidade. Nesse processo eleitoral concorreram duas chapas, uma na posição de situação e outra de oposição. A chapa de oposição constituía-se de membros que foram da gestão de 2011 e a chapa da situação foi a vencedora. Havia uma disputa por concepção de conselho entre as chapas e ambas já tinham experiências de gestões anteriores. Quando questionados sobre tal fato, a chapa vencedora refere que seus integrantes eram conhecidos da comunidade por já terem participado também de gestões das Associações de Moradores entre outros espaços.

Percebe-se a partir de tais falas que houve um reconhecimento e confiança da comunidade para com esses trabalhadores, pelo seu histórico de participação. A comunidade acreditou que eles poderiam lhe representar frente aos novos problemas tais como a ameaça de perda de medicação e de perda de atendimentos de saúde. Como esses trabalhadores há anos se dispõem a representar as lutas coletivas da região, mais uma vez, foram eleitos para tal função. O que pode ser comprovado neste trecho:

As lideranças eram conhecidas. A liderança tu não compras tu adquires com trabalho e respeito com as pessoas. As pessoas não esquecem da gente. Tudo que tu plantas, tu colhes. E a diferença nessas eleições foi isso aí. O Sabino tem um trabalho amplo e dedicado, dá a cara para bater. Eu já fiz pouco pela minha idade. Mas Dandara também tem muito prestígio. Dava para ter elegido um conselho tutelar com os nossos votos (Zumbi).

Ademais, a chapa anterior se mostrou pouco atuante, aspecto que se constituiu como uma desvantagem diante do histórico de luta e conquistas da chapa vencedora. Outro elemento que merece destaque foi a ampla divulgação do processo eleitoral do CLS, realizado pelas trabalhadoras Agentes Comunitárias de Saúde. Conforme, pode ser observado na fala a seguir:

O conselho anterior teve uma importância muito grande, mas estava muito parado. Não via nada de diferente na comunidade e Sabino mesmo não sendo do conselho já tinha trajetória na associação de moradores, e a comunidade percebeu isso, que ia ter mais movimento, melhorias. E os agentes comunitários divulgaram bastante as eleições. Muito importante o voto, participar, para a gente eleger, ter melhorias na comunidade e no trabalho do posto (Laudelina).

Diante da preocupação decorrente das perdas de direitos que ameaçam o acesso à saúde, a comunidade decidiu lutar pela garantia deste. De que forma? Da forma que aprendemos enquanto classe nos últimos anos: votando. Desde a década de oitenta, vive-se no Brasil o fortalecimento da crença de que os espaços de controle social são os principais espaços que irão garantir nossos direitos enquanto trabalhadores, sempre dentro da lógica de que alguns representam todos.

Aqui cabe uma reflexão de como estamos conformados a acreditar que o processo eleitoral democrático é a única maneira, ou a mais efetiva, de garantir os nossos interesses enquanto classe trabalhadora. A Democracia é um dos elementos políticos do Estado, assim como faz parte da ideologia burguesa. Além disso, a democracia é um princípio do liberalismo que liga todos os outros (individualismo, liberdade, propriedade e igualdade) e esse conjunto reforça e naturaliza a sociedade dividida em classes. Em outras palavras, reforça os interesses da burguesia ao defender que os sujeitos possuem direitos iguais para buscarem através do Trabalho e de suas aptidões à ascensão social e aquisição de riquezas. Essa igualdade é somente na aparência, pois não significa igualdade de condições materiais, mas sim igualdade de todos terem direito a propriedade privada dos meios de produção, sendo naturalizado que os sujeitos com maiores “aptidões” sejam recompensados pelo seu esforço individual.

A democracia, como já dissemos, é o elemento que conecta os princípios da do liberalismo, pois permite que todos os indivíduos possam estar cientes das “regras do jogo” e defender seus interesses mediante ao(s) governo(s). Dessa forma, o capitalismo (que em sua formatação ideal e hegemônica é democrático) se conforma como um sistema no qual todos teriam o direito à ampla participação nas instâncias de decisão do Estado, podendo inclusive pautar formas para ascender de uma classe a outra. Essa ideologia é eficiente para explicar porque a maioria da população (a classe trabalhadora) mantém-se subordinada a exploração e opressão enquanto há um processo de acumulação de riquezas cada vez maior de uma pequena parcela da humanidade (a burguesia). A democracia, no entanto, é um instrumento que legitima esse processo, pois engloba uma suposta anuência de todas as classes quanto ao funcionamento do sistema tal como está colocado (DANTAS,2014).

Acontece que a democracia não permite a classe trabalhadora nenhuma definição significativa sobre sua condição social. E, caso permitisse os interesses históricos do proletariado versarem sobre a emancipação humana, ou seja, o fim das classes sociais, da propriedade privada dos meios de produção e da exploração. Isso significa que o liberalismo não explica a sociedade, ao contrário, apenas oculta as contradições pelas quais ela se conforma. A ilusão democrática direciona a uma crença na capacidade do Estado em garantir melhores condições de vida a todos, basta que saibamos participar, eleger e controlar o poder público. Assim, legitimando os mais diferentes tipos de mecanismos que o Estado lança mão para manter a ordem dominante num movimento de cooptação ideológica dos trabalhadores. Basta perceber como, toda vez que a organização dos trabalhadores provoca algum tipo de ameaça a alteração das relações sociais de produção, o Estado coloca-se como grande defensor da burguesia e da propriedade privada.

A reflexão é sobre o quanto o processo democrático não consegue garantir a emancipação humana da classe trabalhadora, pois como elemento político da superestrutura do Estado burguês está a serviço de garantir as condições de reprodução do Capital. O máximo a ser conquistado será a emancipação política, e por vezes, a depender da dinâmica do Capital, nem isso é possível. A gestão do CLS 2015/2016 teve algumas conquistas, tais como manutenção da Odontologia na UBS entre outras que iremos apresentar, porém o CLS não conseguiu barrar a retirada de medicamentos da farmácia na UBS e se quer mobilizou os trabalhadores da comunidade contra os ataques

sofridos tais como a Reforma Trabalhista e a PEC “Fim do Mundo”. Essas medidas, de recuperação da última crise cíclica e periódica do Capital, as quais interferem diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora (acesso a política de saúde) demonstram como o CLS não consegue garantir a emancipação política plena. A representatividade já vem demonstrando sua falência no que diz respeito a sua própria efetividade e junto a isso, produz um efeito de retrocesso na consciência dos trabalhadores. Isso se reflete no apassivamento diante da necessidade de mobilização e organização das lutas frente aos ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo.

Situação que se expressa também através da pouca participação de trabalhadores moradores da comunidade nas reuniões do CLS. Durante os seis meses que analisamos as reuniões do CLS da UBS, foram apenas três pessoas da comunidade que participaram da reunião além dos conselheiros. Os trabalhadores da UBS pouco iam, a não ser que a pauta fosse sobre seu processo de Trabalho específico. Nem o espaço que foi construído como o lugar privilegiado de “discussão e deliberação” é utilizado para tal. Percebe-se, mais uma vez, o quanto os elementos do liberalismo estão presentes no cotidiano dos trabalhadores, o individualismo se sobrepõe a articulação coletiva. Cabe nos questionar como está sendo compreendido o espaço do CLS, quais as condições objetivas e subjetivas que possibilitam a participação e o que isso revela da compreensão e efetivação do controle social, bem como dos seus limites. Expressa também a (in)efetividade da estratégia hegemônica adotada pela classe trabalhadora como forma de enfrentamento e superação do Capital.

6.2.2 A concepção sobre o espaço do conselho a partir dos trabalhadores conselheiros

Ao serem questionados sobre a compreensão que têm do papel do CLS, os entrevistados apresentaram o entendimento de que o conselho é um espaço de diálogo, de discussão e mediação de interesses entre trabalhadores moradores da comunidade e trabalhadores da UBS. Porém, avaliam que pautas discutidas neste espaço não tem a possibilidade de serem atendidas na sua totalidade.

Por isso eu acho que o conselho local é um lugar aonde podemos trazer demandas da equipe demandas das comunidades, necessidade de ambos os atores e vê como balancear de que jeito a gente pode fazer para atender algumas

necessidades. Daqui a pouco não consegue atender tudo, mas planeja ou pensa de que forma poderia ser atendido e com um prazo para que isso acontecesse (Margarida).

Demonstram entender que o CLS é um local onde as demandas são apresentadas e discutidas, mas buscam resolução dessas entre si. Percebe-se que essas demandas se limitam ao gerenciamento da organização dos serviços oferecidos pela UBS.

Entendo que é um espaço para a gente dialogar, discutir sobre as questões da unidade, sobre as demandas que a população tem. Acho que acaba sendo um espaço as vezes de queixas. Como a gente faz, de ter representantes e achar que eles vão fazer o Trabalho por nós. Um pouco o conselho é isso mas pode ser um espaço de construir muita coisa junto ne?! (Maria Bonita)

O conselho é visto como um espaço importante de apresentar reivindicações e de controlar o funcionamento da UBS. Em geral a comunidade se relaciona com o CLS através dos seus representantes ao informar suas necessidades e ao perguntar sobre os encaminhamentos realizados pelo conselho. Essa relação expressa elementos liberais na consciência dos trabalhadores, numa lógica imediatista de atendimento a demandas individuais. Em determinados momentos, os trabalhadores moradores da comunidade são mobilizados para atuar em conjunto. Não é algo constante, mas sim pontual.

Quando a gente tem uma necessidade a gente chama a comunidade, eles tão a par de tudo que acontece aqui. Só que acontece assim ó, de ir na minha casa, me atacar na rua, atacar o outro na rua, dizer assim “ó, to com problema aqui, to com problema ali”, “eu preciso disso, eu preciso daquilo” (Sabino).

A fala do Sabino indica o quanto os trabalhadores moradores da comunidade manifestam elementos do liberalismo ao atribuírem a ele, enquanto representante do CLS, a responsabilidade de resolver suas necessidades imediatas. Além disso, os conselheiros expressam uma certa frustração, pois entendem que o conselho deveria ser composto por um maior número de participantes da comunidade. No entanto, a comunidade ao eleger seus representantes e não participar do CLS, acaba por demonstrar o quanto esse espaço é entendido a partir da perspectiva da democracia representativa e não como um espaço de mobilização coletiva.

Ao mesmo tempo os conselheiros também trazem o entendimento de que o controle social tem o poder de fiscalização na política de saúde. Nesse sentido, avaliam que o CLS cumpre o papel de exercer controle sobre o serviço público: de fiscalizar e monitorar as

ações e as verbas da saúde. Além de tentar assegurar que as demandas da comunidade possam ser identificadas e incluídas na esfera pública. Como demonstra a fala do Sabino: *“O conselho local de saúde nada mais é, nem nada a menos, que um controle social da comunidade controlando o que é público, o que é nosso. Um controle. O quê a comunidade quer hoje?”*.

A função de fiscalizar o orçamento público é uma das ações mais reconhecidas referentes ao controle social nas políticas públicas. No entanto, já não é de hoje que esta função está ameaçada e não vem se concretizando. Haja vista a aprovação da PEC 241/2017, conhecida como PEC “do fim do mundo”, que em síntese refere-se a congelar o orçamento do Estado em saúde e educação durante 20 anos. Embora o Conselho Nacional de Saúde tenha se pronunciado oficialmente contra, realizando inclusive diversas reuniões e algumas passeatas (pressão pacífica de massas), sua posição não foi considerada pelo governo federal.

Podemos dizer que a máxima do entendimento sobre o papel do Estado para benefício do Capital é materializada na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016⁴⁴, na Câmara Federal dos Deputados, que também foi aprovada no Senado como PEC 55/2016. Segundo Maria Lucia Fattorelli, do projeto Auditoria Cidadã da Dívida, sabe-se que o maior gasto do Estado não está vinculado às políticas de Educação, de Saúde ou de Assistência Social, mas sim com o pagamento dos juros da dívida pública – cerca de 45% da arrecadação dos impostos do Estado brasileiro serve para tal.

Essa situação se dá com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual foi formada visivelmente para beneficiar o Capital, ao não comprometer a capacidade do Estado em continuar a pagar os juros da dívida. Para tanto, há a crescente diminuição dos investimentos nas políticas públicas, bem como o aumento do arrocho salarial à classe trabalhadora, dentre outras medidas. Ressaltamos que não se trata de um problema de má gestão, no qual basta alterar a forma de administração. A austeridade do Estado, por meio da PEC 55/2016, vem evidenciar o caráter de classe (burguês) do Estado, que recorre aos mecanismos existentes (e por vezes cria) para responder ao problema criado

⁴⁴ A antiga PEC241, que também tramitou no Senado como PEC55/2016, mais conhecida como a PEC do fim do mundo, fixa o congelamento dos gastos públicos primários por vinte anos, dentre os gastos públicos primários inclui-se educação e saúde, além do congelamento do salário mínimo. Segundo Iasi, esta PEC é um instrumento fundamental para manter o mesmo mecanismo que gerou a crise que ela agora diz querer enfrentar, para gerar um novo ciclo de “crescimento” cada vez mais limitado e cada vez mais destrutivo que irá gerar uma crise ainda maior no médio ou curto prazo, como ficou comprovado em todos os países da Europa que seguiram este caminho e na Grécia onde tal alternativa gerou a catástrofe que agora se presencia (IASI, 2016).

pela dinâmica do Capital. Retira, assim, a responsabilidade da crise gerada pela burguesia e a repassa à classe trabalhadora. Esse contexto coloca a classe trabalhadora em risco, já que o acesso à saúde está diminuindo cada vez mais. Está se perdendo o que já se conseguiu conquistar, colocando a sobrevivência do proletariado sob ameaça.

Há uma necessidade do Capital de retomar sua taxa de lucro e o Estado é impelido a cumprir seu papel de administrar as medidas necessárias para tal. Como já dito, uma delas foi o corte no orçamento das políticas públicas, dentre elas, a saúde. Nesse contexto, as decisões dos espaços de controle social, ainda que legitimadas são descartadas, pois não contribuem para os interesses do Capital, devido a necessidade de rapidez na implementação das medidas de saída da crise. Isso porque o Estado, como o principal instrumento de dominação da classe burguesa, deve garantir as condições para a reprodução do sistema capitalista, executando o que for necessário, inclusive flexibilizando a legalidade instituída a favor da classe dominante.

Outra percepção sobre o papel do CLS identificada pelos conselheiros, é desse se constituir como um espaço para educação em saúde. Através da discussão dos dados de saúde da UBS seria possível articular debates entre os trabalhadores da UBS e os trabalhadores moradores da comunidade.

Importância do CLS no processo de organização da comunidade para a saúde é fundamental. Eu acredito que é preciso fazer encontros com profissionais e do CLS e as pessoas interessadas, reuniões, temos X números de gestantes vocês sabiam? Sair um pouco do posto, fazer conversas na praça (Margarida).

Nota-se que percebem o CLS como um espaço de possibilidade para socialização de informações sobre os serviços e atividades desenvolvidas e também como um lugar para compartilhar as dificuldades enfrentadas em relação às condições de saúde. Além disso, acreditam que os conselheiros possam ir até a comunidade ao invés de esperar que ela venha até o CLS, no entanto, essa atribuição não foi executada.

Segundo a fala de alguns entrevistados, o conselho também atua no sentido de garantir o acesso aos atendimentos e encaminhamentos de saúde da comunidade, tais como exames e consultas. Conforme Sabino: *“A pessoa tá sofrendo lá na ponta, muitas vezes ele chega no local, conforme o local que ele for ele não é atendido. E o conselho já olha com outros olhos, o conselho cobra e vai em cima, né?!”*. Dandara também apresenta essa compreensão quando diz que *“O CLS não faz tudo, mas ele vai atrás, ele procura. Eu vim da praia para ir numa reunião no GHC. Para pedir melhorias para o povo, para mim*

também pelo os outros moradores da vila. Uma coisa é a visão, todo mundo paga para ter saúde”.

A comunidade se mobiliza a partir do chamado dos representantes conforme suas necessidades. Reivindicam suas demandas pontuais de saúde, tais como falta de medicação e manutenção do atendimento em odontologia.

Outra coisa, foi a questão da medicação, não iam ficar mais aqui iam ter que ir até a distrital, e aí fizemos o abaixo assinado mais um movimento de manifestar pq temos uma comunidade bem carente que não tem nem dinheiro para pagar a passagem e ter que buscar medicamento de uso contínuo. Lá na intercomunitária os conselheiros conversaram com a gestão e não precisou fazer o abaixo assinado, foi uma coisa muito boa. A gente ia perder um dentista, o conselho e a comunidade não queria isso, fizemos um abaixo assinado e levamos para a gerência distrital e ela ficou. O conselho ajudou muito de manter a odontologia (Laudelina).

Foi dessa maneira que conseguiram garantir o terreno para ampliação do posto, a mudança no acesso à unidade para atendimento bem como a realização de exames que estavam há muito tempo sem agendamento. Na avaliação dos conselheiros entrevistados a atuação do conselho vem cumprindo seu papel em garantir os atendimentos de saúde. Como refere Dandara *“A gente conseguiu muitos exames que estavam esperando há tempo. Conseguimos bastante coisa, trocamos o horário do acolhimento. Para nós foi muito importante. Fechava-se o posto, 10 fichas de manhã, 10 fichas de tarde”.*

Aqui cabe reforçar que os conselheiros demonstram entender o espaço de controle social como um instrumento gerencial das demandas de saúde da comunidade. Consideram-se responsáveis pela administração da unidade de saúde, como se fossem os gestores da mesma. Esse é um aspecto que também faz parte da ideologia burguesa, ao incentivar que a classe trabalhadora se sinta responsável e se ocupe em desenvolver as instituições do Estado burguês, tanto na política pública quanto nos espaços de controle social. A ponto de a classe trabalhadora canalizar suas reivindicações para dentro dessas instituições, naturalizando a existência do Estado desvinculado de seu caráter de classe, fortalecendo o instrumento que legitima sua exploração. Em outras palavras, trata-se do que entendemos como democracia de cooptação (FERNANDES, 2005).

Nota-se que houve avanços no que diz respeito a garantir alguma melhoria no acesso à saúde. Porém, devido a dinâmica do Capital, essas conquistas não estão garantidas de forma permanente. A reorganização dos medicamentos oferecidos na UBS é um exemplo, pois os conselheiros conseguiram garantir a manutenção do serviço, mas devido ao corte do orçamento municipal em saúde, como medida de saída da crise, a

oferta de medicamentos na cidade foi reduzida drasticamente. O CLS conseguiu garantir a manutenção de uma farmácia que hoje não possui todos os medicamentos necessários para oferecer aos trabalhadores que acessam a UBS.

A partir das falas dos conselheiros, percebe-se que para atenderem suas demandas individuais e imediatas, os trabalhadores articulam-se em mobilizações pontuais. Ao garantirem suas reivindicações sentem-se contemplados individualmente, não vendo mais a necessidade de se manterem em luta. Como já vimos, o individualismo é um valor liberal que se expressa nos trabalhadores e resulta no ocultamento das contradições do modo de produção capitalista naturalizando um modo de produção baseado na exploração da Força de Trabalho. Assim, os trabalhadores quando se colocam em lutas por demandas imediatas no âmbito da oferta de serviços nas políticas públicas, não se colocam diretamente em luta contra seus exploradores, mas reivindicam que o Estado atenda suas necessidades pontuais. Portanto, não identificam que seus problemas só serão resolvidos de fato com a transformação radical desse modo de produção. A participação dos trabalhadores nos espaços de controle social acaba por não criar condições para que o processo de consciência passe do estágio “em si” (limitado a reivindicar a outrem suas necessidades imediatas) para o estágio “para além de si”, que seria a consciência de classe revolucionária. Dessa forma, o CLS como parte das instâncias do Estado, cumpre um papel de legitimação da ordem social vigente (burguesa) pois constitui-se em um entrave para o avanço da consciência de classe.

A verdadeira consciência de classe é fruto desta dupla negação: num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o Capital (IASI, 2007, p.32).

Quando parte da classe trabalhadora se põe em luta contra o patrão exigindo aumento de salário, melhores condições de Trabalho e outras reivindicações, cobra do burguês uma parte maior daquilo que produziu e que lhe foi retirado, demonstra que avançou, em parte, em sua consciência quanto ao caráter da contradição fundamental da sociedade capitalista (produção social *versus* acumulação privada). Com isso, o proletariado percebe sua força, se reconhece como elemento fundamental para acumulação capitalista, seu poder de barganha e o usa contra o Capital, adquire consciência da sua força, de sua união enquanto classe. Após atingir seus objetivos, os

trabalhadores retornam ao Trabalho, à jornada de exploração e Trabalho alienado, ou seja, o próprio capitalismo. Ao organizar-se enquanto classe, o proletariado nega e afirma o capitalismo ao mesmo tempo. Está como qualquer vendedor que quer alcançar um preço maior por sua mercadoria (Força de Trabalho). Portanto, em sua luta revolucionária, não basta que o proletariado se assuma enquanto classe (consciência em si), é preciso estar para além de si mesmo (consciência para si). Precisa estar não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem (aumento de salário, jornada, entre outros), mas colocar-se diante da tarefa histórica da superação desta ordem (emancipação humana). Justamente porque o movimento da consciência não é linear e/ou evolutivo é que a organização política tem o papel fundamental para o avanço da consciência de classe. (IASI, 2007).

Essa reflexão nos ajuda a compreender como se conforma o processo de consciência dos trabalhadores que compõe o CLS. A luta pelo acesso à saúde, mesmo que reivindicada e discutida coletivamente, não vem se articulando com a luta pela emancipação humana e pelo fim da sociedade dividida em classes. Considerando a não linearidade da consciência, veremos a seguir quais as consequências da última crise do modo de produção capitalista, seus impactos na luta por saúde através do controle social e, na consciência da parcela da classe trabalhadora que participa dos CLS.

6.2.3 As consequências das últimas crises do Capital para a classe trabalhadora e os impactos no controle social no SUS em Porto Alegre

Em função das medidas de saída da crise, há um movimento do Estado de recuo na questão do orçamento das políticas públicas (incluindo a saúde), entre demais medidas que já discutimos. Para efetivar esse recuo se fazem necessários que instrumentos de legitimação da participação democrática, nesse momento, sejam suspensos para agilizar o processo de socorro a classe capitalista. Especificamente em Porto Alegre isso pode ser exemplificado a partir das tentativas jurídicas de suspender esses espaços.

Nesse momento, diante da urgência de alavancar a economia capitalista a partir do aumento das taxas de lucro, não há como garantir o tempo para discussões e deliberações através dos conselhos, pois o Capital e seu Estado precisam garantir as condições para sua manutenção e para isso não medirão esforços. Vimos anteriormente, como essa necessidade do sistema capitalista para sair da crise foi o elemento central para o

Impeachment de Dilma Rousseff. Era o Capital avisando que precisava de um gestor mais ágil para sentir menos os efeitos da crise em sua acumulação de riquezas.

Como já apresentado, vivemos a recente saída de mais uma crise cíclica e periódica do Capital. Diante da necessidade do Capital recuperar as taxas de lucro alguns “obstáculos” devem ser removidos, dentre os quais a fiscalização sobre o orçamento e aprovação dos planos anuais exercidas pelos Conselhos Municipais. Essas atribuições do Conselho, devido a seu processo burocrático, tornam lenta a dinâmica de fluxo do Capital no caixa do Estado, que nesse momento precisa de maior agilidade.

Em Porto Alegre, tal situação se explicita na tramitação do Projeto de Lei Municipal nº 09/2017, que retira a função de fiscalização dos conselhos. Remete também os conselhos à lei ordinária, que não exige maioria absoluta para aprovação e sim, quórum simples. Introduce ainda a expressão “no que couber” nas atribuições do Conselho, que possibilita ao Executivo restringir ainda mais as competências dos Conselhos. Em abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) emitiu medida cautelar, determinando ao Executivo Municipal de Porto Alegre que se abstenha de impor restrições à atuação dos membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), empossados em 1º de março deste ano, para o biênio 2018/2019. Porém a situação ainda não está definida.

Outro fato que merece destaque é a situação ocorrida no mês de março de 2018, em que o Secretário Municipal de Saúde definiu através do Memorando Circular nº 3378995/2018 que a nova gestão eleita não poderia tomar posse do Conselho Municipal de Saúde. Houve inclusive, durante o processo eleitoral a tentativa de impugnação. Porém a chapa eleita conseguiu tomar posse. Soma-se a este quadro, que no mesmo memorando havia imposições referentes a participação dos trabalhadores municipais nas reuniões do conselho. Pelo memorando o trabalhador que participasse da reunião do Conselho durante sua jornada receberia falta não justificada. Se a reunião fosse após a jornada, não poderia incluir as horas de reunião no banco de horas. Em março, houve uma decisão judicial, pelo Ministério Público Federal, que assegurou a participação de trabalhadores nas reuniões do CMS. Além disso, autorizou o funcionamento do conselho de acordo com atribuições da gestão eleita. Cabe salientar que a mobilização em torno dessa situação se restringiu a alguns conselheiros e parlamentares, poucos foram os trabalhadores que se mobilizaram.

O que a realidade vem nos demonstrando é que a classe trabalhadora não tem conseguido conquistar e nem manter seus direitos via conselhos democráticos. Diante das medidas de saída da crise, se explicita ainda mais a contradição existente nos espaços de

controle social. Pois, ao Estado retirar a função de fiscalizar o orçamento demonstra que a proposta de gerenciar e organizar as políticas públicas está diretamente relacionada aos interesses do Capital e não dos trabalhadores. Em outras palavras, nesses momentos, não existe tempo para conciliar com a classe trabalhadora, são necessárias ações de coerção. Ainda que essas ocorram via Estado democrático e de direito.

Diante da ineficiência destes espaços, atribui-se aos próprios trabalhadores a responsabilidade por este resultado: em que supostamente a explicação está na não participação. Entretanto, mesmo quando os espaços de controle social são ocupados pelos trabalhadores, estes se mostram impotentes ante a necessidade de reprodução do Capital, que se recupera de suas crises à custa do aumento da exploração da classe trabalhadora.

Sobre esse contexto, um debate que suscitou reflexão durante a participação nas reuniões do Conselho foi sobre se os trabalhadores ACS deveriam fazer visitas domiciliares ou não. Considerando o número reduzido destes e o aumento do território para cada um, os trabalhadores trazem que estão exaustos e que não possuem condições de fazer o acompanhamento previsto nos novos prédios do Grupo Tenda e nem na área de ocupação. Não há previsão de chamamento de novos ACS, ao contrário, está sendo discutido na Prefeitura do Município a extinção do cargo de ACS.

Saíram as duas agentes. E não se contratou mais, essas áreas ficaram para nós, somos seis. Tem que fazer toda parte de cadastro, Cartão SUS, de ligar para consultas de especialistas. Não tem muito tempo de ir nas casas, ver as questões com a qualidade que tu fazias antes. Faz nos casos mais urgentes, antes tu conseguias ver muito mais, agora não. Te vê muito rapidamente. Deixa para outro dia, te rouba tempo, diminui a qualidade do nosso Trabalho. Sobrecarregou. Faz cartão SUS, consultas, grupo de tabagismo é muita coisa (Laudelina).

Esses trabalhadores são essenciais no processo de organização do Trabalho na Atenção Básica. Muitos sujeitos começam a acessar os serviços de saúde, após visitas e conversas com os ACS e compreendem melhor o cuidado em saúde justamente a partir da relação com eles. Percebe-se, aqui alguns os efeitos produzidos pelo lastro que a crise do Capital deixa na sociedade. São períodos com grandes índices de desemprego, crescente ameaça de perda dos empregos já existentes, aumento da precarização das condições de Trabalho, entre outros. E, por consequência, há também a queda da qualidade do acesso e atendimento em saúde pelo SUS.

Os efeitos da crise do Capital podem impactar na vida do proletariado de formas diferentes. Tanto os trabalhadores moradores da comunidade quanto os trabalhadores das

Unidades de Saúde estão perdendo direitos. Entretanto, é possível observar que eles não conseguem visualizar a situação de forma conjunta, compreendendo que fazem parte da mesma classe social, a qual é especialmente atacada pelo Capital e seu Estado nos períodos de crise. E é essa justamente a razão pela qual os problemas de ambos os lados se apresentam: os trabalhadores das Unidades ainda mais explorados e com condições cada vez mais precárias de atuar no cuidado em saúde; e os trabalhadores da comunidade, com acesso ainda mais restrito e precarizado a serviços fundamentais para suas vidas. Permanecem, então, discutindo entre si, como se o responsável pela situação que se encontram estivesse dentro do CLS ou ainda que a baixa participação nesse espaço foi o que gerou tantos problemas. Nesse movimento, os trabalhadores tendem a reproduzir a ideologia, pois entram em uma competição e analisam a situação a partir dos indivíduos. Apresenta-se assim dificuldade em romper com a consciência alienada, mesmo que estejam grupalizados e em movimento por seus direitos.

Ainda sobre a cisão entre os trabalhadores moradores da comunidade e os trabalhadores da Unidade de Saúde, houve uma reunião considerada emblemática, onde foi discutido sobre a Greve Geral do dia 28 de abril de 2017. Em reunião de equipe, os trabalhadores da Unidade decidiram paralisar nessa data. Foi explicado pelos Residentes de Saúde que ali também atuam, como seria o atendimento à população nesse dia, que eles estariam na frente da unidade e caminhando pela comunidade explicando os motivos da Greve Geral. Também reforçaram que garantiriam 30% da Força de Trabalho na unidade, conforme previsto em legislação. A primeira fala após explicação foi a do Sabino, que disse: *“podia ser no feriado essa greve!”*.

Nenhum trabalhador respondeu e houve um silêncio na sala. Sabino enfatizou, então, que queria o posto funcionando com os 30% previsto em lei. Mas não foi aberto espaço para discussão do motivo da greve. Ninguém propôs um debate, ou ao menos mais informações sobre o contexto. A Greve Geral tinha o objetivo dos trabalhadores impedirem os ataques aos direitos anunciados na Reforma Trabalhista e contra a PEC 55/241 que prevê o congelamento de recursos na saúde e educação.

A Greve do dia 28 teve importante adesão ao redor do Brasil e mesmo que tenha sido uma ação pontual e pouco articulada com outras ferramentas de luta do proletariado, expressou capacidade de mobilização da classe trabalhadora por direitos que diziam respeito a cada trabalhador. Contudo, dentro do CLS nenhuma relação dessa greve foi feita com as precárias condições da Unidade, com a falta de medicação entre outras

situações de extrema relevância. A preocupação central era com o atendimento imediato das demandas de saúde no território e não com as garantias do SUS e com as condições de empregos dos trabalhadores da saúde a longo prazo.

Na concepção do Sabino o importante é “*abrir o Posto de Saúde, a greve não irá contribuir com nada, apenas fechar o posto.*” Essa fala expressa, mais uma vez, as dificuldades dos trabalhadores numa identificação enquanto classe. Mostra-se também, a reprodução - por parte dos trabalhadores moradores da comunidade – do papel de patrão sob os que trabalham na Unidade de Saúde. O suposto acúmulo de forças fomentado pelo PDP – previsto para chegada ao socialismo – mostra suas debilidades ao se deparar com um contexto de retrocesso na consciência de classe do proletariado. Retrocesso esse, justamente proporcionado pelo PDP ao transferir para espaços participativos como os CLS praticamente toda força de luta e mobilização necessárias aos trabalhadores.

Ainda sobre a reunião considerada emblemática que citamos para refletir sobre o contexto da Greve, outras pautas suscitaram debates tais como a questão do acolhimento na unidade. Especialmente se o médico que estaria atendendo no acolhimento deveria ter seu nome divulgado ou não. A discussão foi bastante tensa, os conselheiros (trabalhadores moradores da comunidade) estavam indignados por não terem a possibilidade de escolher o médico, mas os trabalhadores da Unidade estavam preocupados com o acolhimento e com o processo de Trabalho, já que a relação entre esses elementos é direta. Acontece que, de forma geral, os trabalhadores moradores da comunidade preferem ser atendidos sempre pelo seu médico de referência e acabam lotando a Unidade de Saúde quando sabem que é o dia específico dele no acolhimento. Se todos decidirem serem atendidos no acolhimento por seu médico de referência, as consultas agendadas perdem a sua utilidade, o que entrava muito organização do Trabalho, e, não garante acesso a todos do território de abrangência. Novamente, aqui se revela o quanto os interesses imediatos e pessoais tendem a se sobrepor aos interesses coletivos. Os CLS vão se constituindo cada vez mais como um paradoxo, pois o espaço que foi idealizado para deliberações e organização de lutas coletivas, se transforma em um campo fértil para disputas de necessidades que nem sempre tangem ao conjunto dos trabalhadores ali envolvidos.

É notório que há diferentes maneiras de pensar no conceito e na formatação da equipe de Trabalho e que por vezes, essas diferenças podem gerar atrito entre os colegas. Mas, há também algo concreto e que atinge a todos, para além da concepção de Trabalho dentro da Unidade: a intensificação do próprio Trabalho, o aumento das demandas junto

com falta de recursos materiais para desenvolver as ações e, especialmente, a falta de trabalhadores. Isso tudo se traduz em uma significativa precarização das condições de Trabalho para todos na Unidade. Além disso, dentro da equipe há diferenças nas situações de Trabalho, pois os vínculos trabalhistas são distintos, o que também fragiliza e fragmenta o conjunto da classe proletária reunido ali. *“Outro dia chamaram numa reunião e eu já pensei: será que vou ser demitida?! Mas não era isso. E há um tempo atrás nem se cogitava ser demitida. Tão cortando de tudo quanto é canto”* (Maria Bonita). Aqui podemos perceber alguns impactos da reestruturação produtiva e das constantes crises do Capital, que rebatem diretamente no cotidiano dos trabalhadores (empregos com vínculos mais vulneráveis ou “flexíveis”, terceirizações, demissões) e influenciam não somente nas suas condições de Trabalho como também na sua forma de reagir e de pensar sobre a situação. Iasi aprofunda esse debate ao analisar os impactos da reestruturação produtiva:

Tal reestruturação produtiva (entre elas o destaque para a informatização, autonomação, etc) combinada com novas formas de gestão, das quais o Toyotismo se destaca como paradigma, produziu efeitos que vão muito além dos impactos no padrão de acumulação, mas que incidiram sobre a própria constituição da classe trabalhadora, produziu efeitos na correlação de forças políticas na luta de classes, alterou a forma de gestão pública e de funcionamento do Estado e, por fim, foi a base para uma sólida ofensiva ideológica contra os trabalhadores e a alternativa de uma sociabilidade além do Capital (IASI, 2012a, p. 9).

Como já refletimos, a reestruturação produtiva gerou uma mudança na organização do modo de produção e conseqüentemente transformou também a organização dos trabalhadores. Eles passaram a ser ainda mais explorados e assumir diversas funções. A apartação espacial trazida com o Toyotismo também impactou na desmobilização dos trabalhadores e seu poder de resistência as outras medidas da reestruturação produtiva, como a flexibilização dos vínculos de emprego, as terceirizações, entre outras. Podemos perceber esse contexto, na seguinte fala:

Contratos diferentes, tempos diferentes, visões não tão diferentes, mas existem suas diferenças. Objetivos nem sempre é só assistência, nós temos ensino, pesquisa. Então tem gente que quer só atender. E outro pensa vamos pensar o que a gente está atendendo. Ah, mas eu acho que parar para pensar é bobagem. A gente tem perfis profissionais diferentes. Temos contratados diferentes, alguns prescritivos e outros não (Maria Bonita).

O modelo de gestão do Trabalho toyotista exige dos trabalhadores uma multifuncionalidade, mas respondendo ainda há um alto nível de produção (PINTO, 2013). Atender mais em menor tempo e intervindo em situações de saúde cada vez mais

complexas tendo em vista as condições precárias na qual sobrevive a classe trabalhadora – especialmente em períodos de crise. Os trabalhadores das Unidades acabam por assumir mais de uma função ao mesmo tempo: ser enfermeiro da assistência (atenção direta à população) e gerenciar a Unidade, por exemplo. Esse processo gera o esgotamento e adoecimento dos trabalhadores que ficam cada vez mais cansados e desmotivados, como podemos perceber a seguir:

Aqui é assim, quando é período de eleição, é muito difícil conseguir um candidato. É que nem agora a gente estava lendo um texto sobre experiência de modelo de gestão centralizado e colegiado. Todas as responsabilidades do gestor centralizado ou no modelo colegiado. É muito complicado para nós, ter 50% de gestão, tu não faz 50% nunca, não tem como. Então teria que estar fora da assistência e só fazer gestão, aí tu consegues te dedicar com a residência, e dedica muito mais no colegiado. Do contrário não, é muito difícil, mas enfim a gente está levando (Margarida).

Já analisamos como a saída da última crise do Capital, deixou sequelas em todos as esferas da vida social, inclusive na saúde. Como já foi dito a PEC 55/241 expressa o corte de recursos para a saúde e as suas consequências atingem o campo da estruturação do SUS, como também a vida dos trabalhadores. Seja quem acesse a saúde pública ou quem trabalhe nela, os impactos são notórios: falta medicação, faltam trabalhadores, vem aumentando a jornada de Trabalho, entre outros problemas. No entanto, a reação frente a esses ataques foi quase nula. Como nos diz Zumbi *“Investimento fica cada vez menor, não investe em médico, não tem remédio, não tem condições de Trabalho. O trabalhador é mais explorado. E a corda onde é que estoura? Na parte mais fraca, que é o povo ne?! É forte, mas não se organiza bem. Falta mais organização do povo”* (Joana).

Essa fala traz um elemento importante quanto ao entendimento do processo de exploração trabalhadores da Unidade. Contudo, sinaliza também a falta de identidade de classe, ao expressar o entendimento que o “povo” é o lado mais fraco onde estoura a corda, como se de fato o povo fosse o proletariado. Vimos anteriormente que a concepção de povo, categoria tão utilizada no ciclo de hegemonia do PDP, enfraquece o reconhecimento dos trabalhadores enquanto a classe capaz de mudar a correlação de forças na luta de classes. A noção de povo tem sua origem na Revolução Francesa e dentro dele, estão os trabalhadores, mas também a burguesia. Florestan Fernandes (2005) já no ensinou que palavras não são simples palavras e se necessitamos transformar a sociedade, não podemos nos utilizar das palavras que a nossa classe inimiga (burguesia)

alçou para transformar a antiga sociedade. Uma das grandes tragédias de nosso período histórico e que tem forte atribuição ao PDP, é a crise na identidade da classe trabalhadora, já que o próprio reconhecimento enquanto povo só poderá nos levar a luta por um novo período de conciliação de classes entre proletariado e burguesia.

Outro fato importante de ser relatado é que devido as últimas mudanças protagonizadas pelo Conselho, alguns atritos ocorreram entre os trabalhadores. Os representantes dos trabalhadores da UBS no conselho acabaram por sofrer retaliações dentro da equipe.

Tudo que o conselho fazia, atitude inadequada eu era responsabilizada, diziam que os trabalhadores deram confiança que a gente os deixou se criarem. “Entram pelos fundos, saem a hora que querem.” As pessoas se incomodam, como se fossem a casa deles. Para eles, paciente do lado de fora da porta (Maria Bonita).

Podemos, aqui, refletir sobre dois aspectos. Um deles é sobre esse mecanismo citado ser uma forma de assédio para/com os trabalhadores. Outro aspecto, é que pode ser um incômodo entre os trabalhadores de posição conservadora-liberal. Muitos trabalhadores da Unidade se sentiram prejudicados com algumas mudanças, por exemplo, com o acolhimento que acabou mudando a rotina de Trabalho. O acolhimento foi resolutivo no atendimento das necessidades oriundas dos trabalhadores moradores da comunidade. Entretanto, aumentou as demandas de Trabalho para os trabalhadores da Unidade: não há hora certa para sair da unidade, ou seja, aumentou o Trabalho, porém as condições de Trabalho não condizem com esse processo. Não se agregaram mais trabalhadores ou condições que dessem suporte para o atendimento. *“Sobre o acolhimento foi muito importante, mas uma das questões é que as coisas não têm hora para terminar. Somos trabalhadores, temos de ter hora pra sair daqui. Mas não teve apoio da gerência e ficou assim”* (Maria Bonita). A quantidade de trabalhadores só diminuiu, ao mesmo tempo que seus direitos vêm sendo arrancados:

O conselho não era muito bem aceito pelos trabalhadores, algumas pessoas acham que o conselho atrapalha, eu não vejo isso. Me chateia. Eu vejo o contrário. Eu vejo o quanto os conselheiros se mobilizam. As pessoas começaram a reclamar muito do telefone, mas antes tinham quatro pessoas trabalhando, aí dava para questionar mesmo, hoje é só uma (Laudelina).

Enquanto não nos enxergamos como classe trabalhadora, acabamos por reforçar essa disputa entre trabalhadores da unidade e trabalhadores moradores da comunidade. Reforçamos diferenças, interesses individuais que só nos fragmentam ainda mais e

acabam por gerar grandes cisões, a ponto de não compreendermos as demandas de sobrevivência como sendo singulares a todos trabalhadores.

Trabalhador precisa ser visto de outra maneira. Tem que ter respeito. Não tenho o direito de xingar os profissionais porque meu filho tá doente. Eles são pessoas sofridas também. Se a gente desse mais apoio para o trabalhador a comunidade seria mais bem atendida. Eles têm que ser visto de outra maneira (Zumbi).

Reflexões como a recém citada trazem a importância da solidariedade de classe, assim como o entendimento que apoiar os trabalhadores da Unidade e suas reivindicações, contribui para a qualidade do serviço. Nem só entre conflitos convivem trabalhadores da Unidade e trabalhadores moradores da comunidade nas reuniões do Conselho. Em determinada reunião, os trabalhadores da equipe agradecerem a ação conjunta realizada pelo Conselho, o qual divulgou a data de monitoramento para o Bolsa Família à comunidade. Uma das razões para a parceria ter sido bem-sucedida é que o tema não gerou posicionamentos divergentes, sendo um serviço/necessidade tanto dos trabalhadores moradores da comunidade quanto dos trabalhadores da Unidade. O que gera tensão é quando há o entendimento que aqueles que usufruem dos serviços podem cobrar os trabalhadores da Unidade como se fossem o seu patrão, excluindo-os assim das determinações (econômicas, políticas, jurídicas especialmente agudizadas num período de crise do Capital) pelas quais nem sempre seu serviço é prestado da maneira desejada.

Novamente sobre a pauta do acolhimento, essa retornou em reunião do CLS e dentre os encaminhamentos esteve a confecção de um cartaz para que os trabalhadores moradores da comunidade compreendessem a importância das consultas agendadas e não utilizassem apenas o acolhimento para atendimento médico. Foi sugerida a criação de uma frase para lembrar da importância de comparecer às consultas agendadas e quando não fosse possível, desmarcá-las. Ainda se propôs colocar no cartaz o número de consultas que não aconteceram por não comparecimento sem algum aviso prévio, com objetivo de sensibilizar quanto aos problemas coletivos imbuídos nesse contexto.

A proposta de Sabino foi um pouco diferente, ele sugeriu punir quem não comparecer às consultas agendadas. Isso gerou um forte debate sobre direitos e deveres dos trabalhadores moradores da comunidade e os limites de cada um nesse processo. A equipe explicou que a punição não seria possível e nem compatível com os princípios do SUS. Mais uma vez, fica visível o caráter, em parte, punitivo que se construiu dentro do

conselho, com espaço para julgamento moral, e não de construção da compreensão do porque há ausência nas consultas e como construir ferramentas coletivas de garantia de acesso a essas pessoas. “*As pessoas se acostumaram a não virem aqui, cobram dos outros*”. Fala do conselheiro, que mais uma vez, nos faz refletir sobre o papel da representatividade, do delegar ao outro algo que cabe a todos. E também, de quanto os espaços dos conselhos por si só não garantem a constituição de uma consciência de classe que busque a superação dos problemas vividos. Porém, é preciso olhar essa questão também sem julgamento aos trabalhadores que apresentam tal ponto de vista.

Falas e percepções como essas se explicam a partir do entendimento quanto ao agravamento da miséria em um período de crise do Capital somado ao fato de o proletariado estar em um momento bastante alienado de sua consciência. A busca imediata pela sobrevivência – e isso inclui acesso à saúde – acaba atingindo o conjunto dos trabalhadores com a voraz necessidade de satisfação de suas necessidades imediatas. A competitividade se acirra inclusive para o atendimento nos serviços de saúde, quando, por exemplo, alguns trabalhadores avaliam que o acesso de uns é afetado apenas em função dos erros de outros e não devido ao sistema capitalista que produz precárias condições de um atendimento de saúde adequado a todos. Os conselhos deveriam auxiliar no processo de coletividade nas reivindicações ao Capital e seu Estado, mas temos percebido que importantes limites se apresentam para isso.

Em uma das últimas reuniões, antes do processo eleitoral começar a ser implementado, os trabalhadores da unidade pautaram que estavam passando por um momento de aumento da precariedade das condições de Trabalho, forte consequência do período de crise no modo de produção capitalista vivenciado recentemente. Estavam perdendo vários direitos, tais como licença para estudo, participação de formações e redução de salário.

Imediatamente, Sabino diz: “*criticam, mas não querem sair. Quando eu trabalhava e achava ruim saía da empresa*”. Sobre a possível perda de licença: “*fico feliz que vocês terão mais tempo conosco*”, ironicamente manifestou. Embora seja um trabalhador aposentado, este não reconhece a precarização como um problema de toda a classe trabalhadora, e que seus efeitos também serão sentidos na qualidade do serviço prestado. Referente a essa reunião, uma das entrevistadas traz sua indignação com a falta de mobilização dos trabalhadores frente a retirada de direitos.

Tem perdas de direitos sim. Mas tá acontecendo uma prática para fortalecer a desmobilização. Um exemplo foi a assembleia dos trabalhadores, tinha um pingo lá e a gente tá perdendo direitos, perda dos seis dias, da LP, de 10 dias para fazer cursos e atualizações. A questão do vale alimentação que ano que vem capaz de se perder. E aonde que estão? Meia dúzia que foram lá. Estão com medo de perder o emprego, porque teve toda a questão de desemprego a nível de país, com ameaças de punição, é velada, mas existe (Margarida).

Novamente há uma grande tensão na reunião. Sabino explicita em sua fala que há interesses antagônicos entre os trabalhadores da unidade e os trabalhadores moradores da comunidade. Uma das trabalhadoras presentes na reunião diz que o interesse dos trabalhadores não é contraditório com os dos usuários. E diz: “*Reivindicar direitos não é ser antiético, greve é direito do trabalhador*”. Os trabalhadores moradores da comunidade acabam por apresentar uma consciência de consumidor, revelando, mais uma vez, a inefetividade dos Conselhos para instrumentalizar os trabalhadores na luta contra o Capital e assim, avançar no seu processo de consciência enquanto a classe capaz de transformar não apenas o SUS como toda a sociedade.

Quando os trabalhadores fecharam a unidade para planejar o Trabalho com a comunidade, por duas horas, também receberam reclamações da comunidade por estarem de portas fechadas. Nota-se que a preocupação dos trabalhadores moradores comunidade está em atender seus interesses imediatos e individuais. Expressam a primeira forma da consciência, que segundo IASI (2007) é conjunto que une desordenadamente e contraditoriamente elementos do senso comum e elementos do pensamento crítico. Esta forma da consciência está diretamente atrelada ao processo de alienação e reprodução da ideologia (IASI, 2007).

Isso não é algo que acontece apenas na UBS Aparecida, é um processo de consciência pertencente a sociedade capitalista, na qual há a transformação da Força de Trabalho em uma mercadoria, desconsiderando as necessidades humanas ali existentes. A consequência disso é o enaltecimento do individualismo burguês, reduz-se as necessidades coletivas para o enriquecimento privado dos indivíduos (LESSA, TONET, 2011). E isso se expressa de diversas maneiras, inclusive em um espaço coletivo como o Conselho Local, onde o que vem se apresentando são expressões da ideologia burguesa baseado no liberalismo, ou seja, nos interesses do indivíduo e não do coletivo.

O modo de produção capitalista promove as condições que separam o trabalhador dos meios de produção e como já dissemos, transforma-o em uma mercadoria. O processo de coisificação se realiza a partir do Trabalho alienado, no qual o trabalhador, desprovido

dos meios de produção precisa vender sua Força de Trabalho para sobreviver. Nesta forma de Trabalho, o ser humano aliena-se da própria atividade laboral, da natureza, de si mesmo e da sua espécie. Desse modo, o Trabalho deixa de ser ação própria da vida e torna-se meio de vida, uma atividade imposta que causa dor e sofrimento. Ao se alienar de si próprio, o ser humano torna-se coisa, e afasta-se, assim, do vínculo com sua espécie (IASI, 2007).

A materialidade dessas relações produtoras da alienação é expressa no plano das ideias como ideologia, a qual é entendida como a generalização de uma percepção particular, que deforma a realidade pela transposição de juízos presos a particularidade (IASI, 2007). A tal ponto que os sujeitos da classe trabalhadora acabam por reproduzir valores da classe burguesa e passam a os internalizar como seus. O individualismo, a competição, por exemplo, é naturalizada como valores de toda a sociedade e não apenas de uma parte que os desenvolveu. Os trabalhadores alienados, por toda sua condição de sobrevivência, não se compreendem enquanto classe e passam a operar dentro da perspectiva da competição e da cobrança, valores típicos de quem detém os meios de produção.

A própria comunidade perdendo direitos ela acaba exigindo que a unidade fique aberta não entendendo que os trabalhadores precisam ir lá porque também estão perdendo. Tenho duas ouvidorias para responder da unidade quando estava fechada, onde estávamos fazendo o planejamento, e fechou só duas horas não foi todo o turno. Para não ter mais conflito ne?! (Margarida)

Nota-se que os usuários, que também são trabalhadores, não compreendem/reconhecem a necessidade de luta diante da perda de direitos dos trabalhadores da UBS, importando-se apenas com as suas demandas, na lógica de consumidor, portanto liberal. Também aconteceu reclamações por parte da comunidade quando os trabalhadores foram participar dos fóruns da categoria reivindicando seus direitos trabalhistas, os quais estão ameaçados.

Exigiram que tivesse aberto como se os trabalhadores não tivessem o direito de reivindicar seus direitos e que essa mobilização reverte em qualidade da assistência porque um trabalhador que não perde é um trabalhador que vai estar mais contente atendendo, entregando a medicação. Vai se dedicar mais ne?! (Margarida)

Mais uma vez, os representantes dos trabalhadores moradores da comunidade se opõem a luta dos trabalhadores da UBS pelos seus direitos e nessa lógica, podemos

entender como o CLS não têm sido espaço que propulsiona a luta dos trabalhadores de forma coletiva. Frente ao contexto apresentado, refletimos como o período de crise do Capital incidiu nas condições de Trabalho na UBS. Ou seja, como a precarização afetou os trabalhadores da unidade e conseqüentemente, prejudicou os serviços de prestados aos trabalhadores moradores da comunidade. O que analisamos, então é que, considerando o estágio alienado da consciência que está a classe trabalhadora, a questão do acesso aos serviços de saúde vem sendo motivo de cisão e disputa entre os trabalhadores. De um lado, trabalhadores da unidade ainda mais explorados pelo Estado Burguês e de outro, trabalhadores moradores da comunidade com carência de acesso à saúde. Ao invés de utilizarem o CLS para propulsionar uma luta coletiva, acabam entrando em embates internos, responsabilizando os indivíduos. Dessa forma, o CLS se constitui cada vez mais como um instrumento da democracia de cooptação e menos auxilia na luta contra exploração e até mesmo na luta pelo SUS.

6.2.4 Dificuldades e limites do Controle Social em debate: os reflexos do Projeto Democrático e Popular e da Democracia de Cooptação

Os reflexos da estratégia hegemônica da classe trabalhadora – PDP – colocada em prática, podem ser observados numa expressão mais particular no CLS, objeto deste estudo. Embora as eleições para o CLS tenham ocorrido com cerca de quatrocentos participantes, hoje as reuniões ordinárias do conselho acontecem apenas com os conselheiros e os trabalhadores residentes da unidade. A partir desse esvaziamento da participação, fica explícito o que é na verdade uma idealização a respeito do controle social, de que o número de conselhos implantados garantiria o pleno funcionamento das políticas públicas, já que a capacidade de mobilização dos trabalhadores se manteria a mesma, com movimentos de massa que impulsionariam as lutas institucionalizadas. A defesa é de que os conselhos possuem papel central na garantia de direitos para a classe trabalhadora, porém, isso não se reflete no número de participantes desses espaços.

A comunidade quer, embora que ela está satisfeita, porque ela tá bem, se tiver ruim tu vais ver que vai chover de gente aqui nas assembleias. Mas como tá bom eles tão acomodado, tudo acomodado. porque a gente já fez reunião aqui com trezentos e oitenta pessoas (Sabino).

Através da fala do Sabino, é possível identificar o descontentamento dos conselheiros com a atual situação. Ao mesmo tempo que demonstra uma alternância na participação da comunidade nas reuniões do CLS. A participação está condicionada às demandas que entendem ser de maior necessidade. A fala também apresenta o entendimento de que a comunidade atualmente “está bem”, não tendo aparentemente nenhuma necessidade a ser reivindicada. Tal percepção por parte do conselheiro revela também um elemento de apassivamento dos trabalhadores, pois, em uma conjuntura com diversos ataques aos direitos, endurecimento das ações do Estado, aumento do desemprego e precarização dos serviços de saúde, certamente que a situação não vai bem para a classe trabalhadora.

Temos aprendido, enquanto classe, há pelo menos trinta anos, que a melhor forma de garantirmos nossas reivindicações é a via da representatividade parlamentar. Que cada um possa escolher seu representante no parlamento e a partir dessa figura estaremos contemplados em nossas pautas. Muitas das lideranças dos movimentos iniciados nas décadas de oitenta e noventa construíram um caminho que foi da organização dos trabalhadores na comunidade, passando por representações em conselhos até a ocupação de cargos parlamentares. E ainda hoje é possível observar o personalismo e a hierarquia que operam nesses espaços. No CLS, por exemplo, se o Sabino não está presente, então não pode haver reunião. Nota-se a questão da personificação e o quanto isso expressa a fragmentação dos trabalhadores, ao mesmo tempo, em que fragiliza ainda mais o movimento por depositar a responsabilidade em uma única pessoa. Outros conselheiros dizem que só entraram no conselho porque o Sabino estaria lá.

Aos poucos, os movimentos dos trabalhadores foram cooptados para dentro da institucionalidade burguesa e a classe trabalhadora foi, inversamente, perdendo sua capacidade de mobilização. Ao chegarmos no final desse ciclo, com a última crise cíclica e periódica do Capital, o que constatamos é que os trabalhadores apresentam um imenso descrédito com as instituições do Estado. Condição que se evidencia na fala do Zumbi: *“Condições de vida de cada um, tem que participar muito. As vezes reclama e nem sabe o que tá dizendo. Pessoal tá muito desligado, descrente. Essa roubalheira, a pessoa não acredita em mais ninguém, temos que virar isso. Tem que mudar né?!”*

Desacreditada do Estado e sem saber como enfrentar os ataques aos seus direitos, a classe trabalhadora expressa de diversas formas os efeitos do PDP:

Hoje falta medicamentos, eu não vi nenhuma mobilização a nível de equipe e comunidade em relação a buscar respostas do porquê desse corte. Ou porquê da centralização de alguns medicamentos tipo antibióticos que agora é só na distrital, que tem senha para retirar que tem que pegar ônibus, as pessoas acabam comprando na farmácia, enriquecendo o privado, fortalecendo as redes privadas e sucateando e diminuindo o papel e a prestação de serviços das farmácias distritais (Margarida).

Os conselhos tornaram-se o contrário do que foi sua idealização: um espaço esvaziado que não consegue mais agregar os trabalhadores de maneira a construir uma cultura de luta e muito menos reivindicar suas demandas pontuais. A cultura desenvolvida é a da representatividade, calcada na ideologia apresentada como individualismo. Partindo do princípio de que a democracia necessitava de aprofundamento e amadurecimento, o controle social foi o campo perfeito para trazer os trabalhadores, cada vez mais fragmentados, para o campo do *diálogo* e da *conciliação* estatal. O que resultou, ao contrário do que se propunha, num refluxo do movimento dos trabalhadores no último período. Na melhor das hipóteses, os conselhos ocupam hoje o papel de se preocupar com questões de ordem gerencial nas políticas públicas.

Este é, ao que se revela, o dilema teórico e político que temos enfrentado na Saúde (e não só na Saúde): a origem *de baixo* da energia democratizante que, já perdendo força, veio redundar no controle social, parece ter se tornado, de criador, criatura, engendrada que seria por esse mesmo controle social. Uma das consequências dessa perspectiva invertida tem sido voltar as atenções para os aspectos gerenciais e fazer deles o principal elemento de luta política (DANTAS, 2014, p.289).

Assim, as pautas que reivindicam mais controle social são, na verdade, a captura das lutas para a perspectiva do aprimoramento do Estado burguês. O esvaziamento e/ou negação do conteúdo de classe das lutas possibilita o fortalecimento da ideologia burguesa, uma vez que as pautas fragmentadas nos levam no máximo à emancipação política, nos marcos do modo de produção capitalista. Nesse sentido, os espaços criados com o intuito de fortalecer a luta da classe trabalhadora acabam por assumir um caráter predominantemente gerencial para o desenvolvimento de políticas públicas setoriais e focalizadas.

Um outro aspecto a ser analisado a partir do CLS da UBS Nossa Senhora Aparecida é a função dos representantes conselheiros. Como já mencionado, foram necessidades materiais distintas que motivaram essas pessoas a estarem na representação do conselho. Os trabalhadores da UBS a partir da necessidade de melhores condições de Trabalho e os trabalhadores da comunidade a partir da necessidade de garantir o acesso à política de

saúde. Com relação ao papel dos representantes, qual a correspondência entre a representatividade e a efetivação da garantia do direito – tanto com relação às condições de Trabalho quanto ao acesso à saúde? E indo um pouco mais adiante, até que ponto a representatividade impulsiona a participação social ou atrofia ainda mais a consciência e, por isso, a organização dos trabalhadores?

Como característica da democracia de cooptação, observamos que logo após os processos de eleições, os trabalhadores se retiram da mobilização. Sua participação vai até a indicação do representante e assim, reforça-se que o poder de mudança está no voto, afastando cada vez mais a classe trabalhadora de seus instrumentos históricos, organizativos e independentes colocados fora da institucionalidade burguesa. Assim ocorre após as eleições para o executivo e legislativo (em qualquer dos três níveis), como também após as eleições do CLS. Como Sabino relata *“comunidade aqui no conselho é, depois que ela elege as pessoas ela já fica dependente da pessoa, parece que tu tens o dever de... Aquela pessoa que tem que fazer. Elas vão na minha casa, as vezes vai vinte, chega a vir vinte pessoas na minha casa.”*.

Os trabalhadores foram chamados ao diálogo através de estruturas de participação construídas pelo Estado e não pelo proletariado. Dessa forma, a representatividade constitui-se enquanto regra do jogo, um “marco civilizatório” onde a maioria poderia através de seus representantes, decidir sobre a sociedade. Porém, na mesma medida em que os trabalhadores entram para essa institucionalidade, perdem sua mobilização e passam a cobrar dos representantes a resolução de seus problemas. Como demonstra a fala do Sabino, os trabalhadores depositam tanto na pessoa do representante a responsabilidade e expectativa de resolução que chegam a procurá-lo em sua casa, mas não conseguem se organizar para participar das reuniões do conselho. Cada vez mais uma ação voltada para o indivíduo e não para o coletivo.

Os efeitos disso na consciência da classe trabalhadora são catastróficos porque acabamos por não compreender que a força dos trabalhadores está em sua organização coletiva, enquanto classe, independente dos espaços da classe dominante. A partir de uma perspectiva de que é possível “disputar a hegemonia por dentro” se fortalece a “crença” nos espaços democráticos e institucionais como a única possibilidade de avanço para os trabalhadores. Como já dito, os trabalhadores nesses espaços se tornam altamente burocratizados e assumem o papel de gerentes das políticas públicas. Já não possuem mais os movimentos de pressão pacífica de massas para lhes dar suporte, ficando os

representantes como cogestores da política em seu âmbito mais particular. Como aponta a seguinte fala:

A comunidade acha que o presidente é papel dele estar nessas reuniões e estar fazendo essas intervenções e posturas e a equipe acha que a chefia que tem que tá nesse espaço de conselho local aonde tem o presidente que reclama que representa a comunidade e eu tenho a chefia que representa os trabalhadores e vai responder, mas o que é propriamente um conselho local de saúde, de uma chapa ou que são os representantes qual é papel (Margarida).

Dantas nos ajuda nessa reflexão ao trazer a análise sobre o processo histórico da Reforma Sanitária e seus desdobramentos ao defender a *via democrática*:

O ápice de sua realização, a chegada ao governo, a conquista de espaços na institucionalidade (mesmo que com a intenção de transformá-la), pesou, sozinha, mais do que o conjunto que compunha, articulado, a própria estratégia. No lugar de uma democracia de massas, com espaços e organização própria, logrou-se um mercado consumidor de massas associado a uma participação democrática que tem sido – a despeito dos conflitos e das lutas que também reflete – cogestora das franjas do Capital e legitimadora da ordem. “Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do Capital. A natureza das forças políticas que sobem ao poder não afeta essa dependência, pois ela é estrutural”, lembra-nos Przeworski (1989, p. 60) (DANTAS, 2014, p. 346).

Ou seja, o elemento que daria a “liga” ao PDP seria a chegada ao governo, sendo o mais alto grau da estratégia o mandato para presidência da república. Ancorados no movimento de pinça (de um lado ocupar os espaços no parlamento e de outro a pressão pacífica de massas), ao ocupar o lugar da presidência seria possível realizar as reformas anticapitalistas. Porém, ao ser colocada em movimento a estratégia se torna seu contrário. Não se trata aqui de uma crítica moral, mas sim de analisar que, ao ser colocada em movimento, necessariamente não levaria à revolução de fato, pois não se pode modificar o caráter do Estado, pois ele é necessariamente o poder da classe que domina materialmente.

Dantas (2014) reforça que o controle social acaba por servir à manutenção do Capital ao invés de combatê-lo. Afinal, como poderia o Estado permitir qualquer possibilidade de ruptura com o modo de produção que o sustenta? Acreditar nessa possibilidade leva a derrota necessariamente, ainda que não seja o desejo/intenção. Voltando a particularidade do CLS, observamos que a crença na força da representatividade chega a tal ponto que os representantes escolhem um representante

para os representarem. Afunilando, na individualidade, cada vez mais algo que deveria ser coletivo.

Outro eixo de análise da pesquisa junto aos trabalhadores representantes do CLS, foi com relação aos motivos de não participação dos próprios conselheiros no espaço. Ao analisar as falas dos representantes entrevistados, percebe-se que os motivos estão vinculados a falta de tempo, longa jornada de Trabalho e falta de recursos financeiros. Nesse sentido, a ausência de condições concretas (tempo, Trabalho e dinheiro) acaba por inviabilizar a participação nas reuniões do conselho. Como expressa a fala da Maria Bonita:

É difícil falar dos outros, pensar na gente mesmo porque a gente não frequenta os espaços. O que eu frequento do meu bairro. Pouca coisa. Porque eu passo das oito as seis todos os dias aqui, saio daqui já estou cansada. Acho que é um pouco que acontece na comunidade também. E hoje em dia a gente não tem muita coisa da comunidade. Não sei se é uma coisa das cidades que está fazendo isso. Um pouco por isso. Não é uma questão dessa comunidade, uma questão de todo mundo (Maria Bonita).

Também é possível observar nessa fala a centralidade que a condição de trabalhadora tem para determinar a participação da conselheira nos espaços de controle social. Ela própria traz a reflexão de que o cansaço em função da jornada de Trabalho não permite que participe mais. Porém, não aparece em sua fala a possibilidade de organização enquanto trabalhadora da UBS, em espaços de sua categoria. De maneira geral se identifica que os trabalhadores não se organizam por seu local de Trabalho, em torno de pautas específicas que os unifiquem na condição de trabalhadores. Os trabalhadores referem sobre a dedicação que é exigida para participação e as condições para tal. Apontam questões como custo de passagens e a disponibilidade de horário. Muitas vezes a jornada de Trabalho é tão intensa que não é possível ter energia para participar em outras atividades após o Trabalho. *“Tem que ter disponibilidade de horário, de vontade e até financeira pegar ônibus ir por tua conta nas reuniões não é qualquer pessoa que vai ter esses critérios”* (Maria Bonita). Ou ainda, são poucos os que têm condições materiais de arcar com deslocamento e alimentação para as reuniões.

No começo participava mais. Tem que ter tempo, paciência, dinheiro, para participar de todas as reuniões. Nem sempre chega lá e ganha tem que botar a boca, discordar das pessoas. E as pessoas acham que não. Vinha bastante gente. Tá ruim pega e resolve melhor, como diz o ditado (Dandara).

É notório que há motivação para participar desses espaços, mas a análise não pode se prender à aparência, como se fosse uma questão moral de descaso dos trabalhadores com o espaço. É preciso analisar a raiz do problema. A essência da não participação está diretamente vinculada a estratégia hegemônica adotada para enfrentar os problemas da classe trabalhadora, o Projeto Democrático e Popular.

A execução da estratégia sintetizada no PDP deu início ao período da democracia de cooptação no Brasil e está diretamente relacionada à necessidade da burguesia de acumular cada vez mais Capital. Na década de noventa havia a necessidade de implementar diversas medidas que garantissem a reprodução e a ampliação da acumulação capitalistas. Essas medidas gerariam invariavelmente uma insatisfação da classe trabalhadora, já que tratavam de intensificar a exploração da força de Trabalho. Nesse sentido, ficava cada vez mais difícil para a classe burguesa garantir sua legitimação política. É nesse momento que a democracia de cooptação resultante da execução do PDP entra em cena. Ela passa a ser a garantia de que os trabalhadores além de não se levantarem contra a ordem, ainda participarão como colaboradores desse projeto, já que terão algumas demandas atendidas através de políticas públicas focalizadas – sendo o principal exemplo as de combate à fome e à miséria e a garantia de acesso à saúde (IASI, 2012b).

Porém, na mesma medida em que os trabalhadores “ascendem socialmente” em função dessas políticas, o Capital concentra infinitamente mais lucros em suas mãos. Vejamos nas palavras daquele que foi o grande líder do PDP, ao analisar seu mandato: *“Fizemos uma coisa que eu considero muito importante: provamos que pouco dinheiro na mão de muitos é distribuição de renda e que muito dinheiro nas mãos de poucos é concentração de renda”* (LULA, 2013, p. 10). Iasi ao analisar tal balanço, traz que:

É verdade, mas o que escapa ao ex-metalúrgico é que o resultado de seu governo sintetiza as duas coisas e não uma em vez de outra. O governo de pacto de classes colocou pouco dinheiro na mão de muitos e muito dinheiro na mão de poucos, o que resulta numa concentração de riquezas maior e não menor como se proclama. Os 10% mais ricos, no final dos anos de 1990 detinham 53% da riqueza nacional e passaram, em 2012, a concentrar 75,4%, ao mesmo tempo em que o combate à miséria absoluta faz com que os 20% mais pobres, tenham aumentado sua participação na riqueza nacional de menos de 2% para algo próximo de 4%. No caso dos trabalhadores mais pobres, isso representa de fato, passar de uma sobrevivência com menos de um dólar ao dia, o que os colocava abaixo da linha da miséria absoluta, para a possibilidade de viver com 3 dólares ao dia, o que os coloca na miséria (IASI, 2017, p. 259).

A despeito desse processo de cada vez mais concentração da riqueza socialmente

produzida e do ataque aos direitos que sua manutenção pressupõe, a classe trabalhadora segue colocando todas as forças na via institucional democrática. *“Chama a atenção, no entanto, a absolutização dessa institucionalidade – que se explica pela projeção de sua transformação em favor das classes trabalhadoras com a entrada destas na arena estatal (pela via da participação)”* (DANTAS, 2014, p.283).

Além disso, direitos conquistados historicamente, em longos processos de luta organizada e greves no setor operário, são arrancados dos trabalhadores sem que estes reajam. Assim como vemos as migalhas concedidas através das políticas públicas serem retiradas muito mais rapidamente e sem nenhuma reação expressiva de resistência. Ao mesmo tempo, temos um número expressivo de conselhos e de outros instrumentos de controle social implantados, contando inclusive com uma Política Nacional de Participação Social⁴⁵, sem que esses espaços representem de fato qualquer garantia para os trabalhadores, ao contrário, se tornaram espaços de cooptação e amoldamento da classe.

Desse modo, enquanto seres sociais deste tempo histórico, temos internalizada a ideologia burguesa, necessária à legitimação e manutenção do atual modo de produção. Isso se reflete em reproduzirmos princípios que são, na verdade, de outra classe, os princípios liberais já mencionados: liberdade, igualdade, propriedade, individualismo e democracia. Princípios que reproduzimos em nossas relações enquanto trabalhadores e que nos afastam, fazendo com que as concepções sobre colegas e sobre o próprio movimento sejam carregadas de moralidade. As explicações que se baseiam em julgamentos morais fazem parte do senso comum, como pode ser observado na fala da Dandara:

as pessoas são acomodadas. Todo mundo reclama, mas ninguém diz vamos lá. Fulano tal dia tem reunião e tal...tu achas que alguém vai? Ninguém vai (...). Porque são vagabundos, querem tudo de mão beijada. Ah, mas a Sabino e o Dandara vão lá resolver. Não correm atrás. Se a gente não fizer pela gente. Teimam em deixar para os outros fazerem.

Ao analisar a participação como particularidade apenas, desconsiderando a totalidade em que está inserida, limitamos nossa análise à aparência, sem o aprofundamento necessário para chegar à um processo de totalização que permita a melhor compreensão da realidade. No caso do tema da participação caímos na

⁴⁵ Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS.

culpabilização do trabalhador, como se fosse uma questão moral a falta de participação. Questão que fica evidente nas seguintes falas: “*Não participam porque elas acham, que nem eu te falei, elas acham que te botou ali tu tens que resolver tudo pra eles. Agora, quando a água começa a subir e começa a pegar já na ponta do nariz aí elas se mexem, aí elas vêm mesmo (Sabino)*” e “*São acomodados. Querem de mão beijada. Perguntam, mas não vão. Eu ia buscar as pessoas nas casas para participar. Vão pelas amizades.*” (Zumbi). Resulta numa situação em que os trabalhadores se acusam entre si e não conseguem avançar na análise deste espaço pelo que ele realmente se constitui na estrutura do Estado.

O tema da desmotivação e falta de participação também foi motivo de debate em reunião do conselho, quando da possibilidade de pensar a organização das próximas eleições do CLS. As falas foram no mesmo sentido, de que as pessoas não estão interessadas: “*A comunidade tem vindo pouco no conselho*”, ou ainda “*o povo tá meio desligado*”. Os trabalhadores representantes do conselho demonstram que já não sabem mais o que fazer com tal situação: “*Sempre que convidamos mais pessoas, elas fogem da raia. Não querem entrar no baile*”. Mais um elemento que evidencia o quanto os trabalhadores estão desacreditados dos espaços institucionais. Olham para a institucionalidade do Estado e não veem seus interesses representados, muito pelo contrário. Ao mesmo tempo, não conseguem pensar em alternativas, pois desaprenderam, ao longo do período da democracia de cooptação, a utilizar os instrumentos de organização autônomos da classe trabalhadora. Os trabalhadores reconhecem sua força enquanto coletivo, porém a colocam na *via democrática* e na perspectiva que no máximo conquistará a emancipação política. Como refere Zumbi: “*A comunidade, o povo tem muita força é só saber usar. Se souber usar, consegue tudo, mas tem que ter equilíbrio e união. O povo não calcula força que tem. Não sabe usar a força que tem.*”.

Em determinado momento, foi debatido também o final dessa gestão do CLS e a necessidade de propor uma chapa para as novas eleições. Um dos conselheiros, falando sobre o fim da gestão reforçou a necessidade de união: “*O que mais defendo na vida é a união! Se não se unir a vaca vai para o brejo. Há divergências aqui dentro, mas precisamos de união!*” (Zumbi). Também foi apontado que era preciso montar uma chapa com afinidade e unidade com os membros para *dialogar* em conjunto.

Não há consenso sobre o que seria a tão falada “unidade”. Existe, como já mencionado, uma forte divisão entre os conselheiros trabalhadores da UBS e os

conselheiros trabalhadores moradores da comunidade. Em uma das reuniões, Sabino referiu que recebeu em sua casa uma moradora da comunidade, e que ficou surpreso, pois segundo ele, as pessoas geralmente lhe procuram para reclamar, mas esta pessoa o procurou para elogiar o atendimento da médica trabalhadora residente da UBS. Nesse momento, os trabalhadores da UBS presentes na reunião ficaram em silêncio e visivelmente incomodados. A trabalhadora que recebeu o elogio respondeu que estava apenas fazendo seu Trabalho e nada mais.

A arena é de disputa entre trabalhadores: aqueles que são moradores da comunidade exigindo atendimento e os trabalhadores da UBS exigindo melhores condições de Trabalho. Os problemas gerados pelo tensionamento entre os trabalhadores acabam se refletindo na própria disposição em fazerem parte desse espaço do controle social. Como demonstra a fala da Margarida em relação à compor uma nova gestão do CLS:

Nesses dois anos que estou aqui eu procuro fazer isso; ouvir, dar minha versão para algum fato/situação ou a minha opinião o que penso do tema, situação trazida. E tentar vê o que a gente faz com isso. Mas tem momentos que são difíceis. Porque são conhecimentos e vivências diferentes (Margarida).

Em uma das reuniões ocorreu uma roda de conversa sobre o financiamento do SUS. Uma trabalhadora do GHC, participante do Fórum em Defesa do GHC realizou uma exposição sobre o tema. Apresentou a ideia de que todos somos agentes políticos e que o conselho tem a obrigação de fiscalizar as questões referentes ao orçamento. Disse ainda que, o Brasil entende que a saúde é dever do Estado e direito para todos, mas esse direito está ameaçado pela PEC nº 55/241 e Reforma Trabalhista.

Nesse mesmo debate, na reunião do CLS, Sabino fala que as isenções para as empresas acontecem desde 1990 e tiram do trabalhador para garantir o pagamento da dívida externa. Demonstra um certo entendimento de que há uma contradição entre o Estado fornecer isenções às empresas e ao mesmo tempo não investir na saúde e demais políticas públicas, que é seu “dever”. No entanto, não há profundidade no debate devido ao tempo. E não foi tirado nenhum encaminhamento sobre o assunto, nenhuma mobilização acerca da perda de direitos. Mais uma expressão do grau de apassivamento, de perda da capacidade de mobilização da classe trabalhadora, diante da grave ameaça no corte das verbas para saúde, podendo levar a falência do SUS, entre outros direitos.

Durante a discussão da pauta, Sabino questiona sobre o horário de término da reunião (que tem duração de uma hora geralmente). Sabino estava profundamente incomodado com o prolongamento da reunião. Não estava preocupado com o aprofundamento do debate, mas sim em cumprir o horário da reunião formalmente.

Nota-se que há uma burocratização do espaço, uma concepção de funcionamento padronizado. O mais importante é cumprir o horário determinado e se caso passe alguns minutos, o assunto deve ser encerrado e retomado na próxima reunião. Uma outra situação que expressa essa burocratização no CLS é que, um dos representantes da comunidade foi eleito pela terceira vez para fazer parte do CLS, assim como também já foi presidente da associação de moradores. Como Valla nos diz, os conselhos de saúde têm resultado em uma espécie de “encurralamento” do movimento popular num espaço muitas vezes burocrático e de pouca representatividade (VALLA, 2002). Dantas também faz uma importante reflexão a respeito:

Sobre a participação da comunidade, outro dos princípios do SUS, em que pesem elogios possíveis a experiências isoladas de controle social, não alimentamos ilusões nem tampouco prognósticos muito animadores da capacidade mobilizadora, contestadora, formuladora e nem mesmo fiscalizadora dos conselhos de saúde e conferências. [...] nos parece que, involuntariamente, mas de modo também manobrado, seu papel tem sido decisivo, negativamente, no amortecimento, por sua simples existência e pelos elogios e entusiasmo que sempre o acompanham, do impacto destrutivo da mercantilização do sistema de saúde (DANTAS, 2014, p. 316).

Fica cada vez mais nítido que o controle social não cumpre e nem pode cumprir o papel de “acumulador de forças” que se idealizava em sua formulação. Sua existência enquanto espaço da institucionalidade burguesa cumpre com o papel de conter os possíveis conflitos que possam surgir nos momentos de acirramento da luta de classes. Como já apontamos, a democracia é o elemento que vai articular todos os outros princípios do liberalismo burguês. Ela tem um papel muito bem estabelecido dentro da ordem: manter o modo de produção capitalista. Como apontam Lessa e Tonet: “*A democracia é uma forma de organização social que garante a liberdade para o Capital explorar a força de Trabalho, mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica dos sujeitos*” (2011, p. 84-85).

Dessa forma, a dimensão coletiva é ideologicamente esvaziada e a classe trabalhadora reproduz cotidianamente os princípios do individualismo, sendo subjugada pelo Capital sem enxergar perspectiva de mudança em sua condição. Antes ainda, não

consegue nem ao menos identificar a raiz de seus problemas, pois os coloca como possíveis de serem resolvidos pelo instrumento da classe inimiga, o Estado. São valores e princípios que temos aprendido como se fossem nossos e que nos fazem subordinar as necessidades coletivas às demandas individuais e imediatas.

O capitalismo, ao desenvolver o individualismo burguês, que lhe é inerente, deu origem a uma sociedade na qual as necessidades coletivas estão subordinadas ao enriquecimento privado, e na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) estão subordinadas ao complexo processo de acumulação do Capital pelos burgueses. Desse modo, o capitalismo deu origem a indivíduos que perderam a noção da real dimensão genérica, social, das suas existências, ficando presos à mesquinha patifaria ao estreito e pobre horizonte da acumulação do Capital. Ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi massacrada pelo egoísmo e mesquinha que caracterizam o burguês (TONET, LESSA, 2011, p. 79-80).

Ao mesmo tempo, por termos essa sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção da vida material, é que temos uma relação diretamente proporcional do aumento da concentração de renda com o aumento da pobreza. Quanto mais riqueza a classe trabalhadora produz, muito mais dessa riqueza vai se concentrar nas mãos dos capitalistas e proporcionalmente muito menos retornará para os trabalhadores, colocando-os em situação de miséria e adoecimento. Esse estado de coisas reforça ainda mais a busca por soluções imediatas e urgentes, já que os trabalhadores veem sua sobrevivência ameaçada. Margarida expressa em sua fala a questão das necessidades imediatas:

Só que é bem complicado. Porque eu fico analisando isso. Nós estamos muito numa vida de imediato, era do imediatismo. Numa comunidade que daqui a pouco não está errada, ela era imediatista, já tinha algumas necessidades que ao longo dos últimos anos se agravaram e que elas estão procurando mais emergentemente a Unidade do que antes. Hoje a gente teve 40 pessoas no acolhimento (Margarida).

E sob essas condições se encontram tanto os trabalhadores da UBS quanto os trabalhadores que moram na comunidade e acessam a Unidade. O acesso ao que é necessário para sobreviver torna-se cada vez mais restrito a todos da classe trabalhadora. Porém, sem conseguir enxergar alternativas, buscamos saídas isoladas e pontuais. A ideologia burguesa presente em todos os âmbitos da vida faz com que se entenda impossível um outro modo de vida que não este, baseado na exploração de uma classe sobre a outra.

Quarenta pessoas procuraram o acolhimento da UBS em um dia. É claro que a demanda por saúde aumentou, as condições de vida estão mais difíceis (aumento da fome e do desemprego). Observamos que, de um lado a comunidade exige ter um médico para atender essa demanda, essas pessoas não podem ficar sem atendimento. E de outro, os trabalhadores da UBS querem atender porque sabem que essas famílias precisam, mas estão chegando ao seu limite físico e mental, com jornadas de Trabalho exaustivas e significativa precarização das condições de Trabalho.

A luta dos trabalhadores por acesso à saúde acompanha a luta por melhores condições de Trabalho, mas dentro do CLS tornam-se dicotômicas porque cada pauta passa a ser defendida por um segmento. Há um limite institucional que não proporciona o avanço na consciência coletiva. E isso está diretamente atrelado a forma como nos organizamos para reivindicar: extremamente fragmentados e nos vendo como adversários. Existe o segmento dos trabalhadores da Unidade, e dentre esses, os trabalhadores terceirizados e os trabalhadores estatutários e ainda o segmento dos usuários da comunidade. Sendo que deste último há uma gama infinita de representações. Essa fragmentação é facilmente identificada em falas de senso comum a respeito dos conselheiros:

E eles já perceberam que tem trabalhadores que falam mal do conselho, mas não a comunidade aceita bem o conselho. Uma colega falou um dia “já chegaram esses velhos chatos” eu estava junto eu disse essas pessoas trabalham muito, muita coisa aconteceu aqui por eles, eles vêm aqui pra ajudar pra trabalhar (Laudelina).

A fragmentação da nossa identidade, necessariamente, gera a fragmentação da nossa consciência e se explicita na luta por bandeiras específicas e em disputas entre os próprios trabalhadores. A fala da Maria Bonita expressa problemas bem particulares causados por essa fragmentação:

Relação ao terreno, briga histórica, região que não tem área verde, pessoas não tem área de lazer, só transportadora e asfalto. Apostou bastante de desenvolver uma praça e desenvolver uma academia de saúde. Um debate profundo porque os trabalhadores não querem a comunidade circulando, arranhando seus carros. Tudo que tu fizeres aqui dentro que vai trazer a comunidade vai gerar uma resistência. Brigamos ano passado, porque queríamos grafitar o muro aqui atrás chamar os adolescentes do grupo, foi um horror três reuniões brigando por causa de um muro. A pessoa que propôs desistiu, a equipe não bancou e não quer vai ficar pessoalizado em mim e se desistiu. Tudo gera muita resistência (Maria Bonita).

A luta por melhores condições de Trabalho não deveria ser vista como algo distante para quem luta por acesso à saúde. Assim como, lutar por espaços de lazer e cultura não deveria gerar resistência por parte de quem está sendo cobrado por produtividade no Trabalho.

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo significa, portanto, torna-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um conhece-te a ti mesmo, como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário (GRAMSCI, 1987, p. 12).

As demandas levantadas por ambos os segmentos são distintas, mas são todas pautas de trabalhadores que estão sendo cada vez mais explorados em seus locais de Trabalho, os quais estão trabalhando mais e ganhando salários cada vez menores, e com o acesso à direitos – como a saúde – cada vez mais restrito. São trabalhadores que precisam se compreender como produto de um processo histórico e construir uma consciência coletiva, coerente e coesa com sua classe, uma consciência proletária. Os relatos de ações com caráter punitivo e policialesco, por parte dos conselheiros, são expressões de uma consciência ocasional e desagregada.

Mas a própria postura, foram quase dois anos muito policialesca, punitiva e questionadora ao gestor quando na verdade a pergunta era para ser do fórum, dos participantes do conselho e acabava direcionando tu que responde, gostaria saber de ti chefia. Muitas das coisas eu nem tinha propriedade, conhecimento, era de outro profissional ou outra instância. Essa coisa polarizada, eu sou presidente eu tenho que responder para minha comunidade tu és o gestor tem que responder. Tá, mas e a chapa? E os representantes dos trabalhadores? E os representantes da comunidade? Ou a própria comunidade que deveria estar nesse espaço (Margarida).

São trabalhadores que não conseguem compreender que pertencem a mesma classe, são bizarros e anacrônicos, “homens-massa” nas palavras de Gramsci, pois se fixam nas suas particularidades, as quais são reforçadas pelas instituições do Estado, tais

como o próprio conselho, ao segmentar representantes dos “trabalhadores” e representante dos “usuários”.

A próxima gestão procurar trazer mais a comunidade, acho que toda essa questão política, de transformação no Brasil, a gente tá muito fragmentado não está conseguindo unir forças. Trabalhar nisso, quem assumir procurar uma integração melhor com a equipe também. Mudar as pessoas. Essa uma questão para a próxima gestão, continuar a representação nos espaços fora, mas melhorar as relações agregar outras pessoas, tentar não ficar tanto na reclamação, fazer coisas mais junto (Maria Bonita).

O CLS por ser uma instituição dentro do aparelho democrático estatal reforça o conceito de cidadão e afasta o conceito de classe. O que notamos é que a consciência de “cidadão” não tem proporcionado avanços – pelo contrário, é um entrave – para coesão na consciência de classe e na ação prática da classe trabalhadora.

Aos trabalhadores, como uma parte da sociedade capitalista, como parte integrante do Capital, como Capital variável, resta exigir seus “direitos” e cumprir seus “deveres” é delimitado pela ordem: receber salário pela venda de sua força de Trabalho, ter acesso e consumir as mercadorias necessárias à reprodução dessa força de Trabalho, morar, vestir-se, comer. Às vezes, podem até mesmo ousar pensar no futuro desde que não ultrapassem a ordem das mercadorias e do Capital, e com a condição de que seu sonho poderá ser dividido em prestações de crediário (IASI, 2007, p.86).

Diante do exposto, percebemos os grandes problemas que o CLS vem enfrentando devido a polaridade entre seus representantes. Essas são reflexo do atual estágio de consciência dos trabalhadores e do desenvolvimento da democracia de cooptação. Ambos elementos correspondentes às necessidades de manutenção do modo de produção capitalista. Esses problemas repercutem no processo de organização dos trabalhadores dessa região, explicitados na organização das próximas eleições do conselho, processo a ser apresentado a seguir.

6.2.5 As novas eleições do CLS da UBS Nossa Senhora Aparecida

Sobre as eleições do Conselho, os conselheiros definiram que agosto seria o mês de mobilização e setembro o mês das eleições. Porém, o prazo postergou, pois houve uma grande dificuldade em conseguir pessoas com disponibilidade de participar da nova gestão. Durante os meses de agosto e setembro as reuniões foram sobre a leitura do estatuto das eleições e sobre pensar estratégias de chamar mais pessoas a participarem. A

preocupação com a possibilidade de não haver chapa foi grande. *“Triste né...o conselho é muito importante, tão bom eu já estou há quatro anos, tô cansada, mas tomara que as pessoas queiram. Não podemos ficar sem o conselho é fundamental”* (Laudelina). Algumas alternativas foram pensadas para aproximar mais a comunidade do conselho, tais como assembleia na comunidade e mudar o horário da reunião do CLS. Reuniões na creche no horário da saída das crianças ou na cooperativa do bairro.

Eu acho temos que fazer mais assembleia com a comunidade, mudar o horário. Hoje o horário é às 14hs. Para resgatar um pouco mais a comunidade. Essa comunidade tem história de participação. Se tiver alguma coisa pontual, que sintam que vai mexer com eles, as pessoas fazem a movimentação (Maria Bonita).

A preocupação foi tanta que houve uma sugestão de criar um conselho provisório por um ano, com a presença do Sabino. *“Não podemos ficar sem conselho, quem sabe ele fica mais um ano e mesclar outras pessoas que possam estar trabalhando com ele com a comunidade. E eu acho que levar ele para a comunidade para junto conosco.”* (Margarida). Os conselheiros trabalhadores da UBS estão preocupados em não haver nenhuma liderança da comunidade no conselho e é perceptível o incômodo com a ausência da comunidade nas reuniões, além da falta de unidade entre eles. *“Se não vamos sair disso aqui, vai ficar o presidente, a gerência e a equipe e a comunidade tudo assim departamentado.”* (Margarida).

A dificuldade para encontrar representação para a nova gestão do CLS não ocorre somente no campo da comunidade, os trabalhadores da UBS também estão desmotivados e sem interesse nesse processo. *“Um vazio, acho que ninguém quer assumir, na verdade isso só reflete a disputa grande que a gente tem aqui dentro. Uma parte da equipe tem todo um jeito de pensar e outra tem outro jeito e as coisas estão sempre disputando aqui dentro”* (Maria Bonita).

Toda essa preocupação não foi o suficiente para barrar um processo de apassivamento da mobilização na comunidade e entre os trabalhadores da UBS. Em contato recente com a UBS, foi informado que não ocorreram as eleições por falta de inscrição de chapa.

Cabe ressaltar que além da disputa interna entre os trabalhadores há também o desgaste da equipe com a última gestão do CLS, em especial com o Sabino. Várias foram as tensões que ocorreram em reuniões nos últimos dois anos, conforme já trazido aqui.

Temos aqui um ranço, que diminui um pouco, com o presidente do conselho. Mas esse presidente do jeito dele, é arrogante, mas ele conseguiu melhorias para cá. Usou da arrogância que usa aqui lá onde teria que usar mesmo e funciona. Bom as vezes ele não tem equilíbrio na dose que usa, que nem agora eu vejo que me enxerga diferente. Mas só ficou diferente quando ele viu que eu estava do lado dele, quando fui para reunião da intercomunitária, fui para o conselho distrital (Margarida).

Nas reuniões do conselho instaura-se um ringue e não um espaço de construção de ações coletivas. As cobranças ocorrem de ambos os lados, o que só afasta, cada vez mais, as pessoas desse espaço. O tom é de cobrança e de ameaça. Como Sabino nos relatou sobre a situação de um médico que chegava constantemente atrasado, *“ó, teu horário é esse, tu fizeste concurso em outro lugar e a gente lamenta, quer faltar lá falta lá, mas aqui tu vais cumprir o teu horário se não tu vais levar falta com a direção lá”*.

Outro episódio bem expressivo foi quando uma médica que também é preceptora do Programa de Residência estava em aula no GHC e teve que retornar para a UBS, pois Sabino ligou para sua chefia reivindicando a presença dela na unidade. A trabalhadora foi na reunião do conselho e questionou a postura do Sabino de ter ligado para a sua chefia. Sabino conta que respondeu a ela dizendo que:

ela havia feito concurso pra trabalhar no posto, foi com esse direito que eu me achei no direito de dizer que tu tinhas que vim pra atender a comunidade. Primeiro lugar a comunidade aqui, depois a escola lá. Agora eu vou dizer uma coisa pra ti, a porta do posto está aberta. Se tu achas que não quer assim, que tá ruim, mas nós vamos reclamar sempre que fizer isso. Tu podes lá te apresentar que nós vamos trazer outro médico (Sabino).

Quando um dos trabalhadores residentes tentou explicar a importância da presença da trabalhadora na sala de aula, Sabino disse que os residentes não estão na unidade para sempre, mas que a comunidade é para sempre. Como já dito, percebe-se o imediatismo e o individualismo para resolver as situações, essa maneira de compreender e tentar resolver não é apenas vista no Sabino, todos nós estamos imersos nesse tipo de comportamento. Isso faz parte de como aprendemos a pensar sobre os problemas, como ao longo dos anos, vamos incorporando essas ideias no cotidiano das nossas vidas a ponto de naturalizá-las. Essas ideias nascem a partir de uma forma de viver e vivemos dentro de uma sociedade que nos reduz a instrumento para o enriquecimento privado de uma minoria.

A partir do momento que nos compreendermos enquanto classe, as possibilidades de avançarmos nas nossas reivindicações serão ainda maiores, pois não perderemos tempo em disputas internas, iremos atrás dos nossos direitos para além da ordem. Sairemos da dicotomia segmento dos usuários e dos trabalhadores e entenderemos que a disputa se dá com quem nos explora e não com quem também é explorado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A bota que nos pisa é sempre uma bota.
Já compreenderéis o que quero dizer:
Não mudar de senhores, mas não ter nenhum.”*
Bertolt Brecht

Percorremos um longo caminho buscando compreender o atual momento da organização da classe trabalhadora. Ao chegarmos nas considerações finais deste trabalho, iremos retomar alguns aspectos e afirmar alguns outros, talvez novos, no intuito de contribuir não só a com produção científica, mas também o movimento dos trabalhadores.

Começaremos com uma referência a Bertold Brecht, um grande poeta da nossa classe, que certa vez disse que a bota que nos pisa é sempre uma bota, por melhores ou piores que pareçam ser. O propósito deste trabalho passa também por buscar o entendimento sobre os motivos pelos quais a classe trabalhadora tem se restringido a escolher qual o tipo de bota pela qual será pisada. Brecht ainda convoca os trabalhadores a não trocar de senhores, mas sim, não ter mais senhor algum.

Ao longo da história das sociedades, as classes em luta que transformaram os modos de produção, sempre o fizeram com a destruição completa dos senhores (classe dominante) que antes os oprimiam. Jamais foi através da disputa dos instrumentos de dominação que uma classe conseguiu revolucionar a sociedade (MARX, 2005).

Portanto, para que nós, trabalhadores assalariados, possamos romper com a situação de exploração que nos está colocada é necessário saber quem são os senhores a serem derrotados e quais os instrumentos que eles se utilizam para nos dominar.

Para se tornar classe dominante, a burguesia se apoderou dos meios de produção e tomou abruptamente o Estado dos senhores feudais e do clero. Desde sua revolução, a burguesia vem explorando cada vez mais a classe trabalhadora, aprisionando-a aos grilhões invisíveis do capitalismo – o salário. Para isso, conta com um grandioso instrumento que, na tentativa de atenuar os conflitos gerados pela contradição entre as relações sociais de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais, aparece como um elemento à parte da sociedade. Para a manutenção das relações sociais de produção baseadas na apropriação privada do Trabalho socialmente produzido, ergue –

se uma colossal superestrutura constituída de elementos jurídicos, políticos e ideológicos – a totalidade desses elementos conformam o Estado.

Na sociedade burguesa, observa-se que há de um lado, o aumento da miséria, da fome, da falta de acesso à saúde, e de outro a concentração e centralização cada vez maior da riqueza nas mãos de uma parcela cada vez menor da população. A humanidade é capaz de produzir alimentos em grandes quantidades, mas incapaz de erradicar a fome e a miséria; é capaz de construir moradias praticamente “do dia para a noite”, mas incapaz de garantir teto para milhões de pessoas. De todos os incríveis avanços tecnológicos que foram produzidos no capitalismo (em comparação aos antigos modos de produção) ainda lidamos com mortes por gripe, desidratação, anemia, tuberculose, desnutrição entre outros, pois o que está em jogo não são as necessidades humanas, mas o lucro e a acumulação privada da riqueza. Por maiores e mais bem-intencionadas que sejam as tentativas de reformar e humanizar o Capital esse apenas generaliza a exploração, a violência, a opressão e a miséria. Então, como meio para atenuar esses conflitos de classe, a burguesia desenvolveu seu Estado à sua imagem e semelhança e encontrou na Democracia a forma política mais eficiente para a manutenção das relações sociais de produção de tipo capitalista.

Para exercer o papel de dominação, uma classe particular se coloca como defensora de interesses universais, de toda a sociedade, e não de seus interesses particulares enquanto classe dominante (MARX, 2007). Deste mesmo modo, os valores liberais são tidos como universais a todos os membros da sociedade, uma vez que

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas (MARX, 2007, p. 48).

A burguesia, enquanto classe que regula a produção e a distribuição das ideias, impõe a democracia, regime político de uma classe particular, como se fosse interesse universal a toda humanidade. Soma-se a isso o fato de que a classe trabalhadora adquire conhecimento do conflito existente na base material da vida através do Estado da classe dominante. Por esses motivos, ao longo do desenvolvimento do capitalismo, os próprios

trabalhadores passaram a entender a democracia como sendo um valor universal e não próprio da classe que o explora e domina.

Florestan Fernandes já alertava ao fato de que, para a classe trabalhadora conseguir transformar o modo de produção capitalista, ela não pode compartilhar dos mesmos valores e palavras-chave que o inimigo. Em suas palavras,

Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas, específicas e criadoras, elas têm de se apossar primeiro de certas palavras chaves - que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruir ou se prejudicarem irremediavelmente. (FERNANDES, 2005, p. 09-10).

Independente da forma que o Estado assuma, ditatorial ou democrática, observamos que as necessidades humanas não são supridas. Porque então a classe trabalhadora assumiu como seu, o instrumento de dominação da classe burguesa? Para responder tal indagação, foi preciso resgatar o processo pelo qual a forma política da democracia se tornou o único caminho da classe trabalhadora de lutar contra o sistema capitalista.

Ao longo da história, em diversos países – tanto as economias reguladoras mundiais como as de periferia – a democracia vem sendo defendida como a única ou a melhor forma política possível, inclusive por aqueles que defendem o socialismo. A burguesia apresenta seu regime político como um ente cheio de virtudes, mas, ao vivenciar seus efeitos práticos, as contradições contidas na democracia se revelam, uma vez que ela representa os interesses da classe dominante. Então, para justificar a democracia, uma dualidade maniqueísta é imposta: diante de uma ditadura, a democracia é sempre “menos pior”. Essa dualidade se apresenta, inclusive, dentre aqueles que se inscrevem para lutar pelo socialismo, que, neste trabalho, exemplificamos através da Social Democracia Alemã, do eurocomunismo na Itália e do Projeto Democrático e Popular no Brasil – resumidamente, denominados de Sociais-democratas.

Esses, por sua vez, na busca infinita por um Estado de Bem-Estar Social aos moldes keynesianos, nos fazem andar em círculos eternos na busca do desenvolvimento do Estado e da Democracia, através das políticas públicas e do controle social, para chegar ao socialismo. Desconsideram, entretanto, que o Estado vai sempre se moldar para atender as diferentes organizações do processo produtivo, o que chamamos de reestruturação produtiva.

Consideramos que,

o Estado oferece a garantia fundamental de que a recalcitrância e a rebelião potenciais não escapem ao controle. Enquanto esta garantia for eficaz (parte na forma de meios políticos legais de dissuasão e parte como paliativo para as piores consequências do mecanismo socioeconômico produtor de pobreza por meio dos recursos do sistema de Seguridade Social) o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do Capital são mutuamente correspondentes (MESZÁROS, 2011, p. 127).

Apresentamos ao longo do trabalho que o Estado sempre se adequa ao modo de produção em seus mais variados momentos. Portanto, as lutas que têm por objetivo a disputa no/do Estado, por mais direitos (emancipação política) acabam por também moldar a classe trabalhadora aos limites da institucionalidade burguesa. Deste modo, os trabalhadores se apassivam e, diante do lobo que se despiu da pele de cordeiro, não consegue encontrar medidas efetivas para resistir aos ataques que a burguesia aplica para garantir suas taxas de lucro.

Podemos dizer que a burguesia, por meio de seu Estado, se assemelha à sereia que, com seu grande poder de sedução, atrai para o fundo do oceano qualquer um que ouça seu canto, sem chance de resistência. Assim ocorre quando, a fim de apaziguar os conflitos de classes, os trabalhadores são chamados para o diálogo, através das eleições, das políticas públicas e do controle social. Disposto a considerar parte de suas demandas imediatas, o Estado burguês, encanta e atrai a classe trabalhadora para o fundo do mar, ou seja, para o amoldamento à ordem burguesa. Em outras palavras, o canto da sereia materializa-se na luta de classes enquanto Democracia de Cooptação.

No Brasil, imaginava-se que uma Democracia de Cooptação não seria possível de ser realizada devido ao caráter autocrático da burguesia do país. Entretanto, a chegada de um operário à Presidência da República no Brasil consolidou essa faceta da democracia. E, assim, contrariando as previsões de Florestan Fernandes (2005), a classe trabalhadora foi seduzida pelo canto da sereia. Não só não evitou de ir ao fundo do oceano, como segue para este rumo.

Neste trabalho, partimos do controle social no SUS para compreender tal realidade. Vimos anteriormente, que o controle social nas políticas públicas é formulado e implantado na esteira do movimento de abertura democrática do país, num contexto de grande mobilização da classe trabalhadora e de acirramento da luta de classes. Como parte do PDP, constitui-se em ampliar os espaços de participação social, ocupar a institucionalidade burguesa a fim de acumular forças e, posteriormente, realizar as reformas antissistêmicas

necessárias. A perspectiva de que havia “*tarefas em atraso*”, não realizadas pela burguesia brasileira, colocava como necessidade o reforço e a ampliação da democracia, para acumular forças rumo ao socialismo. A implantação dos conselhos de políticas públicas acontece nesse momento, como parte da estratégia em que os trabalhadores precisavam conquistar a hegemonia do Estado, aprofundar a cidadania e garantir melhores condições de vida, mas sem modificar o modo de produção. Por isso, era necessário ocupar os espaços de controle social para garantir o direito à saúde, assistência social, educação e outras políticas públicas. Era necessário ter como base uma grande mobilização dos trabalhadores, a partir da pressão pacífica de massas, a fim de constituir representantes a serem eleitos para ocupar espaços do Estado, tanto nos conselhos como no parlamento. Forma-se assim, o já mencionado movimento de pinça (um pé no movimento e outro no parlamento), que possibilitaria a aprovação das tais reformas e, lenta e gradualmente, se chegasse ao socialismo.

O movimento da Reforma Sanitária é fruto desse processo e expressa, em sua formulação, as pretensões do PDP, como apontam algumas referências na área: “*Para melhor entender e analisar a viabilidade da ‘Reforma Sanitária’ na atual conjuntura, é necessário compreendê-la como um projeto setorial, articulado a uma estratégia maior, global para a sociedade*” (GALLO et al., 1988, p. 414). PAIM (2008) e FLEURY (1997), entre outros, também reafirmaram essa compreensão.

No que tange à política de saúde, os conselhos não conseguiram garantir o orçamento e a efetivação do SUS, como se previa. O Movimento Sanitário, que antes pautava a organização articulada da classe trabalhadora para garantir suas condições de vida, ao focalizar suas ações no âmbito do controle social (Estado burguês), dissociou cada vez mais os trabalhadores da sua organização enquanto classe e da perspectiva de ruptura com esse modo de produção. Os espaços de controle social foram garantidos nas legislações referentes à implantação das políticas públicas e fomentava-se, cada vez mais, a ocupação desses espaços como forma de garantir o *diálogo*, de *ampliar a participação dos trabalhadores nas decisões* e, assim, reafirmar e fortalecer o Estado Democrático de Direito (burguês) como aquele que ouve e recebe as demandas “de todos” a fim de conciliar os interesses mais diversos.

Como nunca antes na história desse país tivemos tantos espaços de controle social implantados nas mais diversas políticas públicas. No entanto, isso não significou a garantia das necessidades de saúde dos trabalhadores na sua totalidade, tampouco a possibilidade

de barrar os ataques à classe trabalhadora (Reforma Trabalhista e da Previdência, PEC 55/241, entre outros) e, o tão sonhado acúmulo de forças para se chegar ao socialismo está cada vez mais distante.

A partir das reflexões no campo de pesquisa, foi possível observar o quanto se expressa nos espaços do CLS da UBS Nossa Senhora Aparecida, os elementos ideológicos do liberalismo. Observamos na atuação dos trabalhadores conselheiros a disputa pelas demandas imediatas entre os trabalhadores da UBS e os trabalhadores moradores da comunidade. O conselho se tornou o espaço de gerenciamento da política de saúde no território, sem conseguir contribuir para a organização da luta da classe trabalhadora. Não só a forma política da burguesia está difundida entre nós, como também seus princípios e valores liberais. Uma das consequências desse processo, que foi possível observar no CLS, é o apassivamento da classe trabalhadora.

Diante do exposto, cabe uma síntese não só sobre o controle social como também sobre o real papel/função das políticas públicas, sendo consideradas como instrumento do Estado burguês. A partir de Marx (2013), entendemos que somente a classe trabalhadora produz a riqueza. Parte dessa riqueza expropriada dos trabalhadores pela burguesia é direcionada ao Estado para que esse gerencie os interesses dos capitalistas. Outra parte dessa riqueza gerenciada pelo Estado, retorna aos trabalhadores como migalhas através das políticas públicas, que servem também ao Capital na medida em que mantém a força de trabalho produtiva e cooptada. Elas são fruto do acirramento da luta de classes e são desenvolvidas pelo Estado conforme os interesses do Capital e não da classe trabalhadora, independente de quem esteja no governo.

O PDP, ao se hegemonizar no Brasil, restringiu o horizonte da classe trabalhadora à democracia, contrapondo-a a qualquer outro tipo de forma política de sociedade. Através do maniqueísmo colocado na dualidade entre ditadura e democracia, oculta-se que existe outra alternativa para a classe trabalhadora: organizar-se enquanto proletários por seus interesses históricos. Ou seja, superar a sociedade capitalista por outra em que os trabalhadores deterão o poder sobre a produção e sobre a organização dos serviços necessários à vida, feita pelos trabalhadores e para os trabalhadores (LESSA, 2017).

Uma luta efetiva contra os ataques e a perspectiva de avanços para a classe trabalhadora deve perpassar pela construção de ferramentas que permitam alertar sobre a insuficiência das lutas que objetivam disputar o Estado – apontando sobre as perigosas pretensões da pequena-burguesia; a organização dos trabalhadores enquanto classe

proletária em luta contra o Capital e seu Estado, pelo fim da exploração da força de Trabalho e a difusão massiva da visão de mundo proletária, ou seja, a luta pela emancipação humana.

Precisamos ampliar os horizontes quanto aos instrumentos necessários para a luta da classe trabalhadora, ao invés de utilizar os da classe dominante. Construir nossas ferramentas próprias, modo próprio de organizar a produção e distribuição dos bens e serviços necessários à satisfação do corpo e do espírito humano. Esses, não mais serão pautados pelo Valor ou pela troca, mas sim pela necessidade como meio de equivalência. Precisamos retomar nossas formas próprias de tomada de decisão, meios de comunicação, arte, educação e até mesmo nosso modelo próprio de família, autônomos e independentes aos patrões e seu Estado. Muitos podem ser o nome desse tipo de organização da classe trabalhadora – já foi chamado de Comuna, *Soviete*, Brigadas Operárias, dentre outros – o que importa é que tenha como conteúdo a busca pela emancipação humana (GRAMSCI, 2018; LESSA, 2017).

Diante de tantos anos em que a classe trabalhadora perdeu sua identidade de classe, confundiu seus próprios interesses com os das outras classes sociais, parece impossível pensar na possibilidade de que isso ocorra. Entretanto, é uma necessidade humana pensar para além do Capital. Tantas vezes, ao longo das diferentes sociedades, foi considerado impossível romper com a ordem vigente, descaracterizando a historicidade da vida humana. E, tantas vezes, a própria humanidade comprovou a necessidade de se revolucionar para permanecer viva.

Humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, verse-a sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008a, p. 48).

No capitalismo não será diferente. Para isso, a socialização dos meios de produção e a supressão do Estado burguês é a tarefa da classe trabalhadora. Pela primeira vez na história, será a classe verdadeiramente revolucionária, que mudará o modo de produção não para estabelecer um novo domínio de classe, mas sim a extinção completa das classes sociais (MARX, 2005).

Com a extinção das classes sociais, todos os tipos de desumanidades também sucumbirão. Assim, será construída uma nova sociabilidade na qual não será necessário existir nenhum tipo de controle social.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Julia Moretto; DOWBOR, Monika; SERAFIM, Lizandra. **Microterritorialidade e Controle societal**. Lua Nova, n. 84, p. 353-364, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a10n84.pdf>>.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A flor e a Náusea. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo**. São Paulo: José Olympio, 1945.

ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro; BARRETO, Ivana Cristina de Holanda Cunha; BEZERRA, Roberto Cláudio. Atenção Primária à saúde da Família. In: CAMPOS, Gastão Wagner De Souza; MINAYO, Maria Cecília de Souza; AKERMAN, Marco; DRUMOND JÚNIOR, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de (organizadores). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 783-787.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho, ensaios sobre afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BAHIA, Lígia; SCHEFFER, Mário. Planos e Seguros Privados de Saúde. In: GIOVANELLA, Lígia et al. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

BERLINGUER, Enrico. **Democracia, valor universal**. Brasília; Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira; Contraponto, 2009.

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Instituto Teotônio Vilela, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/conselhos_saude_responsabilidade_controle_2edicao.pdf>.

BRASIL. Decreto Nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União Brasília**, DF, 29 jun. 2011a, Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm>.

BRASIL. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 128, n. 182, 20 set. 1990, Seção I, pt. 1, pp.18.055. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>.

BRASIL. Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 1990b, Seção 1, p. 25.694. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm>.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde. In: **Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Seção 1. p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria MS/GM Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 out. 2011b, Seção 1, p. 48-55.

BOBBIO, N. Qual socialismo? In: BOBBIO, N. et al. **O marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 233-251.

BRAVO, Maria Inês Souza. Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS). **Serviço Social & Sociedade**, n. 88, p. 75-98, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a08n109.pdf>>.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 109, p. 126-150, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a08n109.pdf>>.

BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; GAMA, Andréa De Sousa; MONNERAT, Gisele Lavinias (organizadoras). In: **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

BRECHT, Bertold. **Poemas (1913-1956)**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura sobre o Papel dos Subsistemas, Comunidades e Redes. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 101, p. 57-76, 2015. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/content_1584/file_1584.pdf>.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde: um modo singular de construir política pública. **Serviço Social & Sociedade**, n. 87, p. 132-145, 2006.

CAMPOS, Luciane; Wendhausen, Águeda Lenita Pereira. A incorporação da participação social na Estratégia de Saúde da Família: o papel dos profissionais de saúde. **Família Saúde e Desenvolvimento**, v. 5, n. 3, p. 231-239, 2003. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/refased/article/view/8087/5706>>.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. In: Ademar Bogo (organizador); **Teoria da organização política** (escritos de Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca e Florestan Fernandes), vol. III. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 79-124.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. O Sistema Único de Saúde no Brasil: uma avaliação. In: **Avaliação de Políticas Públicas**. MADEIRA, Ligia Mori (organizadora). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. p. 179-191.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de política pública municipais; arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Martha; MARQUES, Eduardo. (organizadores.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio et al (organizadores). **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 33-47.

COSTA, Ana Maria. Saúde é Desenvolvimento. In: SADER, Emir (organizador). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 239-252.

CRITICA DA ECONOMIA. Núcleo de educação Popular 13 de maio – São Paulo, SP. Home. Boletim. Crítica Semanal da Economia. Breaking Bad (Temp.1 Ep. 18) “É a economia, estúpido!” José Martins. 07/11/2016. Edição 1318 1319, ano 30, 1ª 2ª Semana de Novembro 2016, 2016. Disponível em: <<http://criticadaeconomia.com.br/breaking-bad-temp-1-ep-18-e-a-economia-estupido/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CRITICA DA ECONOMIA. Núcleo de educação Popular 13 de maio – São Paulo, SP. Home. Boletim. Crítica Semanal da Economia. “Produção e Acumulação do Capital no longo prazo (1970/2014)”. 06/09/2015. 2015. Disponível em: <<http://criticadaeconomia.com.br/producao-e-acumulacao-do-capital-no-longo-prazo-19702014/>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida Cunha. O direito à saúde no Brasil: da redemocratização constitucional ao neoliberalismo de exceção dos tempos atuais. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 6, n. 3, p. 65-89, 2017. Disponível em: <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/395/470>>.

DANTAS, André Vianna. **Do socialismo à democracia: dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da reforma sanitária brasileira**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores associados, 1995.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo, Edusp, 1999.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Frederich. **Progressos da Reforma Social no Continente**. 1843 p. 481. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP11Port.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ENGELS, Frederich. Carta a Eduardo Bernstein. 1884. Disponível em: <<http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels240384.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SCOREL, Sarah; MOREIRA, Marcelo Rasga. Desafios de la participacion social por la igualdad e inequidades de la participacion in participacion, democracia y salud. In: FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (organizadoras). **Participacion, democracia y salud**. 1 ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2011, p. 289-312.

SCOREL, S. **Reviravolta na Saúde - origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As Três Economias Políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>.

FATORELLI, Maria Lucia. A PEC 241 irá burlar a “regra de ouro” da Constituição. Auditoria Cidadã da Dívida. Publicado em 24 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/24/pec-241-ira-burlar-regra-de-ouro-da-constituicao/>>. Acesso em: nov. 2016.

FEDOZZI, Luciano. Esfera pública e cidadania: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, v. 19, n. 2, p. 236-271, 1998. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewFile/1931/2306>>.

FLEURY, Sonia; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa (organizadoras). **Participacion, democracia y salud**. 1 ed. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2011.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FONTES, Virginia. A democracia retórica: expropriação, convencimento e coerção. In: MATTA, Gustavo Corrêa; LIMA, Júlio César França (organizadores). **Estado, Sociedade e Formação Profissional em Saúde** - contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/EPSJV, 2008. p. 189-226.

GALLO, E.; LUCHESI, G.; MACHADO FILHO, N.; RIBEIRO, P. T. Reforma Sanitária: uma análise de viabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 4(4), p. 414-419. out./dez. 1988.

GERSCHMAN, Silvia. **A democracia inconclusa**: um estudo da Reforma Sanitária brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

GIANNOTTI, Vito. **Cem anos de luta da classe operária no Brasil, 1880-1980**. São Paulo: In-formar, 1980.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

GIL, Célia Regina Rodrigues. Atenção primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 6, p. 1171-1181, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n6/06.pdf>>.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOLDIM, José Roberto. **Manual de iniciação à pesquisa em saúde**. 2. ed. Porto Alegre: DACASA, 2000. 180 p.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do Cárcere**. v. 3. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. v. 1. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. v. 2. Organização e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética*.-7.ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Conselhos de Fábrica e revolução socialista**. São Paulo: Editora Iskra, 2018.

GRANEMANN, Sara. *Previdência Social: Da Comuna de Paris aos (Falsos) Privilégios dos Trabalhadores*. In: Navarro, Vera; Lourenço, Edvânia. (organizadores). **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

HEGEL, Friedrich. **Ciência da Lógica**.-3.ed.-Solar Editora:Argentina, 1974.

HOBBSAWN. Eric. **História do marxismo**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luis. *Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora*. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara. (organizadores). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012b. p. 285-317.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

IASI, Mauro Luis. *O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada*. In: PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moraes e GALIZIA, Silvina. **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012a.

IASI, Mauro Luis. **O Estado e a violência**. Blog da Boitempo. Publicado em 16/10/2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia>>. Acesso em: nov. 2016.

IASI, Mauro Luis. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil, 2014**. <https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit>. Acesso em: 10 abr. 2018.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe**. O PT entre a negação e o consentimento 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012c.

INWOOD, Michael. **Dicionário Hegel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

IPEA. Desafios do desenvolvimento. Participação Popular - a construção da democracia participativa. 2011. Ano 08, Edição 65. Publicado em 05/05/2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493:catid=28&Itemid=>. Acesso em: 07 de mar 2018.

IPEA. Economia brasileira no período 1987-2013 : relatos e interpretações da análise de conjuntura – Brasília : IPEA, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Sibeli/Downloads/Economia%20brasileira%20no%20periodo%201987-2013_relatos%20e%20interpretacoes%20da%20analise%20de%20conjuntura%20no%20Ipea.pdf > Acesso em: 15 mar.2018.

KAUTSKY, K. A ditadura do proletariado. In: Kautsky e Lenin. **História e Política**, 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 1-87.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

LAGO, Elia Rosa Lemus; CRUZ, Radamés Borroto. Atención Primaria de Salud y Medicina General Integral. In: SINTES, Álvarez. **Temas de Medicina General Integral**, v. I, Salud y medicina. Havana: Editorial Ciencias Médicas, 2001.

LARCINESE, Valentino. Voting over redistribution and the size of the Welfare State: the role of turnout. **Political Studies**, v. 55, n.3, p. 568-85, 2007. Disponível em: <<http://personal.lse.ac.uk/larcines/LarcinesePS.pdf> >.

LAVE, Jean. **Apprenticeship in Critical Ethnographic Practice**. Chicago: University of Chicago, 2011.

LEITE, Ivonaldo. Para a história do sindicalismo brasileiro: sobre adversários que se tornaram aliados. O Comuneiro Revista Eletrônica. Revista n. 26, março 2018. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr12_8_ivonaldoleite.html> Acesso em: 10 mar. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**, Tradução Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **As três fontes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Tradução José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2010b.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O oportunismo e a falência da II Internacional. 1916. Arquivo Marxista na Internet (sítio da Web). Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

LESSA, Sergio. **Capital e o Estado de bem-estar**: o caráter de classe das políticas públicas. 1. ed. São Paulo: Lukács, 2013. Disponível em:
<<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/estadobemestar.pdf>>.

LESSA, Sérgio. **O revolucionário e o estudo**. Porque não estudamos? 1. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2014. Disponível em:
<<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/revestudo.pdf>>.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em:
<<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf>>.

LESSA, Sergio. **Abaixo a democracia! Viva a comuna!** Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

LISBOA, Edgar Andrade. **Conselhos de Saúde**: Caminhos e (des) caminhos da participação social no Sistema único de Saúde. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do entendimento humano**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

LOWI, Theodore J. **Arenas of Power**. Boulder, CO: Paradigm Publisher. Bauder, 2009.

LULA, Luis Inácio. O necessário, o possível e o impossível. In **10 anos de governos pós-neoliberais**. Emir Sader (org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

LULA, Luis Inácio. Carta ao povo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaabertaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social Democracia**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>>.

MAHONEY, James; THELEN, Katheleen. **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARQUES, Morena Gomes. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARX, Karl. **A Sagrada Família ou A Crítica da Crítica: Contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARX, Karl. **Carta a Pável V. Annenkov (em Paris)**. 28 de dezembro de 1846. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. 2. ed. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução II** (textos de K. Marx). São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 197-336.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I - o Processo de Produção do Capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre as crises econômicas do capitalismo**. Daniel Romero (organizador). São Paulo: Sundermann, 2009.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar (org.); **Teoria da organização política (escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa, Mao)**, vol. I. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 83-125.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas. In **Lutas de classes na Alemanha**.-1.ed.-São Paulo: Boitempo, 2010d.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Celia Tamasso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde - SUS e as exigências para os Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete Simões da et al. **Serviço Social e Saúde**: Formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Gasto Privado em Saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 7, p. 1351-1353, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n7/0102-311X-csp-31-7-1351.pdf>>

OLIVEIRA, Alfredo Almeida Pina. **Análise documental do processo de capacitação dos multiplicadores do projeto “Nossas Crianças: janelas de oportunidades”** no município de São Paulo à luz da promoção de saúde. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de Pós-Graduação de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

OSA, José A. de la. Um olhar para a saúde pública cubana. **Estudos Avançados**, v. 72, n. 25, p. 89-96, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n72/a08v25n72.pdf>>.

PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para a compreensão e crítica**. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PAIVA, Beatriz Augusto de; MATTEI, Lauro. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. **Textos & Contextos**, v. 8, n. 2, p. 175-194, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/6339/4638>>.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático e Popular**. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. PT. **V Encontro Nacional - Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: 01 mai. 2018.

PAULUS JUNIOR, Aylton. Políticas públicas de Saúde no Brasil. **Revista Espaço para Saúde**, v. 8, n. 1, p. 13-19, 2006.

PCB. Breve histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). 2010. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PONTE, Hermínia Maria Sousa da; et al. “O Caminho se Faz ao Caminhar”: processo de reativação de Conselhos Locais de Saúde em Sobral, a partir do protagonismo cidadão. **Saúde e Sociedade**, v. 21, supl.1, p. 234-243, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s1/20.pdf>>.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório de Gestão 2º Quadrimestre de 2016**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/relatorio_de_gestao_2_quadrimestre_de_2016_4.pdf>.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde. **Relatório sobre o território da Unidade de Saúde Nossa Senhora Aparecida**. Maio de 2015 (impresso).

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde. Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. Conselhos Locais de Saúde. s.d. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cms/default.php?p_secao=76>. Acesso em: nov. 2016.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PT. Partido dos Trabalhadores. **V Encontro Nacional - Resoluções Políticas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1987. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/resolucoes-encontros-nacionais-do-pt>>. Acesso em: jan. 2018.

PT. Partido dos Trabalhadores. **Resoluções Políticas do 11º ENPT**. Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/resolucoespoliticas.pdf>> Acesso em: fev. 2018.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (org.) **Serviço Social e Saúde**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-87.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 263-276, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v25n2/1984-0470-sausoc-25-02-00263.pdf>>. Acesso em: fev.2018.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética**: precedido por questões de método. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; apresentação da edição brasileira, Gerd Bornheim. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SOUZA, Andréia Vieira de; KRUGER, Tânia Regina. Participação social no SUS: proposições das conferências sobre o conselho local de saúde. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 3, n. 1, p. 2175-1323, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STARFIELD, B. **Atenção Primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_primaria_p1.pdf>.

TOFFLER, Alvin. **Choque do futuro**. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 1970.

TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

TRUE, James; JONES, Bryan; BAUNGARTER, Frank. Punctuated-equilibrium theory in public policymaking. In: SABATIER, Paul A. (organizador). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press, 2007.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto**: como funcionam as instituições políticas. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

VALLA, Victor Vicente. A participação em saúde. In: WENDHAUSEN, Águeda. **O duplo sentido do controle social**: (des) caminhos da participação em saúde. Itajaí: UNIVALI, 2002.

VANNUCHI, P. **Adeus às armas?** Teoria e Debate, São Paulo, n. 11, não paginado, jul. 1990. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/adeus-armas?page=full>>. Acesso em: mar.2008.

VERA, Ernesto ISUNZA; LAVALLE, Adrián GURZA. Precisiones conceptuales para el debate contemporáneo sobre la innovación democrática: participación, controles sociales y representación. In: ISUNZA VERA, Ernesto; GURZA LAVALLE, Adrián. **La innovación democrática en América Latina**: tramas y nudos de la representación, la participación y el control social. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS); Xalapa: Universidad Veracruzana, Dirección General Editorial, 2010.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; BENEVIDES, Rodrigo Pucci de Sá e. O Direito à Saúde no Brasil em Tempos de Crise Econômica, Ajuste Fiscal e Reforma Implícita do Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/21860/pdf>>.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

WILSON, James Q., **Bureaucracy: What Government Agencies Do and why They do it**. New York: Basic Books, 1989.

ZAHARIADIS, Nikolaos. The multiple streams framework. Structure, limitations, prospects. In: SABATIER, Paul A. (organizador). **Theories of the policy process**. Cambridge: Westview Press, 2007.

APÊNDICES

APENDICE A- Roteiro de entrevista semi-estruturada

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Segmento:

Tempo de moradia ou de trabalho na região:

Profissão:

1) Em caso de já ter participado; quando e por quanto tempo participou do Conselho Local de Saúde e/ou Associação de Moradores?

Em caso de estar participando; desde quando participa? Já participou antes e em algum momento?

2) Em caso de já ter participado; quais foram as principais atividades desenvolvidas nessa época pelo Conselho e/ou Associação?

Em caso de estar participando; quais são as principais atividades desenvolvidas nesse momento pelo Conselho e/ou Associação?

3) Em caso de já ter participado; qual foi a principal dificuldade encontrada no processo de participação no Conselho Local e/ou Associação?

Em caso de estar participando; qual é a principal dificuldade encontrada no processo de participação no Conselho Local e/ou Associação?

4) Em caso de já ter participado; como ocorreu a participação da comunidade nas reuniões do Conselho Local? Por quê?

Em caso de estar participando; como ocorre a participação da comunidade nas reuniões do Conselho Local? Por quê?

5) Em caso de já ter participado; o processo de trabalho da Unidade de Saúde era discutido com a comunidade? O CLS participava das reuniões de planejamento da Equipe de Saúde?

Em caso de estar participando; o processo de trabalho da Unidade de Saúde é discutido com a comunidade? O CLS participa das reuniões de planejamento da Equipe de Saúde?

6) Em caso de já ter participado; quais as principais reivindicações na época em que você fez parte do Conselho Local e/ou Associação?

Em caso de estar participando; atualmente, quais as principais reivindicações do Conselho Local e/ou Associação?

7) Em caso de já ter participado; houve alguma mudança (na saúde, educação) na comunidade do tempo em que você participou para hoje?Quais?

Em caso de estar participando; houve alguma mudança (na saúde, educação) na comunidade desde esse tempo em que você participa?Quais?

8) O que não melhorou? Porque você acha que esses pontos não melhoram? E o que falta para melhorar?

9) Já participou de alguma Conferência (Assistência Social, Saúde...) ou Fórum do Orçamento Participativo (OP)? Como foi sua participação (como usuário, delegado)?

10) A UBS Nossa Senhora Aparecida tem vinte anos de funcionamento, como você avalia o acesso à saúde na comunidade?

11) A partir da sua experiência nos espaços de controle social, qual a sua percepção de saúde hoje?

12) Na sua percepção, qual é a importância do Conselho Local de Saúde no processo de organização da participação da comunidade?

13) Qual seu entendimento sobre o impacto da crise econômica no serviço de saúde. Isso afeta o atendimento da população e o funcionamento do serviço? Se sim, de que forma?

14) Algo mais que gostaria de colocar sobre o seu processo de participação na Comunidade?

APÊNDICE B- Termo de Consentimento para participação na pesquisa

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA (Conforme a Resolução 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde)

Este é um termo de consentimento livre e esclarecido impresso em duas vias caso queira e concorde em participar do estudo.

Estamos desenvolvendo a pesquisa intitulada: **O controle social no SUS em tempo de crise do capital: o papel do Conselho Local de Saúde na Luta de Classes.**

O **objetivo** da pesquisa é analisar o papel do Conselho Local de Saúde da UBS Nossa Senhora Aparecida em um contexto de crise do modo de produção capitalista no SUS em Porto Alegre. Esta pesquisa está inserida dentro da pesquisa Desafios da participação social na Atenção Básica; Análise dos CLS em Porto Alegre e estudo comparativo com experiências de participação nas casas de saúde na Itália, coordenada pelo Prof. Dr. Frederico Viana Machado.

Gostaríamos de convidá-lo a participar dessa pesquisa, relatando sua experiência e emitindo sua opinião a respeito das questões solicitadas através de entrevista semiestruturada e gravada. Essas informações serão compiladas juntamente com as de outros participantes e os resultados obtidos serão colocados a disposição dos entrevistados. A coleta de dados não acarretará riscos, pois não prevê procedimentos invasivos, ou de ordem moral, considerando apenas a entrevista onde as perguntas poderão ser respondidas na totalidade ou em parte. Ressalta-se que este estudo ocorrerá sem financiamento de órgãos e agências de pesquisa, não prevendo assim ressarcimento ou indenizações, portanto sua participação é livre e espontânea.

A coleta de dados será realizada pela mestranda Sibeli da Silva Diefenthaeler do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS, sob orientação do Professor Doutor Carlos Alebrto Steil e co-orientação do Professor Doutor Frederico Viana, no mês de abril, em dia e horário previamente acordados entre o sujeito e pesquisadores.

Ainda, garantimos o sigilo e anonimato dos sujeitos em estudo, o livre acesso aos dados, bem como, a liberdade de não participação em qualquer das fases do processo. Além de garantir que as gravações serão destruídas após a transcrição das mesmas.

Assim declaro que, pelo presente consentimento livre e informado, fui posto a par de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, do instrumento (entrevista qualitativa semi-estruturada) utilizado na presente pesquisa, e dos benefícios de participar desse estudo. Declaro que aceito voluntariamente participar do estudo.

Fui igualmente informado(a) da garantia de: receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento com relação aos procedimentos, riscos e benefícios do estudo; do livre acesso aos dados e resultados; da liberdade de retirar meu consentimento em qualquer momento do estudo, sem que isso me traga prejuízo algum; do sigilo e anonimato. Enfim, foi garantido que todas determinações ético-legais serão cumpridas antes, durante e após o término desta pesquisa.

LOCAL/DATA: _____

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____

ASSINATURA DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: _____

Para maiores esclarecimentos contatar com: Prof. Dr. Carlos Alberto Steil; Mestranda Sibeli da Silva Diefenthaeler

E-mail: sibelidiefenthaeler@yahoo.com.br

Telefone do Comitê de Ética da SMS: 51-32895517